



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIII - Nº 777

JULIAGO/SET 97

A GLOBALIZAÇÃO,
O ESTADO-NAÇÃO E
A PROFISSÃO MILITAR

Sérgio R. D. Morgado



ISSN 0011-7641

OS JESUÍTAS

Diferente do que ocorreu, de modo geral, na América Espanhola, a participação dos jesuítas na colonização do Brasil sempre foi alvo de contestações. De início, eles sofreram a oposição da parte dos colonos portugueses, por protegerem os índios, condenando-lhes à escravidão; mais tarde, a da própria coroa de Portugal, pela ameaça que poderiam representar, à liderança reinol do além-mar, seu ascendente poder econômico e sua potencial força política. Veio daí terem sido expulsos do Brasil, durante a administração do Marquês de Pombal.

Em nossos dias, a contestação ficaria por conta dos ambientalistas e defensores dos direitos humanos, pelas alterações que a ação evangelizadora procurou introduzir na cultura indígena, ao combater, entre outros costumes, o canibalismo, a poligamia e o nomadismo.

Todavia, torna-se impossível deixar de reconhecer a importância jesuítica na formação da nacionalidade brasileira, sobretudo na construção do seu alicerce religioso, educacional e cultural, assim como na defesa da integridade do território nacional, através do redirecionamento da belicosidade do índio em favor da bandeira portuguesa, na sua luta contra a instalação de outras bandeiras nas terras que, por direito papal, lhe pertenciam.

Os clérigos da Companhia de Jesus, os jesuítas, foram instituídos em 1534, por Santo Inácio de Loyola, e aprovados, em 1540, por uma bula do Papa Paulo III.

O objetivo principal de sua criação foi combater o Protestantismo, através do ensino religioso – a influência crescente da Reforma preocupava a Igreja Católica e a aristocracia européia. O seu fundador, além dos votos habituais de castidade, obediência e pobreza, impôs-lhes a submissão absoluta ao Papa, e lhes deu uma organização quase militar, o que incentivava a rejeição de que foram alvos.

Além do ensino em colégios e universidades, na Europa os religiosos consagraram-se, entre outros mistérios, à pregação, à direção de retiros espirituais e às missões, que logo estenderam à América Latina, com o propósito de catequizar-lhe os índios.

Os jesuítas começaram a chegar ao Brasil em 1549, na expedição do governador geral Tomé de Souza. Dirigida pelo Padre Manoel da Nóbrega, a missão desembarcou na Bahia, onde começou a construir uma escola que foi inaugurada em 1550. Nesse mesmo ano, fundou uma segunda missão, em São Vicente, onde foi também construída uma escola, na qual foi ministrada a primeira *aula de estudos de latim* (2º grau) no Brasil.

Muitos dos episódios marcantes do início da nossa história colonial tiveram os jesuítas como atores destacados. A Defesa Nacional, por seus objetivos e tradições, não poderia deixar de evocá-los, no ano em que se comemoram 400 e 300 anos, respectivamente, da morte dos padres José de Anchieta e Antonio Vieira, os mais expressivos dentre seus representantes no Brasil, além do pioneiro Manoel da Nóbrega.

Jesuíta e poeta espanhol, o Padre Anchieta foi o que melhor se identificou com o trabalho de catequese no País, a ponto de aprender a língua tupi e escrever uma *Gramática da Língua mais Falada na Costa do Brasil*. Publicada em Coimbra, em 1595, passou a ser usada em todas as missões jesuíticas do Brasil. Entre os *Destaques da Imprensa* desta edição, o artigo "Apóstolo do Brasil" apresenta uma sinopse da sua rica biografia.

Missionário, orador (o mais influente e popular do Brasil colônia), escritor e diplomata de Portugal, o Padre Antônio Vieira terá sido o mais ilustre, ilustrado e culto dos jesuítas designados para a Colônia. Seus escritos, entre os quais pontificam os *sermões*, constituem preciosa fonte para estudos históricos do Brasil e de Portugal no século XVII e desempenharam importante papel na formação da opinião pública da época. Em nossa seção *Comentários*, o artigo "Vieira, Militares e Políticos" aprecia o sermão de 1669, para o qual chamamos a atenção do leitor. Seus conceitos parecem ter sido escritos para os dias que hoje vivemos.

A DEFESA NACIONAL

Director
Gen Bda Sérgio Roberto Dentina Morgado
Editor
Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho
Redator
Cel Eng EM Viegas da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3ª andar
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
Tel.: (021) 515-2365
(0800) 323-8305
Fax: (021) 519-5869
E-mail: bdn@scsnet.com.br

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3ª andar
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20021-260
Tel.: (021) 519-5869

Conselho Editorial

Cel Art OEMA Américo P. Tappeiro de Souza
Cel H OEMA Irineu Ribeiro Alves
Ten Cel Cav OEMA Celso Kruse Schramm
Ten Cel Cav OEMA José Raul Pacheco
Ten Cel Cav OEMA Roberto Farnesi Saurin
Ten Cel H OEMA Paulo Valério Diniz
Ten Cel Eng OEMA Eno Roberto dos Santos Bittes
Ten Cel Cav OEMA Celso Leite Rodrigues
Ten Cel OMB OEMA Wagner Rogério de Assunção
Barbosa
Maj Art OEMA João Cesar Spinkovits Calkins

EDITORACÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PERELLU Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 593-6625 - Fax: (021) 220-1782

REVISÃO

Parvaldi di Stasio

PROJETO GRÁFICO

Tecno Lato Designers Associados
Telefone: (021) 553-1575

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Artesista
Telefax: (021) 351-4975

PUBLICIDADE E IMPRESSÃO

Marques Santa Gráfica e Edições Ltda.
Tel.: (021) 922-0406 / Fax: (021) 502-0635

De conteúdos errôneos nas matérias publicadas não se assume a responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da EDEN e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos danos que terceiros possam ocasionar.

Sendo expressa a disposição em conceder, à permissão a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

A revista se interliga com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os artigos deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 3,5cm (tudo apenas um lado de cada folha A4, com abas de 12 pontos e encadernamento duplo, acompanhado de uma sinopse do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS
A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 251-4026, as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome da "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:
Brasil - R\$15,00
Exterior - US\$30,00

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação - Primeira Tarefa - EDITORAÇÃO: NUNES, EDITORES LUIZ DE SOUZA E J. DE SOUZA MEN

N.º 1

Rua de Janeiro, 10 de Outubro de 1914

Ano 1.

Grupo mantenedor: Zerbido Ringer, Exército Lúcio de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redatores); Francisco de Paula Crêde, Mario Clementino Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Prômio Canavese, Eustáquio Eustáquio, Tábora, Amaro Vitor Nara, Naciel de Córdia.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

"A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Director-Presidente

Gen Bda Sérgio Roberto Dentina Morgado

Director-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Director-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Quarte Paixoto

Director-Tesoureiro

Cap QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art EM Luiz de Alencar Araripe
Cel Art EM Américo Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Celso José Pres
Cel Nelson Vieira Ferreira de Melo
Cel Enr dos Santos Araújo

Suplentes

Cel Zenóbio Cid de Aguiar Borges
2º Ten João Marcelo Davide Serafim

Nossa Capa:

Tricentenário do falecimento do Padre Antônio Vieira. Nascido em Lisboa (1608) e faleceu em Salvador (1697). Estudou no Colégio dos Jesuítas da Bahia a cuja ordem pertenceu. Foi a maior expressão da eloquência sacra em Portugal e um dos mais ricos escritores do idioma.

Imagem retirada da Coleção:
"Grandes Personalidades da Nossa História", pág. 199 - Ed. Abril/1972.

Quadro:

Vieira na redução das tribos de Marajó, em 1657. Óleo de Theodoro Braga (1917). Instituto Histórico de Alagoas, Maceió - AL.



EDITORIAL	01
A GLOBALIZAÇÃO, O ESTADO-NAÇÃO E A PROFISSÃO MILITAR	05
Sérgio R. Dentino Morgado	
A AMAZÔNIA E OS INTERESSES ESTRANGEIROS, DO SEGUNDO REINADO AO DESAFIO DA NOVA ORDEM MUNDIAL	21
Lydia M. Gardner	
ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA E DE DEFESA	41
Carlos de Meira Mattos	
SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA: IMPLANTAÇÃO E REFLEXOS NO CAMPO ESTRATÉGICO E NA INTEGRAÇÃO NACIONAL	47
Luiz Cláudio Cyrillo	
INDONÉSIA: DIVERSIDADE GEOPOLÍTICA	61
Therezinha de Castro	
A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO, O TRIUNFO INCOMPREENDIDO	69
Sérgio Paulo Muniz Costa	
A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 50 ANOS	99
Vasco Mariz	
A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA E DO PENSAMENTO MILITAR ENTRE AS 1ª E 2ª GUERRAS MUNDIAIS	115
Guaracy Albano Freire Leal	
A MARINHA PORTUGUESA NO BRASIL (CONCLUSÃO)	125
Dino Willy Cozza	
COMENTÁRIOS	
Vieira, Militares E Políticos	143
L. P. Macedo Carvalho	
Castro Alves – 150 Anos	146
Virgílio da Veiga	
INFORMAÇÕES	
Sessenta Anos do IGHMB	149
L. P. Macedo Carvalho	
INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO PELO DUQUE DE CAXIAS	154
Cláudio Moreira Bento	
DESTAQUES DA IMPRENSA	157

Pelo mesmo preço e superando a qualidade do programa editorial de 1996, a BIBLIX lança seu programa para 1997. São onze excelentes obras, entregues a domicílio e de preço baixíssimo, além da vantagem do pagamento parcelado.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

Por Um Exército Profissional - Charles de Gaulle

Obras muito citadas e, na verdade, pouco conhecidas. O autor, então coronel do Exército Francês, nela propunha, antes da Segunda Guerra Mundial, uma alternativa de organização para o seu Exército: a "qualidade" de uma força profissional, altamente adestrada e bem equipada e a "quantidade" de forças de reserva e reservas da formação do serviço militar obrigatório, para mobilização.

A Marcha da Insensatez - Barbara W. Tuchman

Uma esclarecida análise histórica que, a partir da Guerra de Tróia, resulta numa síntese irrefutável: o paradoxo de opções políticas absolutamente contrárias aos mais legítimos interesses dos próprios governos que por elas decidiram. Antológico é o capítulo "Uma Lanterna na Popa", uma lição viva de Fátoria da História, onde se aborda o excesso de poder na base da insensatez política.

A Marcha da Coluna - João Alberto Lins de Barros

Livro resultante de um projeto de memórias, é uma narrativa vibrante das experiências vividas na coluna revolucionária que, partindo do interior do Rio Grande do Sul, percorreu todo o Brasil, na década de 1920 e em decorrência do levante de 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo. João Alberto foi figura de destaque nessa marcha e na política brasileira, depois de 1930. Uma obra onde se entrelaçam aspectos militares, políticos, sociais, humanos, etc., numa leitura muito agradável.

Uma História da Guerra - John Keegan

O que é guerra? Uma resposta há de impor, sempre, uma visão interdisciplinar. Haverá, nela, uma ótica preponderante? Segundo cada analista ou pensador militar, a própria avaliação detém na essa perspectiva. Bem conhecida é a concepção de Clausewitz, privilegiando o sentido político da guerra. Outra é a abordagem de Keegan, apreciando o fenômeno social que é a guerra numa amplitude muito mais abrangente - a cultura guerreira. Com para ler, meditar e, sempre, consultar, o que quer dizer: um clássico da literatura militar.

A Revolta da Armada - Heitor Leôncio Martins

Prêmio Tasso Fragoso de 1986, a obra do historiador naval Heitor Leôncio Martins nele renova a fidelidade do pesquisador em face das fontes e a capacidade de interpretação objetiva dos fatos ocorridos na chamada "Consolidação da República". Melhor do que a "Revolta na Armada", aspecto literário de um quadro generalizado de conflagração interna - a "Guerra Civil do Brasil". riquíssima bibliografia e alentadas notas dão ao livro o caráter de obra indispensável ao estudo da nossa história republicana.

O Cerne da Discórdia - Vitor Izsakson

Com o subtítulo "A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro", o autor realiza uma bem fundamentada análise da participação da política brasileira na condução do conflito, destacando os conflitos partidários e a superposição deles aos interesses militares. A atuação de Caxias, política e militar, é bem apreciada e as conclusões apontam para a afirmação do Exército no cenário das grandes decisões nacionais.

Psicanálise do Pensamento Neoconservador - Eduardo Mascarenhas

O propósito do autor é "descobrir as idéias que estruturam a inteligência política brasileira e estabelecer a conexão entre elas e o neoconservadorismo do atual pensamento politicamente correto". Sendo o autor um psicanalista, para ele próprio "o livro significa um ato psicanalítico ampliado". As vezes polêmica, a obra é de leitura agradável e de um estilo muito claro.

O Militar e o Diplomata - Delano Teixeira Meneses

Política, Estratégia, Relações Internacionais: sua integração, uma síntese segura são os assuntos desta obra. Apreciação teórica, episódica, envolvimento histórico e também psicológico conduzem, na leitura, à apreciação do divórcio que no Brasil existe entre o pensamento político e a ação política, cuja harmonia é indispensável à afirmação nacional. Sem fins determinados, todo o esforço para isso será em vão.

A Farsa de Churchill - Louis C. Kézer

É uma versão jornalística, bem estruturada e apoiada em fontes históricas, de uma trama secreta, que teria sido contada por Winston Churchill e pelo serviço secreto inglês, para negociações confidenciais com Hitler a partir do voto de Rudolph Hess para a Inglaterra e que excluíam a Inglaterra do conflito em troca de liberdade de ação da Alemanha no continente europeu. Na verdade, uma manobra inglesa para abortar a crise da invasão e ganhar tempo para manobras políticas.

Instituições em Crise - Dutra e Góes Monteiro: Duas Vidas Paralelas - Nilton Freixo

Com a serenidade que o tempo permite à análise histórica, eis um perfil de duas vidas paralelas em face de tempos de crises políticas internas e de convulsões internacionais. A obra é, também, um magnífico registro da fidelidade do soldado brasileiro à sua Pátria.

Campanha ao Noroeste da Itália - Willis D. Crittenden

As diversas referências aos feitos da Força Expedicionária Brasileira farão com que esse relato se constitua num histórico de guerra do qual todos os brasileiros podem orgulhar-se.

COLEÇÃO TAUNAY

Exercício do Comando - A Chefia e a Liderança Militares - Sérgio de Avellar Coutinho

Canudos: Uma Interpretação Histórica (Antologia) - Oliveira Litrento

Cruzes Brancas - Joaquim Xavier da Silva

ASSINATURAS ANUAIS

Coleção General Benício: R\$ 120,00 (pagáveis em três vezes e cartão de crédito)

Revistas: A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (no BRASIL) - R\$ 15,00

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (EXTERIOR) - US\$ 30,00

Cartões de Crédito Creditcard Mastercard e Diners Club International

Ligação gratuita de todo o Brasil: 0800/23.8365

A Globalização, o Estado-Nação e a Profissão Militar¹

Sérgio R. D. Morgado

Matéria extraída de conferência proferida, pelo autor, no Instituto de Estudos Avançados da USP, a 8 de novembro de 1996, e divulgada em "Idéias Liberais" (1997, Ano IV, nºs 66 e 67) do Instituto Liberal de São Paulo.

GLOBALIZAÇÃO

A temática da *Globalização* tem sido o ponto de referência para a análise dos caminhos do mundo em direção ao Século XXI. Ela tem gerado uma quase histeria que toma conta da intelectualidade dessa virada de século, como se tratasse de um momento místico em que uma catarse fosse acontecer, preparando o ser humano para os novos tempos. Um geomalthusianismo centrado na explosão tecnológica,

para ser coerente com o pensamento pós-moderno.

Vejo a Globalização como um processo evolutivo da Humanidade. Penso que ele se desenvolve em função de uma estupefaciente evolução tecnológica que caracteriza a revolução cibernética, a qual modifica, de forma exponencial, nossa vida, nossos valores, nossos interesses, nossas relações.

Não creio que ela deva ser entendida meramente como uma etapa a mais no longo processo de evolução do sistema de mercado mundial, mas concordo que se apóia em mitos tais quais o da ausência de mecanismos de poder internacional, ou que irá redistribuir automaticamente a riqueza mundial via integração econômica

global ou, ainda, que promoverá a livre internacionalização dos fatores de produção, permitindo que a mão-de-obra migre livremente pelo mundo em busca de melhores salários e bem-estar.²

A Globalização envolve as relações de poder entre nações, instituições, e pessoas; pressupõe a solução de contenciosos entre interesses convergentes e contrários, nem sempre resolvidos de maneira pacífica e harmônica.

Não foi sem razão que Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo, citando Oskar Lafontaine,³ lembra que *se o socialismo é incapaz de oferecer esperanças, oferecendo meramente protestos ecológicos ou anti-institucionais, falhará na*

General-de-Brigada, Diretor de Assuntos Culturais.

Selecionado pelo PADECEME

Ronaldo M. Sardenberg in "OESP", 25.8.96.

FHC in "O Brasil e a Economia Global", Planetânea. Ed. Campus, 1996.

preparação do caminho para uma mudança que não se limite a mentalidades e ideologias, mas que represente um instrumento político para dias melhores. Conclui, então, que o novo socialismo deve se basear em justiça social e liberdade, rendendo-se à supremacia do mercado, sem aceitar, contudo, a sua lógica. Assim, também, que a sobrevivência será fruto dessa associação entre justiça social e liberdade, num ambiente de sociedades pós-industriais, descentralizadas e poliarquizadas.

É um exercício interessante cruzar a teoria com a prática. Pois nos informa Maria da Conceição Tavares⁴ que o Fórum sobre globalização do investimento direto patrocinado pela UNCTAD, em Genebra, deixou claras as divergências entre países em desenvolvimento e o grupo da OCDE, a respeito de um tratado que liberalize a entrada de investimentos estrangeiros em qualquer espaço nacional.

O Fórum mostrou que existe um desequilíbrio brutal na distribuição desses

investimentos, favorecendo os países mais desenvolvidos e mais protecionistas em matéria de comércio.

Esse simples fato mostra a importância da capacitação para atuar num ambiente de intenções difusas e dissimuladas, geradas pelas incertezas que definem essa etapa do processo de globalização. Faço essa observação porque creio que o interesse primeiro das pessoas, e como tal, por serem normalmente gregárias, das organizações ou instituições a que pertençam, ou dos povos ou nações que constituam, como seres humanos, será sempre a busca da felicidade, entendendo felicidade como o atingimento ou a manutenção desses interesses.

Trago à consideração o tema da capacidade porque desde logo desejo me situar ideologicamente, afirmando que não acredito em doutrina de convivência que tenha na igualdade a sua idéia força. Só acredito na igualdade como uma utopia que represente um farol no infinito, para onde devemos caminhar.

Minha crença é na liberdade e na individualidade do ser humano, como base de uma doutrina que tenha, no

respeito a essas características, as referências nas suas relações com o seu semelhante e, portanto, deve buscar definir direitos e deveres que lhe permitam a melhor convivência na busca da felicidade.

É papel da política buscar a harmonia nessa busca de capacidades, que terá de considerar duas outras percepções nesse processo de globalização: a globalização da informação (ou do conhecimento) e o seu corolário, a globalização cultural.

Aqui aparece, em teoria, o grande desafio do nosso tempo. Volto a Fernando Henrique Cardoso:⁵ ... *o mundo pós-industrial motivou uma nova onda libertária, propelida por um tipo de 'pessimismo angustiado' que, por sua vez, foi trazido por certa ansiedade existencial sobre a real possibilidade do fim do mundo (ou, ao menos, da humanidade), imposto pelo terror nuclear e pela destruição ambiental. Somou-se ao protesto ecológico (que, em muitas de suas dimensões, era antinormativo, também temeroso do progresso técnico e incrédulo das razões do Estado, se não da Razão) um espírito anti-institucional, já evidente nas revoltas dos campi*

⁴ MCT in "As Armadilhas da Globalização", FSP, 20.10.96.

⁵ Ibidem...

universitários de 1968 em todo o mundo. Dessa atmosfera político-emocional, emergiram as novas correntes intelectuais: o pós-modernismo; a fragmentação do conhecimento (e do mundo); descrédito na tradição e no racionalismo, que deu origem não só ao liberalismo, mas também a várias versões da crítica socialista.

Eu diria que é essa eração que detém o poder, hoje, no controle da mídia, da produção da informação e do conhecimento, e no da construção, produção e divulgação da cultura, nas partes do mundo e nos segmentos da sociedade onde esse processo se faz mais intenso. No caso do Brasil, esse fato particularmente potenciado por características marcantes do nosso povo: o individualismo e o imediatismo, e, mais ainda, por um despreparo educacional e cultural.

A globalização, na sua marcha em direção ao novo milênio, enfrentará as resistências de valores religiosos étnicos, levando a previsões como as de Samuel Huntington que compõe cenários onde as Civilizações,

caracterizadas por blocos culturais, entrarão em choque.

O *gap* e o *apartheid* tecnológicos são outros vetores fundamentais para a compreensão desses cenários. A posse e a capacidade de uso do arsenal farão a diferença na composição do quadro de relações a serem

O "gap" e o "apartheid" tecnológicos tornaram-se os instrumentos da estratégia de ação psicológica que legitimam, política, econômica e moralmente, o exercício hegemônico do poder

estabelecidas entre os diferentes atores participantes do processo.

Jean-Marie Ghéhenno, diplomata francês, em seu inquietante livro "O Fim da Democracia",⁶ ao analisar o processo de descolonização que teve curso ao longo do Século XX, trata da relação entre indepen-

dência e liberdade, sugerindo que nem sempre a independência trouxe a liberdade, pois as nações descolonizadas caíram em outra servidão imposta pelos Organismos Internacionais, que protegem os interesses das grandes nações desenvolvidas.

Se isso era verdadeiro na metade do século, hoje, com o processo de globalização, se exacerbava. O *gap* e o *apartheid* tecnológicos tornaram-se os instrumentos da estratégia de ação psicológica que legitimam, política, econômica e moralmente, o exercício hegemônico do poder e estão gerando um processo de descapitalização humana, econômica, territorial e cultural nos países não desenvol-

vidos.

Esses aspectos nos convidam a meditar sobre a formatação que está em andamento nesse mundo em processo de globalização.

Qual deveria ser, então, a atitude dos cidadãos de países como o Brasil? Meros espectadores em estado de passividade?

⁶ Ghéhenno, Jean-Marie, O Fim da Democracia, Bertrand Brasil, 1994.

O ESTADO-NAÇÃO

Será que a tecnologia nos colocou, finalmente, diante da projetada aldeia global que a mente de McLuhan antecipou e, talvez, ajudou a induzir?

Essa questão tem fascinado os pensadores contemporâneos e, qualquer que seja a sua formação, credo, ideologia ou interesse, tem gerado um produto comum: a incerteza. Uma incerteza que inclui até a definição das origens das organizações que nos acolhem e dirigem a nossa convivência.

Para ter uma referência, me socorri do Padre Fernando Bastos D'Avilla, e da sua "Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo".⁷ Padre D'Avilla, na sua relação entre Estado e Nação, ensina que o sentido moderno de Nação aparece depois da Revolução Francesa, em oposição ao sentido patrimonial do antigo regime e a define como *uma consciência de unidade étnico-social que nos solidariza em interesses comuns e no mesmo destino*

histórico. Para ele trata-se de um conceito sociológico, que implica conotações de caráter organizacional, administrativo e político.

Essa observação relaciona a Nação com o Estado, que segundo Padre D'Avilla, tem sua origem última na própria natureza social do homem, pela qual, desde os tempos mais remotos, procurou se associar aos seus semelhantes.

É a complexidade dessa relação que vem definindo o papel do Estado na sua função de ordená-la jurídica, institucional e socialmente. Assim, define o Estado como uma instituição de direito natural, e como tal, sujeito de direitos e deveres que decorrem dessa condição. Afirma que os deveres do Estado se resumem na sua função fundamental que é a de promover o bem comum, e que lhe incumbe a obrigação de criar as condições materiais, institucionais, culturais e morais necessárias para garantir, a todos, as possibilidades concretas de atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Arremata concluindo que o Estado pode ser tudo aquilo ou só aquilo que é necessário para o bem comum.

Guéhenno,⁸ que preconiza o seu fim, o vê surgindo dos escombros do Império Romano. É de opinião que cerca de quinze séculos depois, estamos às portas de uma nova era "imperial" num mundo cada vez mais unificado e sem centro. Um mundo onde a sociedade de homens se tornou grand demais para formar um corpo político, onde os cidadãos são cada vez menos uma entidade capaz de expressar uma soberania coletiva, porque são meros sujeitos jurídicos, titulares de direitos e submetidos a obrigações, num espaço abstrato onde os limites territoriais são cada vez menos precisos. Um mundo onde a natureza do poder está mudando. E avisa: *Aí vem o quarto império: ao mesmo tempo duro e frágil, mais próximo a Roma e ao mundo antigo, nascido dos escombros da ideologia.*

Na sua opinião estamos entrando na idade dos sistemas abertos, a era das redes, onde não são as instituições que criam o sentimento de pertencer, mas é o sentimento de pertencer que torna as restrições institucionais aceitáveis. Uma idade pós-nacional que pode ser qualificada de imperial, na me-

⁷ D'Avilla, Fernando Bastos, Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, MEC/FENAME, 3ª Edição, 1978.

⁸ Guéhenno, Jean-Marie, Ibidem,...

dida em que, como no Império Romano, sua "fronteira" não é mais constituída por uma linha que divide um espaço e separa os homens, uma linha que confronte soberanias. Um mundo de relações onde importe menos o exercício da soberania e importe mais a definição de regras para cada caso específico, onde a compatibilidade, e não a geografia, é a regra; onde a norma não expressa a soberania, mas se transforma num redutor de incertezas. Esse mundo relacional, segundo ele, será dirigido por uma lógica relacional que estará sempre a questionar as fronteiras do espaço de direito, considerando que este facilitar de transações num determinado espaço não deve complicá-las quando os limites desse espaço forem ultrapassados. Um mundo onde nenhum espaço de direito é delimitado e, não sendo neutro ou homogêneo, gera permanentes desequilíbrios. Um mundo onde a informação permanece como a base do poder, mas onde a sua natureza não muda, porque o seu valor é o do intercâmbio. Um mundo onde a estrutura hierárquica piramidal que estabelecia a capacidade de controlar e coman-

dar vai ser substituída por uma estrutura de difusão de poder, de conexões múltiplas e onde ser poderoso é ter contato e relacionamento, e onde o poder se define pela influência e não pelo domínio. Um mundo onde o poder não consiste mais em saber, mas em ser um elo entre aqueles que sabem.

No mundo imaginado por Ghéhenno, *a partir do momento em que, efetivamente, a organização em rede tem ascendência sobre a estrutura piramidal da idade institucional, a partir do momento em que não existe mais centro, então uma das principais razões de ser da grande organização deixa de existir: não se trata mais de impor de cima para baixo uma direção comum, mas, de forma mais sutil, de gerenciar identidades e assegurar compatibilidade entre estas e outras identidades. Conclui que na área política tal constatação terá consequências decisivas, porque não se tratará de concentrar cada vez mais poder em entidades políticas cada vez maiores, mas simplesmente de organizar a compatibilidade, de preparar a convergência, estabelecendo processos de ela-*

boração de regras, ao invés de construir soberanias.

Esse novo tempo caracterizará a era onde imperarão as grandes organizações, que prepararão o advento de um mundo eminentemente fluído, cuja estabilidade não dependerá mais das instituições, mas sim da maneira pela qual as mudanças são difundidas, desta capilaridade de microdecisões que impede tanto as rupturas quanto a imobilidade. Mundo tão mais estável pelo fato de ser mais flexível, mundo que deve ser pensado segundo os parâmetros da biologia e não da física: mundo de regras, antes de princípios. Tal é o mundo de Guéhenno!

Se assim pensa o autor francês, por outros cenários caminham outros estudiosos e ensaístas do futuro. É o caso de Kenichi Ohmae, renomado estrategista de negócios japonês, que, em seu mais recente livro "O Fim do Estado-Nação",⁹ afirma que na medida em que a indústria, os investimentos, os indivíduos e a informação fluem livremente através das fronteiras na-

⁹ Ohmae, Kenichi, *O Fim do Estado-Nação*, Ed. Campus, 1996.

cionais, os conceitos básicos adequados a um modelo do mundo de países fechados do século XX não mais se sustentam, tornando obsoleto o papel dos Estados-Nações. Qualificam-se para participar, então, do fórum global, unidades geográficas mais apropriadas, às quais denominou de "Estados-Regiões". O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretos para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global de hoje em dia.

Na mesma linha de raciocínio da multipolaridade do poder está Jacques Perruchon de Brochard que, no seu "A Miragem do Futuro",¹⁰ também adota a tese da regionalização, porém de forma diferente e por outros motivos.

Para Brochard, a nova partilha do mundo, à semelhança do que aconteceu em Yalta e em Bretton Woods, foi novamente decidida por quatro grandes, em Genebra, em 1985, engendrando um novo plano geopolítico, a

que convencionaram chamar de "Uma Nova Ordem Mundial". Esse plano, segundo ele, decorre da frequente ameaça de uma guerra nuclear, da falência dos ideais filosóficos, religiosos e políticos, da dimensão da dívida externa dos países subdesenvolvidos e da fragilidade do dólar e das economias de todo o mundo, causada pela emissão exagerada de moedas verdadeiras ou falsas e pelo comércio exterior ilícito mundial. EUA, Rússia, Japão e Alemanha decidem dividir o mundo em quatro zonas, levando em conta fatores econômicos, políticos e militares. Estranhas previsões calcadas em estudos geopolíticos, onde ele superpõe zonas de influência econômica sobre zonas de influência política e, sobre estas, zonas de influência militar, definindo então as quatro grandes regiões em que se dividirá o mundo.

Um outro francês, Jean-Christophe Rufin,¹¹ também em 1991, apresenta um cenário da Nova Ordem calcado em nova dicotomia. Não

mais o conflito Leste-Oeste, o da ideologia, o da igualdade contra a liberdade, agora a nova dicotomia tem como novo eixo, o Norte-Sul, a riqueza versus a pobreza. Ele trata da suposta defesa da democracia contra a imigração e a AIDS.

O professor inglês Paul Kennedy, festejado autor de "Ascensão e Queda das Grandes Potências", também incursiona pelo futuro com a obra "Preparando para o Século XXI".¹² Ele trata das forças que estão mudando o mundo e analisa as formas de como a sociedade deve preparar-se para entrar no novo milênio.

Paul Kennedy analisa o crescimento populacional, a transformação ambiental, a biotecnologia, a tecnologia das comunicações e os grandes mercados financeiros mundiais e o seu impacto na sociedade. Sua preocupação maior é como a nossa Terra poderá manter uma população de 10 bilhões de pessoas que devoram recursos ao ritmo em que o fazem as sociedades mais ricas hoje. Ele se refere aos danos irreparáveis às florestas, aos mananciais, aos oceanos, à fauna e à flora. Por isso relaciona o crescimento demográfico ao ambiente.

¹⁰ De Brochard, Jacques Perruchon, A Miragem do Futuro, Ed. Nova Fronteira, 1991.

¹¹ Rufin, Jean-Christophe, A Europa e os Novos Bárbaros, Ed. Record, 1991.

¹² Kennedy, Paul, Preparando para o Século XXI, Ed. Campus, 1993.

Percebam os leitores que a maior parte dessas obras que acabo de citar referenciam-se a estudos realizados num tempo em que os fatores modificadores de cenários estavam em outro estágio evolutivo. Basta lembrar da Internet e das redes de televisão a cabo e sua proliferação pelo mundo. Ou da ascensão econômica da China no cenário mundial, projetando-se como uma das principais potências emergentes do novo século. Mas é interessante lembrar que a China hoje tem que alimentar um bilhão e duzentas mil pessoas, 20% da população do planeta, com apenas 7% das terras agricultáveis e, embora possua um gigantesco território, 60% dele são ocupados por montanhas e desertos. Tem uma carência de 18 milhões de pés cúbicos de água por dia.¹³

Uma última premissa a considerar na formatação do mundo é a questão da fidelidade sob o ponto de vista da nacionalidade – portanto, uma questão de valores. Como hoje, virtualmente, cidadãos do mundo (os que podem). Seja pelos cabos

de fibra ótica, seja pelas asas supersônicas que cruzam os céus, seja pelo uso dos milhares de satélites que ligam, informam, vigiam ou espionam do espaço. Um bom profissional pode dar consultoria a qualquer lugar do mundo, sem sair de casa. E já pode morar onde deseje sem que praticamente lhe falte nada. São as empresas e as cidades virtuais. Alguns, por conveniência, ou interesse, mantêm residência em vários pontos do planeta, e vivem e convivem nesses locais, participando da vida comunitária, com vizinhança e até mesmo, por vezes, cidadania.

Quais são os modelos, ou heróis de nossos filhos? Michael Jordan, Stephie Graff? Por que times torcem? O Barcelona, de Ronaldinho? Ou o Palmeiras, de Djalminha? Quais são seus valores? Qual é a sua herança? Onde estão as suas fronteiras?

Nacionalismos explodem no mundo inteiro. Causam guerras, mortes, destruição. Que tipo de paradoxo enfrentamos nesta virada de milênio?

Então, qual é o jogo? Vamos jogá-lo ou vamos ficar fora dele? Posso ser auto-suficiente? O isolacio-

nismo é uma prática aceitável?

A PROFISSÃO MILITAR

Qual o destino da profissão militar neste mundo transformado pela globalização e pela tecnologia, que tem no *gap* e no *apartheid* as condicionantes mais expressivas para a manutenção do *status quo* e para definir os seus contornos?

Essa é a questão que trago à consideração do leitor, e cujo embasamento procurei colocar para induzir o nosso raciocínio.

Desde o tempo das cavernas, quando o homem se armou de um fêmur para defender os interesses do seu grupo, como aparece naquela cena emblemática do filme “2001 – Uma Odisseia no Espaço”, que o uso da força tem servido de instrumento das sociedades e das civilizações para alcançar ou manter objetivos. A evolução da humanidade determinou a instituição desse poder com base na incapacidade de o ser humano resolver todas as suas questões de forma pacífica ou por arbitragem. E o poder militar tornou-se a “ultima ratio”. E assim será até

Dreyfuss, René Armand, A Época das complexidades, Ed. Vozes, 1996.

que um poder maior, ou o instinto de sobrevivência, nos leve à utopia da fraternidade perfeita, com a qual, um dia, sonhou Kant.

Não há, pois, crise existencial para a profissão militar. O problema está na forma através da qual a profissão militar vai cumprir o seu papel, no tamanho de suas forças, nos seus objetivos, nas suas missões, na sua organização e nos seus meios. E isso cabe à sociedade a quem ela serve, e da qual faz parte decidir. Mas, para tanto, é preciso que a profissão militar seja mais bem conhecida e mais bem compreendida.

Por deter o monopólio da força e da destruição institucionalizadas, precisa edificar-se sobre valores muito consistentes, que lhe permitam defender ou atuar em busca das aspirações da comunidade a que serve e à qual pertence.

Em 1989, Peter Drucker, escrevendo sobre "As Novas Realidades"¹⁴ lembrava que o dia 15 de novembro de 1988 deveria ser comemorado como um importante marco na história da huma-

nidade. Naquela data, superava-se a marca de 43 anos e três meses sem guerras entre grandes potências, contada a partir de 15 de agosto de 1945, quando aconteceu a capitulação do Japão. Ela superava a marca alcançada pela paz entre o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, e o início da 1ª Guerra Mundial, em 1º de agosto de 1914. A partir dessa constatação, faz uma análise do problema militar desenvolvendo o tema "Agora que as armas se tornaram contraproducentes...".

Vamos então aos fatos.

A PAZ NO MUNDO

O Almanaque Mundial, edição de 1992, analisando

o período do término da 1ª Guerra Mundial até a Guerra do Golfo, aponta a existência de cento e duas guerras, conflitos ou intervenções, envolvendo empregados de meios bélicos.

O Almanaque Abril, edição de 1995, com base em critérios do World Priorities, que diz que um conflito deve ser considerado guerra quando envolve um ou mais governos e causa mais de mil mortes por ano, listou quinze guerras em desenvolvimento, a saber: Afeganistão, Angola, Argélia, Azerbaidjão, Armênia, Bósnia, Burundi, Chechênia, Geórgia, Iêmen, Ruanda, Saara Ocidental, Somália, Tajiquistão e Timor. Podemos observar que a maior parte deles é consequência da dis-

AS GUERRAS AMERICANAS NO SÉCULO 20

1990/1991
GUERRA DO GOLFO
LIDERANÇA DA COALIZAÇÃO INTERNACIONAL
CONTRA O IRAQUE

1989/1990
INTERVENÇÃO NO PANAMÁ
PARA REMOVER DO PODER O GENERAL
MANUEL NORIEGA, LEVADO PARA OS EUA E
CONDENADO POR PORTE DE ARMAS

1989/1990
INTERVENÇÃO EM GRANAÇA
CONTRA UM GOVERNO PRO-CUBANO
PARA SALVAR ESTUDANTES AMERICANOS
QUE ESTARIAM AMEAÇADOS

1982/1983
INTERVENÇÃO NO LÍBANO

1965/1975
GUERRA DO VIETNAM

1965
INTERVENÇÃO NA REPÚBLICA DOMINICANA
O BRASIL PARTICIPOU

1950/1953 - GUERRA DA CORÉIA

1941/1945 - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1926/1933 - INTERVENÇÃO NA NICARÁGUA

1918/1924 - INTERVENÇÃO NO HAITI

1917/1919 - INTERVENÇÃO EM CUBA

1917/1918 - PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

1915/1916 - INTERVENÇÃO NA REPÚBLICA DOMINICANA

1915/1916 - INTERVENÇÃO NO HAITI

1911/1912 - INTERVENÇÃO EM HONDURAS

1909/1916 - INTERVENÇÃO NA NICARÁGUA

1903 - INTERVENÇÃO NO PANAMÁ

1900 - INTERVENÇÃO NA CHINA

1898/1902 - CAMPANHA CONTRA OS REBELDES NAS FILIPINAS



¹⁴ Drucker, Peter F., As Novas Realidades, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1989.

País	Superfície (Mil. Km²)	Pop. * (Milh. Hab.)	Efetivo FA *		PIB ** (Bil. U\$)	Orçamento FA	
			-	%		(Milh. U\$)	%
Rússia	17.075,2	148,9	1.520.000	1,0	721,2	63.000,0	8,7
Canadá	9.970,6	28,1	70.500	0,2	639,8	8.140,0	1,3
China	9.571,3	1.201,2	2.930.000	0,2	2.978,0	7.480,0	0,3
Estados Unidos	9.372,6	263,1	1.547.300	0,6	6.259,8	263.000,0	4,2
BRASIL	8.547,4	161,3	295.000	0,2	886,3	7.230,0	0,8
Índia	3.287,2	934,2	1.145.000	0,1	1.253,0	8.120,0	0,6
Argentina	2.766,8	34,2	67.300	0,2	270,5	3.140,0	1,2
França	543,9	58,1	409.000	0,7	1.080,0	40.500,0	3,8
Japão	377,8	125,2	239.500	0,2	2.527,0	53.800,0	2,1
Alemanha	356,9	81,1	234.000	0,3	1.344,0	34.020,0	2,5
Itália	310,2	57,8	328.700	0,6	998,9	16.000,0	1,6
Grã-Bretanha	258,2	58,2	236.900	0,4	1.045,0	34.480,0	3,3

Fontes: (*) The Military Balance 95/96(**) Cia. World Factbook

Observemos também como anda o mercado de armamento no mundo.

Dentre os principais exportadores estão aqueles países que compõem os principais organismos de deci-

são do mundo: G7, OCDE, FMI, Conselho de Segurança da ONU, Clube de Paris, o MTCR, entre outros.

Dentre os principais importadores, estão os países envolvidos em conflitos.

Outra conclusão é a de que não há realmente compromisso com o desarmamento mundial. O que está ocorrendo, na verdade, é uma desmobilização pós-Guerra Fria e uma troca de efetivos por tecnologia avançada e de maior letalidade.

E por que isso?

A resposta pode ser encontrada nas entrelinhas do pensamento de chefes militares e políticos de países importantes com estatuto político-estratégico mundial.

Vejamos inicialmente que disse o General Colin Powell, um ano após a Guerra do Golfo, onde desempenhou as funções de Chefe

MERCADO DE ARMAMENTO

PAÍSES EXPORTADORES DE ARMAS

Em Milhões de Dólares



FONTE: IHS

PAÍSES IMPORTADORES DE ARMAS

Em Milhões de Dólares



Estado-Maior Conjunto, principal função militar no governo americano.

É interessante relacionar essa afirmação com a idéia da inexistência de inimigos que induz à questão *Forças Armadas, Para Que?* É igualmente importante saber

que o General Powell, um republicano, está sendo cogitado para participar da segunda Administração Clinton.

Mas continuemos com os pontos de vista importantes. Vejamos o que disse outro chefe militar proemi-

nente, o General Gordon Sullivan, que era, até a pouco, o Chefe do Estado-Maior do Exército americano, ao se referir à remodelação da Força Terrestre do seu país.

Conheçam também quanto vai custar essa remodelação.

**"A AMEAÇA REAL QUE AGORA
NÓS ENFRENTAMOS É A AMEAÇA
DO DESCONHECIDO, DA
INCERTEZA, PORTANTO,
A AMEAÇA É A INSTABILIDADE E
O FATO DE SE ESTAR
DESPREPARADO**

**PARA MANEJAR UMA CRISE
OU UMA GUERRA QUE NINGUÉM
PREVIU OU ESPEROU."**

Gen. COLIN POWELL, U.S. ARMY
CHAIRMAN - JOINT CHIEFS OF STAFF
The National Military Strategy - 1992

UMA VISÃO DO FUTURO

**"PARA ALCANÇAR O MÁXIMO
DE VERSATILIDADE NO
AMBIENTE AMBÍGUO DE HOJE,
ESTAMOS ORGANIZANDO UMA
FORÇA FUNDAMENTADA EM
SUAS CAPACIDADES -
UM EXÉRCITO TALHADO PARA
SER EFICAZ CONTRA
QUALQUER AMEAÇA, EM QUAL-
QUER AMBIENTE."**

Gen. GORDON SULLIVAN
Military Review - 1995

ORÇAMENTO AUTORIZADO PARA O DEPARTAMENTO DE DEFESA AMERICANO (EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Pessoal	69,6	69,8	69,2	70,0	71,1	73,1
Operações e Manutenção	93,6	89,2	88,5	90,0	92,2	95,8
Aquisições	42,3	38,9	45,5	50,5	57,7	60,1
Pesquisa e Desenvolvimento	34,9	34,7	35,0	33,7	31,9	31,7
Construção	6,9	5,3	4,7	4,6	4,1	4,1
Residências	4,3	3,9	3,8	4,1	4,1	4,1
Fundos e Outros	0,2	0,8	1,5	1,3	0,5	0,6
TOTAL	251,8	242,2	248,1	254,2	261,6	269,5

Fonte: Armed Forces Journal

Agora, conheçamos o pensamento do Presidente Jacques Chirac. Discursando na Escola Militar, em Paris, no início deste ano, na abertura dos trabalhos escolares, ele começa por lembrar que a força armada é um corpo vivo que evolui ao ritmo das missões que a nação lhe confia, adaptando-se às exigências de sua segurança, às ambições de seu povo, às dificuldades de seu meio ambiente. E também lembra De Gaulle, em 1932, quando escreveu *nós não devemos conservar o Exército a que estamos acostumados, mas construir o Exército de nossas necessidades*. Então afirma: *Nossas fronteiras estão em paz, mas o mundo próximo de nós ainda não está. Uma velha e grande nação como a nossa não pode se abandonar, não tem o direito de abaixar sua guarda. Ela deve contar com sua força armada para sustentar seus engajamentos, mas também para sustentar a missão que a História lhe legou. Hoje, nós devemos, uma vez mais, nos adaptar ao mundo tal como ele é, e não como nós o desejamos... Senhoras e Senhores, a França espera de suas For-*

ças Armadas, como no passado, que elas garantam a proteção aos seus interesses vitais, o respeito de seus engajamentos internacionais e que elas lhe permitam assumir os deveres que lhe impõem suas responsabilidades particulares. E arremata:

**"... O TEMPO DE INTERROGAÇÃO
JÁ PASSOU. NÓS DEVEMOS
AGIR TODOS EM CONJUNTO
PARA QUE A FRANÇA
ENTRE NO SÉCULO XXI
MAIS FORTE E
MAIS RESPEITADA."**

JACQUES CHIRAC
Presidente da França
(Abertura do Ano Letivo
na Escola Militar - 1996)

No dia 25 de abril de 1991, numa reunião conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, realizada em Washington, o Sr. Robert McNamara, ex-Secretário de Defesa dos EUA e ex-Presidente do Banco Mundial, apresentou um "paper" intitulado "O Mundo Pós-Guerra Fria e suas implicações nos Organismos Militares dos países em desenvolvimento". Esse documento, que passou a ser conhecido como *Doutrina McNamara*, propõe a virtual eliminação

das Forças Armadas dos países em desenvolvimento para que dirijam seus recursos para suas necessidades econômicas. Sugere a criação de um Exército supranacional, sob direção do Conselho de Segurança das Nações Unidas, encabeçado pelos EUA.

Essa proposta com substancia um plano dos estrategistas da "Nova Ordem Mundial", e claramente mostra a intenção de enfraquecer as soberanias nacionais. No que se refere à América Latina, diminuindo o poder de suas Forças Armadas, propiciaria o saque de seus recursos naturais e a alienação de seu patrimônio estratégico.

John Kenneth Galbraith, conhecido pensador social democrata norte-americano, em livro recentíssimo,¹⁵ busca os parâmetros que permitam a construção de uma sociedade justa. No capítulo referente ao poder militar a ser instituído por essa sociedade ele observa que esse poder continua controlando para os próprios propósitos recursos que, se usados no apoio à ren-

¹⁵ Galbraith, John Kenneth, *A Sociedade Justa*, Ed. Campus, 1996.

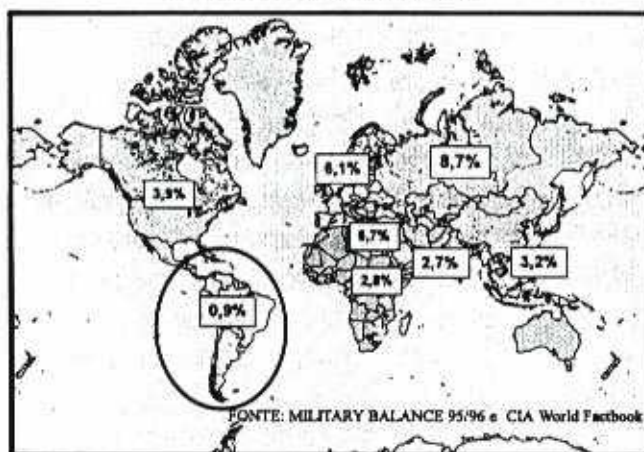
básica, na criação de empregos, em habitações e na atenção aos toxicômanos, agravariam a crise nas áreas pobres dos centros das cidades.

E estaria Galbraith sonhando com utopias ou estaria se ajustando ao pensamento de McNamara? Fala o pacifista ou pensa o estrategista?

O BRASIL E A PAZ

O continente sul-americano é a região mais pacífica e desarmada do nosso planeta. Senão, vejamos:

PERCENTUAIS DOS PIB REGIONAIS GASTOS COM DEFESA



América do Sul (Gastos Militares)

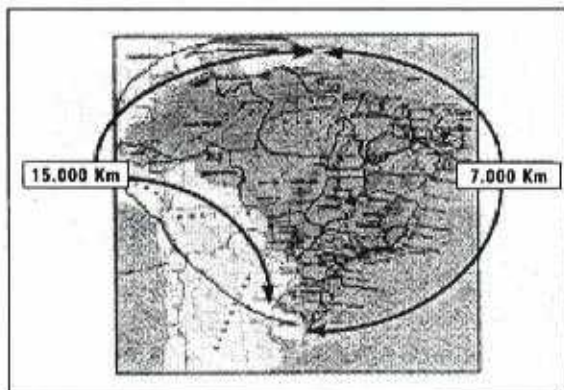
País	Superfície (Mil. Km ²)	Pop. * (Milh. Hab.)	Efetivo FA *		PIB ** (Bil. U\$)	Orçamento FA *	
			—	%		(Milh. U\$)	%
BRASIL	8.547,4	161,3	295.000	0,2	886,3	7.230,0	0,8
Argentina	2.766,8	34,2	67.300	0,2	270,5	3.140,0	1,2
Peru	1.285,2	23,6	115.000	0,5	73,6	784,0	1,1
Colômbia	1.141,7	35,1	146.400	0,4	172,4	923,0	0,5
Bolívia	1.098,5	8,1	33.500	0,4	18,3	136,0	0,7
Venezuela	912,0	21,8	79.000	0,4	178,3	890,0	0,5
Chile	756,6	14,2	99.000	0,7	97,7	1.170,0	1,2
Paraguai	406,7	4,9	20.300	0,4	15,4	107,0	0,7
Equador	272,0	11,7	57.100	0,5	41,1	550,0	1,3
Guiana	214,9	0,8	1.600	0,2	1,4	7,0	0,5
Uruguai	176,2	3,1	25.600	0,8	23,0	302,0	1,3
Suriname	163,2	0,4	1.800	0,4	2,8	12,0	0,4
G. Francesa	91,0	0,1	—	—	0,8	—	—

Fontes: (*) The Military Balance 95/96 (**) Cia. World Factbook



**PRESERVAÇÃO DOS
INTERESSES VITAIS DO BRASIL**

- 1ª REFERENCIAL FIXO
 - INTEGRIDADE TERRITORIAL
 - UNIDADE NACIONAL
 - PATRIMÔNIO CULTURAL
- 2ª CONTINENTALIDADE
 - SOLO
 - SUB-SOLO
- 3ª ESPAÇO AÉREO SUPERIOR
 - COMUNICAÇÕES
 - SENSORIAMENTO REMOTO
- 4ª MARITIMIDADE
 - PLATAFORMA CONTINENTAL
 - PETRÓLEO (80%)
 - ROTAS MARÍTIMAS (92%)
- 5ª BRASIL DESENVOLVIDO, JUSTO E DEMOCRÁTICO



Mas o Brasil é um país com estatura político-estratégica própria.

Nosso país tem interesses vitais característicos que definem esta estatura.

Necessita uma estratégia militar que defina o preparo e o emprego de suas Forças Armadas calcadas nos seguintes parâmetros (pág. 32 lado):

E por que precisa disso

**OS VETORES
DA INCERTEZA**

Alguns temores têm atormentado a população mundial neste fim de século: o excessivo crescimento demográfico, a crise de desemprego, a poluição e destruição dos ecossistemas, o uso indiscriminado das reservas ambientais que assegurariam a sobrevivência da humanidade (que estariam localizadas justamente nos países com população mais despreparada para esse manejo), o narcotráfico, o terrorismo, o fanatismo religioso.

Esses vetores têm levado alguns estudiosos de renome internacional e distintas e notáveis personalidades mundiais a estabelecerem uma nova adjetivação para a soberania. Desta forma



PREMISSAS DO PREPARO E EMPREGO ESTRATÉGICO

- 01 - ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL.
- 02 - DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO DO PODER NACIONAL.
- 03 - POSTURA ESTRATÉGICA DEFENSIVA.
- 04 - FORÇAS NÃO NUCLEARES.
- 05 - "CENÁRIOS 2.000".
- 06 - ABORDAGEM DE PLANEJAMENTO "TOP DOWN".
- 07 - OPÇÃO PELA QUALIDADE E RACIONALIDADE.
- 08 - DISSUAÇÃO (DEFENSIVA).
- 09 - MATRIZ TECNOLÓGICA DUAL.
- 10 - INTEROPERACIONALIDADE.
- 11 - VERSATILIDADE, POLIVALÊNCIA E MOBILIDADE.
- 12 - MOBILIZAÇÃO.
- 13 - CONTRIBUIÇÃO PARA A PAZ, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA.
- 14 - COMPROMISSO COM A AUTOESTIMA DECORRENTE DA INVENCIBILIDADE DAS ARMAS NACIONAIS.

apareceram termos como: *soberania limitada, restrita ou compartilhada*. E a admitir o dever de ingerência e a intervenção humanitária. No caso do Brasil convém lembrar que somos o quarto país do mundo em terras contínuas, correspondendo a 5,8% das terras

emersas do globo; que sua população, embora alcance quase 160 milhões de pessoas, ainda é muito litorânea e essencialmente urbana (quase 90%); que a nossa Amazônia, 54% do Brasil, é um vazio do ecúmeno e abriga riquezas incalculáveis, entre elas o maior banco bio-

genético, a maior reserva de água doce e a maior área de terras agricultáveis ainda virgens deste planeta (fora as riquezas minerais conhecidas).

Nesse contexto; qual o tipo de soberania que pretendemos, poderemos ou deveremos ter?

CONCLUSÃO

Somos uma democracia multirracial, com um forte sentimento de unidade e identidade nacionais aliado a uma unidade lingüística e religiosa, constituindo um exemplo de convivência fraterna, sem nenhum contencioso com nossos dez vizinhos e com os quais vivemos em paz há 126 anos.

No entanto a pergunta *Forças Armadas, Para Que?* já não cabe mais.

O que cabe discutir é que tipo de Forças Armadas devemos ter. Porque essa resposta também define o tipo de nação que queremos ser.

Nossas Forças Armadas têm convivido com algumas vulnerabilidades que afetam o seu desempenho: a questão orçamentária; a difícil situação da indústria nacional de material de defesa; a inadequação das estruturas militares de paz e guerra; a

questão da valorização do homem e o desconhecimento sobre as Forças Armadas.

Em recente palestra no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Leonel, ao tratar da questão do estamento militar no limiar do século XXI, afirmava que a desinformação da sociedade brasileira sobre as Forças Singulares e sobre os militares era um dos grandes óbices para o equacionamento dos problemas militares, e que, sob esse manto, estavam o desconhecimento, o preconceito e até motivos ideológicos, os quais já deveriam há muito estar sepultados.

Naquela ocasião, ensinava que as transformações em curso traziam reflexos no campo militar com as seguintes características: instabilidade e incerteza dos

cenários estratégicos; rápida e continuada evolução da doutrina; obsolescência constante da tecnologia; possibilidade de ampla e rápida repercussão dos fatos; descentralização das operações militares; atuação em ambientes operacionais contrastantes; e, entre outras, o cumprimento de missões de variadas naturezas, desde operações de combate, até operações de paz.

Complementou o seu pensamento afirmando que o grande desafio que enfrentaremos será, portanto, o de ajustar a nossa organização, o seu desempenho e, especialmente, seus recursos humanos às variáveis desses novos tempos.

Como podem ver, cada tema desses comporta quase uma nova palestra, o que comprova a tese da desinformação, levantada pelo General Leonel.

É por isso que se torna importante a presença do pensamento militar nas Universidades, para que se discuta, junto às nossas elites, essa relação entre as Forças Armadas e a sociedade, a qual são instrumento pelo qual a Nação alcance atingindo seus interesses maiores: a paz e justiça social, além de atingir também, no contexto das nações, o patamar que a sua estatura político-estratégica lhe dá direito.

Por derradeiro, trago uma reflexão do leitor o pensamento muito claro do major dos civilistas brasileiros:

A fragilidade dos meios de resistência de um povo peracorda nos vizinhos nessa rebenévolos veleidades inonadas; converte contra imagin os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fdescontes, os mansos em agresuvenvos. (Rui Barbosa, "Carta aberta Inglaterra")

A Amazônia e os Interesses Estrangeiros, do Segundo Reinado ao Desafio da Nova Ordem Mundial¹

Lydia M. Gardner

Produção de matéria publicada no Caderno de Estudos Estratégicos (nº 3, Esp, Mar/96) do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) apresenta uma análise retrospectiva e prospectiva das ameaças à soberania do Brasil desde o período colonial.

A Amazônia tem sido foco de interesse internacional desde a época dos descobrimentos. No período que se seguiu, a região tornou-se um reino de fantasia que aguçou a imaginação de aventureiros e a busca de civilizações desconhecidas, da fonte de entude, ou do índio com o ouro, o fabuloso El Dorado. No século XIX, o foco de interesse passou a ser o comércio, imigração e navegação do rio Amazonas. No século XX, o foco, mais uma vez, reatou-se com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando, por considerações



estratégicas e acesso a matérias-primas para substituir as caídas em mãos dos japoneses, a Amazônia brasileira foi considerada região essencial para a vitória aliada. Presentemente, o foco na Amazônia é global, com a região sendo considerada es-

sencial para a preservação da qualidade de vida no planeta.

Até a Segunda Guerra Mundial, a soberania brasileira sobre a Amazônia foi sempre reconhecida. Todavia, é possível que a natureza dessa soberania venha a

¹ Professora da Southwest Texas State University
Financiado pelo PADECEME.

ser modificada, em vista dos argumentos que estão sendo desenvolvidos em fóruns internacionais, onde alguns aspectos da Nova Ordem Mundial estão sendo articulados e definidos. Alguns desses argumentos são baseados em atitudes políticas do mundo atual; outros são redefinições de posições que remontam ao século passado, baseadas em atitudes culturais dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento. É quase certo que a tendência da Nova Ordem Mundial será em direção a uma ordem mais global do que a que presentemente temos, na qual parte dos conceitos tradicionais de nação e soberania absoluta, em vigor até meados do século XX, dará lugar a uma soberania limitada, sob a influência de forças até então não associadas ao exercício da soberania absoluta.

Nos meados do século XIX, o foco, na Amazônia, partiu de interesses americanos, que advogavam a abertura da região ao comércio, à imigração e à colonização. Esse movimento incluía várias visões, desde a aplicação de "destino manifesto" de expansão dos EUA, à idéia sobre a superioridade da raça

anglo-saxônica, única capaz de realizar a missão de "civilizar" várias partes do mundo. Seu melhor exemplo era o grupo conhecido como *Young America*, que advogava a derrubada das monarquias européias e sua substituição por repúblicas, com a *ajuda encoberta do governo dos EUA*. Contava, em 1855, com um representante no governo, o subsecretário de estado americano Ambrose Dudley Mann.²

Incluído nesse conceito, mas não expresso claramente, estava a expansão dos EUA ao sul do Rio Grande, através da América Central e da Amazônia. As expedições científicas estrangeiras do século XIX na América do Sul grandemente concorreram para este fim.

No início de 1850, o governo dos EUA começou a conduzir o *mais ambicioso projeto de levantamento do território do Novo Mundo desde os dias dos conquistadores*,³ incluindo os territórios do Peru, Chile, Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil, através da exploração das bacias hidrográficas

do Rio da Prata e do Amazonas. Desses projetos, levantamento da bacia do Amazonas pelas expedições dos tenentes William Lewis Herndon e Lardner Gibbon em 1851-1852, foi o mais ambicioso e contencioso. Apresentada oficialmente como uma viagem de estudos, essa exploração tinha uma segunda agenda que enquadrava nos planos do diretor do Observatório Naval dos EUA, Matthew Fontaine Maury, para a Amazônia brasileira: a abertura do rio Amazonas ao comércio externo e à expansão dos EUA na Amazônia.

Desde seu descobrimento por Pizon, em 1500, o vale do Amazonas tinha permanecido fechado à navegação estrangeira, primeiro por Portugal, quando tomou posse da região e, depois pelo Brasil no período imperial. Pelos meados do século XIX, com a idéia de progresso e de civilização sob a égide da raça saxônica ligada à expansão comercial, abertura de novos mercados e acesso a riquezas naturais, o isolamento da Am

² Ivor Debenham Spencer, *The Victor and the Spoils*, Providence, Brown University Press, 1959, pp. 225-226.

³ J. Valerie Fifer, *United States perceptions of Latin America, 1850-1930*, New York: Manchester University Press, 1991, p. 6.

zônia p
anoma
sanada
leiro e
possí
de sua
meçou
a cam
Maury
no am
forçar
Amaz
Ne
cretári
em co
cretári
a inter
to de
medid
cidade
vegaç
seus t
dos pr
dido d
no bra
corver
na sub
missã
no im
tou na
ção d
Made

⁴ Percy A
to the V
1918), p

⁵ Fifer, p
Washing
Dozer, "I
Hispanic
in pp. 22

⁶ Martin,

zônia parecia a muitos uma anomalia que deveria ser sanada pelo governo brasileiro o mais rapidamente possível, com a decretação de sua abertura. Assim começou, em 1850, nos EUA a campanha liderada por Maury para engajar o governo americano no esforço de forçar o Brasil a abrir o Amazonas à navegação.

Nesse mesmo ano, o Secretário de Estado dos EUA, em correspondência ao Secretário da Marinha, revela a intenção do Departamento de Estado de *considerar medidas assegurando para cidadãos americanos a navegação do Amazonas e de seus tributários*,⁴ sendo um dos primeiros passos o pedido de permissão ao governo brasileiro para que uma corveta de guerra americana subisse o Amazonas, permissão negada pelo governo imperial, mas que resultou nas viagens de exploração dos rios Amazonas e Madeira, pelos tenentes

Herndon e Gibbon, iniciadas no Peru e na Bolívia, mas sem a permissão do governo brasileiro. As instruções para o colhimento de dados por essas viagens foram dadas por Maury e incluíam o maior número possível de *les sobre a região, tais como: a navegabilidade dos rios; o número e as condições industriais e sociais de seus habitantes, seu comércio e produtos; clima, (qualidade do) solo e produção; capacidade de cultivo, tipo e extensão das riquezas comerciais não desenvolvidas em qualquer área, fossem elas na floresta, nos rios, ou nas reservas minerais*, dados que foram colhidos e publicados nos EUA por Herndon e Gibbon.⁵

Esperava-se que os resultados dessa missão exercessem uma pressão de tal monta, que o governo brasileiro seria levado a capitular e abrir o vale do Amazonas à navegação e ao comércio estrangeiros, considerado

por Maury um ato *absolutamente necessário para o bem-estar e prosperidade dos EUA e da América do Norte*.⁶

Ostensivamente, então, a abertura do Amazonas era defendida nas bases de progresso, de comércio e de pôr-se o Brasil ao nível dos países civilizados. O problema, entretanto, é que havia um componente secreto na campanha da abertura do Amazonas que punha em disputa o direito de soberania brasileira sobre a região, baseado em argumentos que demonstravam a ascendência dos direitos dos EUA sobre os do Brasil e em medidas incrementais para eventualmente incorporar a Amazônia aos EUA como uma colônia econômica, na forma de uma República Amazônica.

Um dos argumentos era o geográfico. Maury considerava a bacia Amazônica como uma extensão do vale do rio Mississippi, tendo chegado a essa conclusão pelos seus estudos em oceanografia, nos quais ele observou que um tronco (de madeira) lançado pelo rio Amazonas, boiando no oceano, seria carregado pelas correntes ao mar das Antilhas, chamado por ele *o nosso mar*, passa-

⁴Percy Alvin Martin, "The Influence of the United States on the Opening of the Amazon to the World's Commerce", *Hispanic American Historic Review*, vol. I, n. 2, (Março, 1918), pp. 146-162.

⁵Efer, pp. 10-11, cita W. L. Herndon, *USN, Exploration of the Valley of the Amazon*, Washington D.C., 1853 e 1854, I, p. 24, Vol. II, L. Gibbon, *USN*, 1854; Donald Marquand Dozer, "Matthew Fontaine Maury's Letter of Instruction to William Lewis Herndon", *Hispanic American Historic Review*, Vol. 28, (Fevereiro, 1949), pp. 212-228, Instructions in pp. 221-225.

⁶Martin, p. 151.

ria pela desembocadura do Mississipi através do Canal da Flórida, indo à corrente do Golfo.

Outro argumento era a distância. A foz do rio Amazonas é mais próxima de Nova Orleans e Nova Iorque do que do Rio de Janeiro. Dessa forma, a bacia do Amazonas assim ligada à do Mississipi, oferecia um dos pretextos para os EUA pressionarem o Brasil.⁷

Um terceiro argumento era o racial. Embora Maury nunca tivesse viajado pela região, sua opinião era baseada na doutrina de inferioridade da raça hispânica. Nas instruções de viagem que ele deu a Herndon, a questão, diz ele, *é se o vale do Amazonas será povoado por uma raça imbecil e indolente ou por uma raça que tem a energia e iniciativa de dominar a floresta e explorar os grandes recursos naturais nela escondidos*.⁸

Essa noção de que somente a raça saxônica tem a habilidade de trazer desenvolvimento e progresso persiste nos dias de hoje, embora não mais articulada nos termos postos por Maury.

Finalmente, o apelo ao argumento político. Maury via na Amazônia uma solução para o dilema da União Americana na questão da escravidão, passando a advogar que a Amazônia fosse colonizada pelos brancos sulistas com os seus escravos. Essa colonização não seria necessariamente num futuro imediato, mas, à medida que a *pressão da população escrava nos EUA o exigisse*. O que Maury desejava era que a Amazônia desse, aos estados americanos do sul do seu país, essa segurança de que haveria uma válvula de escape no caso de a pressão populacional escrava pôr em perigo a União Americana,

pois aqueles estados poderiam canalizar os excedentes vitais populacionais para o território brasileiro.⁹ Essa opinião sobre a colonização de brancos sulistas e seus escravos, aliada à exploração comercial da região por comerciantes americanos, transformaria a região em uma *colônia americana* e, eventualmente, levaria ao *estabelecimento da República* no D. *Amazônica*.¹⁰

A correspondência de Maury a Herndon deixa clara a razão pela qual ele aconselhou Herndon a não descartar os *objetivos reais* de sua viagem, pois essa viagem de exploração era apenas o primeiro passo em direção à *implantação da República* na Amazônia.¹¹

O resultado da pressão exercida por Maury produziu efeitos inesperados. Pardo ao Brasil, a recusa do governo imperial de abrir o Amazonas ao comércio estrangeiro levou Maury a iniciar uma campanha de difamação contra o Brasil nas imprensas dos EUA e da Europa, e que, eventualmente tornou-se um assunto de Estado e levou Pedro II a convocar o Conselho de Estado em 1º de abril de 1854, para discutir a abertura do Amazonas à navegação es-

⁷ John P. Harrison, "Science and Politics: origins and Objectives of Mid-Nineteenth Century Government Expeditions to Latin America", *Hispanic American Historic Review*, Vol. 35, (Maio, 1955), pp. 175-202; Martin, p. 152, cita Maury.

⁸ Dozer, p. 217, cita correspondência de Maury e Herndon.

⁹ Whitfield J. Bell, Jr. "The Relation of Herndon and Gibbon's Exploration of the Amazon to North American Slavery, 1850-1855", *Hispanic American Historic Review*, Vol. 19, (1939), pp. 494-503, cita Maury, p. 498; Nícia Vilela Luz, em *A Amazônia para os Negros Americanos*, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968, analisa este plano.

¹⁰ Dozer, pp. 217-218, cita correspondência de Maury a Herndon.

¹¹ *Ibid.*, p. 221.

geira, incluindo os Estados vizinhos do Brasil.¹²

Numa das mais longas opiniões emitidas pelo Conselho Pleno, a qual deveria ser dada porque enuncia claramente a distinção entre *direito perfeito* (que é acompanhado de constranger externamente) e *direito imperfeito* (que é destituído desse direito) os conselheiros baseiam-se no Direito das Gentes e nas leis das Nações, para afirmar e defenderem o *direito perfeito* de soberania brasileiro sobre o rio Amazonas, a qual estava sendo ameaçada por novas interpretações dadas pelos EUA às leis internacionais, destinadas a estabelecer e sustentar doutrinas que favorecessem as suas pressões de romper pelo Mississippi, mar a dentro.¹³

Os conselheiros de Estado estavam perfeitamente conscientes do impulso expansionista dos EUA que, de acordo com eles, *têm um direito de ocupação e anexação irresistível ... por meio da migração dos aventureiros*, concluindo que a imi-

gração americana para o Amazonas seria um imenso perigo, ao analisarem a expansão territorial dos EUA desde a anexação do Texas, da Califórnia, do Novo México, da eventual anexação da ilha de Cuba e das restantes províncias do México, faltando apenas a América Central, que certamente seria incorporada, quando então o Brasil ver-se-ia confrontado com o vizinho poderoso nas fronteiras do Amazonas.

Os conselheiros estavam ainda cientes do ominoso discurso de posse do Presidente Franklin Pierce que, praticamente, invocou o direito de extraterritorialidade para qualquer cidadão americano residindo no exterior,¹⁴ daí antecipando, com precisão, o plano secreto de Maury para a sua República Amazônica mas já usado em outras anexações: levantamento do território, suas riquezas e possibilidades através de expedições científicas; ocupação, primeiro através de colonização, controle de território, enclave cultural; e quando fortes interesses econômicos estivessem em disputa, apelo à pátria, seguido de uma separação e anexação aos EUA.

Eventualmente, o Brasil permitiu a navegação do Amazonas pela empresa brasileira do Visconde de Mauá e a tragédia da Guerra Civil Americana passou a ocupar as atenções dos americanos. Mas, ainda assim, a Amazônia continuou a ser vista como solução para problemas dos EUA, em planos feitos à revelia do Brasil.

O Ato do Congresso dos EUA em 1861, declarando livres os escravos em territórios libertados pelas tropas da União, apresentou àquele governo o problema do que fazer com os libertos. Uma idéia aventada pelo Presidente Lincoln era a da aquisição de terras para colonização em áreas de clima adaptado à raça negra, termo que deve ser entendido como fora dos EUA. Os vários governos coloniais do Caribe não se mostraram interessados, e as repúblicas da América Central tanto se alarmaram que, imediatamente, pediram esclarecimentos ao governo americano.

Não obstante, a idéia foi recebida com entusiasmo pelo Ministro dos EUA no Rio de Janeiro, General James Watson Webb que, imediatamente, preparou um plano para a colonização da

do Conselho de Estado, Vol. II, José Rodrigues, ed., Brasília, Centro do Senado Federal, 1978, pp. 140-

pp. 143, 147-148.

pp. 178-179.

Amazônia pelos negros americanos, sem previamente consultar o governo do Brasil.

Em sua correspondência com o Secretário de Estado americano, o General Webb assegura, quase com certeza, que o Brasil estaria não somente "disposto" mas até "ansioso" pelos benefícios de tal colonização.¹⁵ Em 1862, Webb apresentou, ao Marquês de Abrantes, Ministro dos negócios Estrangeiros do Brasil, três propostas nesse sentido, que foram levadas ao conhecimento de Pedro II, as quais aparentemente não foram recebidas com o entusiasmo previsto por Webb, se considerarmos a reação do Imperador, que assim anotou em seu diário: *O Abrantes apresentou três propostas do ministro americano, cujo fim é para o vale do Amazonas principalmente, os negros que se libertassem nos EUA! Abrantes ficou de tirar cópias de tão singulares*

*propostas e de responder como convém ao Webb.*¹⁶

A proposta não teve andamento.

A defesa da Amazônia pelo governo Imperial é um dos episódios da História do Brasil que deve ser periodicamente consultado, para reavivar nas classes governantes a percepção de quais são os interesses nacionais que ali estão envolvidos e a conscientização de que, interesses outros, que não brasileiros, sempre estiveram presentes, defendidos pelos que, no Brasil, advogavam a abertura irrestrita do Amazonas, como aquele crítico acerbo, Tavares Bastos. O fato é que existiam, na problemática da Amazônia, considerações geopolíticas de grande monta. O governo Imperial percebeu de imediato o perigo de permitir a colonização americana sem que a região fosse primeiramente povoada por brasileiros, pois o território era particularmente vulnerável no que tangia a ocupa-

ção humana quase 2/3 de cultivo não era devidamente ocupado. Pedro II articulou exatos pontos com clareza absoluta em seu diário: ... *quanto Amazonas, sempre tive o céu dos EUA.*¹⁷ Não é uma coincidência que, a partir de 1850, o governo reavivou a forma de ocupação dos territórios, através de colônias militares, simplesmente para estabelecer o *uti possidetis*.

A ambição de Maury para uma República Amazônica não pode ser considerada um caso único. Outros Estados não vogavam que todo o Brasil se tornasse uma possessão americana. John Codman, em sua descrição dos meses que passou no Brasil em 1865, tem um capítulo sobre sua *Memória* onde abertamente advoga que a Doutrina Monroe fosse estendida ao Brasil – *Vamos fazer dele (Brasil) um estado americano, sem o processo de anexação.* A sua sugestão é o modelo de proteção usado pelas potências coloniais européias na África, Ásia e Oriente Médio, no qual o sistema de governo do Brasil continuava, mas a direção do governo, da alfândega, do correio postal das cortes judiciárias, deveria ser exercida por norte-americanos, bem assim

¹⁵ N. Andrew Cleven, "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America", *The Journal of Negro History*, vol. XI, 1926, pp. 35-49; Luz, *A Amazônia para os Negros Americanos*.

¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda, Prefácio, em Luz, *A Amazônia para os Negros Americanos*, pp. 11.

¹⁷ Dom Pedro II, *Diário de 1862*, Separata do Anuário do Museu Imperial, vol. 17, Petrópolis, 1956, p. 73.

cultivo do solo e o maquinário. Quanto aos índios e africanos, da mesma maneira que estavam desaparecendo nos EUA, eventualmente também desapareceriam no Brasil e no mundo, e até prevê que o Protestantismo seria eventualmente a religião do Brasil.¹⁸

Até meados do século XX, a visão de estrangeiros da Amazônia não mudou significativamente. Quando, durante a Segunda Guerra Mundial, o Acordo Brasil-Estados Unidos de Materiais Estratégicos levou à criação da Rubber Reserve Company, agência encarregada da compra de toda a borracha brasileira pelo Ministério do Comércio dos EUA, os dois países deram interpretações diferentes ao documento. A do Brasil era a que tinha somente a obrigação de vender a produção de borracha aos EUA, enquanto que a dos EUA era a

que também passava a distribuir e estabelecer quotas de borracha para as nações latino-americanas, costumeiramente supridas pelo Brasil, criando, então, o problema de suprimento da Argentina e do Chile, dois países recalcitrantes em aderirem à política americana. Foi necessário que o Brasil se opusesse a tal desígnio, expressando claramente o desejo de que a venda e o transporte de pneus fosse controlado pelo Brasil, a fim de manter relações comerciais com as repúblicas da América Latina.¹⁹

Os planos para a Amazônia como fonte de material estratégico, tornaram-se grandiosos. As dificuldades de comunicação levaram Nelson Rockefeller, em 1943, como coordenador dos Assuntos Interamericanos, a pedir um estudo para determinar como seria possível a abertura de um

caminho fluvial ligando os rios Orinoco-Casiquiare-Negro-Amazonas, da cidade de Belém, no Brasil, à cidade de Bolívar, na Venezuela, passando pela Colômbia, e ligando assim dois dos mais importantes rios da América do Sul, o Orinoco e o Amazonas.

O estudo, finalizado em 1943, oferecia três planos, o mais ambicioso sendo o que previa a construção de um canal entre porto Ayacucho e São Gabriel através de uma série de diques.²⁰ O levantamento de uma área da Amazônia que se estendia por três países, com planos integrados para a exploração da borracha nos mesmos, foi articulado, pelo Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, que estava preparado para defender a Amazônia militarmente caso o teatro de guerra passasse da Europa para as Américas.²¹

O fim da guerra, em 1945, e a invenção da borracha sintética removeram o interesse pela borracha amazônica, mas a visão da Amazônia para estrangeiros continuou a ser a mesma do século XIX.

Se, em 1850, Maury confidencialmente indicava ao Tenente Herndon que sua

¹⁸ John Codman, *Ten Months in Brazil*, Nova Iorque, James Miller Publisher, 1872, pp. 143-144, 149.

¹⁹ *Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers - 1942*, Vol. V, The American Republics Washington: United States Government Printing Office, 1962, Ano 1942, pp. 674-729.

²⁰ Robert L. Pollar, "The Orinoco-Casiquiare-Negro Waterway plan of 1943", Projeto, Curso de História Latina Americana, Abril 1993, Southwest Texas State University, descreve o estudo e cita: Report on Orinoco-Casiquiare-Negro Waterway, Venezuela-Colômbia-Brasil. Atlanta: Corps of Engineers, U.S. Army, Office of Division Engineer, South Atlantic Division, 1943.

²¹ *Foreign Relations*, p. 683.

visão era, em última análise, a criação de uma República Amazônica, um dos especialistas norte-americanos que estudaram a Amazônia durante o período da Segunda Guerra Mundial revela a mesma opinião. Num artigo publicado nos EUA, em 1951, traduzido e publicado no *Boletim Geográfico*, em agosto de 1951, o geógrafo Edward C. Higbee, ao descrever o atraso da Amazônia, conclui que a Amazônia progrediria mais se as terras mais acessíveis pelos seus rios fossem consolidadas num estado independente salientando que a idéia de tal regime não aparece nos relatórios dos técnicos.²²

Assim, no entender de estrangeiros do século XIX até meados do século XX, à raça ibérica faltava a energia, o desejo, a visão e os conhecimentos téc-

nicos para promover o desenvolvimento político e econômico da América do Sul, inclusive da Amazônia. O modelo até então articulado por estrangeiros e brasileiros, com o fim de preservar a soberania sobre a região, era o de ocupação humana para sanar o problema de esparsa população, de

em seu estado natural faziam parte do modelo. Mas, aos poucos, um novo modelo em relação à Amazônia começou a ser enunciado pelos países desenvolvidos que modifica totalmente o anterior.

O fim da Segunda Guerra Mundial abriu uma nova fase para o Ocidente, ao trazer consigo a esperança de evitar semelhante catástrofe no futuro através dos auspícios de organizações internacionais, dando lugar à criação das Nações Unidas. Impedida de funcionar como órgão mundial durante a *Guerra Fria*, a queda da União Soviética, finalmente, contribuiu para que o protelado plano de usar as Nações Unidas como uma organização capaz de

À medida que a humanidade atingiu a segunda metade do século XX, conceitos elaborados nos países industrializados passaram a ser considerados conceitos globais

desenvolvimento econômico através da exploração das riquezas naturais e, para as autoridades brasileiras, a incorporação efetiva da Amazônia ao resto do Brasil.

Note-se que, até 1940, nem a condição das populações indígenas, nem a questão do meio-ambiente, nem o conceito de que o meio-ambiente da Amazônia e seus habitantes originais devessem ser preservados

preservar a paz mundial fosse agora implementado. Dessa forma, uma nova ordem mundial prevê a preponderância dos cinco membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, França, Inglaterra, Rússia e China) na manutenção da paz mundial, de acordo com seus interesses. As Nações Unidas, através da UNESCO, passou também a ser usada para expandir um

²² Arthur Cezar Ferreira Reis, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, 5.ed., Civilização Brasileira, SUFRAMA, n.d., pp. 190-191 transcreve parte deste relatório que foi publicado no *Boletim Geográfico*, Ano IX, n.101 (Agosto, 1951); o artigo foi respondido pelo Tenente-Coronel de Engenharia Geraldo Guimarães Lindgren em "A Política Internacional e a Amazônia", *Revista do Clube Militar*.

novo tipo de dominação bem mais além das áreas simplesmente políticas, de paz e de guerra. À medida que a humanidade atingiu a segunda metade do século XX, conceitos elaborados nos países industrializados passaram a ser considerados conceitos globais, tais como: democracia, direitos humanos, meio-ambiente, em parte devido a pressões de organizações internacionais, criando, dessa forma, uma nova ordem mundial que, em certas áreas, está mudando o conceito tradicional de *soberania nacional perfeita*. Nessa nova ordem mundial, a Amazônia, mais uma vez, tem um papel significativo, mas sob um modelo diferente daquele em vigor até os meados do século XX. Alguns dos componentes desse novo modelo já são discernidos nos trabalhos das organizações internacionais que influenciam a UNESCO.

Uma das funções das Nações Unidas, da qual a

UNESCO é parte e onde participam muitos dos países latino-americanos, é a de *atingir cooperação internacional na solução de problemas econômicos, sociais e humanitários, entre outros, função que, paulatinamente, choca-se com o conceito de soberania nacional perfeita*. Já nas sessões de organização, a Venezuela deixou claro que *qualquer palavra, termo ou frase que possa ser interpretada como dando o direito de intervir nos assuntos internos de qualquer dos membros deve ser eliminada*.²³

Na primeira sessão da Conferência Geral para o estabelecimento da UNESCO, em 1946, entre as propostas apresentadas estava aquela do Brasil propondo investigações sobre a *Hiléia Amazônica*, projeto que foi mais tarde aprovado e que veio a ser um dos favoritos da UNESCO.²⁴ Já em 1948, a Colômbia, a Venezuela e a Bolívia apoiaram o pedido do Brasil para a inauguração do Instituto da *Hiléia Amazônica*, que recebeu aprovação imediata. Em 1949, na terceira Conferência, à medida que os problemas culturais eram discutidos na UNESCO, o problema de soberania nacional começou

a ser percebido, sendo o Brasil um dos países que reconheceu que, nesse modo de operar, havia o *problema contínuo de soberania nacional*.²⁵ Em 1951, vários projetos latino-americanos foram aprovados, inclusive uma autorização para *organizar no Brasil um projeto piloto para investigar os contatos entre as raças ou grupos étnicos, com o fim de determinar os fatores econômico, político, cultural e psicológico, e se eram favoráveis ou desfavoráveis às relações harmoniosas entre raças ou grupos étnicos*.²⁶ Percebe-se, então, que, subrepticiamente, os projetos tornaram-se mais abrangentes e iriam, mais cedo ou mais tarde, colidir com o fator soberania nacional.

No Brasil, sabemos que a colisão ocorreu logo no início, em 1948, quando o ex-presidente Artur Bernardes liderou a campanha contra o projeto do Instituto Internacional da *Hiléia Amazônica*. Um dos trabalhos mais ilustrativos para se entender essa nova visão internacional da Amazônia é aquele de Arthur Cezar Ferreira Reis, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, cujo capítulo, *O episódio da Hiléia* oferece informação

²³ Latin America and UNESCO: The First Five Years, Gainesville, University of Florida Press, 1960, pp. 9, 14.

²⁴ Ibid., p. 23.

²⁵ Ibid., p. 29.

²⁶ Ibid., p. 34-35.

detalhada sobre o projeto e os poderes que estavam sendo previstos para esse Instituto. Apenas um lance é suficiente para que se perceba que alguns dos projetos e algumas das funções eram, definitivamente, infringência da soberania nacional.²⁷

Outros projetos começam a ser anunciados, como o do Judson Institute, em Nova Iorque, o qual visava ao desvio parcial do rio Caquetá para o Putomaio, a fim de dar fácil acesso à parte ocidental da Colômbia ao rio Amazonas, complementando o estudo feito, em 1943, pelo Corpo de Engenheiros dos EUA de ligar os rios Orinoco e Negro através da navegabilidade do Casiquiara, unindo então a bacia do Orinoco com a do Amazonas. E, como no século XIX, algumas dessas explorações e planos desenvolveram-se sem o conhecimento do governo brasileiro.²⁸

Desde então, o princípio de *soberania nacional*, ao invés de ser clarificado, tor-

na-se progressivamente mais opaco, devido a novos conceitos sendo propostos. O princípio de soberania está evoluindo daquele de *soberania nacional perfeita*, identificado com o governo, a elite governante e a constituição, àquele de *soberania do povo*, derivada do Contrato Social, de Jean Jacques Rousseau. De acordo com esse princípio, a violação da soberania perfeita não é necessariamente uma violação da soberania do povo. Esses dois conceitos são aplicados pelas grandes potências, seletivamente, de acordo com os seus interesses ideológicos e estratégicos.

Um exemplo da aplicação do princípio de *soberania do povo* é a invasão do Panamá pelos EUA para deporem o General Noriega, sob o pretexto de defenderem a soberania do Panamá, mas em realidade violando o princípio de soberania perfeita para se desfazer de um governante que se recusava

a obedecer os desejos dos EUA. Um outro exemplo pode ser encontrado na Guerra do Golfo Pérsico, quando, lideradas pelos EUA, as forças das Nações Unidas aplicam, simultaneamente, os dois princípios de soberania: o de *soberania perfeita* do Kuwait, ao forçarem o Iraque a abandonar o território tomado ao Kuwait, e o de *soberania do povo*, ao tornarem a parte do território do Iraque habitada pelos curdos uma área sob a proteção das Nações Unidas, a fim de proteger esse grupo étnico.²⁹ Nesse segundo tipo de soberania, podem ser incluídos os direitos humanos e territoriais dos índios da Amazônia Brasileira.

Esses direitos estão sendo articulados continuamente por vários estudiosos, entre os quais o geógrafo cultural Bernard Nestschmann, um ativo advogado para o chamado Movimento do Quarto Mundo, que defende que *grupos indígenas são os donos originais das reservas naturais e têm direitos indígenas, os quais eles estão defendendo desesperadamente contra a intrusão dos governos nacionais, que Nestschmann considera como opressores dos povos*

²⁷ Ibid., p. 155-168.

²⁸ Luz, pp. 29-30, menciona artigo publicado pelo Correio da Manhã, Rio de Janeiro, de 13 de Maio de 1965.

²⁹ Korwa Combe Adar e Catherine I. Harries, "Dual Nature of Sovereignty and Its Application to Foreign Policy-making: The Case of the U.S. Intervention in the 1980s", *Journal of Third World Studies*, Vol. X, n. 2 (Fall, 1993), pp. 323-342.

indígenas.³⁰ De acordo com a sua visão do Quarto Mundo, Nietschmann não somente considera os governos nacionais como opressores dos povos indígenas, como reconhece, nesses grupos, direitos supranacionais – direitos indígenas às terras por eles ocupadas antes que o Estado nacional viesse se estabelecer.

Como aplicar esse conceito na Amazônia Brasileira? Em 20 de agosto de 1993, o New York Times publicou, na primeira página, a notícia do massacre dos índios ianomâmi na região fronteira com a Venezuela, notícia que causou grande comoção pois, meses antes, o chefe dos ianomâmis brasileiros, Davi Kaponewa, tinha se entrevistado com o Secretário do Interior dos EUA, Bruce Babbitt, e com o então senador, mas presentemente Vice-Presidente, Al Gore. Um mês antes do massacre, um membro da Casa de Representantes do Congresso

dos EUA, Roberto C. Torricelli, propôs que o governo dos EUA ajudasse a proteger os índios brasileiros, através de pressão exercida pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano, o que levou o Banco Mundial a conceder, em junho de 1993, um empréstimo de US\$330.000 para melhorar a saúde dos ianomâmis.

Outra ameaça partiu do antropologista Stephan Schwartzman, que sugeriu que, se o governo brasileiro desejasse discutir com o Banco Mundial suporte (empréstimos) para novas diretrizes na Amazônia, teria primeiro que demonstrar interesse em direitos humanos. Três dias depois, 23 de agosto, o mesmo jornal publicou um editorial de Terence Tuner, antropologista da Universidade de Chicago, intitulado: *Brasil, Culpado do Massacre na Amazônia*, no qual ele acusa não somente as autoridades do estado de Roraima de incentivarem a invasão de

terras dos ianomâmis, mas também as autoridades nacionais e as autoridades militares, as quais ele acusa de considerarem esforços nacionais e internacionais para protegerem a ecologia amazônica e o direito de autodeterminação das nações indígenas como um perigo para a soberania brasileira. Concluindo, ele sugere que os EUA e outros governos pressionem o Brasil para acabar com sua hostilidade contra os povos indígenas, garantir a não violação das reservas indígenas, demarcar e confirmar as áreas indígenas e permitir uma investigação imparcial do massacre por técnicos independentes (estrangeiros).³¹

Assim sendo, o princípio de *soberania perfeita* começa a ser enfraquecido, quando outros países chamam a si o direito de defenderem povos e regiões compreendidas dentro do território nacional em nome da *soberania do povo*. Um recente estudo revela que a demarcação dos 5 milhões de hectares da reserva dos Menkragnoti, no sul do Pará, foi financiada por uma organização dos EUA e que o governo suíço investiu aproximadamente US\$ 450.000 para demarcar áreas dos

³⁰ Philip A. Dennis, analisa vários estudos sobre os Índios Miskito em "The Miskito-Sandinista Conflict in Nicaragua in the 1980s", *Latin American Research Review*, vol. 28, n.3, pp. 214-234, e cita Nietschmann, p. 219.

³¹ "Miners in Brazil Kill 20 Indians in Remote Area", *New York Times*, 20 de Agosto de 1993, sec. 1, p. A1; "Brazil's Guilt in the Amazon Massacre", *New York Times*, 13 de Agosto de 1993, OP-ED.

Tikunas, no Alto Solimões.³² Em vista de tais medidas, a *soberania perfeita* do Brasil sobre esse território já pode ser contestada, não no sentido de desmembramento, mas na aplicação de uma *soberania limitada*, evocada em nome do princípio de *soberania do povo*, caso o Brasil deseje alterar os limites no futuro.

Um caso que o governo do Brasil deveria estudar cuidadosamente é aquele dos índios Miskito, na Nicarágua, grupo que desde o século passado começou um lento movimento de se distanciar do governo central da Nicarágua, a ponto de, no momento, eles não mais se consideram parte do território nacional daquele país. Embora os Miskitos tenham sido usados por vários grupos durante o passado, um dos mais influentes foi o dos missionários Moravianos que converteram os Miskitos ao Protestantismo, o que resultou em mudanças profundas na vida desse grupo.

Eventualmente, durante a revolução em Nicarágua e os esforços do Presidente Ronald Reagan para derrubar o governo Sandinista, esses índios foram encorajados pela CIA (Agência Central de Inteligência) a rebelarem-se contra o governo. Os Miskitos, tão alienados do Estado nacional, podem ser considerados como um grupo hostil dentro do território nacional da Nicarágua. O problema é que os Miskitos ocupam 38% do território da Nicarágua.³³ Aqui pode-se apontar uma similaridade entre esse caso com a atividade de missionários na Amazônia e os planos para uma Nação Ianomâmi, descrita pelo deputado Átila Lins.³⁴

Mais recentemente, todavia, um novo princípio de soberania está começando a ser articulado nos fóruns internacionais, aquele que eu denominarei de *direitos da humanidade*, o qual tem caráter global e deve ser distinguido dos princípios de

soberania nacional perfeita e de *soberania do povo* porque os sobrepuja.

Pontos centrais desse princípio de soberania são a preservação ecológica do nosso planeta, não somente para os brasileiros, como também para os habitantes de todas as nações, não somente para a preservação da raça humana presente, como também para as futuras gerações, e a expansão e imposição de valores desenvolvidos no Ocidente pelos países industrializados como valores universais, tais como direitos humanos, expansão do sistema democrático e erradicação de drogas.

Obviamente, a implementação desses princípios esbarra com o princípio de *soberania nacional perfeita* e requer a evolução da legislação internacional a um âmbito não ainda desenvolvido, e ante o qual muitas nações se sentem desconfortáveis. Mas, nos fóruns internacionais, já existem pedidos para a evolução da legislação internacional que proteja a sobrevivência ecológica da raça humana no planeta, bem como seus direitos humanos, legislação esta, cujo cumprimento seria de responsabilidade das Nações Unidas. Natural-

³² Nilton Freixinho, Brasil: Os Difíceis Caminhos da Integridade, Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1994, p. 417.

³³ Dennis, "The Miskito-Sandinista Conflict in Nicaragua in the 1980s".

³⁴ A Amazônia Brasileira, Simpósio CEBRES-ECOME, Cadernos de Estudos Estratégicos, n.1, Outubro 1991, Rio de Janeiro, comentários do Deputado Federal Átila Lins, Presidente da CPI sobre a Internacionalização da Amazônia, referentes às missões religiosas na Amazônia, pp. 147-153.

mente, o princípio de soberania nacional tende a resistir a tal legislação, o que já causa problemas, e tem dado oportunidade para que vozes comecem a advogar o conceito de que soberania nacional está retardando a aplicação de leis internacionais e que o Estado nacional, por exemplo, não tem o direito de dispor de seus recursos naturais como bem entender, se for em violação aos direitos dos cidadãos do país. A França já sugeriu, na Assembleia Geral das Nações Unidas, que interesses internacionais fossem colocados acima dos interesses nacionais.³⁵ Essa tese tem, de imediato, consequências para a Amazônia: direitos civis e humanos dos índios, a preservação da riqueza ecológica para proteger o meio-ambiente para os brasileiros, para a humanidade e para as gerações presente e futuras.

Pressionando para a adoção de legislação internacional para a proteção da humanidade estão vários grupos, cada um com a sua cau-

sa particular. Esses grupos, designados como *Organizações Não-Governamentais (ONG)*, são aqueles de cidadãos engajados que se dedicam a certas causas com ardor quase que religioso, e muitas dessas organizações têm âmbito internacional, como por exemplo, a Anistia Internacional e a Green Peace. O poder dessas organizações é imenso, porque não são parte do governo, mas, no sistema político dos EUA e dos outros países do Primeiro Mundo, elas têm o poder de influenciar na legislação, exercer pressão para a adoção de um embargo, exigir do governo ação imediata e contar com a simpatia de membros do Congresso. Nos órgãos internacionais, essas organizações já têm ou, se não têm, pleiteiam assiduamente, o *status* de observadores. Essas organizações são imensamente ativas, e quase sempre bem sucedidas nas áreas de direitos humanos e ecologia. Em parte, são elas que estão começando a contestar o conceito tradicional de soberania e que exercem pressão sobre seus governos ou órgãos internacionais em favor de legislação internacional para as suas causas. E a Amazônia Brasileira ofere-

ce um terreno fértil para esse tipo de ativismo internacional.³⁶

Em parte, esse interesse deriva das novas áreas de estudo que estão se desenvolvendo nos EUA, uma das quais é a de estudos da Amazônia e de seus aspectos sócio-econômico e político em relação ao meio-ambiente e aos nativos da região.

Outro movimento é o de ecologistas radicais, que combina a área da Ecologia, que estuda o meio-ambiente, com a da Ecologia humana, que estuda a relação entre o meio-ambiente e o ser humano — duas áreas que, estudadas em conjunto e sobre longos períodos, dão nascimento à área de história ecológica de uma certa região e à área de ecologia social que analisa como as instituições sociais e políticas são usadas em relação ao ser humano e ao meio-ambiente.

O movimento da ecologia radical disputa medidas políticas e econômicas que obstruam ao ser humano a procura e aquisição das necessidades básicas de sobrevivência. Entre as áreas sob a mira desse movimento estão a Amazônia e seus habitantes, desde as atividades dos seringueiros aos grupos

³⁵ Adar e Harries, "Dual Nature of Sovereignty", pp. 335-336.

³⁶ James A. Mitchell, "From NIEO to Rio: the Continuing Crisis in North-South Relations", *Journal of Third World Studies*, Vol. X, n. 1 (Spring, 1993), pp. 386-405.

indígenas. Ecologia radical tem seus teóricos que já contribuíram com algumas noções que redefinem alguns conceitos de Ecologia: uma, que Ecologia é uma *ciência com bases sociais e com conceitos e conclusões que mudam de acordo com as prioridades sociais e os valores sociais da época* (ênfase minha). Ecologia radical tem também seus ativistas radicais que já se fazem ouvir em vários tópicos, entre eles: derrubada de árvores nas florestas tropicais (em terras particulares e públicas), a matança de baleias, golfinhos e salmão, o direito da autonomia e poder dos povos indígenas de controlar suas reservas naturais, a aceitação de protesto pacífico como meio de demonstrar protesto político e a demonstração de que grupos ecológicos (*green parties*) são viáveis como força política.³⁷

O movimento para preservar as florestas tropicais é baseado em números. As-

sim, embora florestas tropicais cubram aproximadamente 6% da face do planeta, elas guardam de 50% a 90% das espécies do planeta. A Amazônia contém, aproximadamente, 1 milhão de espécies da fauna e da flora mundiais, incluindo 2.500 espécies de árvores, 1.800 de aves e 2.000 de peixes. Um rio no Brasil contém mais espécies de peixes do que todos os rios nos EUA.

Aparentemente, uma espécie é condenada à extinção por dia e, de acordo com um estudioso, se essa hecatombe continuar, *mais cedo ou mais tarde, as funções dos sistemas ecológicos do planeta estarão tão comprometidas que a capacidade do planeta para suportar seres humanos cairá precipitadamente, talvez em décadas, talvez em um ano*.³⁸

São esses os números que incendeiam a imaginação dos ecologistas e uma das razões pelas quais a Amazônia é tão importante. Os planos e as sugestões de âmbito internacional para salvar ou preservar a Amazônia são muitos e esses planos não são da prerrogativa do governo brasileiro. Ecologistas dedicados estão

sempre a promover novos planos, desde pequenos grupos de cidadãos para salvar a Amazônia, até ONGs poderosas, como o US World Wildlife Fund, que promoveu a troca de preservação de áreas de florestas tropicais por amortização da dívida externa de países do Terceiro Mundo. Nesses planos, a soberania política muitas vezes é ignorada, como os exemplos a seguir demonstram.

Em meados dos anos 60, sabe-se do projeto da Academia de Ciências de Washington, proposto por cientistas norte-americanos, sugerindo um novo conceito para o estudo da Amazônia: o de zonas ecológicas, ao invés de unidades políticas. O projeto compreendia uma fundação liderada por cientistas treinados e recrutados nos EUA, com base em Washington, e não incluía nenhum brasileiro, nem qualquer instituição nacional.³⁹

Também sediada em Washington, a *Conservation International* é uma organização que prepara times de especialistas para explorar a floresta amazônica, a fim de catalogar espécies em processo de desaparecimento, determinar quais as áreas que mais urgentemente me-

³⁷ Carolyn Merchant, *Radical Ecology*, New York: Routledge, Chapman & Hall, Inc., 1992, pp. 8-9, 224-225, 236-237, 239.

³⁸ "Tropical Forests: A Plan for Action" em *Tropical Rain Forest*, Susan E. Place, ed., Wilmington, SR Books, 1993, pp. 97-102.

³⁹ Reis, pp. 4-5.

recem ser protegidas e promover a criação de bio-reservas na região. Algumas das áreas inventariadas e alguns de seus centros de estudos estão em território boliviano mas juntos à fronteira brasileira. A Bolívia já estabeleceu um parque nacional com alguns milhões de metros quadrados, o que nos leva a esperar que, mais cedo ou mais tarde, o Brasil será solicitado a fazer o mesmo.⁴⁰

Assim, o conceito da Amazônia como zona ecológica continua em vigor. Se uma zona ecológica com espécies que merecem ser preservadas é estabelecida em área adjacente à fronteira brasileira, um argumento pode ser feito baseado em continuidade, para a criação de zona similar em território brasileiro. Em tal caso, por exemplo, tanto o Brasil como a Bolívia perdem o direito de *soberania nacional perfeita* sobre a região, criando o que se denomina de *fronteira nacional macia* (*soft national boundaries*),

ou seja, uma área onde a demarcação da fronteira não representa área de controle nacional absoluto. Nesse caso, perguntemos: na Amazônia, onde começaria e onde terminaria o território brasileiro sobre o qual o Estado nacional teria *soberania perfeita*? É o estabelecimento de tais zonas ecológicas adjacentes ao território brasileiro, mas em países menos poderosos que o Brasil, um plano deliberado de exercer pressão indireta ao governo brasileiro, ao invés de criar uma confrontação direta? O mesmo que ocorre com as zonas ecológicas nas fronteiras também ocorre com tribos indígenas cujo território transcende fronteiras nacionais, como a da proposta nação Ianomâmi? Uma vez que o governo brasileiro permite e aceita contribuições de doadores internacionais para demarcar as áreas indígenas, pode um argumento ser feito de que o Brasil, no conceito internacional, já perdeu a soberania perfeita sobre tal território, não mais podendo alterar tais demarcações ou transferir os indígenas para outras áreas, caso seja necessário ao interesse nacional, sem se sujeitar a sanções internacionais? Que

qualquer mudança poderá ser submetida à opinião de monitores internacionais, daí criando uma soberania limitada, como já advertiu o ex-presidente José Sarney, ao se referir a outro tópico?⁴¹

Se o princípio de *soft national boundary* realmente já é um fato, possivelmente podemos argumentar que o mapa legal da fronteira em algumas regiões da Amazônia já não mais condiz com aquele da fronteira política. Ainda mais problemática para a Amazônia é que, além dos países desenvolvidos, países do Terceiro Mundo também estão interessados na região como uma possível solução para os seus problemas.

Tal é o problema do crescimento da população mundial, quando países com excesso de população pressionam legalmente, ou ilegalmente, acesso às vastas regiões do globo esparsamente populadas. Esse fator, praticamente ignorado em considerações geopolíticas, é daqueles que merece atenção do governo brasileiro. O problema já existe na Indonésia, onde certas áreas estão tão superpovoadas que o governo já começou a remover, à força, parte da população para áreas menos

⁴⁰ "Biologists' Deaths Set Back Plan to Assess Tropical Forests", New York Times, 17 de Agosto, 1993, p. B5.

⁴¹ "Soberania Limitada", ex-Presidente José Sarney, Jornal do Brasil, 14 de Agosto, 1993.

populosas. Nas regiões superpovoadas do globo, já existe um conjunto de idéias que advoga o conceito de que países com vastas regiões levemente povoadas não podem esperar ter o direito de preservar para si o que está em falta em outras regiões do planeta. Nesse modelo, países como o Brasil e a Argentina são invariavelmente mencionados.⁴² Note-se a diferença entre esse modelo dos países do Terceiro Mundo, onde território é escasso e espaço é vital para a sobrevivência humana, e o novo modelo oferecido para a Amazônia pelas nações desenvolvidas, descrito a seguir.

Nesse modelo, ao invés de exploração irrestrita das riquezas naturais, é preconizada a conservação desses depósitos para gerações futuras; ao invés de desenvolvimento econômico é advogada a preservação do meio-ambiente e do solo; imigração para promover desenvolvimento econômico é considerado um modo de

destruir o meio-ambiente e infringir os direitos dos povos indígenas; soberania nacional, quando expressa como o poder de controlar, promover a ocupação e desenvolver a região, é considerada uma força destruidora. Soberania nacional é condicionada aos interesses da humanidade, presentes e futuros. O que está sendo proposto é que a Amazônia brasileira permaneça como uma reserva ecológica e biológica, esparsamente povoada e sem desenvolvimento. De acordo com esse novo modelo, os esforços do governo brasileiro para integrar a Amazônia estão sendo criticados no estrangeiro.

O projeto Calha Norte é criticado, sob alegação de que coloca a região sob o controle do governo central e promove o desenvolvimento dos recursos naturais da região às custas dos indígenas e da floresta, da qual eles dependem. Assim, desenvolvimento econômico do Brasil como um meio de superar subdesenvolvi-

to, se for baseado na Amazônia, não somente causa sofrimento aos povos indígenas, mas destrói o meio ambiente.⁴³ Turismo também está sendo atacado como criando poluição, erosão de trilhas, interferência com o reino animal e degradação da cultura dos povos nativos.⁴⁴

Os exemplos são inúmeros. É um círculo que se fecha progressivamente a cada medida usada para a exploração da Amazônia e que visa a preservar a região e seus habitantes naturais em seus estados originais, mas que a cada passo questiona a soberania nacional. Com a Amazônia representando 56,4% do território brasileiro, o poder político preocupa-se com a manutenção da soberania sobre a região, duramente conquistada e, até hoje, preservada.

A crítica internacional denota que o modelo seguido pelo Brasil na Amazônia continua a ser aquele adotado por quase todos os governos, desde 1850: promover a ocupação dos espaços vazios, desenvolvimento econômico, social e humano e a conseqüente integração da região com as áreas do Brasil, com recursos governamentais e privados. Dessas

⁴² Sripati Chandrasekhar, *Hungry People and Empty Lands*, London, G. Allen & Unwin, 1956.

⁴³ Dave Treece, "The Militarization and Industrialization of Amazonia: The Calha Norte and Grande Carajás Programs", in *Tropical Rain Forests*, pp. 62-70.

Ibid., Roy Thomson and Nigek Dudley, "Transnationals and Oil in Amazonia", pp. 48-61.

⁴⁴ *Ibid.*, Ty Harrington, "Tourism Damages Amazon Region", pp. 213-216.

fatores, o problema da ocupação do território continua a ser o mais importante devido à pequena densidade populacional da região.

O debate sobre o tipo de imigração também é semelhante àquele do Segundo Reinado: a imigração de nacionais não apresenta problemas, mas a de estrangeiros, em grandes quantidades e sem dispersão, ou imigração ilegal, podem colocar em risco a unidade política da nação, exatamente como receava Pedro II, no século passado, e receiam hoje vários estudiosos, como o argumento feito recentemente pelo Professor Amílcar Alves Tupiassú, da Universidade do Pará, bem demonstra.⁴⁵

Na área militar, a ocupação da Amazônia sob o Comando Militar da Amazônia e o Comando do Grupamento de Elementos de Fronteira, com os seus Pelotões de Fronteira e as Colônias Militares, que também prestam várias formas de assistência

às populações, são meios de assegurar a posse do território, algumas já usadas durante o Segundo Reinado.⁴⁶

Assim, a maioria dos objetivos são os antídotos tradicionais para a Amazônia, usados desde o Império, para fazer frente a atentados contra o princípio de *soberania nacional perfeita*, princípio não contestado até meados do século XX, mas que, no momento, se choca com os dois outros tipos de soberania desenvolvidos desde então e que advogam objetivos totalmente contrários.

Esse movimento jurídico para modelos alternativos de soberania pode ser observado claramente na nova área de diplomacia do meio-ambiente e nas Nações Unidas. A área de diplomacia do meio-ambiente está expandindo as fronteiras de leis internacionais, no que diz respeito ao cumprimento de tratados internacionais do meio-ambiente. É nessa área de legislação onde os fatores de soberania nacional e os valores da comunidade internacional colidem nos dois maiores problemas para resolver as questões ambientais: a divisão do mundo entre os países ricos, do Norte, e os países pobres, do

Sul, e a teimosa persistência do conceito de soberania nacional. É nessa área de jurisdição que se regulam tópicos tais como: recursos dos oceanos, espaço, atmosfera, diversidade das espécies e o continente da Antártica.

Em 1989, em Haia, os primeiros ministros da França, Holanda e Noruega propuseram um plano para criar um corpo legislativo para o meio-ambiente do globo com poderes para impor regulamentos e sanções legais em países que não cumpram tais leis. A proposta não foi aceita, mas pode ser reintroduzida a qualquer momento.⁴⁷

As Nações Unidas, por outro lado, cujas funções, até o fim da Guerra Fria, não podiam ser plenamente exercidas, com o fim da divisão do globo entre Este e Oeste está assumindo funções de governo internacional nas áreas de meio-ambiente e aquelas que promulgam os valores das grandes potências ocidentais, através dos tratados do meio-ambiente e outros semelhantes. São nessas áreas que o conceito de soberania nacional está sendo disputado. O ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, no seu Rela-

⁴⁵ A Problemática da Amazônia, Rio de Janeiro, Livraria e Editora da Casa do Estudante do Brasil, s.d., p. 215.

⁴⁶ Ibid., pp. 261-295.

⁴⁷ Lawrence E. Susskind, *Environmental Diplomacy*, New York, Oxford University Press, 1994, pp. 21-22.

tório de 31 de janeiro de 1992, *Uma Agenda para a Paz*, recomendação número 17, enuncia claramente a nova visão de soberania nacional, quando afirma que o *respeito fundamental de soberania e integridade do Estado nacional é crucial para qualquer progresso internacional*, mas logo a seguir qualifica essa definição com sua afirmação que *a época de soberania absoluta e exclusiva já passou; essa teoria nunca funcionou em realidade. E que é obrigação dos líderes dos Estados nacionais entender (essa mudança) a fim de balancear as necessidades domésticas com os requerimentos de um mundo progressivamente interdependente*.⁴⁸

No mesmo Relatório, o Secretário Boutros-Ghali convida organizações regionais a solicitarem o *status* de observadores nas Nações Unidas.⁴⁹ Um dos grupos incluídos nessa categoria é o das ONGs que têm varia-

das áreas de interesse, tais como o meio-ambiente ou direitos humanos. Essas organizações, se bem sucedidas, suportam ou criam organizações semelhantes nos diversos países, a ponto de desenvolverem uma rede internacional, que pode ser acionada imediatamente para soar o alarme de violação nas áreas de seus interesses com extrema eficiência. Veja-se apenas o movimento para preservar a baleia, ou os golfinhos, movimentos que, através de coação, forçam os governos a assinarem tratados de preservação que, se violados, são denunciados na imprensa mundial.

Comissões são criadas para supervisionar o cumprimento dos tratados, tomando então o caráter de organizações internacionais, cujo poder só cresce, nunca diminui. Um exemplo é a Comissão Internacional da Baleia, que, em 26 de maio de 1994, votou em favor da criação de

um santuário ao redor do continente da Antártica e coloca aproximadamente 1/4 dos oceanos, incluindo as águas ao sul da Austrália, África e América do Sul permanentemente fora dos limites para caça de baleias.⁵⁰ O resultado é o fim da indústria da baleia no Japão.

Presentemente, a inclusão de ONG nas Nações Unidas com ampla participação nos estágios preliminares da redação de tratados internacionais, mas sem direito de voto, está sendo ativamente estimulada.⁵¹ Entenda-se, então, que, nessas organizações, estarão os cientistas e advogados dos países do Primeiro Mundo, ficando o Segundo Mundo sem o acesso às articulações e decisões de mais alto nível, porque realmente, não têm os mesmos recursos daqueles. Assim, conceitos são articulados, decisões são tomadas por não-nacionais em áreas que, de acordo com a visão tradicional de soberania, deveriam ser tomadas pelo país em questão.

É bem verdade que a Constituição do Brasil de 1988, em seu Capítulo VI, "Do Meio-Ambiente", Art. 225, reafirma a soberania nacional sobre a Amazônia.⁵² Mas pela evolução dos

⁴⁸ United Nations, *Divided World*, Adam Roberts and Benedict Kingsbury, eds. Oxford, Clarendon Press, 1994, p. 474.

⁴⁹ *Ibid.*, Recomendação 27, p. 478.

⁵⁰ "Whaling Around Antarctica is Banned by World Body", New York Times, 27 de Maio, 1994, p. A2; Radical Ecology, p. 239, descreve a integração das organizações internacionais com as nacionais nos protestos organizados em prol do meio-ambiente.

⁵¹ Environmental diplomacy, p. 130.

⁵² Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Brasília, Câmara dos Deputados, 1988, pp. 146-148.

conceitos internacionais, percebe-se que já é uma reafirmação que, à medida que conceitos da Nova Ordem Mundial se desenvolvem, poderá vir a ser contestada.

Assim, um dos elementos dessa Nova Ordem Mundial é a ruptura do princípio de *soberania nacional perfeita*, que vigorou até os meados do século XX e que compreendia soberania perfeita sobre o território político do Estado nacional, soberania que era violada através de invasão armada. Mas esse princípio não mais se aplica à realidade internacional, e a soberania perfeita está sendo suplantada por formas de intrusão, que nós, acostumados a raciocinar somente em termos de soberania política-territorial e invasão armada, muitas vezes nem nos apercebemos. Em realidade, o conceito tradicional de soberania já está ultrapassado. O problema da soberania da Amazônia, apesar de não estar diariamente nos cabeçalhos dos jornais, não tem diminuído, muito ao contrário, tem aumentado, e o que se observa é um novo assalto à Amazônia, igual ao que foi lança-

do contra o Império em 1850, contando ainda com os mesmos ingredientes.

O etnocentrismo dos países desenvolvidos do século XIX continua no século XX, articulado de uma maneira diferente, é bem verdade, mas ainda assim presente. As campanhas de difamação, aliadas aos chamados *observadores independentes*, seja para inspe-

**Intelectualmente,
a Amazônia Brasileira
já é discutida por
pesquisadores
estrangeiros como
uma região separada
do resto do Brasil**

cionarem a realização de eleições em países latino-americanos, seja se oferecendo para julgar traficantes de drogas colombianos nos EUA, seja advogando a invasão de um país para ensinar democracia a seus habitantes, seja para supervisionar o inquérito do massacre de índios na Amazônia, são exemplos da mesma atitude que considera uma outra raça menos capa-

citada para implementar conceitos e valores que foram e são, o produto de uma outra cultura com antecedentes diferentes.

Agora, como então, planos para a Amazônia continuam sendo feitos por grupos e órgãos estrangeiros que, invariavelmente, criticam planos feitos pelo Brasil como insuficientes, mas que continuam a querer impor um novo plano de desenvolvimento e a exigir acesso irrestrito a uma região que pertence a outra nação soberana. Agora, como então, a Amazônia é vista como solução para problemas de outros, desta vez, também da humanidade. Agora, como então, a nova versão das expedições científicas do século XIX são os estudiosos

com as suas pesquisas que se tornam advogados engajados, são os missionários e as Organizações Não-Governamentais em defesa de valores universais, quase todos se expressando numa linguagem que ofende a dignidade nacional de qualquer país, e muito semelhante à dos movimentos coloniais do século XIX. E, se no século passado o objetivo de Maury era a criação de uma

República Amazônica, o estudo profundo da presente conjuntura mundial e a Amazônia parece indicar que o objetivo final é a separação de partes da Amazônia brasileira do Estado nacional sob a égide de novas formas de soberania, não através de invasão ou ocupação militar, mas através de métodos mais sutis, e humanitários, mas tão efetivos como uma conquista militar. Intelectualmente, a Amazônia brasileira já é discutida por pesquisadores estrangeiros como uma região separada do resto do Brasil, como Andrew Hurrell bem identificou *a clara tendência na imprensa e nos grupos de pressão... de encarar a região como quase que completamente separada do país*. Juan De Onis, em seu estudo *The Green Cathe-*

dral, chega à mesma conclusão, arguindo que tais grupos discutem a Amazônia de uma posição de apropriação da região e de superioridade cultural, mas lembrando que a Amazônia não é legalmente ou politicamente, uma Antártica tropical. E que na região não existe território nacional sem dono.⁵⁵

Na Nova Ordem Mundial, doutrinas geopolíticas articuladas a nível de Estados nacionais e regiões serão contestadas. O fórum para defender o território nacional não é mais local, mas sim em órgãos internacionais que estão desenvolvendo a Nova Ordem Mundial. Se esses princípios continuarem a ser desenvolvidos sem a participação de representantes brasileiros, a Amazônia possui todos os requisitos para ser alijada do

Brasil. Assim, o problema da Amazônia é um daqueles que não vai desaparecer. Em realidade, o governo brasileiro atual enfrenta o mesmo desafio que Pedro II e seus estadistas enfrentaram no Segundo Reinado, o de defender os direitos do Brasil sobre a Amazônia, com a diferença de que, então, o governante e o corpo político estavam bem mais capacitados a fazer frente às pressões internacionais do que os mais recentes governantes. Então, conhecedores profundos da História do Brasil no que tocava ao território nacional, eles eram nacionalistas ferrenhos, entendendo claramente a correlação entre a Amazônia e o futuro *status* do Brasil, senão para os seus dias, por certo para as gerações futuras.

⁵⁵ Andrew Hurrell, "The Politics of Amazon Deforestation", *Journal of Latin American Studies*, vol. 23, (Fevereiro, 1991), p. 199; Juan De Onis, *The Green Cathedral: sustainable development of Amazonia*, New York, Oxford University Press, 1992.

Estratégias de Segurança e de Defesa

Carlos de Meira Mattos*

"Si vis pacem, para bellum"

com base em experiências anteriores – Pacto de Viena (1815), Tratado de Versailles (1919) e Organização das Nações Unidas (1945), o artigo contesta a "Nova Ordem", imaginada capaz de garantir a paz e a segurança do mundo, e defende que o "Projeto Brasil – Século XXI" não poderá deixar de prever uma Política Militar para o País.

Vivemos uma época de transição, como têm acentuado em seus livros de projeção internacional os autores McLuhan (*Aldeia global*), Alvin Toffler (*A Terceira Onda*), Francis Fukuyama (*O fim da História*) e John Naisbitt (*Megatrend 2000*).

Os avanços rapidíssimos da eletrônica, da informática e das comunicações desafiaram o ritmo de absorção pela sociedade desses novos ventos. Deu-se uma disritmia e a sociedade está tendo dificuldade em ajustar os seus valores éticos, políticos e sociais às facilidades oferecidas pela tecnologia. Esta é a fase de transição em que estamos envolvidos.

As estratégias de segurança e de defesa visam a proteger o Estado-nação. Este, na opinião dos entusiastas pela globalização, deverá ficar muito enfraquecido, perderá suas características plenas de soberania e de autodeterminação, que são o seu apanágio e a sua força. A ser correta essa previsão, estaria obsoleta ou muito reduzida a necessidade de segurança e de defesa do Estado. Entidades internacionais coordenadas pelos "grandes" se encarregariam da proteção dos pequenos e médios países. Em síntese, esse é o projeto da nova ordem mundial expressa pelo ex-Ministro da Defesa Norte-Americano, McNamara, que vem contando com o apoio dos sete Grandes.

O sonho de uma "nova ordem" capaz de garantir a paz e segurança no mundo já foi a esperança de três importantes conferências internacionais – o Pacto de Viena (1815), quando, derrotado Napoleão, os vitoriosos decidiram estabelecer as regras para todos os outros países; o Tratado de Versailles (1919), estabelecido pelas potências que derrotaram a Alemanha do Kaiser Guilherme II; e finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, através do Tratado de São Francisco e a criação da ONU. Assim a humanidade está agora diante da quarta tentativa de uma reorganização da estrutura internacional pela vontade dos "grandes" vencedores.

Observa o analista político francês Jacques Attali que durante toda a vida da humanidade nunca os avanços técnicos foram capazes de contrariar a ambição dos homens e dos grupos humanos. Segundo Freud, *o homem, como todo animal, tem um instinto possessivo*. Seria portanto utópico esperar-se que, agora, os homens e as comunidades políticas ou religiosas se transformem em pacíficas ovelhas. A ambição gerará conflitos que perturbarão os anseios de paz. Esta a triste realidade.

Seria leviano o estadista que, em face de vãs promessas de paz, concordasse em descuidar-se da segurança e defesa do seu Estado. Os avanços no campo da tecnologia, tornando as comunicações visuais e pelo som quase instantâneas, modificaram o cenário da guerra. Novos dispositivos de direção do tiro, os aviões supersônicos, os mísseis transcontinentais, os satélites, os submarinos modernos e a arma nuclear que continua a ser uma grande ameaça, obrigam os estados-maiores a reformular os conceitos de segurança e de defesa. Muitos comandos, muitas unidades e armas se tornaram obsoletos. Entretanto, a idéia não é

enfraquecer a defesa e sim adaptá-la melhor às contingências dos conflitos armados do futuro. Fiel a esse conceito, a França nos deu, recentemente, significativo exemplo: só depois de confirmar a eficácia de suas armas atômicas no atol da Polinésia fez a redução de suas forças convencionais. Terminou militarmente mais forte, e não mais fraca, com a supressão de unidades e efetivos que realizou.

O emprego da força de manutenção da lei e da ordem na sociedade do futuro para conter conflitos internos, assumirá feição mais grave do que foi no passado. Há uma inquietação e uma insatisfação crescentes nas cidades e no campo. Veja-se o número e a ferocidade dos atentados terroristas. Novos ingredientes vieram alimentar a violência das minorias radicais, ideológicas, religiosas, ambientalistas, étnicas, etc. Acrescente-se a isso a audácia dos contrabandistas e praticantes do narcotráfico. Como observa Levi-Strauss, *contraditoriamente enquanto aumenta a produção de alimentos crescem as áreas de fome e miséria no mundo*. A contenção das desordens, em nível normal, caberá às organizações policiais que,

para bem cumprirem sua espinhosa missão, precisam dispor de pessoal selecionado moral e fisicamente e possuírem armas e equipamentos modernos. A tática de ação policial deve ser essencialmente preventiva. As demonstrações de força com intenção dissuasiva devem preceder ao uso da força. A tendência das populações é, cada vez mais, censurar a violência.

Quando a extensão do conflito ultrapassar a capacidade de contenção do instrumento policial, deve ser convocada a presença das Forças Armadas. Isso vem acontecendo nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Brasil. E a perspectiva desse procedimento é de se tornar mais freqüente. O desejado, no caso de emprego das Forças Armadas nos conflitos internos, é que estas consigam, pela presença, pela demonstração de efetivos e armas, a dissuadir os manifestantes e desordeiros. Mais uma vez, valoriza-se a tática de dissuasão.

O Brasil já é uma potência média, segundo os índices de avaliação da geopolítica. De acordo com os renomados autores Hans Morgenthau, Nicholas Spykman e Ray Cline, todos versados

em avaliações geopolíticas, figuram entre os índices de potência os seguintes – população, extensão territorial, riquezas naturais e unidade nacional. Todos eles nós os possuímos de sobejo. Faltam-nos os índices de desempenho – alto nível industrial e tecnológico e capacidade militar.

Há entretanto aqueles que nos consideram uma promessa de grande potência. Alguns por premonição, como o historiador português Gabriel Soares de Sousa, que, em 1582, no seu livro *Tratado descritivo do Brasil* escreveu:

Está capaz para se edificar nele um grande império,

O qual com pouca despesa destes reinos,

Se fará tão soberano que seja um dos Estados do Mundo.

José Bonifácio, em 1821, em seus *Apontamentos para os deputados paulistas à Corte de Portugal*, também manifesta esse pressentimento político.

Mais recentemente, temos merecido de renomados autores de geopolítica, tais como Ray Cline, Lewis Tambs e Philip Kelly, a avaliação perspectiva de que, no

próximo século, viremos a figurar entre as maiores potências da Terra, junto com a China, Índia, Austrália e Canadá. Possuímos as condições básicas, falta-nos o bom desempenho político.

O Brasil não está excluído das novas avaliações e transformações impostas pelas inovações da estratégia mundial. Precisamos reavaliar a nossa situação no continente e no mundo. Novas ameaças à nossa soberania se despontam, antigas ameaças se diluem.

O atual quadro político mundial, no qual predominam as pressões de organizações internacionais sobre os conflitos nacionais e regionais, pressões essas muitas vezes apoiadas, clara ou furtivamente, pelos governos dos “grandes”, geram as novas ameaças sobre o Brasil, possuidor do imenso território que abriga riquezas incomensuráveis, muitas ainda inexploradas.

A nossa estratégia de defesa aconselhada, em face desse tipo de ameaças, acreditamos, será a de dissuasão. No livro *Introduction à la stratégie*, o general francês André Beaufre, prefaciado por outro renomado estrategista, o inglês Liddell Hart, o autor conceitua a estraté-

gia de dissuasão como aquela em que *o país visado procura evitar a ação bélica impondo uma ameaça que o agressor não possa ou não esteja disposto a pagar.*

Essa estratégia vem dando certo nos últimos conflitos em que países pequenos e médios, como a Somália e grupos armados na dividida ex-Iugoslávia, querendo evitar a intervenção militar em seus territórios, apresentam uma capacidade de resistência que os governos dos “grandes” não podem pagar, sem se submeterem a um tremendo desgaste político perante a opinião pública de seus países. Há hoje, nas grandes democracias, uma verdadeira idiossincrasia ao envio de seus compatriotas a guerras exteriores, para lutar por causas que o povo não entende.

A validade da dissuasão, da ameaça, depende de dois fatores, um moral e outro material. O país ameaçado deverá revelar uma coesão capaz de se traduzir em vontade nacional de resistir à intervenção, e deve oferecer um poder militar que convença sobre a sua capacidade de durar na luta.

É princípio consagrado pelos mestres da estratégia que não se planeja e execu-

ta uma operação militar sem antes se avaliar as possibilidades e vulnerabilidades do adversário.

No caso brasileiro, em face de crescentes manifestações de âmbito internacional que pesam sobre nosso território, particularmente sobre a Amazônia, se tivermos que repelir uma ameaça de agressão, devemos mostrar vontade nacional de resistir e capacidade militar de durar na luta, impondo ao agressor a perspectiva de uma campanha longa e mortífera.

Daf concluímos que, diante da ameaça sobre a nossa Amazônia, teremos que ser capazes de revelar férrea vontade de reagir e mostrar uma força militar capaz de validar essa vontade.

Consideramos, na perspectiva do futuro, a principal ameaça que pesa sobre nós, o perigo que se vislumbra nas intenções reveladas por organizações internacionais mais conhecidas como ONG, que procuram convencer os seus governos — e já convenceram grande parte da imprensa estrangeira — de que as questões ecológicas, indigenistas, antropológicas, demográficas, tráfico de drogas,

são questões do interesse da humanidade e como tal devem escapar à autoridade dos governos nacionais.

A nossa estratégia para a Amazônia, portanto, deverá se apoiar na constante manifestação de firmeza do Governo e da diplomacia, repelindo qualquer intenção internacionalista, venha de

Diante da ameaça sobre a nossa Amazônia, teremos que ser capazes de revelar férrea vontade de reagir e mostrar uma força militar capaz de validar essa vontade.

onde vier, e na existência, ali, de uma força militar de dissuasão dispondo de armas e equipamentos modernos e de alta capacidade de treinamento para as ações na selva. Diz o escritor francês André Gluksmann (*Le discours de la guerre*) que a intenção da nação de resistir e a eficiência da força militar devem ser constantemente reveladas, para que o efeito dissuasão se realize.

No cenário que se apresenta do mundo e do Brasil do século XXI, a preocupação com a Amazônia, entretanto, não se configura como único perigo em nosso horizonte.

Em termos de segurança interna, conforme vimos anteriormente, o mundo atravessa uma crescente onda de desordens e violência, provocadas pela insatisfação das massas e a ferocidade dos grupos radicais. Estamos assistindo à maré montante dos atos de terrorismo indiscriminados mais cruéis e das migrações forçadas de milhões de pessoas, repelidas nos países onde procuram abrigo.

País de extensíssima fronteira terrestre, marítima e aérea, torna-se indispensável para o Brasil possuir eficiente sistema integrado de vigilância com radares. Uma força terrestre de vigilância de toda a extensa fronteira, localizada em pontos de trânsito lindeiro, deverá dispor de eficiente apoio de comunicações e de transporte. Uma reserva estratégica de pronto emprego, de alta mobilidade, localizada em área central do território, mante-

a capacidade de atender, imediatamente, à qualquer emergência no interior dos país.

Os nossos compromissos com a ONU e a OEA nos obrigam a manter forças equadas e preparadas para missões de paz, cada vez mais frequentes. A proteção do nosso espaço aéreo não pode ser descuidada: a ameaça é aumentarem as incursões de violação. Nos imenso litoral e águas territoriais exigem uma frota naval eficiente.

Devemos perseguir o ob-

jetivo de manter um certo grau de autonomia estratégica. Para isso, é mister reavivar a indústria militar – de armas, de engenhos bélicos, de fabricação naval, de aeronaves e de mísseis.

O Projeto Brasil Século XXI deverá prever uma política militar. Somos um País pacífico, sem reivindicações territoriais, sem questões internacionais conflitantes com outros governos, mas somos um grande País que quer cruzar o futuro vendo sua identidade nacional e a sua soberania respeitadas.

Se não assegurarmos um grau razoável de autonomia estratégica militar, não mereceremos o respeito dos aventureiros e ambiciosos internacionais.

Vejo a nossa estratégia militar para o futuro que se avizinha gravitando em torno de dois pólos – autonomia e solidariedade. Autonomia estratégica militar para garantir a nossa respeitabilidade na comunidade das nações. Solidariedade com os compromissos de segurança assumidos com as organizações internacionais.

BIBLIOGRAFIA

- TALI, Jacques. "A Direção da História". *Le Monde*, 10 ago. 1996.
- ACKEUSER, Everardo. *Geopolítica geral do Brasil*. Rio: Bibliex, 1952.
- ONIFÁCIO, José. *Apontamentos para os deputados paulistas à Corte de Portugal*. [S.l.]: [s.n.], 1821.
- EAUFRE, Andrés. *Introduction a la strategie*. New York: Praeger, 1976.
- ASTRO, Darc. *Brasil – Defesa do Estado*. Rio: Cebres, 1996.
- LINE, Ray. *World power assessment: a calculus of strategy drift*. [S.l.]: Georgetown Univ., 1975.
- ASTRO, Teresinha. *História da civilização brasileira*. [S.l.]: Capemi, 1982.
- OUTO E SILVA, Golberi. *Geopolítica do Brasil*. Rio: José Olympio, 1967.
- LORES, Mário César. *O panorama do poder marítimo brasileiro*. Rio: Bibliex, 1972.
- UKUYAMA, Francis. *O fim do mundo e o último homem*. [S.l.]: Rocco, 1992.
- LUKSMANN, André. *Le discours de la guerre*. [S.l.]: Editions de L'Herne, 1976.
- ART, Liddell. *La defensa del Occidente*. México: [S. n.], 1950.
- ELLY, Philip. *Geopolitics of Southern Cone of America*. [S. l.]: American Univ., 1985.
- SSINGER, Henry. *Problems of national strategy*. New York: [S. n.], 1980.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie strutureale*. [S.l.]: [S.n.], 1990.
- MCLUHAN, Marshall. *A aldeia mundial*. [S.l.]: [S. n.], 1980.
- MCNAMARA, Robert. A nova ordem mundial. Conferência no Banco Mundial, 1990.
- MINC, Alain. *La France de l'an 2000*. Paris: Odile Jacob, 1994.
- NAISBITT, John. *Megatrends 2000*. [S.l.]: [S. n.],
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. [S.I.]: Biblioteca Nacional, 1582.
- TOFFLER, Alvin. *O choque do futuro*. [S.l.]: [s. n.], 1970.
- _____. *A terceira onda*. [S. l.]: [s. n.], 1980.
- _____. *A mudança do poder*. [S. l.]: [s. n.], 1990.
- TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. Londres: [s. n.].
- TAMBS, Lewis. *Geopolitics of Amazon*. [S.l.]: [s. n.], 1975.
- Livre Blanc du Ministère de la defense de France*. [S.l.]: [s. n.], 1994.
- _____. *Revista Defense Nationale, França, Vers une defense nouvelle e Guerres e Paix au XXI Siècle*. [S.l.]: [s. n.], 1996.

Sistema De Vigilância da Amazônia: Implantação e Reflexos no Campo Estratégico e na Integração Nacional

Luiz Cláudio Cyrillo

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados conquistá-la e mantê-la."

General Rodrigo Otávio

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – CEME.

A Amazônia, hoje, é notícia e objeto de atenção de brasileiros e estrangeiros, quer por sua imensidão, como por questões relacionadas à preservação do meio-ambiente, ainda, pela problemática dos povos indígenas.

As palavras do General Rodrigo Otávio, ex-Comandante Militar da Amazônia, mostram-se extremamente apropriadas para o momento pelo qual passa a região, nos contextos nacional e internacional. Com o fim da bipolaridade e a tendência mundial à formação de gran-

des blocos econômicos, que exigem a conquista de novos espaços e mercados, dois verbos da citação de abertura – *desenvolver e defender* – merecem especial reflexão.

O governo brasileiro, em função da importância estratégica da chamada Amazônia Legal, vem realizando um grande esforço ao longo das últimas décadas, no sentido de integrá-la ao restante do País e de promover a ocupação e vivificação da fronteira norte, de forma a poder assegurar a consecução dos objetivos nacionais permanentes de integração nacio-

nal, democracia, soberania, integridade do patrimônio nacional, paz social e progresso.

A intenção do presente ensaio é apresentar um dos mais sofisticados sistemas de informações do mundo, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), meio técnico de implementação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), como programa governamental capaz de descobrir e controlar, pelos olhos da eletrônica, a maior reserva natural do planeta, e concluir sobre a necessidade do sistema e os reflexos decorrentes da sua operacionalização, no

campo estratégico e na integração nacional.

O Projeto SIVAM, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e com a implantação a cargo do Ministério da Aeronáutica, pretende apontar problemas e apresentar soluções para uma região onde, nos dias atuais, a distância ainda é medida pelo tempo: meses a pé; dias de barco; horas de avião.

A AMAZÔNIA LEGAL

Importância estratégica

A dimensão territorial da Amazônia Legal lhe confere um "status" de quase continente, representando, por si só, grande potencial ecológico, econômico e político. Pode-se afirmar que, atualmente, constitui a maior reserva de recursos naturais do mundo.

Sua posição geográfica coloca-a como rota obrigatória para as ligações terrestres com o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, escoadouros naturais para a exportação da produção agro-silvo-pastoril da região Norte do Brasil, de forma competitiva e eficiente.

A composição da biodiversidade, a abundância e

regularidade das chuvas, o clima do tipo equatorial úmido, com elevada umidade relativa do ar e temperatura média entre 25 e 27°C, são fatores locais que tornam o ecossistema amazônico auto-suficiente e detentor de cerca de 30% do estoque genético da humanidade. Sua flora, com incalculável universo de plantas medicinais, aromáticas, alimentícias e com outras aplicações, qualifica-a como o maior celeiro genético de produtos farmacêuticos e bioquímicos. Também, sua fauna se constitui no maior campo de pesquisas do mundo, sendo que a imensa maioria das dez mil novas espécies de animais e insetos catalogados anualmente em todo o planeta, provêm da Amazônia.

Quanto aos recursos naturais renováveis, dispõe de cerca de 1/3 do total de área de florestas do planeta e possui uma bacia hidrográfica de mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, com grande potencial elétrico e pesqueiro.

Com seus 260 milhões de hectares de florestas, a Amazônia abriga um potencial madeireiro da ordem de 24 bilhões de metros cúbicos, equivalentes a 31 vezes a

produção anual mundial de madeira.

A riqueza mineral também é imensa: ouro, diamantes, ferro, bismuto, bauxita, cassiterita, cobre, prata, zinco, estanho e hematita – dentre os minérios tradicionais – existem em abundância, além de outros com novas aplicações tecnológicas, como o nióbio, o manganês e o titânio.

Além de seus 16,5 milhões de habitantes, a Amazônia abriga 63% da população indígena do País: são 269.000 índios, distribuídos em 180 diferentes povos, com língua, modo de vida e patrimônio cultural próprios.

Em síntese, a par de sua importância nos campos político e psicossocial, a Amazônia é mundialmente reconhecida como uma das maiores e mais pujantes regiões de recursos econômicos do planeta, o que a torna motivo de permanente cobiça internacional, conferindo-lhe insofismável importância estratégica.

O processo de desenvolvimento

O esforço despendido para dominar a Amazônia, incorporando-a ao ecúmeno é antigo, assim como tam-

bém o são os interesses de outras nações.

Em 1616, os luso-brasileiros, após a expulsão de estrangeiros (ingleses e holandeses) e a vitória sobre os índios nativos, fundaram o Forte do Presépio, à sombra do qual nasceu o núcleo urbano de Santa Maria de Belém.

No entanto, somente a partir de 1940, começou a operar-se uma conscientização em torno do problema da integração da Amazônia. Com o intuito de reorganizar o espaço político e econômico das áreas despovoadas, Getúlio Vargas criou, em 1943, os Territórios Federais do Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima) e Amapá, na faixa de fronteira.

O gesto decisivo que mobilizou a consciência nacional no sentido do problema da integração, foi a interiorização da Capital Federal, realizada por Juscelino Kubitschek, com a inauguração de Brasília, em 1960.

A partir desse grande impulso, algumas tentativas oficiais buscaram levar a ação governamental para aquelas regiões afastadas e incrementar a presença brasileira na Amazônia. A ro-

dovia Belém-Brasília foi construída, para quebrar o isolamento da área por via terrestre. Criaram-se órgãos, como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e inúmeros planos e programas.

Muitos avanços significativos foram obtidos na implantação da infra-estrutura básica, sobretudo nas telecomunicações, nos transportes e, mais recentemente, no setor energético e em alguns subsetores produtivos. Grandes projetos foram implantados: Zona Franca de Manaus; Carajás; Serra do Navio; Trombetas; Tucuruí e Calha Norte, dentre outros.

No entanto, a não execução ou execução apenas parcial desses projetos e, ainda, sua exploração, sem que fossem previamente considerados, de forma adequada, o controle e a poluição ambiental, trouxeram inúmeras consequências negativas, como o prejuízo para a integração da Amazônia e desta com os vizinhos sul-americanos, andino-amazônicos; a ocupação dos espaços e o uso do solo de forma inadequada; a agressão ao meio físico, degradando a qualidade do ar, do solo, das

águas superficiais e subterâneas, com alteração do clima e das condições meteorológicas; a concentração populacional urbana, ocasionada pelo êxodo decorrente dos projetos; a deterioração dos serviços nos grandes centros; as ações predatórias e a redução da biodiversidade; o agravamento dos impactos sócio-econômicos e a incapacidade para articular soluções para problemas de maior alcance político como, por exemplo, a invasão de garimpeiros em área da reserva Yanomâmi; e, finalmente, o enfraquecimento do poder público.

Situação atual

A região amazônica, em face da sua enorme extensão territorial, do difícil acesso, do distanciamento em relação ao centro geoeconômico e político do País e de outras dificuldades, apresenta os seguintes problemas potenciais: incipiente infra-estrutura; dificuldade de captação de dados e de elaboração de relatórios confiáveis; inexistência de sistema continuado de vigilância e monitoração para assegurar a fiscalização e o controle do tráfego aéreo; dificuldade de atuação contra a exploração

predatória de recursos naturais e agressão ao ecossistema amazônico; atuação ineficaz das instituições públicas; diminuição da qualidade de vida das populações urbanas e dos povos das florestas; fraudes e insegurança nos processos político-eleitorais; problemas fundiários; atuação de garimpeiros em territórios de países vizinhos; existência de elevado número de missões religiosas estrangeiras; padrões alimentares precários e baixíssimos níveis de saúde da população; nível cultural deficiente, com elevado número de analfabetos; indefinição dos limites em inúmeros trechos; e abandono do setor rodoviário, com estradas em precário estado de conservação.

A COBIÇA INTERNACIONAL

Neste fim de século, enquanto se começava a desvendar a região antártica, o mundo descobriu a Amazônia. O eixo Leste-Oeste já dava sinais de que iria falir. Começava a se delinear o eixo Norte-Sul, no qual o setentrião desenvolvido, industrializado, via que só poderia sobreviver às custas de uma região meridional sub-

desenvolvida, simples fornecedora de matérias-primas.

Convém ressaltar que as tentativas de intromissão externa nos assuntos amazônicos remontam a 1850, quando os Estados Unidos, aproveitando-se do fato de estar o Brasil envolvido nas questões do Prata, procuraram fazer com que o governo brasileiro tornasse livre a navegação no Amazonas.

A criação da reserva indígena ianomâmi em 1991, pelo governo Collor – cedendo a pressões estrangeiras –, com uma área de 94.000 km², destinada a abrigar cerca de 9.000 pessoas vivendo em tribos rivais de 50 a 120 índios nômades, constitui o primeiro passo para a realização do perigoso interesse de internacionalização da Amazônia, de vez que existe a clara intenção de criar-se um parque indígena binacional (Brasil-Venezuela), a ser ocupado pelos índios ianomâmis. No caso da criação de um Estado-nação ianomâmi na área, haveria o exercício de uma soberania restrita do Brasil, ferindo frontalmente a Constituição Federal. É curioso observar, ainda, que essa área – maior que a do Estado do Rio de

Janeiro, que a de Portugal e três vezes maior que a da Bélgica – repousa sobre riquíssimos depósitos de diamante, ouro, estanho, zinco, cobre, chumbo e urânio.

Em relação ao problema indigenista, é interessante a comparação de que os cerca de 100.000 índios da Amazônia ocupam aproximadamente 10% do território brasileiro – quase 800.000 km² –, enquanto os 800.000 índios dos Estados Unidos assentam-se em apenas 165 km².

Não menos preocupante é a presença de mais de 50 missões religiosas atuando na Amazônia. Sob o manto dessas missões e de dezenas de Organizações Não-Governamentais (ONGs), teoricamente com destinações humanitárias e sem um controle efetivo do governo brasileiro, podem ser encontrados engenheiros, geólogos, garimpeiros, filólogos, misteriosos cientistas e ecologistas em pesquisa e muitos aventureiros. Sem tomada de posições radicais ou mesmo apaixonadas, é lícito julgar que a presença estrangeira na Amazônia pode ocultar interesses contrários à Nação.

Também os assuntos relacionados ao narcotráfico e

ao contrabando podem ensejar uma justificativa de intervenção na região amazônica, sob a alegação de uma atuação ineficaz por parte dos órgãos nacionais competentes.

Não resta dúvida de que as ameaças de confronto com os vizinhos continentais do Brasil estão reduzidas às exigências de um grau de precaução mínimo. Porém, a confluência das teses de ecologistas e de antropólogos gera uma grande pressão internacional sobre o Governo brasileiro. As questões existentes e/ou alegadas podem servir de pretexto para uma interferência externa, atentando contra os princípios da autodeterminação e da soberania.

A renúncia ao princípio da soberania é fatal para o Estado. Ele se desqualifica entre os demais, se inferioriza, colonializa-se. Tal fato jamais poderá vir a ser aceito pelo Brasil.

O primeiro instrumento de defesa a ser acionado é a via diplomática, que deve ser ativa, dinâmica e convincente o bastante para afastar os perigos sem a necessidade de violência. No entanto, se falharem os recur-

sos da negociação diplomática, o País não pode, como Estado soberano, excluir a hipótese de defesa militar e, para tal, precisará não só de Forças Armadas treinadas e aptas a oferecer ameaça a qualquer aventura intervencionista, mas, também, de estratégias de segurança bem definidas e instrumentos modernos, eficazes e capazes de oferecer o necessário suporte a essas ações.

A renúncia ao princípio da soberania é fatal o Estado. Ele se desqualifica entre os demais, se inferioriza, colonializa-se. Tal fato jamais poderá vir a ser aceito pelo Brasil.

O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), aprovado pelo Presidente da República do Brasil, cria uma estrutura de coordenação e integração de informações e ações entre as diversas organizações governamentais encarregadas das políticas para a Amazônia brasileira,

de maneira a potencializar as atividades de cada uma delas. Será possível também, através do SIPAM, o estabelecimento de mecanismos de vigilância e apoio às políticas de desenvolvimento sustentado na Amazônia, em acordo com os interesses da sociedade brasileira e com as práticas internacionais de convivência ordenada com a natureza.

O Sistema de Proteção da Amazônia propiciará a coordenação das atividades e a otimização no emprego dos recursos de todos os órgãos atuantes na região, preservando a competência específica de cada um deles. Para tanto, irá:

- fornecer apoio para a implementação de planos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a preservação do rico meio ambiente amazônico;
- dar suporte às pesquisas que permitirão administrar as atividades voltadas para o desenvolvimento das populações locais, relacionadas à saúde pública, à exploração, preservação e trato dos recursos naturais disponíveis, bem como avaliar os resultados práticos de

implementação de projetos na área, trazendo informações necessárias ao redirecionamento dos mesmos;

- dar apoio à monitoração dos recursos hídricos e das condições meteorológicas e climáticas da região;

- fornecer suporte permanente à identificação, à avaliação e ao combate ao tráfico de drogas e armamentos, aos diversos tipos de contrabando, à invasão de fronteiras e de áreas indígenas, bem como às atividades clandestinas ligadas ao garimpo e à ocupação ilegal da Amazônia;

- dar apoio à navegação fluvial e à vigilância de superfície; e

- detectar a origem e o destino de aeronaves em sobrevôo na região amazônica, de forma a permitir a identificação de tendências que caracterizem atividades irregulares, além de prover a segurança da navegação aérea.

Visando à consecução desses objetivos, o Sistema de Proteção da Amazônia, através dos instrumentos do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, irá dispor da mais alta tecnologia, utilizando-se do sensoria-

mento a partir de imagens fornecidas por satélites e de dados captados por radares, bem como de um completo sistema integrado de comunicações, com finalidades de coordenação, controle, administração e logística.

O SIPAM caracteriza-se por ser um sistema aberto, multidisciplinar, integrado e exclusivo para a proteção da Amazônia brasileira. Encontra-se vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR, órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República.

O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA

Para atingir seus objetivos, o SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia – empregará um conjunto de meios técnicos que constituirá o Sistema de Vigilância da Amazônia.

Ao Sistema de Vigilância da Amazônia caberá as tarefas de coletar, tratar e disseminar as informações de que necessitam os órgãos responsáveis atuantes na área.

O SIVAM contará com uma infra-estrutura integrada de meios técnicos, baseada em uma rede comum de

coleta de dados, composta de sensores fixos e móveis; centros regionais para seu processamento e uma rede de telecomunicações para troca de informações em telefonia e na forma de dados e imagens entre os diversos órgãos usuários, de modo a permitir uma operação econômica, eficaz e otimizada.

Os meios de processamento do SIVAM possuirão a capacidade de tratar e consolidar os dados coletados, associá-los às informações disponíveis no banco de dados dinâmico do sistema, gerando um retrato específico da situação de interesse de cada um dos usuários.

O sistema de inteligência artificial incorporado ao processamento, projetando tendências e situações a partir dos quadros específicos, transformará esses recursos em ferramenta eficaz de auxílio à análise da situação e à tomada de decisão. Adicionalmente, a capacidade do sistema de processamento em garantir o sigilo das informações e de preservar a autonomia institucional dos vários órgãos, torna-lo-á único e especial para uma ação integrada das organizações com atuação na região.

A vastidão territorial da Amazônia impõe que esta

seja desmembrada em regiões operacionais, para permitir o desejado desempenho do Sistema de Vigilância da Amazônia. Em cada uma das três regiões haverá um centro responsável pela integração dos dados e difusão das informações, bem como por todo o apoio logístico à estrutura técnica do sistema, pertinentes à sua área de atuação.

A coleta de dados será efetuada a partir de órgãos remotos, espalhados por toda a Amazônia. A coordenação geral do SIPAM será realizada a partir do Centro de Coordenação Geral, localizado em Brasília. As diver-

sas organizações participantes do SIPAM, usuárias do SIVAM, estarão integradas através dos centros e órgãos remotos.

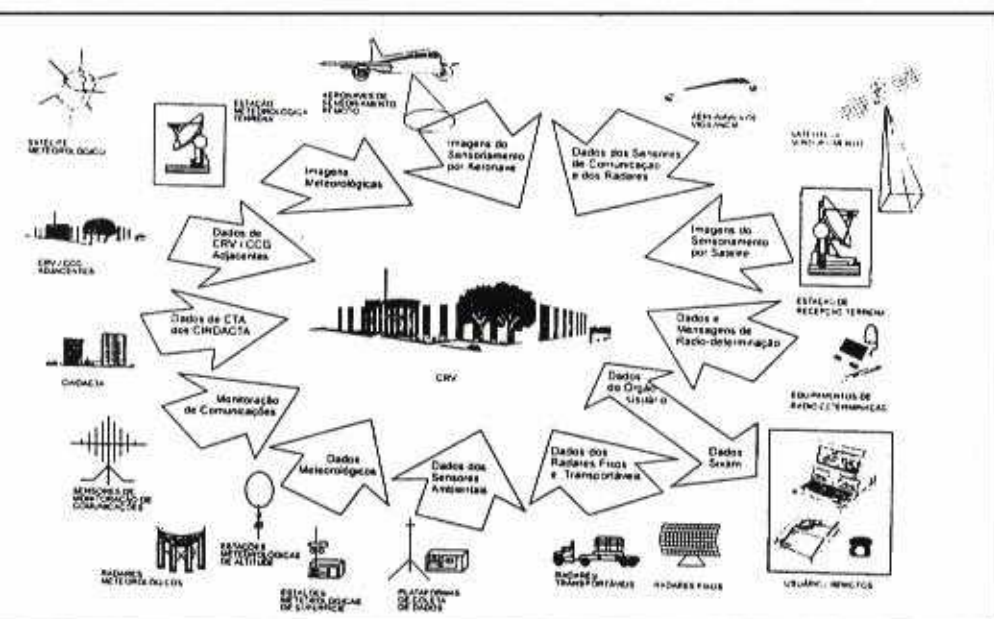
ESTRUTURA FUNCIONAL DO SISTEMA

Os meios técnicos do SIVAM viabilizarão a integração entre o Centro de Coordenação Geral – CCG, localizado em Brasília, os três Centros Regionais de Vigilância – CRV, situados em Belém, Manaus e Porto Velho e os Órgãos Remotos espalhados pela região amazônica, compondo a estrutura funcional do sistema.

O Centro de Coordenação Geral – CCG será o local onde estarão disponíveis todas as informações, a partir dos dados tratados pelo SIVAM, sobre os recursos disponíveis nos órgãos participantes do sistema em toda a região amazônica.

Os Centros Regionais de Vigilância – CRV, localizados em Belém, Manaus e Porto Velho, estarão interligados entre si e ao Centro de Coordenação Geral, funcional e operacionalmente.

Os CRV ficarão voltados, no âmbito regional, à concentração, tratamento e difusão de dados e informações, proporcionando o co-



IV / SIVAM: Recursos disponíveis

nhecimento necessário para atuação dos participantes do SIPAM e possibilitando, ao mesmo tempo, uma melhoria na capacidade de comunicação entre os mesmos.

Na qualidade de centro concentrador de informações de cada região, o CRV formará e manterá bancos de dados e de imagens pertinentes à sua região de abrangência.

O CRV disporá de recursos de telecomunicações, de tratamento e visualização de dados de sensoriamento remoto por satélite, visualização radar, informações meteorológicas, monitoração de comunicações e informações gerais de interesse para a atuação coordenada dos órgãos participantes do SIPAM como mostra o quadro *CRV/SIVAM: Recursos disponíveis*.

Como parte integrante e elementos avançados do sistema, os Órgãos Remotos serão os responsáveis pela coleta e envio de informações ao Centro Regional de Vigilância correspondente. Em princípio, serão instalados em áreas da União e prestarão apoio às ações locais tornando disponíveis suas instalações e meios técnicos de telecomunicações existentes.

Os Órgãos Remotos estarão ligados aos Centros Regionais de Vigilância por intermédio do Serviço Nacional de Telecomunicações (SNT) ou, ainda, através de estações a serem implantadas pelo SIVAM em coordenação com o SNT, otimizando custos e benefícios e propiciando facilidades de uso compartilhado dos meios de telecomunicações à comunidade local.

Para o desempenho de suas funções, o SIVAM disporá de uma infra-estrutura comum e integrada de meios técnicos para a aquisição, o tratamento de dados, a visualização de imagens e de informações e a difusão das mesmas.

Esses meios abrangerão recursos computacionais, o sensoriamento remoto aéreo e por satélite, a monitoração ambiental e meteorológica e a exploração de comunicações, a vigilância por radares e meios de telecomunicações.

OS MEIOS TÉCNICOS DO SISTEMA

Para o desempenho de suas funções, o SIVAM disporá de uma infra-estrutura comum e integrada de meios técnicos para a aquisição

e o tratamento de dados, a visualização de imagens, a produção e a difusão de informações.

Esses meios abrangerão recursos computacionais, o sensoriamento remoto, a monitoração ambiental e meteorológica, a exploração de comunicações, a vigilância por radares e meios de telecomunicações.

A aplicação desses meios técnicos e a associação dos dados obtidos a partir dos diversos sensores proporcionarão o fornecimento das informações temáticas particulares às necessidades operacionais de cada usuário.

RECURSOS COMPUTACIONAIS – A INTELIGÊNCIA DO SISTEMA

A característica peculiar do SIVAM baseia-se nos recursos de processamento e na visualização de dados e imagens colocados à disposição dos órgãos usuários. A estrutura a ser adotada, de arquitetura aberta, permitirá incorporar novas funções, bem como agregar novos usuários ao sistema.

Através desses recursos, obter-se-á o conhecimento da situação da região, a par-

tir da fusão e superposição de informações de interesse, que vão desde o sensoriamento remoto, condições meteorológicas e ambientais, dados sobre comunicações clandestinas e interceptações obtidas por radares instalados em aeronaves ou em embarcações, até informações gerais fornecidas pelos usuários do SIVAM.

Esse conjunto de informações será processado, apresentado e armazenado para posterior consulta, formando um banco de dados constantemente atualizado. A integração dessas informações apoiará os órgãos usuários em atividades que exijam pronta resposta, abrangendo desde o combate a focos de incêndio na floresta até o controle do tráfego aéreo na região. A visualização dessas informações permitirá, adicionalmente, identificar possíveis pontos de atividades irregulares ou ilícitas, através da observação e análise da situação na região e sua comparação com informações armazenadas na base de dados.

Sistemas especiais, fazendo uso, inclusive, de ferramentas de inteligência artificial, incorporados ao tratamento das informações, terão papel decisivo na ta-

refa de auxiliar e agilizar a análise de situações e a tomada de decisões pelos órgãos competentes.

O SENSORIAMENTO REMOTO AÉREO E POR SATÉLITE

A imensa e complexa região amazônica contará com uma vigilância permanente, através do sensoriamento remoto aéreo e por satélite. Trata-se de um sistema de imageamento multiespectral, que permitirá identificar, controlar, supervisionar e atuar em relação a atividades como: apoio a projetos de desenvolvimento sustentável; mapeamento de desflorestamento e de poluição de bacias hidrográficas; identificação e controle de queimadas; ocupação, classificação e uso do solo e evolução dos núcleos urbanos; classificação da flora e avaliação do seu estado; monitoração dos recursos hídricos e regimes de cheias; mapeamento térmico e estudos de tensão térmica; previsões meteorológicas; identificação de pistas de pouso clandestinas; controle de exploração de garimpos e identificação de plantações destinadas ao narcotráfico.

Para tanto, o sensoriamento remoto utilizará imagens dos satélites LANDSAT, SPOT, ERS-1, NOAA e GOES, entre outros, e deverá estar preparado para fazer uso das imagens do satélite sino-brasileiro CBERS.

O sensoriamento remoto utilizará também o imageamento radar, obtido a partir de sensores instalados em aeronaves responsáveis pela vigilância aérea.

As imagens de satélite serão obtidas a partir dos dados colocados em disponibilidade pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), cuja colaboração se dará na medida requerida pela operacionalização do SIPAM.

As análises das imagens serão executadas em estações de trabalho, constituídas por unidades de processamento, leitura e tratamento de dados, possibilitando, inclusive, o mapeamento do solo e a confecção de planilhas cartográficas.

Cada CRV disporá de uma estação de trabalho com o banco de dados referenciado à sua área de atuação. O Centro de Coordenação Geral do SIPAM deverá possuir uma estação de trabalho semelhante àquelas dos CRV, porém

com o acesso ao banco de dados de toda a região (cartoteca digital).

Face ao uso intensivo e à quantidade de imagens necessárias para o recobrimento e atualização da área da Amazônia, deverá haver intensa participação do INPE para uma melhor operacionalização do subsistema.

A MONITORAÇÃO AMBIENTAL E A METEOROLOGIA

O conhecimento e a monitoração dos parâmetros ambientais da Amazônia concorrerão para o apoio adequado ao desenvolvimento sustentável da região.

Para tanto, o SIVAM possibilitará a integração de redes de plataformas de coleta de dados providas de sensores ambientais que, complementando as informações de sensoriamento remoto, permitirão a obtenção de informações relativas ao meio-ambiente em geral, à hidrologia e à meteorologia, bem como sobre a poluição ambiental.

O sistema permitirá a otimização da implantação dos monitores ambientais, de acordo com os interesses dos órgãos usuários. Adici-

onalmente, o SIVAM contará com uma rede própria de meteorologia, composta de radares e sensores meteorológicos.

O conjunto dessas informações permitirá a observação da situação meteorológica da região, a realização de previsões meteorológicas e o desenvolvimento de estudos climatológicos.

A REDE DE EXPLORAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

A limitada infra-estrutura existente na Amazônia, inclusive de facilidades de telefonia, faz com que as comunicações na região se dêem, basicamente, através de radiocomunicações.

Devido à grande extensão territorial, elas se processam, em sua maioria, na faixa de HF e, com algumas exceções, nas faixas de VHF e UHF. Uma das formas de identificar a localização de atividades ilícitas será através da monitoração dessas comunicações.

A rede de radiomonitoração do SIVAM será composta de estações fixas, complementadas por estações transportáveis e móveis aerombarcadas. Essas estações fornecerão os dados que, uma vez tratados, per-

mitirão determinar a localização de equipamentos rádio em apoio às atividades ilícitas, como o garimpo clandestino, o contrabando e o narcotráfico.

As estações fixas, localizadas nos CRV e as móveis, operando, respectivamente, nas faixas de HF e VHF/UHF, fornecerão informações que, após tratadas nos CRV, permitirão a determinação, em tempo real, das estações clandestinas situadas a longa e média distâncias.

Essas informações, associadas àquelas obtidas através dos demais sensores, e apoiadas por sistemas especiais de auxílio à tomada de decisão, possibilitarão a avaliação da situação e a atuação mais eficaz pelos órgãos encarregados do combate às atividades irregulares.

A REDE DE DETECÇÃO RADAR

O transporte aéreo e o fluvial constituem-se nos meios básicos de apoio às atividades desenvolvidas na Amazônia. Consequentemente, com o objetivo de exercer a vigilância dos movimentos aéreos e de superfície, o SIVAM disporá de

uma rede de detecção radar de longo alcance.

A rede proporcionará, através de radares primários e radares secundários isolados, a cobertura das regiões fronteiriças e de áreas consideradas sensíveis. No caso de regiões não sensíveis, o emprego de radares secundários isolados incrementará a segurança dos movimentos aéreos. As áreas de alta incidência de movimentos aéreos e de superfície, de caráter suspeito e que tenham cobertura deficiente das estações fixas, contarão com o apoio das estações transportáveis.

Para a vigilância dos locais de difícil acesso, sem cobertura radar, serão empregadas estações móveis, instaladas a bordo de aeronaves turboélice, tipo AEW (Airborne Early Warning – Aeronaves de Prévia Advertência), cuja utilização se explica em face do pequeno porte dos aviões que servem às atividades ilícitas, normalmente lentos e voando a baixa altura.

A visualização das informações a serem obtidas a partir do tratamento dos dados da vigilância radar estará disponível no local e nos Centros Regionais de Vigilância correspondentes.

OS MEIOS DE TELECOMUNICAÇÕES

As organizações usuárias do SIVAM serão atendidas por uma rede integrada de comunicações que utilizará o conceito e a tecnologia de Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI), oferecendo facilidades de serviços de telefonia, transmissão de textos, imagens e dados, visando à coordenação, ao controle, à administração e ao apoio logístico do Sistema de Proteção da Amazônia.

Embora empregue uma única base de equipamentos (central de comutação) como suporte de todos os serviços, proporcionando ao usuário maior qualidade e flexibilidade, o subsistema será, de fato, constituído de diversas redes independentes de comunicações.

A rede RDSI terá seus nós principais localizados nos CRV de Manaus, Belém e Porto Velho e, em Brasília, no Centro de Coordenação Geral do SIPAM. Esses Centros estarão interligados a nós secundários instalados nos Órgãos Remotos e em outras localidades de interesse na região amazônica.

As comunicações do SIVAM utilizarão o Sistema

Nacional de Telecomunicações como suporte para a transmissão das informações, fazendo extenso uso do satélite brasileiro.

Os meios de telecomunicações constituir-se-ão no suporte fundamental aos demais recursos técnicos do SIVAM.

IMPLANTAÇÃO

Em 21 de setembro de 1990, o Presidente da República, na Exposição de Motivos Conjunta (Ministros da Justiça e da Aeronáutica, e Secretário de Assuntos Estratégicos) Nº 194/90, autorizou o Ministério da Aeronáutica a implantar o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, no contexto de um sistema integrado de controle da Amazônia (Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM), coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

O montante do custo gira ao redor de 1,4 bilhão de dólares, a serem financiados pelo Eximbank (Carteira de Comércio Exterior dos Estados Unidos da América), pela Raytheon – empresa americana vencedora da concorrência internacional para fornecimento dos equi-

pamentos tecnológicos – e empresas consorciadas a ela. O Brasil terá, de acordo com a proposta vencedora, oito anos de carência para o início do pagamento, que será parcelado em dez vezes.

Quatro radares, cedidos pelo Ministério da Aeronáutica, já foram instalados em Manaus – AM, Boa Vista – RR, Belém – PA e São Gabriel da Cachoeira – AM, estando em fase de instalação, na localidade de Tabatinga – AM, um quinto radar.

CONCLUSÃO

A Amazônia Legal apresenta para o Brasil uma importância estratégica que vai além do aspecto psicossocial – relacionado à população que lá vive –, do aspecto físico, caracterizado pelo impressionante espaço de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a 50% do continente europeu, ou ainda, do aspecto econômico, em função da enorme riqueza mineral existente no seu subsolo: a sua biodiversidade (variedade de espécies dos reinos vegetal e animal) coloca-a na condição de maior celeiro genético do

mundo, fazendo com que a região seja objeto de atenção de toda a comunidade científica internacional. Constitui-se em formidável campo de estudos e pesquisas para a busca de soluções de problemas que hoje afli-

A atual conjuntura internacional, marcada por forte concorrência econômica e pela disputa por novas áreas de influência e de projeção de poder, demonstra que o Brasil não pode mais relegar a Amazônia a um segundo plano, quer no aspecto do desenvolvimento, como no da segurança, sob pena de ter o seu progresso retardado, ou a sua soberania contestada.

gem a humanidade, tais como as curas do câncer e da AIDS, a fome e a necessidade da descoberta de novos medicamentos.

No entanto, a Amazônia não só provoca a curiosidade científica, como também desperta a cobiça internacional, em particular por sua imensidão territorial, com baixíssima densidade demográfica e pelo seu potencial econômico.

A atual conjuntura internacional, marcada por forte concorrência econômica e pela disputa por novas áreas de influência e de projeção de poder, demonstra que o Brasil não pode mais relegar a Amazônia a um segundo plano, quer no aspecto do desenvolvimento, como no da segurança, sob pena de ter o seu progresso retardado, ou a sua soberania contestada.

O subdesenvolvimento social e econômico, somado à ineficiência do setor público no combate às atividades ilícitas, como, por exemplo, as queimadas, dá aos países que ambicionam um “compartilhamento” da Amazônia, a oportunidade de desenvolver, através da imprensa em geral e das Organizações Não-Governamentais, intensa “orquestração”, contrária aos interesses do País. O quadro frequentemente transmitido à opinião pública externa é o de desrespeito ao meio-ambiente e de incapacidade do Governo para o gerenciamento dos problemas existentes na área.

A situação vigente enfatiza a necessidade vital de

fortalecer a integração social e econômica da Amazônia às demais regiões do País, o que demanda conhecer suas potencialidades, limitações, vulnerabilidades e problemas. Através do uso racional de seu patrimônio natural, será possível criar condições para estabelecer essa desejada integração.

É consenso, hoje, que a política governamental para a Amazônia deve objetivar não só a proteção da região, mas também a promoção de seu desenvolvimento sustentado, considerando os vários aspectos envolvidos, entre os quais o ambiental, o econômico e o social.

Operacionalizar o SIVAM significa, pois, dotar o Governo brasileiro de mecanismos capazes de atingir, com eficácia, os objetivos para a Amazônia, intento não alcançado pelos inúmeros planos levados a efeito até aqui. Caracterizará, também, a adoção de um novo conceito de administração pública, inovador, moderno, calcado na ciência e na tecnologia e coerente com a revolução causada pelo avanço do conhecimento nas áreas de informática, sensoriamento e telecomunicações.

A implantação do SIVAM é essencial e urgen-

te: além de contribuir de forma eficaz para a efetiva integração da Amazônia ao restante do país, dentro da estratégia governamental de promoção do desenvolvimento sustentado da região, possibilitará a atuação efetiva das autoridades brasileiras na prevenção e repressão ao tráfico internacional de entorpecentes, ao contrabando, ao desmatamento ilegal e às minerações clandestinas. Facilitará ainda, o controle das fronteiras e das reservas indígenas e, sobretudo, ampliará a segurança do tráfego aéreo naquela imensa e importante região do País.

A vigilância sistematizada a ser propiciada pelo SIVAM reduzirá, portanto, as enormes perdas econômicas representadas pela exploração irregular de recursos naturais e o seu contrabando para outros países, bem como os prejuízos sociais causados pelo narcotráfico – ações ilegais com expectativa de incremento, em face dos grandes lucros decorrentes – e eventuais atritos com os países vizinhos, conseqüentes de violação do espaço aéreo ou de invasão de território.

As medidas de proteção ao meio-ambiente, associa-

das às de defesa das minorias étnicas e de combate às atividades ilícitas, uma vez levadas a bom termo, servirão também como forma de diminuir as críticas da imprensa internacional e das pressões de potências estrangeiras desejosas de usufruir do “direito compartilhado” das imensas riquezas amazônicas, dificultando qualquer pretensa alegação para uma aventura intervencionista em terras brasileiras.

Nesse mister, o Projeto SIVAM, embora não tenha caráter ou finalidade militar, possibilitará inúmeras aplicações no campo da segurança, servindo como uma ferramenta dissuasória em condições de ser empregada na garantia da soberania e da integridade do patrimônio nacional. Constituir-se-á, assim, em instrumento importante e necessário de apoio às ações das Forças Armadas, responsáveis pela defesa externa do País.

O Brasil, em razão de seu vasto território, de sua população e de seu imenso potencial econômico, é vocacionado para uma significativa estatura político-estratégica no contexto mundial. Uma prospectiva desapassionada permite a previsão de

um futuro promissor, que já começa a materializar-se – hoje, o Brasil é a nona economia do planeta, considerando-se apenas 20% do país como contribuinte para tal – e que traz consigo a necessidade de instrumentos que permitam que a Amazônia deixe de ser encarada como uma região problema, passando a ser parte da solução dos grandes problemas nacionais, pela dimensão e especificidade de suas riquezas.

O Brasil não pode, pois, prescindir da implantação, no mais curto prazo, do Sistema de Vigilância da Amazônia – maior projeto de proteção do meio-ambiente do mundo – como instrumento capaz de, ao mesmo tempo, cooperar com o seu progresso e respaldar suas ações soberanas, consoante com sua crescente projeção.

No limiar do século XXI, o SIVAM servirá como instrumento capaz de reforçar a posição estratégica do Brasil

diante dos desafios da era da globalização. Indubitavelmente, constitui-se num dos mais elevados interesses nacionais da atualidade.

Para que a Amazônia venha a integrar-se ao futuro incontestado do Brasil é preciso apenas que os planos saiam do papel, que as leis sejam cumpridas e que as mentes daqueles que compõem o Poder Político, a quem cabe a decisão quanto ao Projeto SIVAM, estejam abertas.

Indonésia: Diversidade Geopolítica¹

Therezinha de Castro

Este artigo apresenta um estudo geopolítico sintético da Indonésia e destaca a questão do Timor.

O conjunto de ilhas e arquipélagos da *Insulíndia* que, como autêntico *subcontinente*, a o sudeste da Ásia à Austrália era, no período das grandes navegações que caracterizou o advento da Era Moderna, conhecido como *Índias Orientais das Especiarias*.

Dentro da temática geográfica, caracteriza-se por raias paralelas que, da Península da Indochina, *prolongam o Himalaia* por meio de ilhas onde quase

inexistem as planícies e são constantes os abalos sísmicos.

Disseminadas entre o *Índico, Mar da China Meridional e Pacífico*, essas ilhas e arquipélagos atuam como autênticas *linhas divisórias entre os mais variados estreitos e mares periféricos*.

É essa divisória que se insere na *diversidade geopolítica*, criando autêntico *mosaico étnico-linguístico* (malaios, indus, chineses e, até, europeus, embora em minoria), professando o hinduísmo, budismo, islamismo e cristianismo, num cenário profuso de usos e costumes. É ela que, no *posicionamento geoestratégico* imporia movimentada e *diversificada*, História

– desde os primeiros reinos indonésios² (séculos V ao IX)... ao apogeu e decadência do Reino de Shrivijaya (séculos X ao XIII), para desembocar no grande Império Naval do século XV – o Reino Modjopahit, de estrutura feudal, que desapareceria com a chegada dos islâmicos e colonizadores portugueses/holandeses. História que registra assaltos de pirataria, lutas entre metrópoles européias, notáveis batalhas durante a Segunda Guerra Mundial e movimentos nacionalistas que transformaram colônias em países. São esses movimentos nacionalistas que impõem a *diversidade geopolítica*, quer no aparecimento de *mini-Estados* – Singapura, Brunei, Papuá-

professora. Do Corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

1. Orientado pelo PADECEME.

2. O significado Índia é palavra malaia; indus, de formação grega, traduzindo-se em ilhas. Assim o topônimo Indonésia significa ilhas da Índia.

sia-Nova Guiné e Timor; quer na *federação* em território descontínuo da Malásia ou, mesmo, em *repúblicas* fragmentadas em ilhas e arquipélagos que se transformam nas Filipinas e Indonésia.

FRAGMENTAÇÃO E SECESSIONISMO

"Unidade na diversidade" é o *lema da Indonésia*, caracterizando bem a realidade de se constituir em uma *república de forma fragmentada*, congregando várias etnias, línguas e religiões.

Como *país sem ser nação*, a Indonésia ocupa o *maior arquipélago do Mundo* com 1.904.345 km², área maior que a de nosso estado do Amazonas (1.564.445 km²) ou seja, 18,38% do total territorial brasileiro. Diferindo do Brasil, com terras contínuas, o *espaço político indonésio* é constituído por mais de 17 mil ilhas vulcânicas ou coralígenas, procurando, desde 17 de agosto de 1945 manter-se como país, a despeito da complicada geografia.

Na *Insulíndia*, seguindo-se ao Sudeste Asiático, sua *base geográfica* se constitui de mares, canais e estreitos separando ilhas geostrate-

gicamente posicionadas entre o *Índico/Pacífico*. Essa base geográfica se estende na *zona equatorial*, com posição nos dois hemisférios da Terra, sucedendo-se de noroeste para sudeste em linhas quase que contínuas de ilhas, diminuindo sucessivamente de área desde Sumatra até Timor, que divide soberania, tal como ocorre em Bornéu e Nova Guiné. O *equador terrestre* corta Sumatra e Bornéu, ficando Java nos 5º de latitude sul, dotando o conjunto de *clima equatorial com temperaturas uniformes*, o mesmo não ocorrendo com a *distribuição das chuvas*, já que a monção vinda da Austrália é menos úmida que a proveniente do Índico.

Sumatra, contrastando com Bornéu, se inclui no *ecúmeno estatal do país centrado em Java* (132.174 km²) que, apesar de representar somente 14% do território indonésio com as ilhas-satélites Madura e Bali, conta com uma das áreas mais povoadas do Mundo, concentrando 2/3 da população, em seu total avaliada (1994) em 194,6 milhões, maior portanto que a do Brasil.

predomina aí a *etnia javanesa*, oferecendo exemplo quase único de grupo equa-

torial laborioso. Daí ser, o javanês, o dialeto principal, e exercer esse povo *acentuação do domínio nos destinos do país* que, além das nuances idiomáticas abriga 584 línguas.

Em Java, o *núcleo vital do país* se encontra Djakarta, a capital, e os núcleos urbanos importantes de Bandung, Semarang e Surubaia, voltados para o fluxo comercial que se utiliza do Estreito de Málaca para alcançar os de Marimata e Makasar, rumo às Filipinas e área conjunta do Oriente.

Comparativamente, se Java é o principal centro consumidor do país, Sumatra ou Samatra (430.000 km²) posicionada estrategicamente à beira do Estreito de Málaca, diante da República de Singapura, um dos "tigres asiáticos", é o *grande exportador* da Indonésia com o porto de Medan comerciando, entre outros produtos – a borracha, o café, madeiras, etc.

Sumatra é um parente próximo da Península de Málaca, de forma alongada com mais de 90 vulcões, 12 dos quais ainda em atividade. Margeada, na costa ocidental, por fossa submarina profunda é cortada, no interior, por montanhas.

Encimando Java e Sumatra, entre os Estreitos de Sunda e Makasar, *Borneo*, a maior ilha da Indonésia (736.000 km²), pouco menor que, em conjunto, a área de São Paulo/Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul (825.621 km²) recebe, na Indonésia, e detém 535.640 km² de território, o nome de *Sulimantan*. É das regiões menos povoadas do país, contrastando com as demais ilhas por não possuir vulcões.

Seu interior montanhoso é cruzado no centro pela linha equatorial, favorecendo o desenvolvimento de *floresta tropical*, rica, entre outras espécies, de ébano.

Descoberta pelo português, Antonio de Abreu (1511) seria disputada, nos séculos XVII e XVIII, pelos holandeses e ingleses. Justificando-se sua presença no passado e presente já que o norte, antiga colônia britânica, se subdividiu no *Brunei* (5.765 km²), em sultanato com território descontínuo, com o restante anexado, desde 1963, à *Malásia*, a despeito de haver provocado grave conflito com o governo de Jacarta.

A Ilha de Célebes tem forma estranha, assemelhando-se a um feixe de penínsulas amarradas no centro e atiradas no oceano. Ali também se haviam estabelecido os portugueses, em 1625, no porto de Makasar, expulsos em 1660 pelos holandeses. Com 188.000 km², é a 3ª ilha em tamanho no arquipélago indonésio, pouco menor que o nosso Paraná (199.554 km²). São três os seus gol-

**Descoberta
pelo português,
Antonio de Abreu (1511)
seria disputada,
nos séculos
XVII e XVIII,
pelos holandeses
e ingleses.**

fos, orlados por perigosos *recifes coralígenos*, e *quatro as penínsulas*. Toda a população vive no litoral, face ao determinismo geográfico, ainda não vencido, de um interior montanhoso com altitudes que atingem os 3.400 metros.

As *Molucas* com *Halmahera*, a maior de todas no setor norte, *Ceram*, *Buru* e *Amboina* (que possui a capital) no sul, se constituíam

no *centro comercial das especiarias* dos portugueses até 1602, quando foram conquistadas pelos holandeses da Companhia das Índias Orientais. São trampolins para a *Nova Guiné*, o ponto extremo oriental da Indonésia, que divide sua soberania com outros países independentes, o *Papua-Nova Guiné* (462.840 km²), tendo como garante a Comunidade Britânica. O espaço indonésio (412.781 km²) desde 1963 tem o nome de *Irian Ocidental*.

A paisagem dessa ilha de soberania bipartida é movimentada, possuindo em toda sua extensão um espinhaço com altitudes superiores aos 5.000 metros, formando *os maiores precipícios do Mundo*. Apesar da proximidade do equador, essas montanhas possuem *neves eternas* em seus picos mais altos.

Entre Irian Ocidental e Java, pontilham vários *trampolins insulares*, tendo Bali e Timor nos seus extremos. *Bali* participa das características de sua vizinha maior, sendo cognominada de "pequena Java"; mas, face a diversidade geopolítica, se distingue, pelas tradições e cultura, como centro da re-

ligião indu-budista, nela difundida e conservada.

É Bali separada da Ilha de Lombok por profundo canal que traça a chamada "Linha Wallace", nome do naturalista que adotou o setor como fronteira entre as fauna e flora asiática/australiana.

Flores e Sumba também integram a Indonésia, mas Timor é potencial ponto de atrito, já que o diálogo Lisboa/Djakarta tem sido difícil.

PUNCTUM DOLENS

Em 1942 os japoneses invadiram o Império das Índias Orientais dos holandeses. Com a rendição japonesa (1945), não seria mais possível, aos metropolitanos, manter sua autoridade sobre a colônia disseminada sobre o vasto arquipélago que, pouco antes da saída dos invasores, em 17 de agosto de 1945, proclamava sua independência sob o comando do líder nacionalista Sukarno.

Apoiado pelos japoneses, esse líder javanês havia organizado seu quartel-general em Jogiakarta, com tropas seguindo modelo da juventude hitlerista. Conseguiu, por isso, sustentar a independência durante os

quatro anos de guerrilhas contra os holandeses. Esse líder javanês, uma vez tendo a independência reconhecida (1949), para manter a coesão na diversidade, passou a governar o país ditatorialmente.

Afastado do poder em 1966, faleceu recluso em junho de 1971, sem haver conseguido moldar a identidade indonésia, onde de comum só subsiste o islamismo.

O país que abriga o maior número dos seguidores de Maomé do Mundo ficava entregue a outro ditador – Suharto, criador do Sekker Golkar, o partido dos generais. Mantinha, no entanto, a pancasila de Sukarno, ou cinco princípios em indonésio, contendo as regras básicas de um nacionalismo que precisa agir com mão de ferro para manter um país de nação fictícia.

Com "punctum dolens" em vários setores do arquipélago, esses cinco princípios – monoteísmo, humanitarismo, unidade, democracia e justiça – se transformaram no instrumento de controle sobre todas as instituições políticas e sociais do país. Foi esse "punctum dolens" que o Governo de Djakarta teve que enfrentar,

sufocando rebeliões, via de regra separatistas, em Sumatra, Célebes, Molucas e, até mesmo, em Java, e que faria abortar o objetivo de ocupar toda a Nova Guiné e o norte de Bornéu.

Um golpe de estado foi usado para afastar a "ameaça comunista" de 1965, quando a minoria chinesa serviu de "bode expiatório" para que Sukarno fosse afastado do poder. A instabilidade se manifesta 30 anos depois, com a filha de Sukarno, Megawati Sukarnoputri, a frente da oposição, chefiando o PDI (Partido Democrático Indonésio). Repetindo a História, se no passado a ira manifestar-se-ia contra os chineses, então a face mais visível da elite econômica que mantinha o país na miséria, em julho de 1996 o destaque era para os japoneses, identificados como os principais parceiros da família Suharto, a nova elite político-econômica.

Tudo indica que Suharto, com 75 anos de idade e saúde combalida, pode vir a perder o seu lugar no grupo dos comandantes militares do Golkar, e que o ocidente cristão consiga uma reviravolta no atual "punctum dolens" representado por Timor Leste.

TIMOR LESTE

A Ilha de Timor fez parte do Império Colonial Português desde o início do século XVI, com função predominantemente mercantil, como *empório de especiarias*. Com o declínio marítimo português, a ilha passou a ser disputada pelos holandeses, até que o *Tratado de 1699* viesse a dividi-la entre os dois contendores. Assim o *oeste* (19.000 km²) com capital em *Kupang* passava a ser gerenciado pelos holandeses, e o *leste* (14.925 km²) pelos portugueses, tendo *Dili* como capital.³

Em 1974, com a Revolução dos Cravos, que punha fim ao governo salazarista, o que restava do império colonial luso começa a se tornar independente. Assim, no ano seguinte, a FRETILIN (Frente de Timor Leste Independente) proclamava a independência naquele *espaço de língua portuguesa e maioria católica*. Pouco depois, valendo-se da indefinição gerada pela retirada precipitada das autoridades portuguesas,

as tropas de Suharto invadem Timor Leste.

A repressão, que resultou no extermínio de 1/3 da população, foi reprovada internacionalmente, mas só em discursos. Isso porque, durante as crises do petróleo, da década dos 70, a Indonésia se colocava ao lado dos consumidores contra a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), agrupando maioria árabe e islâmica, enquanto o Ocidente ignorava a sorte dos cristãos timorenses.

A justificativa para a invasão de Timor Leste, em 7 de dezembro de 1975, revelava que o aspecto religioso seria anulado pelo ideológico. A alegação era a de se impedir a implantação do regime comunista naquele setor da ilha. Embora a FRETILIN se mostrasse bem mais nacionalista, os Estados Unidos preferiam fazer "vista grossa", em face do insucesso que haviam sofrido no Vietnã.

Por sua vez, as diretrizes do governo indonésio estavam voltadas para o problema atinente aos "punctum dolens". Prendiam-se, assim, bem mais ao princípio de não permitir que mais um foco de *guerrilha endêmica* se instalasse no arquipélago

nação, à semelhança do que ainda ocorre na Irian Ocidental.

Sem abrir mão do Timor Leste, anexada como província indonésia, *ato considerado ilegal* pela ONU, o Governo de Djakarta continua reprimindo as guerrilhas nacionalistas, como a de 12 de novembro de 1991, em Santa Cruz, que deixou um saldo de 273 mortos e 255 desaparecidos, e a de 22 de julho de 1993, na qual 26 nacionalistas foram presos.

Já então o líder nacionalista Xanana Gusmão havia sido preso (20 de novembro de 1992), e condenado à prisão perpétua, em março de 1993. A pena seria reduzida para 20 anos, em agosto daquele ano.

A política de repressão, além das 10 Resoluções da ONU condenando a invasão e apoiando a autodeterminação, também contou com a moção de condenação por parte da Comunidade Europeia (março de 1993), enquanto fazia o mesmo a Comissão de Direitos Humanos reunida em Genebra. Por sua vez, face a população católica de Timor Leste, praticamente submetida a islamização dentro da "Real Politik" da Indonésia, o Vaticano se mostrou favorável

³ Destacando-se que o território de Timor Leste é descontínuo. Além das ilhotas de Atauro e Jacó, tem dentro do setor indonésio o enclave de Ocuss-Ambeno.

a um simples *estatuto de autonomia*, semelhante ao de Porto Rico, que é Estado Associado dos Estados Unidos.

Enquanto Timor Leste procura existir como nação, com sua língua e seus costumes, em outubro de 1996 a Academia Sueca concedia o *Prêmio Nobel da Paz* para o Bispo Carlos Ximenes Belo e para o Acadêmico José Ramos Horta, ambos cidadãos timorenses.

No mês anterior, Fernando Henrique recebia Ali Alatas das Relações Exteriores da Indonésia, sem qualquer petição em favor da autodeterminação de Timor Leste, que subscrevemos no Fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas recebeu nosso governo, com satisfação, a *designação do Prêmio Nobel*, dedicado pelos que o receberam a Xanana Gusmão, cidadão honorário brasileiro desde 7 de agosto de 1996, título concedido pela Câmara Distrital.

No contexto internacional, a transformação de Timor Leste em província indonésia sob o nome de *Timuur*, é considerada como *invasão indevida*, tal como a que o Iraque realizou no Kuwait, guardadas as devi-

das proporções. Não sendo a ilha em questão ainda rica em petróleo explorado como o território do Golfo Pérsico, não conseguiu desencadear conflito envolvendo outros interessados.

"Punctun dolens" ainda por se resolver, Timor Leste é 14 vezes maior que o município do Rio de Janeiro. Não é assim tão pequeno para ser inviável como país, já que o Luxemburgo é 10 vezes menor e Seichelles duas vezes menos povoada – comparação também atinente a 43 outros países membros da ONU, muitos dos quais, coincidentemente vizinhos, por se localizarem em ilhas da Oceania.

CONCLUSÃO

O *mosaico étnico* que constitui a Indonésia tem seu fundamento na História, pois essas ilhas atraíram *diferentes povos* que aí se fixaram em sucessivas levas. Por sua vez o *caráter insular* forjaria as diferenças culturais, temperamentais e até físicas que destacam os malaios dos papuas, e estes dos negritos. Em contrapartida, na qualidade de língua franca, é usado no país o idioma malaio mas, em geral, a população fala *varia-*

das línguas e numerosos dialetos. Nesse contexto, pois, o *termo indonésio* pode ser comparado ao europeu – tal como uma *civilização estabelecida num espaço, sem se constituir num único tipo étnico e sem se expressar numa determinada língua*.

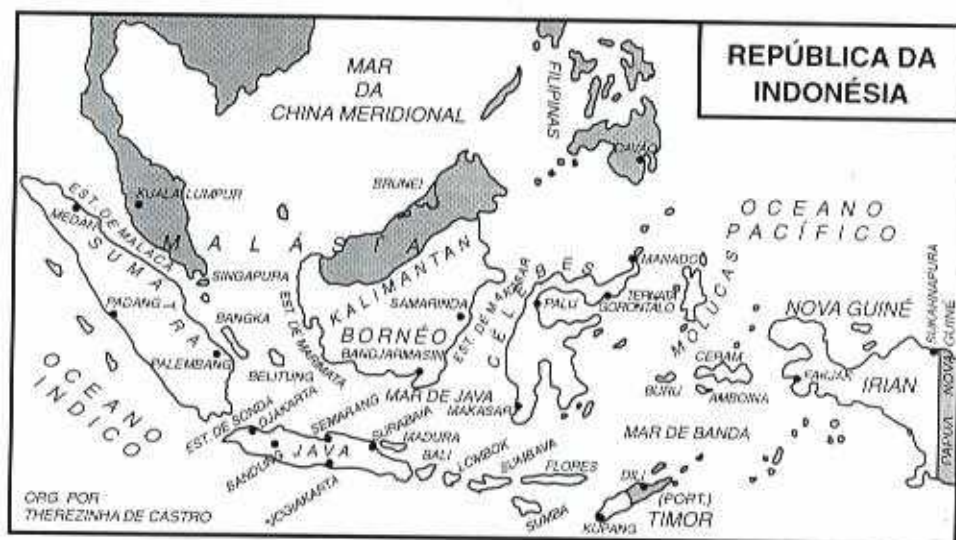
O *islamismo*, embora credo na maioria (86,9%) não conseguiu cimentar o nacionalismo religioso no arquipélago que constitui o 7º país mais povoado do Mundo com seus 194,6 milhões de habitantes (1994), população essa *desigualmente distribuída*, com Java concentrando 70% do total e Bornéu com apenas 8 hab./km².

O superpovoamento de Java leva o *javanês a exercer certo domínio nos destinos do país*, onde convivem pessoas ainda na Idade da Pedra, como os *dayaks*, os *punan*, os *bikit*, os *oloot*, parecendo serem em Bornéu os primitivos malaios chegados ao arquipélago e, também, os *toalas* e os *toadjos* das Célebes e *papuas* da Nova Guiné, orgulhosos de seus costumes primitivos um dos quais – para contrair matrimônio ou entrar no reino do céu ter que decepar a cabeça de um inimigo.

Em consequência, a *democracia dirigida* é filosofia estatal numa república onde é tónica a *diversidade geopolítica*, para enfrentar não só as divergências ideológicas mas, sobretudo, as étnicas e culturais, e para enunciar, também, tendências *paratistas* num arquipélago

que se foi colmatando geopoliticamente aos poucos, após a independência. Conclui-se, pois, que a *Indonésia, país sem ser nação*, não conseguiu ainda congrega-
do que se foi colmatando geopoliticamente aos poucos, após a independência. Conclui-se, pois, que a *Indonésia, país sem ser nação*, não conseguiu ainda congrega-
do que se foi colmatando geopoliticamente aos poucos, após a independência. Conclui-se, pois, que a *Indonésia, país sem ser nação*, não conseguiu ainda congrega-

Irian sem conseguir o Papua, questão que não teve nem o apoio da Ásia em geral, sob argumentação de que os papuas não eram indonésios, o que, por certo, vale para Timor Leste, pois também não são javaneses os timorenses, ou mauberes, nome indígena desse povo.



BIBLIOGRAFIA

- BOYD, Andrew. *Indonésia y Nueva Guinea* – in Atlas de Política Mundial. Editorial Iberia S.A.; Barcelona, 1958.
- BRUHAT, Jean. *Histoire de l'Indonésie* – Presses Universitaires de France: Paris, 1958.
- ELGADO DE CARVALHO E CASTRO, Therezinha de. *A Indonésia e o Sudeste Asiático*. Atlas de Relações Internacionais. Nº 3 – IBGE.
- OLDPIEM, Jacques de. *Indonésia: la Faute de Suharto*. Défense Nationale. Octobre, 1996.
- CAMP, Duddley L. *Ásia: Uma Geografia Regional y Económica*. Ediciones Omega: Barcelona, 1952.
- MITTINGTON, William A. *Indonésia*. Focus, vol. XXI. Nº 9, May, 1971.

A Batalha do Passo do Rosário, O Triunfo Incompreendido

Sergio Paulo Muniz Costa*

ultado de pesquisa histórica (bibliográfica e de campo), o artigo contribui para a apreciação do
tido resultado da maior batalha campal travada em solo brasileiro, cujo 170º aniversário este
se comemora.

"Logo aos primeiros anos de minha vida como oficial do exército, senti com mágoa a deficiência de minha preparação histórica. Reconheci sem demora não só que me falecia em geral o conhecimento dos fatos da Pátria, mas sobretudo, o de seus grandes eventos militares."

*Tasso Fragoso
In "A Batalha do Passo do Rosário"*

INTRODUÇÃO

E há 170 anos, no dia 20 de fevereiro de 1827, foi travada, em território brasileiro, uma das batalhas mais importantes da América do Sul, a Batalha do Passo do Rosário, cujo resultado tático, ainda hoje discutível, influenciou decisivamente os acontecimentos subsequentes no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A par desse importante significado político, Passo

enente-Coronel de Artilharia e
ado-Maior, sócio efetivo do
MB.



do Rosário foi a primeira batalha campal travada pelo Exército Brasileiro contra inimigo externo após a nossa Independência. Foi ainda o primeiro acontecimento de caráter nacional na História Militar do Brasil indepen-

dente, pois importantes contingentes da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, alguns dos quais com experiência de combate da Guerra da Independência, participaram, com destaque, da Campanha e da Batalha, de-

vido à grande carência de recursos militares na região naquela época.

Uma série de eventos políticos internos no Brasil da época e posteriores simplificações na leitura da história nacional distorceram o significado, o resultado e as consequências da batalha de 20 de fevereiro na Campanha de 1827 e na Guerra da Cisplatina, bem como os seus respectivos resultados. Engendrada por injunções políticas e precedida por concentrações e manobras estratégicas que a condicionariam como decisiva, a batalha foi aparentemente inconclusa, somente do ponto de vista tático, tendo no entanto um papel decisivo na campanha, na Guerra e na História.

A sua descrição não sofreu o mesmo tratamento pelas partes envolvidas e teve diferentes enfoques ao longo dos tempos. A narrativa imediata do lado brasileiro é consubstanciada pelas partes de combate e cartas oficiais do comandante-em-chefe, chefe de Estado-Maior e comandantes de Divisão, que são bastante minuciosas, coerentes e se complementam. Do lado argentino só existem as cartas do General Alvear e do General Mansilla – comandante e chefe do Estado-

Maior, respectivamente –, documentos que deixam várias lacunas e parecem ter uma finalidade política. No final do século passado, o Barão do Rio Branco, um de nossos maiores historiadores militares, remeteu cartas-questionário a Caxias, Osório e Mallet arguindo sobre os acontecimentos ligados à batalha, deles obtendo respostas precisas e esclarecedoras. Antes, em 1852, o capitão baiano Ladislau dos Santos Titara, combatente da campanha contra Oribe e Rosas, tendo acesso a documentos originais em Buenos Aires e compulsando os documentos militares brasileiros fez uma forte defesa do nosso desempenho militar na batalha. No início deste século, em 1911, o então comandante do 8º Regimento de Cavalaria em Uruguaiana, e depois General Tasso Fragoso, fez uma análise minuciosa dos antecedentes e dos fatos ligados direta ou indiretamente à batalha, ainda que num ambiente de época antimonarquista e de pan-americanismo destinado a apaziguar a então belicosa Argentina. Essas são as principais fontes de consulta militares que permitem formular um juízo sobre os acontecimentos daquele longínquo 20 de fevereiro de 1827.

A visita ao local do campo-de-batalha, encerrada a Operação Ibirapuitã, o Exercício de Defesa Externa da 3ª Divisão de Exército, Divisão Encouraçada, ocorrido em novembro de 1996 no Campo de Instrução de Saicã, teve um efeito de catarse, pois diante do monumento em homenagem ao Marechal Abreu e transitando por aqueles lugares históricos, não se pode deixar de ficar inconformado com o ostracismo a que foi remetida a memória daquele heróico feito de armas do nosso Exército em defesa da Pátria, no seu nascedouro como Estado independente. É estimulante constatar também a espontaneidade, a insistência e a convicção com que os companheiros do hoje 4º Regimento de Carros de Combate aquartelado em Rosário do Sul homenageiam, desde a construção em 1959 de um marco evocativo à batalha nas margens da BR-290, os nossos compatriotas, civis e militares, tombados em defesa da Pátria naquele 20 de fevereiro.

A MOLDURA DO QUADRO TÁTICO

As circunstâncias que levaram à batalha e as condi-

ções nas quais foi travada são até hoje polêmicas. A análise tática da batalha é relativamente simples, mas é insuficiente para sua compreensão. O estudo da moldura do quadro tático, constituída pelas marchas de aproximação e tomadas de dispositivos dos dois exércitos, pelos respectivos poderes de combate e pelo terreno, pode ajudar a esclarecer essa polêmica.

MARCHAS DE APROXIMAÇÃO E TOMADA DO DISPOSITIVO

O Exército de campanha brasileiro, denominado Exército do Sul, sob o comando do Tenente-General Felisberto de Caldeira Brandt Pontes, o Marquês de Barbacena¹ marchando na estrada de São Gabriel a Passo do Rosário, ao encontro do Exército de campanha oriental-argentino, denominado Exército Republicano, sob o comando do General Carlos Maria de Alvear² encontrou, por volta das seis horas da manhã do dia 20 de fevereiro de 1827, o inimigo desenvolvido no terreno cerca de seis quilômetros a leste do Passo, ocupando alturas dominantes sobre a dita estrada e arredores.

Na manhã daquela terça-feira, os brasileiros marchavam na convicção de que iriam impedir ou interferir na transposição do Passo do Rosário pelos argentinos e orientais. O Exército do Sul buscava o combate, se possível, na margem direita do Rio Santa Maria. Alguns dias antes, no entanto, o Marquês de Barbacena já havia decidido marchar para o Passo do Rosário com a intenção de interceptar o Exército Republicano que ele julgava estar se retirando através do Passo de São Simão, no sentido de Alegrete e daí para o Rio Uruguai.³

É possível conjecturar, com o apoio de vários indícios, documentados ou não, que o General Alvear conseguiu efetivamente *atrair* o Exército do Sul a uma batalha decisiva cuidadosamente preparada, através de medidas estratégicas e de dissimulação executadas até a véspera da batalha. Somente o surgimento de novos documentos históricos e estudos mais aprofundados poderá esclarecer definitivamente essa questão.

Por razões políticas e estratégicas decorrentes das concepções de guerra e da campanha que serão vistas

¹ Nascido a 19 de setembro de 1772 em Minas Gerais, foi Ajudante-de-Ordens do Governador de Angola e, como Tenente-Coronel, foi Comandante de um Regimento na Bahia, desempenhando papel de destaque nos levantes contra os portugueses por ocasião da Independência. Foi deputado pela Constituinte e era Senador pela Província de Alagoas quando foi convocado por D. Pedro I para assumir o Comando-em-Chefe no Sul, recebendo o título de Visconde de Barbacena, a 12 de setembro de 1826. A 3 de novembro, embarcava para o Sul, recebendo o título de Marquês no dia seguinte e sendo confirmado no posto de Tenente-General a 17 de dezembro.

² Nascido a 25 de outubro de 1789, em Santo Angel de la Guardia, nas Missões, ingressou no Exército Espanhol em 1804. Retornando a Buenos Aires em 1812, assumiu, em maio de 1814, o comando das forças portenhas que operavam na Cisplatina, conquistando Montevideo aos espanhóis, a 20 de junho do mesmo ano. Em 17 de abril de 1815, foi deposto do Governo das Províncias Unidas pelas tropas, exilando-se no Rio de Janeiro, até 1819. Retornando à política no seu país, seria mais tarde, já em plena guerra com o Brasil, Ministro da Guerra e, em seguida, nomeado pelo Governo das Províncias Unidas do Prata, em agosto de 1826, Comandante-em-Chefe do Exército Republicano. Nessa função, reorganizou e disciplinou o mesmo, tornando-o capaz de iniciar a campanha em 26 de dezembro daquele mesmo ano.

³ Em correspondência datada de 17 de fevereiro, em São Gabriel, três dias antes da batalha, o Marquês de Barbacena afirmava "a derrota do inimigo será certa e total se eu puder alcançá-lo" e temia não ter condições para perseguir os adversários até o Rio Uruguai, referindo-se ainda à "fuga vergonhosa e precipitada" do inimigo (FRAGOSO, Tasso, A Batalha do Passo do Rosário, Segunda Parte, Capítulo III, pg. 219. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951.)

mais adiante, o General Alvear tinha que travar uma batalha decisiva e sabia que o Exército do Sul, inferior numericamente e em cavalaria, não seria a ela atraído facilmente.

Uma série de indícios fundamentam a tese de que após a estada em Bagé, tendo falhado no seu intento de bater o Exército do Sul por partes, o General Alvear manobrou cuidadosamente no sentido de *atrair* os brasileiros à batalha decisiva. Através do Conselho de Guerra realizado em Bagé no dia 4 de fevereiro de 1827⁴, o comando do Exército Republicano decidiu

que o Exército do Sul deveria ser *atraído* a uma batalha a ser travada em terreno escolhido pelos argentinos e orientais. Logo de início, deixando Bagé, o General Alvear fez o seu exército tomar o rumo norte, estimando acertadamente o efeito moral e psicológico que o agravamento da invasão produziria sobre o comandante brasileiro, que aliás se queixaria amargamente, em correspondência posterior à batalha,⁵ desse efeito sobre o processo decisório. Antes da batalha, no entanto, foi registrado contagiante entusiasmo no Exército do Sul quando a

tropa soube que iria dar combate ao inimigo em retirada.

Em seguida, a forte ação de cavalaria contra a Primeira Brigada de Cavalaria Ligeira sob o comando de Bento Manuel, no Passo do Umbu, reforçou a idéia de que o Exército Republicano se ocupava de proteger seu flanco direito na sua marcha para oeste demandando o Passo de São Simão.⁶ O efeito desse combate, taticamente bem-sucedido para nossa cavalaria, teria efeito desastroso para o Exército do Sul. Rompeu-se o contato com o inimigo, ao mesmo tempo que, obstruída sua passagem para o norte através do Umbu, passava-se a acreditar que o Exército Republicano retiraria através do Passo de São Simão rumo a Alegrete. O pior de tudo é que a Primeira Brigada Ligeira, pretendendo se antecipar à marcha o Exército Republicano, afastou-se no rumo noroeste⁷, ficando ausente do campo-de-batalha de 20 de fevereiro.

Com liberdade de manobra e sabedor da orientação do Exército do Sul rumo ao Passo do Rosário, o comandante argentino se antecipou e chegou ao Passo na madrugada de 19 de fevereiro, con-

⁴ Segundo Brandsen, no Conselho de Guerra realizado em Bagé, no dia 4 de fevereiro, ao qual participaram generais e coronéis, o General Alvear teria afirmado que o objetivo da invasão "será provavelmente obrigar o exército brasileiro a ceder ao clamor de seus habitantes ou à confiança que deve ter em si, após a incorporação da divisão de Rio Grande, saindo das fortes posições que elegeu, e vindo apresentar-lhes batalha em um campo já por eles escolhido e favorável ao desenvolvimento de sua numerosa cavalaria, que é a principal força do exército republicano". (FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Segunda Parte, Capítulo V, pg. 263. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951.)

⁵ Parte do Marquês de Barbacena ao Conde de Lages, Ministro da Guerra, datada de 25 de fevereiro de 1827 na Vacacai. Ibidem, Apêndice Documental, pg. 407.)

⁶ A despeito de forçar Bento Manuel a recuar para o outro lado do Ibicuí, Mansilla não ultrapassou o passo. Nesse caso, a direção mais provável do inimigo era o Passo de São Simão.

⁷ A mensagem de Bento Manuel ao Marquês de Barbacena, datada de 15 de fevereiro, que chegaria às mãos do Marquês às 17:00 hs de 17 de fevereiro, dizia textualmente: "O carretame inimigo baixou hoje pelo Campo da Cruz, entre o banhado do Jacaré e Cacequi; é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no Passo do Umbu, pôr as minhas cavalhadas em segurança, e fazer-lhe guerrilhas, até passar em Santa Maria, logo que passarem no fundo do Loreto, e vou sair adiante. Eles, segundo as suas marchas, só depois de amanhã poderão chegar ao passo." (Ibidem, pg. 238.)

centrando todo o exército junto ao rio. Depois de passar alguma cavalaria para a margem oeste, que retornou à tarde, o Exército Republicano contramarchou no sentido de São Gabriel, bivacando, às 23h, em local próximo ao campo-de-batalha do dia seguinte. Aos comandantes de regimento e à própria tropa parecia que o Exército Republicano estava encurralado e que eram necessárias medidas urgentes para sair daquela situação. Todos esses acontecimentos reforçaram a impressão de que o Exército Republicano tentava se retirar no rumo oeste.

A vanguarda do Exército do Sul estabeleceu contato com o inimigo na tarde de 19 de fevereiro, recolhendo-se ao grosso do exército ao anoitecer. O Marquês de Barbacena decidiu apressar sua marcha. A vanguarda sob o comando do General Abreu partiu "logo que saiu a lua" e o restante do exército partiu a uma hora do dia 20, seguindo a estrada de São Gabriel a Passo do Rosário.⁷

PODER DE COMBATE

Na avaliação do poder de combate dos adversários na batalha de 20 de fevereiro,

deve-se levar em conta a questão dos efetivos, a composição dos exércitos e o armamento empregado.

O Exército Republicano, oriundo do chamado Exército de Observação concentrado pelos argentinos antes da guerra na margem direita do Uruguai, completou, por razões políticas, sua mobilização na Cisplatina. Foi resultado de um enorme esforço das Províncias Unidas do Rio da Prata sob a liderança de Buenos Aires. Estima-se que tenha reunido no acampamento de Arroio Grande cerca de 12.000 homens, sem obrigação de manter qualquer praça de guerra, procurando atingir os objetivos da campanha e da guerra ofensivamente.

O Exército Brasileiro se encontrava na defensiva estratégica, obrigado a manter Montevidéu, Colônia, a praça de Rio Grande e a fronteira das Missões. Atendidas todas essas necessidades, pôde ser reunido um Exército de Campanha, o Exército do Sul, com efetivo de cerca de 7.000 homens.

Uma estimativa aproximada do efetivo do Exército Republicano em 20 de fevereiro de 1827 pode ser extraída da análise da tabela 1.

Em relação aos argentinos e orientais, o dado mais confiável é o mapa capturado em Bagé, documento apontado por Titara.⁸ Da comparação do mapa de Bagé com a estimativa de Titara verifica-se que o efetivo dos argentinos, elementos mais regulares no Exército Republicano, baixou de 6.832, em 20 de fevereiro, para 6.310, em 22 de abril, redução coerente com o número de baixas sofridas pelos mesmos em Passo do Rosário e nos combates posteriores. Parece haver, no entanto, uma superestimativa de Titara em relação à Divisão Oriental. Esta, constituída por muitos irregulares, poderia ter maiores flutuações do efetivo, função de deserções e adesões. Se aplicarmos ao efetivo de orientais apontado no mapa de Bagé um percentual de baixas idêntico ao sofrido pelos argentinos na batalha de 20 de fevereiro, teremos, em

⁷ TITARA, Ladislau dos Santos. "Parte Segunda", in "Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852, e dos acontecimentos mais notáveis que a precederam, desde vinte anos". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950, Cap. I, pg. 118.

Tabela 1 – Avaliação do Efetivo do Exército Republicano

EFETIVOS															
UNIDADES E		Segundo Idrich e Fregreiro				Segundo Titara				De acordo co o mapa de 22/04/1827 encontrado em Bage					
CORPOS		Por unidade	Inf	Inf + Art	Cav	Artilharia	Por unidade	Inf	Inf + Art	Cav	Artilharia	Por unidade	Inf	Inf + Art	Cav
Artilharia		503				Artilharia	600				Artilharia	472			
1º BC		452				1º BC	400				1º BC	451			
2º BC		416				2º BC	470				2º BC	490			
3º BC		534	1901			3º BC	300	1578			3º BC	496	1996		
5º BC		499				5º BC	408				5º BC	559			
1º RC		510				1º RC	460				1º RC	512			
2º RC		574				2º RC	404				2º RC	504			
3º RC		351		2404		3º RC	466		2178		3º RC	426		2468	
4º RC		393				4º RC	509				4º RC	434			
8º RC		473				8º RC	520				8º RC	444			
9º RC		512			6490	9º RC	560			6490	9º RC	429			6379
16º RC		415				16º RC	475				16º RC	457			
Colorados		422				Colorados	500				Colorados	436			
Esqrd Cour		140				Esqrd Cour	495				Esqrd Cour	200			
Lanc Alem		7				Lanc Alem	260				Lanc Alem	?			
Div Oriental		2700				Div Oriental	3690				Div Oriental	2537			
				Argentinos	6194				Argentinos	6827				Argentinos	6310
				Orientais	2700				Orientais	3690				Orientais	2537
				Total	8894				Total	10517				Total	8847

Exército Imperial		Força em Combate				Dita - fora dele		
	Comandante	Cav	InfArt	Total	Cav	Inf		
1ª Divisão	Brig. Sebastião Pereira Lima	1496	1139		2635	197	95	292
2ª Divisão	Dita João Crisóstomo Calado	645	897		1542	170	58	228
Artilharia	Cel Tomé Madeira (10 peças)		240	240				0
1ª Bda Lig	Dita Bento Manuel Ribeiro	590		590	1200			1200
2ª Bda Lig	Dita Bento Gonçalves da Silva			0			0	
Somas Parciais		2731	2036	240	5007	1567	153	1720
								6727

sentido inverso, naquela data, um efetivo de cerca de 2.700 orientais, coerente com os dados apontados por Baldrich e Fregeiro para o início da campanha. Portanto, é razoável estimar que, em 20 de fevereiro de 1827, o efetivo do Exército Republicano fosse de 6.800 argentinos e 2.700 uruguaios, totalizando 9.500 homens. Esse efetivo entrou paulatinamente em combate, em consequência da manobra concebida pelo General Alvear.

Quanto aos brasileiros, o mapa da força para 20 de fevereiro, citado por Titara e indicado por Caxias, quando inquirido pelo Instituto Histórico e Geográfico, é bastante claro.

Ao contrário do Exército Republicano, o Exército do Sul lançou praticamente todo seu efetivo na batalha nos primeiros contatos.

A composição dos Exércitos era bastante diferente. Enquanto o Exército do Sul tinha um núcleo de tropas regulares de infantaria, ca-

valaria e artilharia razoavelmente equipadas e armadas, em torno do qual se aglutinaram unidades de milícia e de irregulares gaúchos, o Exército Republicano era um mosaico de tropas provinciais, onde mesmo os elementos regulares sofriam sérias deficiências de equipamento e armamento.⁹

O grande trunfo do Exército Republicano era o poder de choque de sua vasta cavalaria, que empregava predominantemente a arma branca. O Exército do Sul, no qual predominava a infantaria, tinha no fogo seu maior efeito, graças à experiência de combate, capacidade de comando e disciplina de seus batalhões de caçadores. A própria cavalaria brasileira se caracterizava pelo emprego da arma de fogo, o que denota disponibilidade de armamentos e capacidade de empregá-lo.

O armamento da infantaria brasileira era o fuzil de pederneira *Tower*, com alcance de 250 metros, e a ar-

⁹ Segundo o Tenente-Coronel Baldrich (FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Segunda Parte, Capítulo V, pg. 251. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951) a infantaria argentina, apesar de dotada de bons fuzis, não dispunha de polvorinhos nem de cintos e bornais para o transporte individual da munição, bem como de cantis. Esse aspecto é importante na avaliação do poder de combate da infantaria inimiga em Passo do Rosário.

tilharia empregava canhões de bronze, ingleses, que disparavam projéteis de 6 libras a 800 metros. Pouco se sabe do armamento empregado pelo Exército Republicano além do que Baldrich conta.

No cômputo geral, não parece haver dúvidas quanto ao superior poder de combate do Exército Republicano, graças à sua superioridade numérica e à maior disponibilidade da arma de cavalaria, cuja mobilidade e poder de choque proporcionavam, naquela área operacional, uma nítida van-

tagem aos orientais e argentinos.

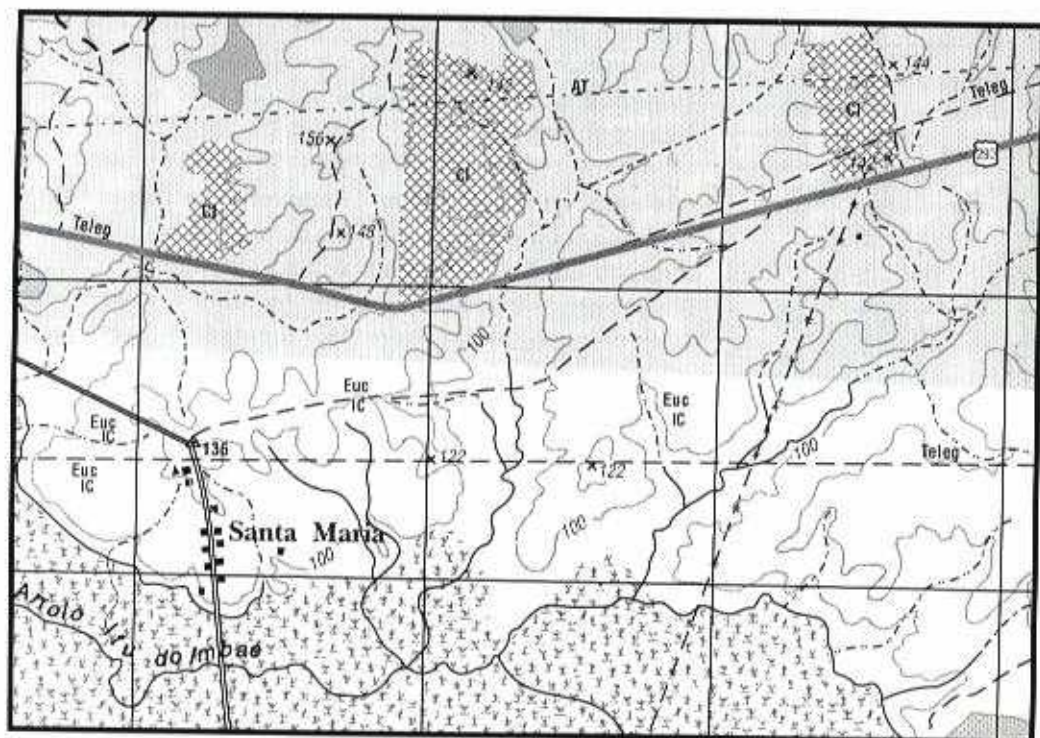
O TERRENO

A batalha foi travada nas margens da hoje denominada Sanga do Areal, que Tasso Fragoso divide em Sanga do Areal e Sanga do Barro Negro, desaguando no Arroio Imbaé ou Ituzaingó.

De ambos os lados da sanga se elevam, a oeste e leste, coxilhas paralelas à mesma, observando-se um declive do norte para o sul, à medida que a Sanga do

Areal procura a várzea do Imbaé.

A primeira linha de alturas a oeste da sanga domina ligeiramente o terreno a leste, que seria ocupado pelos brasileiros. Segundo depoimentos argentinos, a sanga naquele dia limitou e dissociou os ataques de sua cavalaria na faixa central da zona de ação, só permitindo o emprego da mesma a oeste da sanga. Nas faixas norte e sul da zona de ação não havia obstáculos que dificultassem o emprego da cavalaria. Verifica-se, portanto,



que o local da batalha favorecia o emprego de infantaria na sua faixa central e de cavalaria nos flancos.

Testemunhas da batalha afirmaram que o fogo que varreu o campo-de-batalha começou na vegetação ciliar da sanga, atado pelos volteadores do Exército Republicano, que tiroteavam com a vanguarda da 1ª Divisão do Exército do Sul. Esse fogo teria também sido atado em outros pontos do campo seco pela cavalaria do Exército Republicano.

A ligeira dominância das alturas a oeste, além de permitir a observação sobre todos os movimentos a leste da sanga, permitia ocultar fortes reservas na contra-encosta das alturas a oeste, fora das vistas de quem se aproximava pela estrada de São Gabriel, pelo leste.

O terreno fora bem esco-

lhido pelo comandante do Exército Republicano.

A BATALHA

O Exército Brasileiro marchou no dia 19 até às 12h30min, bivacando a 18 km do Passo do Rosário, onde permaneceu até 1h de 20 de fevereiro, quando retomou a marcha. Às 6h a vanguarda, sob o comando do General Abreu, avistou o inimigo nas colinas a leste do Passo. O general-em-chefe e o chefe de Estado-Maior foram "reconhecer o campo" e concordaram que *... não obstante a superioridade numérica do inimigo, um ataque imediato e vigoroso, durante o entusiasmo de nossa tropa, poderia decidir da batalha e, quando fôssemos infelizes, havia retirada segura para o Cacequi e montanhas da capela de Santa Maria.*

TOMADA DOS DISPOSITIVOS EXÉRCITO SUL

O General Brown, chefe do Estado-Maior do Exército de Campanha brasileiro, conduziu ou indicou as posições a serem ocupadas pelas divisões Barreto e Callado. Dos depoimentos das testemunhas é possível entender que o dispositivo de ataque brasileiro previa as duas divisões em escalão, com a Divisão Barreto, a mais forte, com cerca de 2.500 homens, na ação principal e a Divisão Callado, com cerca de 1.600 homens, na ação secundária, protegendo o Flanco S e apoiando a 1ª Divisão. Era a tendência da ordem oblíqua, predominante no século XVIII. O flanco N seria coberto pela 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, de Bento Gonçalves, tendo em vista o

COMPOSIÇÃO DOS MEIOS

EXÉRCITO REPUBLICANO

Cmt: Ten-Gen. Carlos Maria de Alvar
Ch EM: Gen Mansilla

1º Corpo-LAVALLEJA

1ª Divisão-LAGUNA

2ª Divisão(9º RC)+M. ORIBE

3ª Divisão - INÁCIO ORIBE

2º Corpo-ALVEAR

1ª Div(1º RC; 3º RC)BRANDSEN

2ª Div(4º RC; Col; EsqdL)LAVALLE

3ª Div(8º RC; 16º RC)ZUFRIATÉGUI

3º Corpo-SOLER

1ª Div(2º RC; CMil)PAZ

2ª Div(1º BC, 2º BC, 3º BC, 5º BC)OLAZABAL

3ª Div(RArt; EsqdMil; Parque)IRIARTE

EXÉRCITO DO SUL

Cmt: Ten-Gen. Felisberto Caldeira Brandt Pontes

Ch EM: Marechal Gustavo Henrique Brown

Ajudante-General: Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréia

Cmt Geral Art: Coronel Tomé Fernandes Madeira

Quartel-Mestre General: Ten-Cel Antônio Elisário de Miranda e Brito

1ª Divisão –

BARRETO

- 1ª Bda Cav-Cel Calmon
(1ª RC; 24ª RCMil)
- 2ª Bda Cav-Cel M. Pereira
(4ª RC; Esq LancAl; 40ª RCMil)
- 1ª Bda Inf-Cel L. Bandeira
(3ª BC; 4ª BC; 27ª BC)
- Bia CAM-Ten Mallet
- Bia CAM-Ten Pereira
- Bia CAM-Cap Caldas
- Bia CAM-Cap L. Coelho

2ª Divisão –

CALLADO

- 3ª Bda Cav-Cel Pita
(6ª RC; 20ª RC; Esqd BA)
- 4ª Bda Cav-Cel Tomás
(3ª RC; 5ª RC)
- 2ª Bda Inf-Cel L. Pacheco
(13ª e BC; 18BC)
- Bia CAP-Major Samuel Paz

1ª Bda Cav Lig –

B. MANUEL

- 22ª RC
- 23ª RC
- 8 (nito) Cia Guerr
- 2 (dois) Esqd Lanc

2ª Bda Cav Lig –

B. GONÇALVES

- 21ª RCMil
- 39ª RCMil
- 4 (quatro) Cia Guerr

Vanguarda – ABREU

560 voluntários civis

contínuo desdobramento do flanco esquerdo dos argentinos face à nossa direita. As ordens iniciais ao Brigadeiro Callado eram no sentido de atravessar a sanga e positar-se frente à Divisão Lavalleya.

No entanto, à medida que o Exército Republicano se desenvolvia no terreno, o Marquês de Barbacena e o seu chefe de Estado-Maior, o General Brown, constataram que o poder de combate do inimigo era superior ao esperado e que este ocupa-

va uma frente bem mais ampla do que a do Exército do Sul. Assim foram decididas, logo ao início da batalha, duas modificações no dispositivo brasileiro. A primeira estipulava que a 2ª Divisão não mais atravessaria a sanga, colocando-se mais perto da 1ª Divisão e tendo à sua esquerda a força do General Abreu, passando a uma atitude defensiva. A segunda modificação previa o emprego da 3ª Bda Cav, integrante da 2ª Divisão, em observação do flanco direi-

to do Exército do Sul, face ao contínuo desenvolvimento da ala esquerda inimiga.

EXÉRCITO REPUBLICANO

Alvear aguardou a chegada do Exército do Sul com o 5º Batalhão de Caçadores (Dias) e o 2º Regimento de Cavalaria (Paz), ambos do II Corpo-de-Exército (Soler) ao centro, tendo nos flancos o I Corpo-de-Exército (Lavalleya), com as 2ª e 3ª Divisões (Inácio e Manuel Oribe) ao Sul, que ficariam

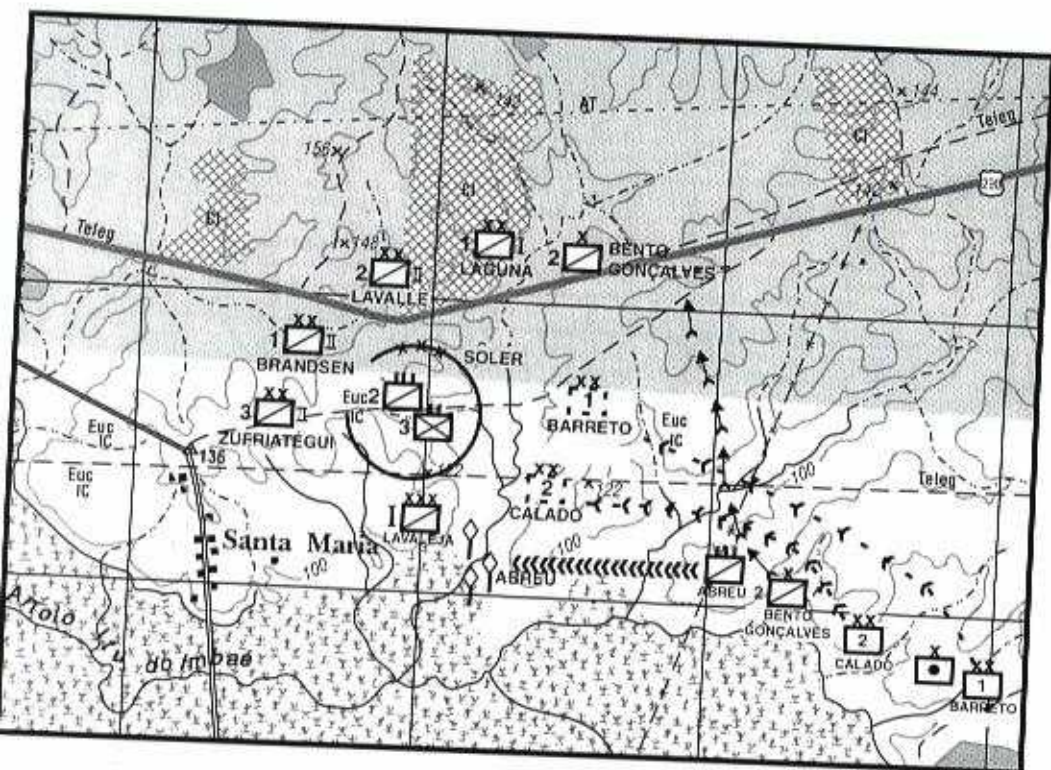
face à Divisão Callado, e a 1ª Divisão (Laguna) ao Norte, que ficaria face à Divisão Barreto.

Numa segunda linha estava reunido o II Corpo-de-

Exército, sob o comando do próprio Alvear, com a 2ª Divisão (Lavalle) ao Norte, a 1ª Divisão (Brandesen), a mais forte, ao centro, e a 3ª Divisão (Zufriatogui) ao

Sul.

O restante do III Corpo-de-Exército, ou seja, o grosso da infantaria e artilharia, estava mais à retaguarda, a cavaleiro da estrada.

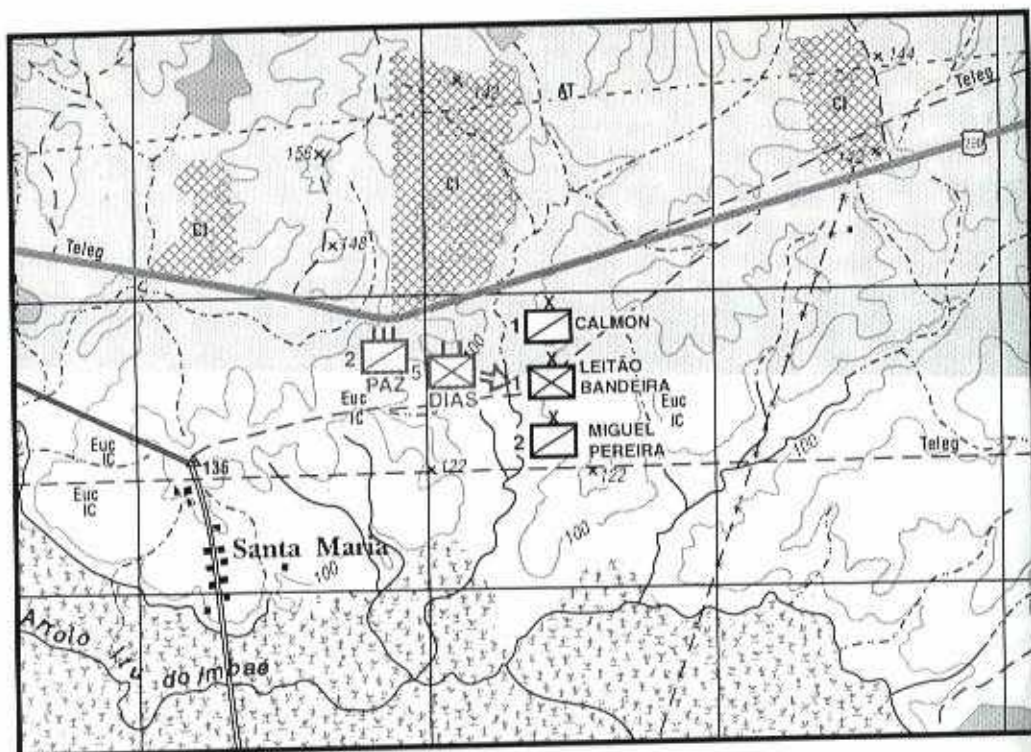


AÇÕES DA DIVISÃO BARRETO

Por volta das 07:30 hs a artilharia brasileira abriu fogo em toda a linha, causando baixas nas fileiras inimigas, dentre as quais a morte do Subcomandante do 2º

Regimento de Cavalaria. O 5º Batalhão de Caçadores e o 2º Regimento de Cavalaria inimigos vieram atravessar a sanga a hostilizar a 1ª Divisão. A 1ª Divisão estava desenvolvida no terreno com a 1ª Brigada de Cavalaria ao Norte, a 1ª Brigada de Infan-

taria ao Centro e a 2ª Brigada de Cavalaria ao Sul. O 40º Regimento de Cavalaria de Milícias, da 2ª Brigada de Cavalaria, o Regimento Lunarejo, de Santana do Livramento, carregou contra esse destacamento inimigo, rechaçando-o por três vezes.



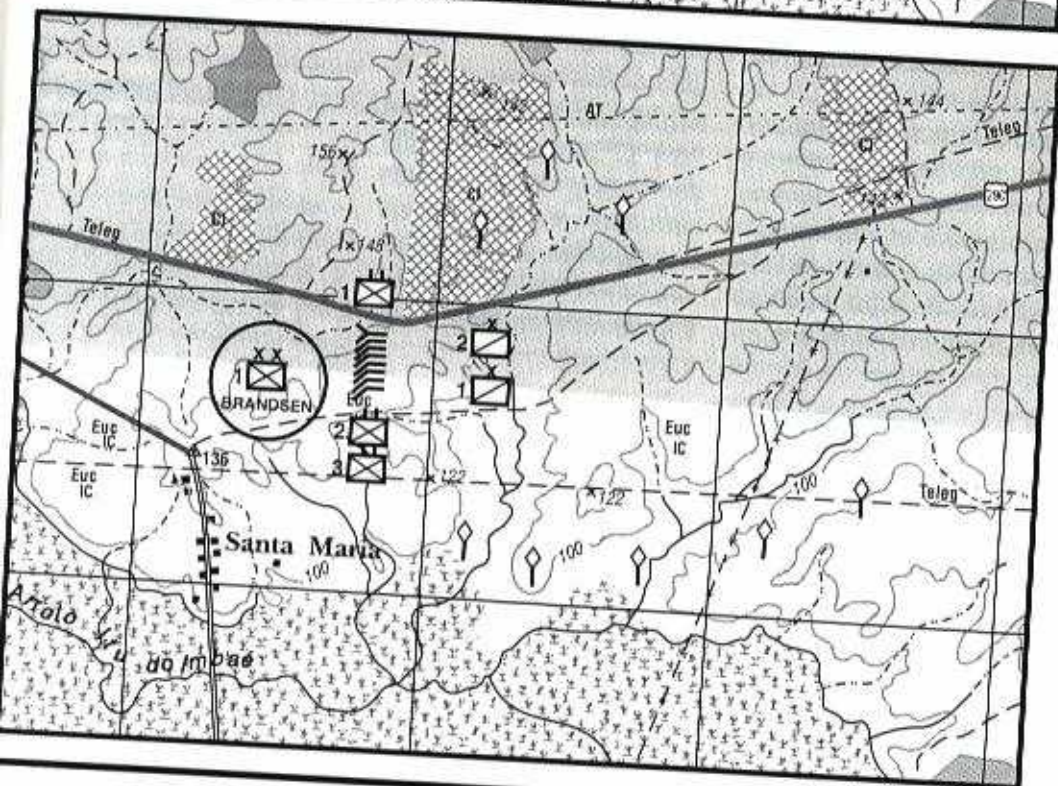
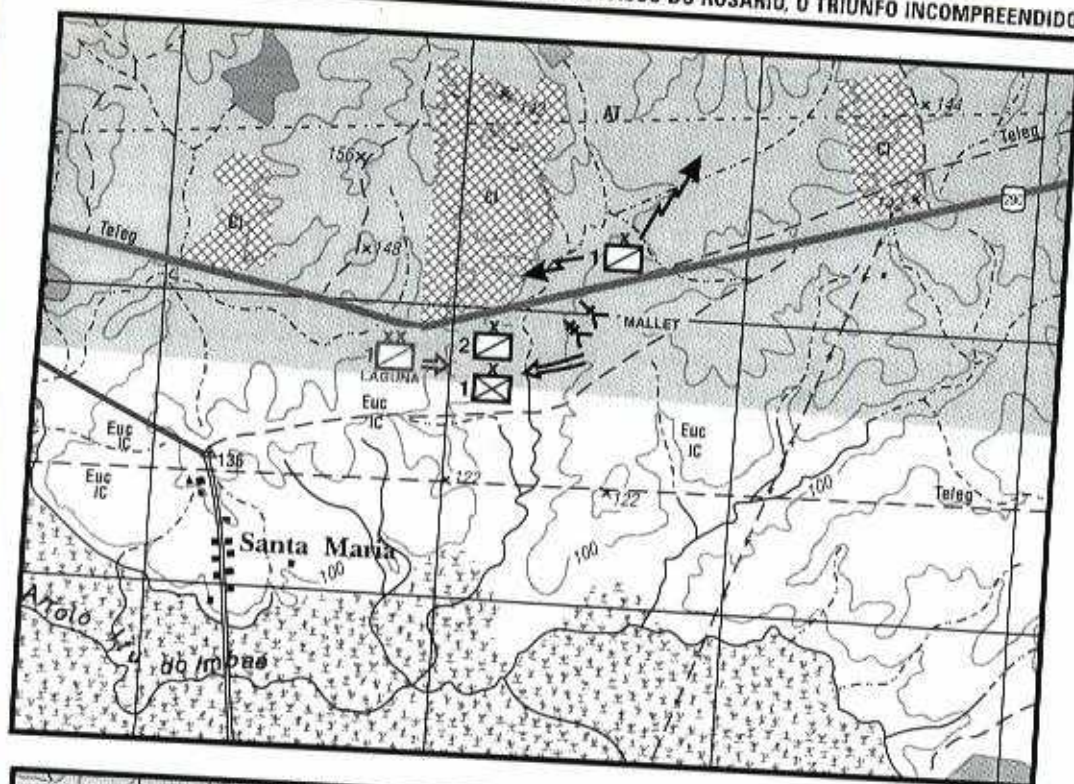
A 1ª Divisão recebe ordem para atacar e adota um novo dispositivo, com as 2ª e 1ª Brigadas de Cavalaria escalonadas em profundidade no flanco Norte da 1ª Brigada de Infantaria, tendo duas peças de artilharia de acompanhamento sob o comando do Tenente Mallet. Esse dispositivo foi adotado até a ultrapassagem da sanga, que deteve a marcha da artilharia. A 1ª Brigada de Cavalaria permaneceu em expectativa a Leste da sanga, protegendo o flanco norte da 1ª Divisão. Nessa

progressão, a 1ª Divisão, avançando com a 2ª Brigada de Cavalaria à direita e a 1ª Brigada de Infantaria à esquerda, recalcou o 5º Batalhão de Caçadores e o 2º Regimento de Cavalaria inimigos até a encosta da coxilha, quando foi atacada pela 2ª Divisão do I Corpo, a Divisão Laguna. Esse ataque foi derrotado pela cavalaria brasileira que perseguiu os orientais até o topo da colina.

No topo da coxilha já se desenvolviam, a essa altura os 1º, 2º e 3º Batalhões de

Caçadores, bem como o grosso da artilharia argentina, com o intuito de barrar o avanço da 1ª Divisão, que continuava a avançar com a 2ª Brigada de Cavalaria (4º Regimento de Cavalaria, Regimento Lunarejo, o Esquadrão LancAl) e a 1ª Brigada de Infantaria (3º, 4º e 27º Batalhões de Caçadores). Durante algum tempo alternaram-se as cargas de cavalarias de ambos os lados, enquanto a Divisão Barreto fazia uma pausa no seu avanço para se defender das seguintes cargas.

A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO, O TRIUNFO INCOMPREENDIDO



Durante essa fase do combate, a Divisão Barreto esteve debaixo de forte fogo de artilharia e infantaria, sem poder revidar, por ter sua artilharia de acompanhamento ficado do outro lado da sanga.

Por volta das 12:00 hs, a 1ª Divisão retomou sua progressão, com o intuito de investir contra as baterias e a infantaria inimiga. Os argentinos lançaram, nessa altura, uma carga dos couraceiros contra a 1ª Divisão que os repeliu com muitas baixas, tendo caído prisioneiro o próprio comandante dos couraceiros. Alvear decide lançar contra a Divisão Barreto a 1ª Divisão, comandada por Brandsen. A carga, a exemplo das anteriores, pára no fogo certo da infantaria brasileira formada em quadrado. Morre no ataque o Comandante da 1ª Divisão do II Corpo-de-Exército, o Coronel Brandsen.

A essa altura, a Divisão Lavalle, inicialmente disposta à esquerda do dispositivo argentino, atrás da Divisão Laguna, fez um bem sucedido ataque de flanco contra a 1ª Brigada de Cavalaria, que ficara em proteção ao flanco Norte do Exército, do outro lado da sanga. Anteriormente, uma força de cavalaria do Exército Republicano atuando nesse setor dispersara a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira.¹⁰ Rompera-se portanto, com o ataque de Lavalle, a proteção do flanco direito da 1ª Divisão.

Apesar dos sucessivos êxitos da 1ª Divisão na sua progressão vitoriosa até quase o topo da colina, o Marquês de Barbacena, que observava toda a batalha de uma elevação central a leste da sanga, já ciente de que enfrentava todo o Exército Republicano, percebeu que não tinha poder de combate para destruir o inimigo e que

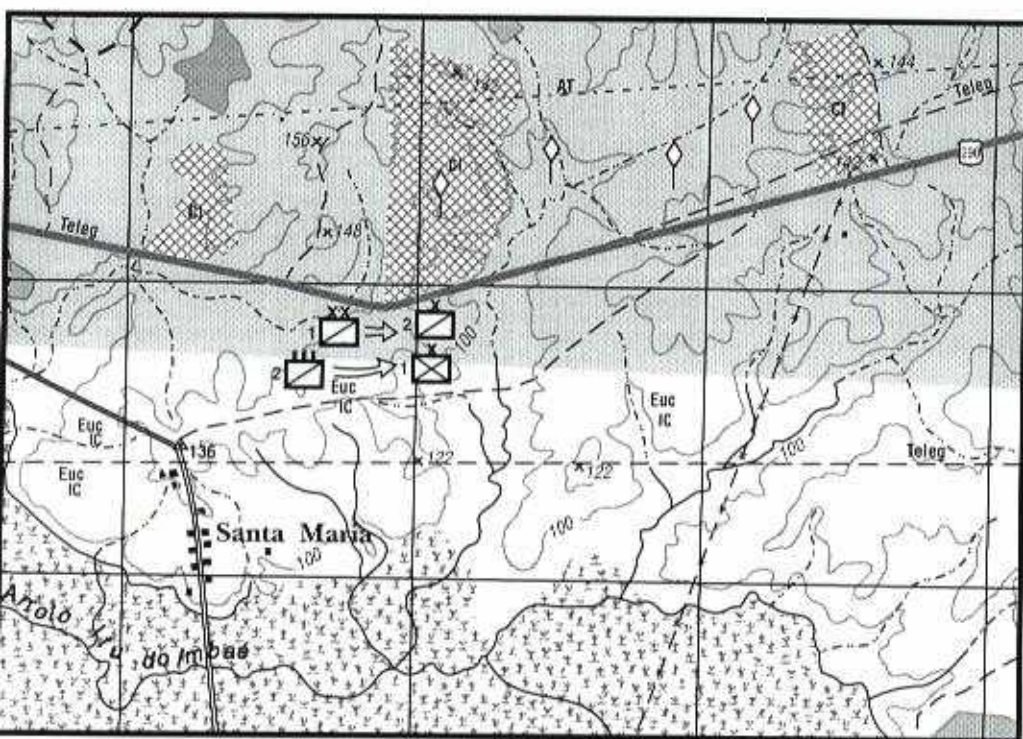
este, superior em número e em cavalaria, procurava envolvê-lo e infiltrar-se nos intervalos das duas divisões. A 2ª Divisão, engajada, sucessivamente, pelas 2ª e 3ª Divisões Orientais e pela 3ª Divisão (Zufriatégui) do II Corpo-de-Exército, não podia apoiar a Divisão Barreto, abrindo-se entre as mesmas uma brecha explorada pela cavalaria inimiga.

Incursões de flanqueamento e infiltração dessa cavalaria inimiga já haviam provocado desordem na nossa retaguarda, com perda de equipamentos e munições. Embora vários elementos de cavalaria inimiga infiltrados tenham sido destruídos à retaguarda das 1ª e 2ª divisões, a leste da sanga, outros elementos já atuavam na estrada de São Gabriel e procuravam fazer o mesmo na estrada de Cacequi.

Por volta das 13:00 hs, consideradas pelo Comandante-em-Chefe e pelo Chefe do Estado-Maior¹¹ todas as razões anteriores, foi dado o toque de retirada. A Divisão Barreto marchou para sua posição inicial a leste da sanga, descansou cerca de vinte minutos, pôs-se em ordem para transportar feridos e estropiados e deu início à sua retirada.

¹⁰ A 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, comandada pelo Coronel Bento Gonçalves, estaria constituída por 2 (dois) regimentos de milícias e diversas companhias de guerrilhas e lanceiros. O efetivo dessa Brigada girava em torno de 500 homens, dos quais cerca de 200 lanceiros uruguaios, sob o comando do Coronel Isas Calderón, ao serem investidos pela cavalaria adversária, se retiraram do campo de batalha. A Brigada, embora tenha se dispersado nesse episódio, não abandonou o campo de batalha e protegeu o flanco Norte da 1ª Divisão na retirada para o Passo do Cacequi.

¹¹ Não está claro quem teve a iniciativa de propor a suspensão do combate. Barbacena assumiu a decisão e Brown, em sua parte datada de 29 de fevereiro, opina que era inútil continuar um combate que nenhuma probabilidade oferecia de bom resultado.

AÇÕES DA DIVISÃO
CALLADO

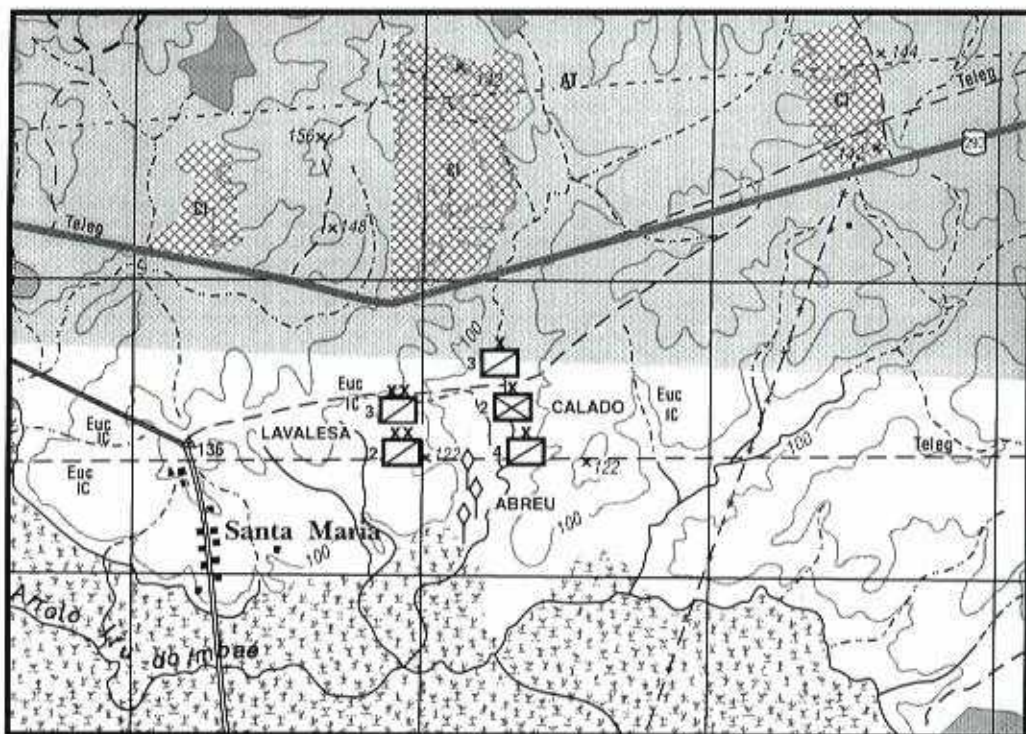
Como já foi dito, a intenção do General Brown era posicionar a 2ª Divisão do outro lado da sanga para hostilizar a Divisão Lavalley. No entanto, o terreno e o poder de combate do inimigo levaram a um novo dispositivo aquém da sanga, com o destacamento do General Abreu à frente e à esquerda e duas peças de artilharia, sob o controle do Comandante do Exército, à direita. Embora a ordem para

modificação do dispositivo tenha alcançado o Comandante da Divisão quando essa marchava para a posição inicialmente determinada, o General Callado foi claro na sua parte em afirmar que ocupou a nova posição, na qual seria atacado pelo inimigo.

A mudança de direção no deslocamento da 2ª Divisão foi percebida por Alvear, que determinou a Lavalleja que carregasse contra ela, afirmando que do sucesso daquela carga dependeria o êxito da batalha. Lavalleja

pediu uma reserva para sustentá-lo, em caso de insucesso.

A carga de Lavalleja contra o flanco esquerdo brasileiro foi desbordante, atingindo o destacamento do General Abreu pela extrema esquerda, lançando-o em completa desordem sobre a 2ª Divisão. Cavalaria oriental e milicianos de Abreu se aproximam, emaranhados, da 2ª Divisão, que tinha a 2ª Brigada de Infantaria ao centro formada em quadrado e as 3ª e 4ª Brigadas de Cavalaria nos flancos, em



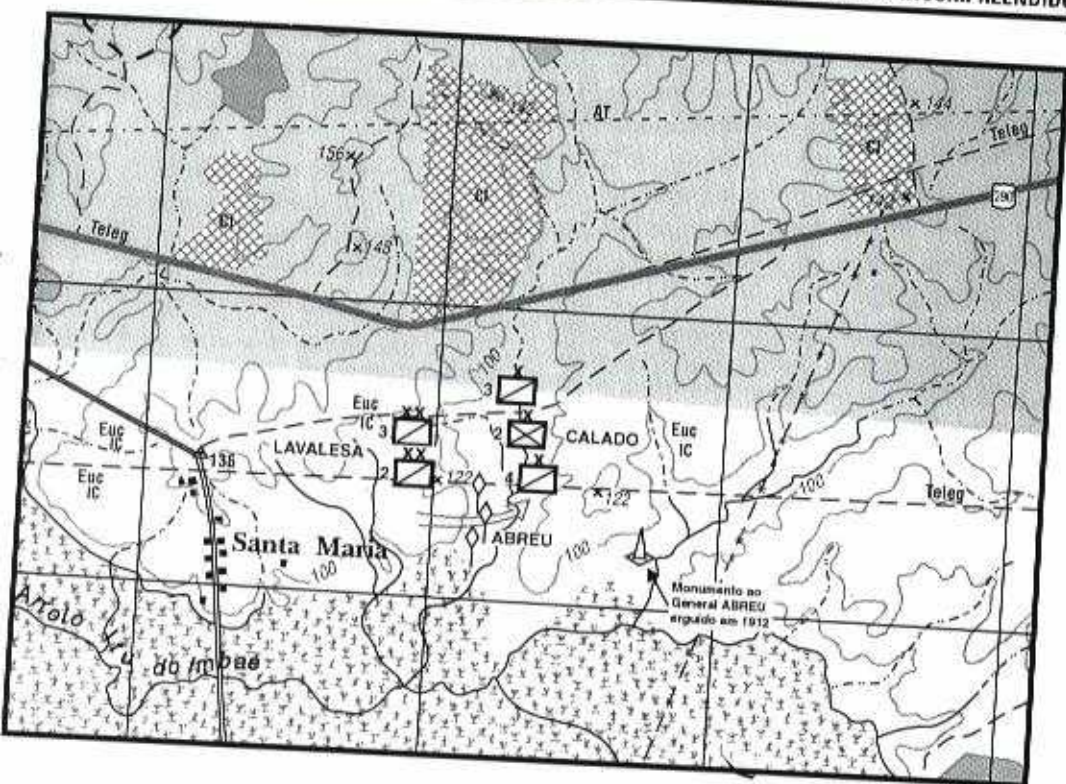
colunas de esquadrões. A massa em desordem atingiu o 5º Regimento de Cavalaria da 4ª Brigada de Cavalaria e foi detida pelo fogo da 2ª Brigada de Infantaria comandado pessoalmente pelo General Callado, que havia acabado de ter seu cavalo morto. O 5º Regimento de Cavalaria se reorganiza, lança-se à perseguição do inimigo completamente disperso pelo fogo da infantaria e recupera o canhão que os milicianos de Abreu haviam abandonado. A força de cavalaria oriental que realizou

esse ataque foi de tal forma atingida pelo fogo brasileiro que se dispersou completamente. Foi, provavelmente, a 2ª Divisão do I Corpo-de-Exército de Lavalleja, sob o comando de Manoel Oribe.

Um segundo ataque de cavalaria é desfechado contra a 2ª Divisão, sendo rechaçado pelo 5º Regimento de Cavalaria da 4ª Brigada de Cavalaria e pelo 20º Regimento de Cavalaria da 3ª Brigada de Cavalaria. Provavelmente essa carga foi desencadeada pela 3ª Divi-

são (Zufriatégui) do II Corpo-de-Exército, depois de exortação pessoal de Alvear. Nesse momento, chega a ordem à 2ª Divisão para liberar a 3ª Brigada de Cavalaria para atuar no flanco direito, ao Norte, do Exército, com a missão de vigiar aquele setor onde o inimigo ampliava seu dispositivo.

Chega ao local da 2ª Divisão, o Coronel Alencastro, do Estado-Maior do Comandante-em-Chefe, solicitando que a divisão se deslocasse para mais perto da 1ª Divisão. O General Callado mos-

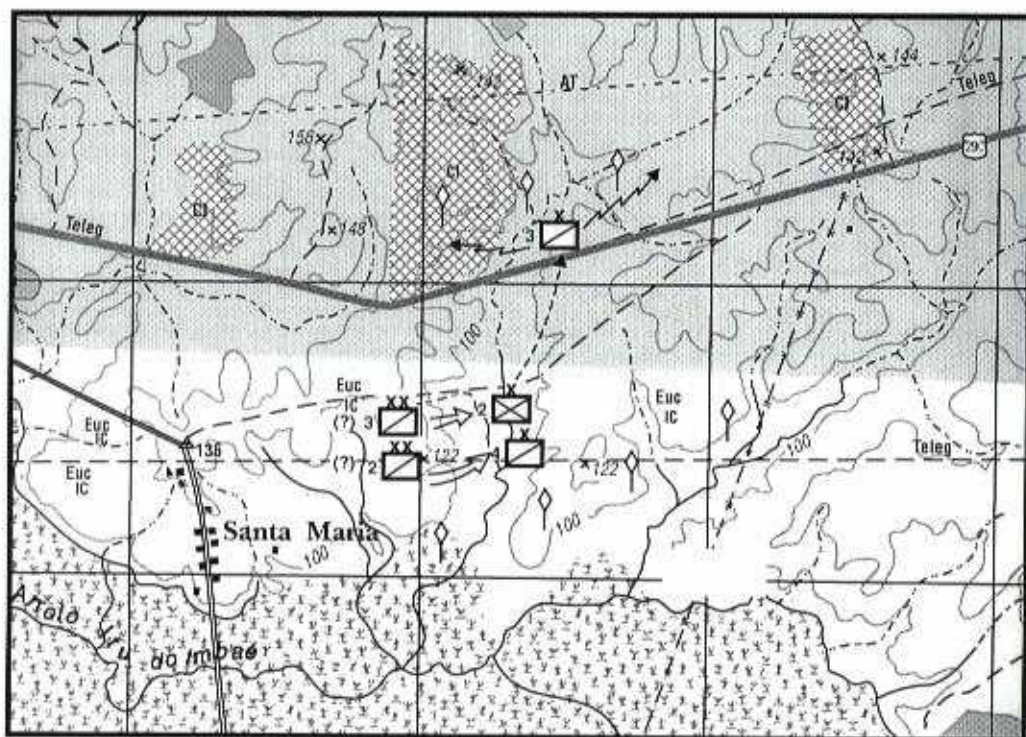


tra ao representante do Marquês nova massa de cavalaria inimiga que se prepara para atacá-lo, o que leva ao cancelamento da ordem. A Divisão é atacada pela terceira vez, agora por 10 (dez) esquadrões, que são recebidos por rajadas disparadas a 20 passos de distância pela 2ª Brigada de Infantaria, causando completo desbaratamento do ataque. Contratata novamente o 5º Regimento de Cavalaria, acompanhado essencialmente pelo Comandante da Divisão. Sucede-se

uma tentativa de alguns esquadrões inimigos em isolar o 5º Regimento de Cavalaria da 2ª Brigada de Infantaria. São batidos de flanco pelo fogo da 2ª Brigada de Infantaria e dispersos.

Por volta das 14:00 hs, o Brigadeiro Callado toma conhecimento de que a 1ª Divisão se retira, e inicia o seu deslocamento no eixo de retraimento do Exército. Sobre a 2ª Divisão, são desferidos os últimos golpes do inimigo na tentativa de destruí-la. Com cerca de 1.200

homens, a Divisão opera um retraimento magnífico, recolhendo carretas, material de parque e peças de artilharia que haviam ficado no centro da zona-de-ação, conduzindo feridos, mantendo o inimigo à distância com seu fogo certo, tudo em meio ao incêndio atado ao campo. Essa façanha da 2ª Divisão fez com que o Marquês de Barbacena louvasse o Brigadeiro Callado na presença de todo Exército acampado em Cacequi após a batalha.



Analizando a batalha didaticamente, à luz dos princípios da manobra e dos de guerra, verifica-se que o General Alvear primou pela observância dos postulados da Segurança, da Surpresa e da Manobra, falhando, no entanto, em obedecer o princípio da Massa. Em nenhum momento o Exército Republicano aplicou poder de combate no momento e local decisivos. Para atingir seu objetivo – a destruição do Exército do Sul – os argentinos e orientais deveriam concentrar o máximo

poder de combate necessário para destruir uma e depois outra divisão brasileira.

Pelo lado brasileiro, verifica-se que pecamos quanto à Segurança, à Surpresa e à Manobra, ao nos encaminharmos para a batalha. No entanto, realizado o engajamento, o Marquês de Barbacena observou cuidadosamente os princípios da Segurança e da Manobra, empregando judiciosamente sua pouca cavalaria para impedir que fôssemos dissociados e cercados e ainda

dispondo suas duas divisões de forma a tentar conquistar vantagem sobre o inimigo. No entanto, o princípio mais bem observado pelo Marquês foi o da Economia de Meios. Naquele dia, praticamente nenhuma força brasileira presente ao campo-de-batalha esteve inativa. Brigadas foram movimentadas para proporcionar o mínimo de força necessário em todos os setores, e se mais não foi feito isso se deveu ao engajamento pelo inimigo.

Essas considerações são meramente didáticas. Efeti-

vamente, o que salvou o Exército do Sul naquele 20 de fevereiro foi a competência, a calma, a disciplina e a coragem dos comandantes e da tropa, reconhecidos inúmeras vezes em vários documentos do inimigo. O Marquês de Barbacena afirmaria após a batalha ... *a primeira carga comandada pelo Sr. Barreto e a retirada da 2ª Divisão comandada pelo Sr. Callado estão sempre presentes na minha memória.*

Em relação à idéia da improvisação argentina, é difícil aceitar que o campo-de-batalha, bem como o dispositivo e a manobra executados pelo Exército Republicano tivessem sido obra do acaso ou de uma improvisação ocorrida naquelas 24 horas antes da chegada do Exército do Sul às proximidades do Passo do Rosário. Infelizmente, razões políticas fizeram com que a própria historiografia da batalha fosse distorcida. Se para os brasileiros foi amarga a constatação de que o Exército do Sul caíra numa bem montada armadilha, para os argentinos foi ainda mais difícil admitir que ela falhara, comprometendo definitivamente a campanha e a guerra.

O Exército do Sul, tendo sofrido pouco mais de 200 mortos e prisioneiros, causando ao inimigo número superior de baixas, se retirara incólume de um terreno incendiado e dominado pelo inimigo para se posicionar a coberto do Rio Ibicuí. Ao contemplar o Exército do Sul se afastar em passo ordinário, com suas bandeiras e canhões, mantendo seus perseguidores à distância do tiro de fuzil, a sensação do General Alvear pode ter sido parecida com a de um moderno comandante de Divisão que, num hipotético campo-de-batalha, visse uma brigada inimiga retrair intacta do bolsão de sua planejada defesa móvel, a despeito dos ingentes esforços de seus blindados em cercá-la e destruí-la. Estava encerrada a campanha.

O SIGNIFICADO DA BATALHA, DA CAMPANHA E DA GUERRA

A Guerra da Cisplatina e, conseqüentemente, a Batalha do Passo do Rosário não podem ser analisadas isoladamente. Esse importante episódio de nossa História Militar se insere no secular

conflito protagonizado pelos colonizadores espanhóis e portugueses na América do Sul desde o século XVII.

As origens desse conflito são geográficas e políticas. Do ponto de vista geográfico, a imprecisão e o artificialismo do Meridiano de Tordesilhas não seriam suficientes para delimitar as ações dos núcleos geoistóricos de São Vicente (1532), Assunção (1547) e Buenos Aires (1536 e 1580), a expedir partidas colonizadoras que inevitavelmente iriam se chocar. Do ponto de vista político, observou-se, desde o início do processo de colonização, que as lideranças locais nem sempre obedeciam às diretrizes das metrópoles, perseguindo objetivos próprios.

Já no final do século XVI, os paulistas atacavam e destruíam as aldeias hostis de tupiniquins no Tietê. Engrossadas suas fileiras por aventureiros do Rio de Janeiro e Espírito Santo, essas expedições passaram a se chamar bandeiras. Em 1628, deram início à invasão da região das reduções jesuíticas no Guaira, situadas entre os Rios Parapanema, Itararé, Iguaçu e Paraná, destacando-se aí as cidades de Cidade Real, à

margem do Rio Pequiri, e Vila Rica, às margens do Ivaí, ambas habitadas por espanhóis. Em 1631 os bandeirantes destruíram Cidade Real e Vila Rica, obrigando os jesuítas e índios a se retirarem para reduções estabelecidas no Paraguai.

Entre 1624 e 1626, os jesuítas do Paraguai haviam estabelecido inúmeras reduções numa vasta região que ia das margens do Rio Uruguai às do Rio Taquari. A parte oriental desse território era chamada de Campos de Tapes e a ocidental convencionou-se chamar, mais tarde, de Missões. Em 1636 os bandeirantes iniciaram seus ataques a esse território, destruindo, dois anos depois, todas as reduções a leste do Rio Uruguai. No entanto, essas incursões bandeirantes não fixaram núcleos colonizadores na região das Missões. Paulatinamente, os jesuítas e índios voltaram à região, reorganizando as reduções, ficando indefinida a sua posse.

O núcleo bandeirante mais ao sul no litoral, por volta da segunda metade do século XVII era Laguna, fundada em 1676, pelo paulista Domingos de Brito Peixoto. De Laguna irradiaram as partidas colonizado-

ras que iriam ocupar a região ao norte do Jacuí.

Consoante o antigo desígnio geopolítico português de domínio da foz do Rio da Prata, em 1º de janeiro de 1680, o Governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, fundou, na margem esquerda do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento. Oito meses depois, a 7 de agosto de 1680, uma força espanhola composta por 290 espanhóis e 3.000 índios das missões, tomava a Colônia do Sacramento. O tratado de 7 de maio de 1681, assinado entre Portugal e Espanha, garantiu a devolução da colônia a Portugal, que se efetivou em 1683.

Em 1704, em consequência da Guerra da Sucessão espanhola, que colocou Portugal e Espanha em campos opostos, a Colônia do Sacramento seria mais uma vez atacada. Depois de resistir a uma série de ataques dos espanhóis e dos índios, os portugueses, cumprindo determinações superiores, rompem o cerco e abandonam a colônia. O tratado de 6 de fevereiro de 1715 entre Portugal e Espanha, devolveu, mais uma vez, a Colônia aos portugueses. No entanto, os espanhóis introduziram uma cláusula no tratado segundo

a qual o território da colônia ficaria limitado ao de um tiro de canhão. Essa intenção espanhola de isolar a colônia levou os portugueses a tentarem ocupar a enseada de Montevidéu, no que falharam. Os espanhóis fundaram, em 24 de dezembro de 1726, a cidade de Montevidéu, com famílias vindas de Buenos Aires.

Em 1735, o governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, empregando tropas espanholas e índios guaranis das missões, ataca novamente a Colônia do Sacramento, sem conseguir tomá-la, graças aos reforços chegados do Rio, Bahia e Pernambuco.

Em 1736, os portugueses tomam a ofensiva estratégica no conflito colonial, lançando uma poderosa expedição, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes que, inicialmente destinada a atacar Montevidéu, estabeleceu as fortificações em Rio Grande e no Chuí e ocupou militarmente a Ilha de Santa Catarina. Essa iniciativa foi decisiva na luta pela definição dos limites portugueses no Sul do Brasil. Rio Grande se tornou importante base de operações terrestre e naval a meio caminho da Ilha de Santa Ca-

tarina e da Colônia do Sacramento, atraindo ainda viajantes portugueses e tomando vida própria que se expandiu na região.

Em 13 de janeiro de 1750, fruto do clima político de entendimento entre as Coroas portuguesa e espanhola, foi assinado o Tratado de Madri, segundo o qual, o limite entre os domínios portugueses e espanhóis correria do norte para o sul pelo Rio Uruguai até o Rio Ibicuí, seguindo por este até as cabeceiras do Rio Negro e, daí, seguindo para o sul pelo divisor de águas entre os rios a leste, que correm para o Oceano Atlântico, e os rios a oeste, que correm para o Rio Uruguai e Rio da Prata, inflitando finalmente para este, encontrando o oceano na altura do Monte de Castillos. Como principais características deste tratado, podem ser apontados o delineamento semelhante à atual configuração do Brasil e o afastamento lusitano da foz do Prata, ficando todos os rios imediatos ao desembocadouro do Rio da Prata em mãos espanholas.

O Tratado de Madri ensejaria outra guerra. Os índios que habitavam a região, apesar dos estímulos oferecidos – dinheiro e isen-

ção de impostos às Coroas – rebelaram-se, sob a direção política do padre alemão Matias Strobel e comando militar do padre Lourenço Balda, cura de São Miguel, contra o tratado, oferecendo tenaz resistência, que só seria vencida em 16 de maio de 1756, com a entrada das tropas luso-espanholas em São Miguel das Missões. Essa atuação dos jesuítas lhes valeu a expulsão da Companhia de Jesus da Espanha e de Portugal. As inúmeras resistências ao Tratado de Madri, em ambos os países signatários, levaram, no entanto, à sua anulação em 1761.

As alianças franco-espanhola e anglo-portuguesa em 1761 engendrariam outra guerra na América do Sul. Em 29 de outubro de 1762, mais uma vez, caía em mãos espanholas a Colônia do Sacramento. Dessa vez, no entanto, os espanhóis, dirigidos pelo belicoso D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, continuaram seu avanço, conquistando, a 12 de maio de 1763, a praça de Rio Grande e atravessando o canal. Apesar do estipulado pelo Tratado de Paris, segundo o qual deveria ser restituído a Portugal tudo o que havia

sido tomado pelas armas, os espanhóis só devolveram a Colônia do Sacramento, permanecendo firmemente posicionados em Rio Grande. Pouco depois, os portugueses conseguiram repelir os espanhóis para a margem sul do canal. Observa-se nessa postura espanhola que o centro de gravidade do conflito luso-espanhol no cone sul se deslocou para o norte. Já sabiam a esta altura, portugueses e espanhóis, que a Colônia do Sacramento era insustentável e que a praça de guerra mais importante era Rio Grande. Construíram os espanhóis, também, o Forte de Santa Tecla, próximo a Bagé, de indiscutível valor estratégico. A concepção da próxima campanha espanhola era clara – conquistar toda a região ao sul do Rio Jacuí.

Os portugueses conseguiram, em 2 de abril de 1776, a brilhante vitória que recolocou Rio Grande em suas mãos, destruindo antes, a 26 de março, o Forte de Santa Tecla e conquistando, em 31 de outubro, a trincheira de São Martinho, que dominava o acesso aos Sete Povos das Missões.

Dando prosseguimento a seu intento, os espanhóis criam o Vice-Reinado do

Prata em 1776, englobando os governos do Rio da Prata, Paraguai, Tucuman, Charcas e Cuyo, nomeando para vice-rei nada mais nada menos do que D. Pedro de Ceballos. Este não perde tempo e, em fevereiro de 1777, conquista a Ilha de Santa Catarina, excepcional base naval que garantia as ligações do Rio de Janeiro com o sul do País. Pouco depois, a 3 de junho de 1777, Ceballos conquistou a Colônia do Sacramento, destruindo as muralhas e o porto da disputada colônia, antes da chegada das ordens para cessação das hostilidades.

Mais um tratado de limites foi assinado entre as duas metrópoles — o de Santo Ildelfonso — a 1^a de outubro de 1777. A vitória espanhola, apoiada no êxito militar, era indiscutível. “Devolveria-se” a Ilha de Santa Catarina

a Portugal, ao mesmo tempo em que este cedia a Colônia do Sacramento e a Espanha consolidava a posse dos Sete Povos das Missões. Vale a pena observar que, se os luso-brasileiros não tivessem se estabelecido firmemente em Rio Grande, o Tratado de Santo Ildelfonso teria deslocado ainda mais para o norte, na linha do Jacuí, o limite sul do país, conforme o plano de campanha espanhol formulado em 1774. O tratado criava ainda a Zona Neutral, uma faixa de cerca de 150 km de largura, abarcando o que hoje conhecemos como a campanha gaúcha, que atravessava os domínios coloniais, onde não poderiam ser instalados colonos e fortificações. Dessa forma, dois pontos fortes balizavam a fronteira militar do sul do Brasil, Rio Pardo face às

Missões e Rio Grande frente à linha do Chuí e Jaguarião.

Em 1801, em decorrência de nova guerra entre Espanha e Portugal por força de alianças européias, do desejo português de se vingar em terras americanas das humilhações e revezes que sofria na Europa e do inconformismo luso-brasileiro com as imposições de Santo Ildelfonso, os gaúchos liderados por Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro e descendente de um vaqueano de Gomes Freire, natural de Curitiba, e José Borges do Canto, natural de Rio Pardo, tomam facilmente os Sete Povos das Missões e barram nos passos do Rio Uruguai os reforços espanhóis que tentam reforçar as guarnições vencidas. Ao sul, o comandante da Fronteira, Manuel Marques de Souza, bate o destacamento espanhol que lhe faz frente em Santa Tecla.¹²

Antes que uma contra-investida espanhola pudesse ser organizada, a turbulência napoleônica na Europa produziu efeitos irreversíveis e profundos na América do Sul. Napoleão sequestrou a Família Real espanhola e provoca a fuga da Família Real portuguesa

¹² Os Marques de Souza constituíram uma singular linhagem de soldados. O primeiro deles, a quem nos referimos neste parágrafo, participou das lutas contra os espanhóis no final do século XVIII e início do século XIX. O segundo, seu filho, general, morreu envenenado durante a Guerra da Cisplatina, tendo no bolso o decreto de sua nomeação como Comandante-em-Chefe das Forças Brasileiras. O terceiro dos Marques de Souza foi ao campo de batalha aos 12 anos de idade acompanhando o avô na Guerra contra Artigas. Participou da Batalha do Passo do Rosário, como tenente do Estado-Maior do Brigadeiro Barreto, Comandante da 1^a Divisão, que destacou sua atuação durante a batalha. Mais tarde, em 1852, como Brigadeiro, comandaria a Divisão Brasileira na Batalha de Monte Caseros, decidindo o combate. Quando os paraguaios foram cercados em Uruguaiana, em 1865, no início da Guerra da Tríplice Aliança, assumiu o comando das forças aliadas que operavam em território brasileiro contra os paraguaios, atuando perante os aliados platinos com as costumeiras altivez e firmeza que haviam caracterizado seu comando em 1852.

para o Brasil. Esses acontecimentos modificariam definitivamente o quadro político e estratégico na América do Sul.

Abriu-se o processo de independência das colônias espanholas, com a consequência imediata do esfacelamento de seu poder político e militar, surgindo o caudilhismo provinciano que dominaria a campanha argentina e uruguaia por boa parte do século. Opor-se-iam, a partir de então, nas terras platinas duas grandes forças – o centralismo esclarecido e autoritário de Buenos Aires e o barbarismo romântico e libertário do pampa. Esse conflito ideológico e cultural inspiraria a maior parte dos conflitos no extremo sul do continente durante o século XIX e envolveu seguidamente o Brasil nas Guerras de 1811, 1816, 1827, 1851-52 e 1864.

Modificou-se o balanço de forças políticas e militar no extremo sul do continente. Desaparecendo o Vice-Reinado do Prata, criado para fazer frente ao Vice-Reinado do Brasil com sede no Rio de Janeiro, pouco podia fazer a incipiente federação das Províncias Unidas do Prata frente a D. João VI apoiado pela Inglaterra,

desejoso de expandir seus limites até o Rio da Prata e disposto a vingar-se das humilhações sofridas pelos espanhóis e franceses na Europa.

Inaugurou-se a ambição portenha da reunificação do Vice-Reinado, com vistas imediatas sobre a Cisplatina e o Paraguai, estímulo que moveu seguidas aventuras militares e desentendimentos até meados do século. Ao mesmo tempo, essas duas antigas províncias do Vice-Reinado se converteram em símbolos da campanha de reunificação de Buenos Aires, que legitimava a própria federação perante os olhos de outras províncias proto-rebeldes.

Somou-se a tudo isso o desejo, na época bastante factível, de uma Monarquia em Buenos Aires com D. Carlota Joaquina no trono. Essa ambição da esposa espanhola de D. João VI envolveria Portugal e Inglaterra na questão da Cisplatina e foi desencadeada pela reação dos espanhóis à revolução de 25 de maio de 1810 em Buenos Aires. Montevideu tinha se tornado um centro de resistência espanhol à causa da independência platina e objeto da ambição de D. João VI, de D. Carlota

Joaquina e da Junta Governativa de Buenos Aires. Estava montado o cenário dos próximos conflitos.

Em julho de 1811, o Exército Pacificador da Banda Oriental, sob o comando de D. Diogo de Souza, invadiu a Cisplatina, dando início à intervenção luso-brasileira. O resultado imediato dessa intervenção militar foi o levantamento do cerco de Montevideu pelas tropas argentinas, provocando o exílio de Artigas, que abandonado pelos argentinos e discordando da conciliação com os espanhóis se retira para o outro lado do Uruguai. A 27 de maio de 1812, foi assinada uma convenção entre o Reino Unido e Buenos Aires, segundo a qual deveriam ser retiradas da Banda Oriental, no mínimo prazo, as tropas de ambos os lados. Durante essa guerra, foi enviado a Assunção o General Abreu com o intuito de apoiar os paraguaios que, no entanto, já haviam conseguido sozinho expulsar os argentinos.

Durou pouco o tratado. Em 20 de outubro de 1812, Montevideu estava de novo cercada pelas tropas argentinas sob o comando do General Rondeau, caindo em mãos dos revolucionários a 20 de

junho de 1814, agora sob o comando do General Alvear. O conflito latente entre argentinos e uruguaios explodiu na Batalha de Guayabos, vencida pelos últimos. A 26 de fevereiro de 1825, caía em mãos artiguistas Montevideu, passando o caudilho oriental a dominar não só a Cisplatina como também Entre-Rios e Corrientes. É importante frisar que André Artigas, filho adotivo de Artigas e nascido em São Borja, estava firmemente decidido a reconquistar os Sete Povos das Missões.

Artigas não era chefe-de-Estado dedicado ao governo de um país pacífico, dentro de limites clara e previamente estabelecidos, como reconhecemos hoje no nosso vizinho e amigo Uruguai. Era um líder revolucionário que pretendia estender às províncias de Entre-Rios, Corrientes e às Missões uma vaga forma de organização republicana federativa que, na prática, significava desordem e violência. Não surpreende que sofresse a oposição de Francia, do Paraguai, e do Governo de Buenos Aires, sendo visto pelos luso-brasileiros como uma ameaça concreta à integridade territorial do Brasil naquela região.

As principais batalhas da Guerra de 1816 a 1820 foram travadas em território reconhecido como brasileiro. A guerra se iniciou com a invasão do território brasileiro. São Borja foi sitiada durante treze dias, só sendo salva pela chegada providencial de Abreu. Depois da Campanha das Missões, onde Artigas foi vencido, o exército luso-brasileiro atacou as povoações da margem direita do Uruguai, a fim de destruir os bandos irregulares de Artigas que inquietavam as Missões. Segue-se uma série de batalhas ao sul do Rio Ibicuí, onde também os orientais são batidos. A 20 de janeiro de 1817, as forças luso-brasileiras entravam em Montevideu. A 22 de janeiro de 1820 a derrota final de Artigas ocorre em Tacuarembó, encerrando a guerra. A 18 de julho de 1821, os congressistas orientais votaram pela incorporação da província ao Brasil, considerada distinta das demais províncias brasileiras e preservadas a moeda, língua e administração próprias.

O estudo sucinto dos principais eventos militares na Região Sul do Brasil ao longo de mais de duzentos anos serve para caracterizar

que a Guerra da Cisplatina; foi mais uma etapa do conflito luso-espanhol. As origens da guerra estavam na disputa dos limites territoriais dos núcleos geográficos, agora emancipados das metrópoles. As causas podemos encontrá-las nas pretensões concorrentes portenha e artiguista em constituir um grande Estado ao sul do Brasil, desígnio que comprometia inapelavelmente a integridade territorial do Brasil, já esboçada no Tratado de Madrid e configurada no início do século XIX. Essas pretensões vêm à tona quando o poderio espanhol se desmantela e as intervenções luso-brasileiras, executadas em 1811 e 1816 para garantir a estabilidade política e territorial que nos interessava, acrescentaram àqueles desígnios o histórico ódio espanhol aos luso-brasileiros.

A Guerra da Cisplatina tomou também um sentido ideológico, pois a guerra se fazia contra o Imperador do Brasil, e pretendiam os platinos nada mais nada menos do que fundar uma República no Rio Grande do Sul. O objetivo político da guerra era bem consistente, pois se criaria no Rio Grande um es-

tado ideologicamente afim às Províncias Unidas, que cumpriria perfeitamente seu papel geopolítico de cobertura face ao Império. O pretexto para a guerra que as Províncias Unidas precisavam para consolidar sua unidade¹³ e reunificar seus sonhados domínios do Vice-Reinado veio com a insurreição de Lavalleja, sem os perigos das idéias artiguistas.

Cabe perguntar, finalmente, o que ocorreria com a Cisplatina se não tivessem ocorrido as intervenções de 1811 e 1816, bem como argüir sobre a profundidade e solidez da incorporação da Cisplatina ao Brasil em 1821. E se Artigas tivesse triunfado na Guerra de 1816-1820? No que interessa ao Brasil é certo que nossa integridade territorial teria sido comprometida. No que interessa ao Uruguai é certo que sua independência não ocorreria. No que toca à Argentina, podemos também estimar que sua integri-

dade territorial teria sido comprometida com a adesão de Entre-Rios e Corrientes ao Grande Uruguai de Artigas. Duas perguntas tão distintas foram respondidas à luz da História, tendo em comum às duas a participação direta do Brasil nas respectivas soluções. O papel do Brasil na região naquele período, como Estado já organizado e agente estabilizador e consciente de seus limites geoistóricos, foi de contenção da instabilidade platina, um fator altamente perturbador que perduraria até meados do século e atingiria o Brasil na Revolução Farroupilha, na Guerra contra Oribe e Rosas e na Campanha do Uruguai, que originou a Guerra da Tríplice Aliança.

Pode-se ainda estender esses questionamentos ao mérito de uma concordância do Governo brasileiro à pretensão de Buenos Aires já manifestada em 1824 de reincorporar a província. Além de não ser o desejo do

povo da província, tal medida, naquela conjuntura, não garantiria nossos limites no sul, traria às nossas portas a desordem que lavrava na América espanhola e aproximaria de nossas fronteiras um poder que há poucas décadas contestara pelas armas nossa presença na região.

É, portanto, uma simplificação a caracterização da Guerra da Cisplatina como um esforço imperialista do Brasil para manter sob seu jugo a Banda Oriental do Uruguai. Embora D. Pedro I, suscetível às glórias imperiais herdadas do pai, resistisse, nas primeiras aproximações diplomáticas da Inglaterra e da França à emancipação da província, nunca opôs resistência obstinada à proposta que foi apresentada pela Inglaterra, histórica aliada de Portugal, amiga do Brasil e que havia atacado duramente a Argentina alguns anos antes. D. Pedro I atuou na crise da Cisplatina com profundo senso de responsabilidade que cabe a um chefe-de-Estado na defesa do interesse nacional, prosseguindo com firmeza na defesa do nosso patrimônio territorial ameaçado, a despeito de atitudes irresponsáveis e demagógicas de fac-

¹³ O Coronel Brandsen, no dia 4 de fevereiro de 1827, a mesma data do Conselho de Guerra em Bagé, escreveu em seu diário - "... Dentro de oito a dez dias, a província do Rio Grande do Sul, será livre ou subjugada, a Banda Oriental salva ou perdida, e a República constituída ou desmantelada, e reduzida a humilhar seu orgulho e sua existência à lei do vencedor." (FRAGOSO, Tasso, A Batalha do Passo do Rosário, Segunda Parte, Capítulo V, pg. 263. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951.)

ções políticas em luta contra o Governo.

Internamente, o assunto da Cisplatina fora deixado de lado na Constituinte de 1823, tendo os liberais se manifestado sobre a conveniência da emancipação uruguaia. O grande estímulo que mobilizou o esforço de guerra brasileiro foi sem dúvida, no Império e no Rio Grande do Sul, a defesa do território nacional. Assim é que o Exército do Sul, desde o início de sua concentração se preocupa em cobrir as fronteiras brasileiras ao sul e a oeste. Os planos ofensivos de Barbacena eram dirigidos contra as Províncias Unidas do Prata, especificamente seu exército, que deveria ser expulso para o outro lado do Uruguai e ocupada Entre-Rios, para inviabilizar a continuação da guerra por Buenos Aires. Por outro lado, os objetivos platinos da guerra e da campanha estão bem claros nas declarações de chefes militares platinos que integravam o Exército Republica-

no – fundar uma República no Rio Grande, reunificar a Cisplatina e consolidar a unidade das Províncias Unidas¹⁴ – e tudo isso, nas próprias palavras dos chefes militares platinos, dependia da destruição do Exército do Sul no próprio território brasileiro. É lícito, portanto, concluir que, desde o início de sua campanha, o Exército do Sul não combateu pela Cisplatina, mas sim lutou pelo Brasil.

AS CONSEQUÊNCIAS DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO NA CAMPANHA E NA GUERRA.

O objetivo da campanha de 1826-27 perseguido pelo General Alvear, a destruição do Exército do Sul – não se concretizou. Este, integrado basicamente pelas mesmas tropas e comandado pelos mesmos chefes, continuou a cumprir seu papel estratégico de defesa do território nacional na campanha gaúcha. Deslocou o grosso de seu efetivo para o norte do Rio

Jacuí, concentrando-se próximo à Vila de Cachoeira do Sul, aficando em condições de defender os acessos a Porto Alegre, enquanto a sua cavalaria, operando no setor Lavras, Bagé, Piratini, bem mais ao sul, cobria a estrada que da campanha também demandava Porto Alegre, mantendo cerrado contato com o inimigo, contra o qual travou, com sucesso, seguidos combates.

O fracasso do Exército Republicano em atingir os objetivos da Campanha de 1826-27 levou o General Alvear a esboçar outra campanha, tendo como objetivo conquistar a praça de Rio Grande. Em sua correspondência, Alvear é enfático em recomendar ao governo de Buenos Aires que se aproveitasse esse “último esforço” para se chegar a uma paz honrosa com o Império. Os objetivos iniciais da guerra foram abandonados. Supõe-se que a verdadeira intenção do General Alvear, consciente do estado deplorável de suas forças, foi um deslocamento estratégico no sentido leste, depois de sair de Los Currales para entrar novamente em Bagé, ameaçando hipoteticamente Pelotas ou Rio Grande, de forma a tentar obter um dividendo polí-

¹⁴ “... O plano original era de Lavalleja, chefe da insurreição uruguaia, e tinha em vista estendê-la ao Rio Grande do Sul, em contato com os republicanos, como se disse em sessão reservada do Congresso em Buenos Aires; Livro de Sesiones Reservadas de la Hon Junta, etc., in: de Ricardo Levene, p. 227, la Plata 1936...” (CALMON, Pedro. “Passo do Rosário”, in História do Brasil, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. 4^a volume: XIV Guerra das Províncias Unidas, pg. 231).

tico para seu governo. Sem poder de combate para investir contra a praça de Rio Grande, vigiado e acossado pela cavalaria brasileira e carente de recursos, o Exército Republicano acabou se internando em Melo.

A campanha que Rivera moveu, em abril de 1828, contra as Missões parece ter se inspirado no fascínio artiguista pela região e também em algumas idéias do plano de operações do mesmo em 1816. Na realidade, não dispunha de força para operacionalizar seu plano – chegar a Porto Alegre, isolando o Exército do Sul. As ações dos orientais nas Missões se limitaram a um monumental saque da região. No entanto, somada aos graves distúrbios dos mercenários estrangeiros no Rio de Janeiro que aparentemente tinham ligações com os platinos, essa campanha de Rivera animou os dirigentes portenhos a tentarem voltar, no transcurso das negociações de paz já em andamento no Rio de Janeiro, a seus antigos objetivos de guerra. A visão realista dos delegados argentinos no Rio afastou essa hipótese e foi consumada a Convenção Preliminar de Paz pela qual a Cisplatina se tornava independente.

O resultado tático da Batalha do Passo do Rosário – fracasso de ambos os Exércitos em destruírem o adversário, deslocamento subsequente dos mesmos para posições estrategicamente mais vantajosas – redundou numa vitória estratégica do Exército do Sul, com a manutenção da integridade do território nacional. A derrota estratégica sofrida pelo Exército Republicano, levou-o ao internamento na campanha uruguaia, nada mais fazendo de relevante. A percepção do fracasso pelo governo das Províncias Unidas veio com a solicitação de paz em maio de 1827, já em meio à luta interna que uma brilhante vitória deveria impedir. O entendimento do fracasso pelos portenhos levou, nesse mesmo ano, o governo de Buenos Aires a fazer amargas acusações contra o General Alvear, que teve que se defender arduamente do peso da derrota.

No mar, a Esquadra Brasileira, ao longo de todo conflito, manteve o bloqueio contra Buenos Aires e garantiu a nossa ligação marítima entre o Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande. O bloqueio, a despeito das pressões interna-

cionais e de algumas tentativas fracassadas de rompimento pela esquadra platina comandada pelo Almirante Brown, surtiu o efeito desejado, como demonstram alguns depoimentos de líderes políticos e militares de Buenos Aires a respeito das agruras impostas à população. Nesse campo de estudos, o autor de "Independence or Death: British Sailors and Brazilian Independence, 1822-1825", o inglês Brian Vale, em entrevista à Folha de São Paulo, publicada em 2 de fevereiro de 1997, anunciou as suas conclusões a respeito do tema que ele considera mal estudado no Brasil – a guerra naval contra a Argentina durante a Guerra da Cisplatina de 1825 a 1828. O pesquisador inglês concluiu que a continuação da guerra levaria a Marinha do Brasil, como força bem equipada e experiente que era, a destruir, inevitavelmente, a esquadra platina no Rio da Prata e destruiria o comércio de Buenos Aires. Conclui ainda que o Almirante Brown, comandante da esquadra platina, foi inapelavelmente derrotado na luta para tentar romper o bloqueio brasileiro. Essas conclusões sobre as operações navais re-

forçam nossa compreensão da necessidade de os argentinos e orientais procurarem a batalha decisiva terrestre como chave da vitória na Guerra.

CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro não foi derrotado no Passo do Rosário. Procurou e enfrentou, em campo raso, um exército superior em número e com maior mobilidade. Desengajou-se do combate quando não havia mais condições de vitória, preservando seu poder de combate, causando mais baixas ao inimigo do que sofreu, sem ser perseguido ou perder qualquer troféu – bandeira ou artilharia – que caracterizasse, segundo os costumes militares da época, derrota. Suas duas grandes unidades, a 1ª e 2ª divisões, saíram vitoriosas em todos os envolvidos nos quais se envolveram no decorrer da batalha. O Exército do Sul se retirou de um terreno dominado pelo inimigo e flanqueável, marchando para se apoiar em rio obstáculo, de onde lançou novamente elementos que deram continuidade à guerra.

A frustração, em 20 de fevereiro, foi do comando argentino, que necessitava de uma vitória política e estratégica decisiva e, dispondo de incontestável vantagem, contava destruir o Exército do Sul. As elevadas expectativas do General Alvear e as exageradas narrativas, não confirmadas posteriormente, levaram-no a Conselho de Guerra.

O resultado da Campanha de 1826-27 foi favorável ao Brasil graças aos resultados da batalha de Passo do Rosário. A Argentina pediu a paz em maio de 1827 e retirou seu Exército de Campanha do Território do Rio Grande do Sul. Outras limitações impediram que o resultado dessa campanha findasse a guerra nessas condições.

O resultado da Guerra da Cisplatina não foi a “perda” da Banda Oriental. Ao ser criada a República Oriental do Uruguai, reconhecia-se oficialmente a Fronteira Sul do Brasil, o grande objetivo político dos luso-brasileiros ao longo de várias décadas, desde o tratado de Madri. Esvaziava-se também a reunificação do Vice-Reinado do Prata, um objetivo da elite política portenha, que conspirava contra os anseios

de liberdade de paraguaios e uruguaios e tinha um potencial de renovação de velhos conflitos territoriais com o Brasil. Nada disso teria acontecido se o Exército do Sul tivesse sido derrotado no Passo do Rosário.

Ao marcharem contra o inimigo na manhã daquela terça-feira, 20 de fevereiro de 1827, combatendo durante todo o dia, inferiorizados numericamente, em meio à tempestade da cavalaria platina, os soldados brasileiros do Exército do Sul escreveram, sem dúvida, uma das mais belas páginas de nossa História Militar. Ao final do dia, marchando em passo ordinário, fileiras cerradas, em meio ao incêndio ateadado ao campo, ofereceram ao inimigo um belo espetáculo de dignidade e bravura, que consolidou a imagem do soldado brasileiro. Convictos de que haviam defendido de maneira irrepreensível, no campo de batalha, a honra e o interesse nacionais, não tinham idéia do triunfo que haviam alcançado. A marcha inexorável da História, deixando para trás os sectarismos da poeira dos acontecimentos, haveria de mostrar a grandeza e a extensão daquele triunfo incompreendido.

BIBLIOGRAFIA

CALMON, Pedro. História do Brasil. São Paulo – Companhia Editora Nacional, 1947.

FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. 2ª edição. Rio de Janeiro – Biblioteca do Exército Editora, 1951.

TTARA, Ladislau dos Santos. Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852, e dos acontecimentos mais notáveis que precederam-na, desde vinte anos. Rio de Janeiro – Biblioteca do Exército Editora, 1950.

ARNHAGEN, Francisco Adolpho. História Geral do Brasil. 5ª edição integral. São Paulo – Edições Melhoramentos, 1956.



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista Militar de Ciência e Tecnologia para 1997

1 9 9 7

Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Remeta um cheque no valor da assinatura anual em favor da Biblioteca do Exército, constando no verso do mesmo sua finalidade

NOME

MILITAR

☐ Ativo
☐ Reservista

Organização Militar (OM)

CIVIL

Profissão

ENDEREÇO

CIDADE

UF

PAÍS

CEP

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxas – Praça Duque de Caxas, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-280

Ligação Gratuita de todo o Brasil: 0800/ 23.9365

Telefone: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@bism.com.br

A Política Externa do Brasil nos últimos 50 Anos¹

Vasco Mariz

Reprodução de palestra proferida, em 28 de novembro de 1996, na Confederação Nacional do Comércio e publicada na Carta mensal – 43(503):39-55, fevereiro de 1997 – Órgão de divulgação das atividades culturais dessa entidade.

Para melhor entender a condução da política externa brasileira, é preciso conhecer o ministério que a inspira e a implementa. O Itamaraty tem sido bastante injustiçado, pois vem levando a culpa de iniciativas infelizes, promovidas por outros órgãos do governo ou políticos de renome. Na diplomacia bilateral tem sido freqüente a necessidade de os embaixadores desenvolverem um trabalho persistente para desfazer *gaffes* de alguns personagens do governo, que chegam às capitais

estrangeiras e negociam, por vezes, atabalhoadamente. E depois as embaixadas levam meses para consertar os estragos.

O Itamaraty possui um plantel de funcionários da mais alta categoria, talvez o conjunto mais bem preparado do serviço público. Por isso, goza no exterior, e sobretudo na América Latina, de considerável respeito profissional. Alguns países vizinhos e africanos enviam jovens diplomatas para fazer estágios no Instituto Rio Branco, nossa academia diplomática. Na diplomacia multilateral, freqüentemente, diplomatas, brasileiros têm exercido franca liderança nos debates mais difíceis na ONU, OEA, GATT, UNESCO ou FAO. Já a Se-

cretaria de Estado, o Itamaraty, antes no Rio de Janeiro e agora em Brasília, nem sempre funciona com a firmeza ou a clareza que deveria ter, devido a injunções políticas obtusas, ou aos caprichos dos presidentes ou chanceleres políticos de plantão. Daí resultam, por vezes, instruções equivocadas ou inexecutáveis às embaixadas ou às missões multilaterais.

Infelizmente, no cenário político interno, o Itamaraty tem pequeno peso específico, porque não é um ministério que pode dar empregos às mãos cheias aos partidos políticos. Por isso, em nossa história recente, partidos importantes recusaram a pasta de Relações Exteriores. No entanto, em países

¹ Ex-Embaixador do Brasil no Equador, Israel, Chipre, Peru e Alemanha (RDA).

² Selecionado pelo PADECEME.

como os EUA, a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha, o cargo de chanceler é o mais disputado e prestigioso. Esse desinteresse de certo modo debilita o Itamaraty e o faz vulnerável a pedidos ou exigências de políticos ou até da grande imprensa. Por todas essas razões, nossa política externa tem sido morna, ou tem feito alguns zig-zags decepcionantes perante o mundo e, em especial, diante das Américas. Seja como for, os profissionais do Itamaraty têm-se desempenhado com muita competência, às vezes cumprindo instruções pouco hábeis, guiando demasiadamente à direita ou à esquerda, conforme os ventos de Brasília. Exemplificando: o desgaste que o Brasil sofreu nos anos 60 defendendo a política colonial portuguesa mais de uma vez nos isolou nas Nações Unidas e, até hoje, ainda é lembrada na política bilateral com as nações africanas. Recentemente, por capricho do presidente Itamar Franco, ficamos igualmente quase isolados na defesa de Fidel Castro, em conferências interamericanas. Mas examinemos rapidamente o que foi a política externa brasileira no período 1945-1995.

Grosso modo podemos concluir que o Brasil teve seis períodos com orientação diferente em sua política externa, nos últimos 50 anos, a saber: 1ª) alinhamento moderado com os EUA (1945-1961); 2ª) política exterior independente (1961-1964); 3ª) alinhamento excessivo com os EUA (1964-1966); 4ª) alinhamento moderado com os EUA (1967-1993); 5ª) apoio irrestrito à Cuba contra o bloqueio norte-americano (1993-1994); e 6ª) alinhamento moderado com os EUA (1995-1996). Passo a comentar em separado cada um desses períodos.

Os feitos alemães no final dos anos 30 e no início da 2ª Guerra Mundial, levaram o presidente Getúlio Vargas, influenciado pelos meios militares, a uma política oportunista favorável ao Eixo, mas depois da entrada dos EUA na guerra, instado por Osvaldo Aranha, nosso hábil estadista soube tirar partido do território brasileiro como porta-aviões para a ofensiva aliada na África do Norte. Enviamos tropas à Itália e demos todo o apoio à criação da ONU. Nessa época, tivemos considerável peso específico, já que a América Latina representa-

va o bloco mais numeroso da organização (cerca de 25%), posição essa que fomos perdendo à medida que foram sendo admitidos dúzias de novos países da África e da Ásia.

Coube-nos falar em primeiro lugar na 1ª Assembléia Geral da ONU e essa ordem dos discursos transformou-se em tradição, mas, como o 2º orador é o Presidente dos EUA, ou o Secretário de Estado, em geral a imprensa pouca atenção dá às palavras do representante do Brasil.

No início do funcionamento da ONU, em 1947, o Brasil teve ocasião de presidir a 2ª Assembléia Geral em momento dramático, quando Osvaldo Aranha agiu com habilidade e firmeza ao fazer aprovar, em instante crucial, a criação do Estado de Israel, fato que até hoje é recordado anualmente com gratidão naquele país. Em várias ocasiões teve o Brasil oportunidade de desempenhar papel de relevo nas Nações Unidas, afirmando-se como uma das melhores lideranças do 3º Mundo. Em uma das vezes que ocupamos a presidência do Conselho de Segurança, em 1964, na pessoa do embaixador José Sette Câmara

ra, a famosa Resolução 242, até hoje importante para a estabilidade política do Oriente Médio, foi em parte elaborada pela delegação brasileira.

De um modo geral, nossos chanceleres logo depois do fim da 2ª Guerra Mundial, o diplomata Pedro Leão Veloso e o político gaúcho João Neves da Fontoura, foram pouco empreendedores. Na realidade, estávamos em plena Guerra Fria e não havia espaço de manobra política para nossa diplomacia. No entanto, seu sucessor, o jurista Raul Fernandes, obteve expressiva vitória nas Nações Unidas ao capitanear a candidatura da Iugoslávia ao Conselho de Segurança, contra as pressões de Stalin, que insistia em destruir o deviacionismo do Marechal Tito. Raul Fernandes organizou ainda e presidiu a chamada Conferência da Quitandinha, em 1947, durante a qual foi aprovado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o famoso TIAR, concebido para conter alguma aventura militar soviética em nosso continente. Nessa mesma linha, em 1948, na Conferência de Bogotá, o Brasil apoiou a criação da Organização dos Estados Americanos, como

reestruturação da antiga União Pan-Americana. Nessa conferência de Bogotá, Roberto Simonsen propôs aos EUA o lançamento de uma espécie de Plano Marshall para a América Latina. Já o jurista Vicente Rao e o político paulista José Carlos de Macedo Soares não se alçaram acima da mediania no Itamaraty, como chanceleres.

A explosão da primeira bomba atômica soviética, em julho de 1949, aumentou a tensão internacional, já agravada pela recente vitória das forças de Mao Tse-Tung e a criação da República Popular da China. A Alemanha dividira-se em dois Estados e o bloqueio de Berlim demonstrava a decisão de Moscou de confrontar o Ocidente. Nas Nações Unidas, o Brasil acompanhava com atenção, no Conselho de Tutela, a evolução política para o advento dos povos coloniais à independência.

Durante a invasão da Coreia do Sul, em 1950, o Brasil esquivou-se ao pedido norte-americano para enviar soldados brasileiros, mas em 1952 foi assinado um controvertido Acordo Militar Brasil-EUA. A partir dessa época, começaram

as pressões de Portugal e as nossas ambivalências na ONU, em relação à descolonização. Entretanto, já parecia claro que o alinhamento com os EUA não estava rendendo as vantagens esperadas: o Itamaraty ensaiava os primeiros passos de uma diplomacia econômica e comercial, que tomaria impulso no período JK. Desapontada com os programas de assistência técnica dos EUA, a diplomacia brasileira passou a propagar medidas de caráter multilateral.

Parece-me oportuno sublinhar que, nos anos 50 e 60, o Itamaraty já desempenhava papel importante nas negociações internacionais de caráter econômico e comercial. Não só no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e nas conferências da ONU para o comércio e o desenvolvimento (UNCTAD), mas também na negociação de acordos comerciais de transporte aéreo, trigo, café e açúcar, e no Clube de Haia, as delegações brasileiras quase sempre eram chefiadas por diplomatas especializados. Nas comitivas de Ministros de Estado havia sempre um diplomata em posição de destaque, de

modo a assegurar um perfeito entrosamento entre os diversos ministérios e dar continuidade aos temas em pauta. Até mesmo nas reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) pontificaram diplomatas do porte de Roberto Campos, Otávio Dias Carneiro, Edmundo Barbosa da Silva, Sérgio Frazão e outros. A elaboração do famoso Plano de Metas de JK teve a participação de vários diplomatas. Recordo que, mais tarde, Dias Carneiro foi Ministro da Indústria e Comércio durante o governo João Goulart, Campos foi Ministro do Planejamento de Castelo Branco, Sérgio Frazão foi presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Edmundo Barbosa da Silva foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e, mais recentemente, Paulo Nogueira Batista foi presidente da NUCLEBRÁS, que ajudara a criar no governo Geisel. E não devemos esquecer, no terreno cultural, os diplomatas Sérgio Paulo Rouanet e Antonio Houaiss que, nos governos Collor e Itamar Franco, foram Ministros da Cultura.

Eu mesmo, para exemplificar em nível mais baixo, cheguei a chefiar uma

delegação do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, o CIES, em 1969, no impedimento de nosso colega Hélio Beltrão, Ministro do Planejamento. Também em 1963, como diretor de Organismos Internacionais do Itamaraty, representei o Brasil na Comissão de Produtos de Base da FAO e, em outra oportunidade, fui o principal assessor do professor Josué de Castro na Conferência Geral da FAO, com a mui discreta recomendação do chanceler para conter os arroubos terceiro-mundistas do nosso brilhante delegado, o que não foi tarefa fácil... Aliás, nosso colega Antonio Correa do Lago chefiou a delegação brasileira a outra Conferência Geral da FAO, da qual também fiz parte. Mais recentemente, o Itamaraty também teve participação significativa na negociação da moratória e da dívida externa, durante o governo Sarney, com os diplomatas Jorio Dauster e Sergio Amaral.

O governo Juscelino Kubitschek, em seus primeiros dois anos, não se preocupou muito com a política externa, mas endividou-se demasiadamente para construir Brasília e, com isso,

incorreu na ira do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Pressionado pelos credores, JK ameaçava romper com o FMI e nomeou o banqueiro mineiro Walter Moreira Salles (depois Ministro da Fazenda) para embaixador em Washington, numa tentativa de reaproximação com os meios bancários norte-americanos. No entanto, na Assembleia Geral da ONU de 1957, no discurso inaugural de Osvaldo Aranha, o Brasil pela primeira vez se apresentou claramente como membro do mundo subdesenvolvido, abandonando afinal seu excessivo alinhamento aos EUA e ao Ocidente europeu. Nessa época, era evidente o desinteresse de Washington pela América Latina. Em 1958, o político mineiro Francisco Negrão de Lima foi o primeiro chanceler brasileiro a expressar nosso inconformismo em aceitar um *statu quo* injusto no continente e em formular nossa decisão de desempenhar um papel de liderança no desenvolvimento harmônico das economias da região. Eram os primeiros passos da Operação Pan-Americana, que daria muito o que falar nos próximos anos. Lembro ainda

que, em 1959, foram restabelecidas as relações diplomáticas e comerciais com a URSS.

O início formal da ofensiva diplomática brasileira foi uma carta pessoal do presidente Kubitschek ao presidente Eisenhower, seguida do discurso do orador oficial Augusto Frederico Schmidt na Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1959, fazendo um apelo enérgico e veemente pelo desenvolvimento econômico do continente. O curioso é que, em 1959, o banqueiro paulista Horácio Lafer assumiu o Itamaraty dividindo funções com o poeta Schmidt, altamente politizado, que acabou ocupando a cena interamericana no final do governo JK. A Operação Pan-Americana almejava atrair auxílio maciço norte-americano para a região, a fim de compensar a falta de um plano Marshall para a América Latina. Afinal, a Alemanha e a Itália, ex-inimigos dos EUA, estavam recebendo importante ajuda, e o Brasil, aliado que participara na 2ª Guerra Mundial, nada recebera.

A mensagem da diplomacia brasileira no mesmo

podium da ONU, em 1960, foi proferida pelo chanceler Horácio Lafer e ele reiterou nossos pontos de vista anteriores. Obtivemos, pela primeira vez, notável ressonância graças a importante editorial do jornal "New York Times" sobre o tema principal de seu discurso. O candidato a presidente norte-

A Operação Pan-Americana almejava atrair auxílio maciço norte-americano para a região, a fim de compensar a falta de um plano Marshall para a América Latina. Afinal, a Alemanha e a Itália, ex-inimigos dos EUA, estavam recebendo importante ajuda, e o Brasil, aliado que participara na 2ª Guerra Mundial, nada recebera.

americano John F. Kennedy pediu à nossa delegação na ONU o texto completo do discurso de Lafer e é inegável que nossas teses provocaram, indiretamente, a criação do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e a famosa Aliança para o Progresso. Em suma, a nossa OPA era demasiado atraente para que prosperasse: Washington apropriou-se da iniciativa e relançou-a

pouco depois como sendo de sua própria lavra. Ao final dos anos 60, quando eu chefiava nossa delegação junto à Organização dos Estados Americanos, ainda ouvi várias referências elogiosas à iniciativa brasileira da OPA. Finalmente, recordo que, nessa época, o Brasil participou das operações militares da ONU no Congo e no Oriente Médio.

O advento de Jânio Quadros como presidente da República teria considerável repercussão na política externa brasileira. Foram seis meses agitadíssimos com o político paulista buscando uma desmesurada projeção continental.

Teve Jânio Quadros um chanceler da melhor qualidade: Afonso Arinos de Melo Franco, que criou para Jânio a famosa "política externa independente", depois adotada por João Goulart, e que visava a obter, dos EUA, uma relativa autonomia de atuação política, sem afetar entretanto nossa posição ideológica ocidental. Em suma, uma política externa que se assemelhava à posição do General De Gaulle, na França. Infelizmente, elementos

esquerdizantes no Brasil radicalizaram e o rápido governo Quadros foi cheio de incidentes diplomáticos, que culminaram com a infeliz condecoração a Che Guevara em Brasília. Numerosas embaixadas foram abertas nos novos países africanos com alguma precipitação, iniciando uma agressiva política diplomática para a África, que até hoje não deu dividendos concretos. Aliás, Arinos foi o primeiro chanceler brasileiro a pisar na África: compareceu à cerimônia da independência do Senegal e posse do presidente Léopold Senghor.

A política externa independente, nos termos em que a esquerda festiva se agitou no Brasil, não poderia dar certo porque nossa margem de manobra em relação às diretrizes americanas continuava bastante limitada. A esse respeito, relato expressiva conversa que eu tive em Washington, em 1961, com o irmão do presidente Kennedy, o senador Robert Kennedy, assassinado mais tarde, quando se candidatava também à presidência. Na época, incomodava o Departamento de Estado o apoio que o Brasil dava a Fidel Castro e nos esforçávamos por evitar sua

expulsão da OEA. Em almoço na Universidade de Georgetown, fui colocado ao lado de Kennedy e ele me perguntou o que era afinal essa política exterior independente. Expliquei-lhe que o Brasil, tal como a França do General De Gaulle, julgava ter o direito de divergir de algumas posições norte-americanas, embora, como a França, continuássemos firmemente dentro do bloco ocidental. Acrescentei que também o México tinha uma posição semelhante à do Brasil em relação à Cuba. Bob Kennedy cresceu para mim e levantou a voz para dizer que o Brasil não podia se comparar à França e tampouco era realista nos compararmos ao México. Estranhei sua atitude em relação ao México e Robert Kennedy explicou-se: os EUA têm um grande complexo de culpa com o México por lhe haverem, no passado, tomado à força enormes territórios. Acrescentou Kennedy: por isso os mexicanos podem dizer ou fazer o que quiserem que os EUA fecharão os olhos e os ouvidos. Já o Brasil não tem esse poder de barganha e é melhor não tentar gestos impensados, arrematou o irmão do presidente Kennedy.

Espero que os leitores tenham entendido as sutilezas da conversa. Consequência remota dessa atitude da elite intelectual norte-americana foi a recente criação do tratado do NAFTA e o vultoso auxílio dado ao México por ocasião da crise financeira de 1995.

A inesperada ascensão do gaúcho João Goulart, tão inexperiente e imaturo, à presidente da República foi amenizada pela notável atuação de Francisco Clementino San Tiago Dantas como chanceler, aliada à habilíssima embaixada de Roberto Campos, em Washington. Ambos realizaram excelente trabalho em defesa e esclarecimento do que se pretendia realmente com a política externa independente. Na época, era eu chefe do setor de imprensa de nossa embaixada em Washington e, por ocasião da delicada crise da 2ª Conferência de Punta del Este, em 1962, Roberto Campos e eu utilizamos as divergências entre a Casa Branca e o Departamento de Estado, em relação a Cuba, para neutralizar na imprensa americana os efeitos da dúbia posição brasileira. Ao final da conferência, conseguimos jogar os mais importantes colonistas

americanos contra as trapalhadas de sua própria delegação em Punta del Este. Com isso, mal se falou no Brasil, cuja atitude de defesa de Castro era difícil justificar. Lembro-me que, ao terminar a conferência com a expulsão de Cuba da OEA, San Tiago Dantas enviou a Roberto Campos um telegrama de parabéns pela maneira como conseguimos manipular a imprensa americana.

A visita oficial de Jango aos EUA ocorreu em 1962, no meio do fogaréu da nacionalização da ITT no Rio Grande do Sul pelo então governador Leonel Brizola. Apesar dos pesares, tudo correu bem e o anedotário foi numeroso e divertido e não me privo de recordar alguns episódios *sui generis* pouco conhecidos. Como chefe do setor de imprensa da embaixada, preparei 92 fichas com todas as possíveis perguntas, com suas respostas, para as diversas entrevistas de imprensa. Logo depois da chegada de Jango a Washington, ensaíamos severa sabatina com o presidente e, com prazer, constatamos que ele fizera seu *homework*. Aliás, ele saiu-se bem em todas as entrevistas de imprensa e eu

ganhei uma promoção... Divertida e angustiosa foi a primeira entrevista com o presidente Kennedy: Jango desejando reafirmar a política exterior independente, proclamou em certo momento ser um presidente independente. Aí aconteceu algo surpreendente, que nos foi contado por Roberto Campos: Kennedy levantou-se subitamente, deu a volta à grande mesa em torno à qual estavam sentados, e chegou até Jango, que embaraçado levantou-se também. Sorrindo, Kennedy apertou-lhe a mão, felicitando-o por afinal ter encontrado um presidente independente. Lamentou que ele, sim, era dependente do Congresso americano, da imprensa, de seu partido, de Krushev, De Gaulle etc. Foi um vexame! Mas Kennedy, nessa reunião, propôs-nos organizar uma comunidade afro-luso-brasileira com subsídios norte-americanos, que seriam canalizados através do Brasil. O objetivo era terminar com a guerra civil em Angola e Moçambique, que estava em seu ponto mais sangrento. San Tiago Dantas desconversou, mas prometeu responder antes do fim da visita de Jango aos EUA. De

volta à embaixada, nosso brilhante chanceler decidiu fazer um teste e debater com os funcionários diplomáticos e adidos militares os prós e contras dessa possível comunidade. Lembro-me que o então Ministro Miguel Osório de Almeida, um de nossos diplomatas mais inteligentes e notável economista, foi impiedoso: "Isso vai ser a comunidade do analfabetismo!" disse ele. Um por um todos os presentes se manifestaram em contrário. Não se falou mais no assunto.

Escuso-me por me demorar nestes pormenores, pois me parece que a chamada política externa independente foi uma etapa da maior significação para obtermos mais "elbow room" em nossas posições internacionais. A revolução de 31 de março de 1964 pôs ponto final a essa valiosa tentativa de conseguir maior autonomia dentro dos limites do mundo ocidental da época, sem buscar a confrontação com os EUA. Infelizmente, nossos desavisados esquerdistas empurraram Jânio e Jango a adotarem posturas exageradas que comprometeram a valiosa iniciativa aos olhos de Washington. O desvio durou três anos ape-

nas, de 1961 a 1964, mas deixou várias sementes propositivas, que depois foram discretamente revividas pelo Itamaraty, nos governos Geisel e Figueiredo.

Depois de Arinos e San Tiago Dantas, o presidente Goulart teve ainda mais três chanceleres, em rápidas administrações de poucos meses cada, todos sem tempo para marcar sua atuação. Os primeiros foram dois ilustres juristas, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Saliente, porém, no curto mandato do diplomata João de Araújo Castro, seu discurso na Assembléia Geral da ONU, em 1963, que foi talvez o texto melhor fundamento da era da política externa independente, ainda hoje digno de estudo.

Após o golpe militar de 1964, o governo Castelo Branco teve por chanceler o competente diplomata Vasco Leitão da Cunha. O curioso é que, pela primeira vez, o próprio Presidente da República preocupou-se em definir pessoalmente as diretrizes de nossa política externa, talvez para melhor esclarecer as ambigüidades e distorções da administração anterior. Assisti ao discurso pronunciado pelo Marechal Castelo Branco no Palácio

Itamaraty, em julho de 1964, com alguma apreensão para quem simpatizava e havia defendido a política externa independente. Cito alguns trechos de seu discurso: *A política externa não deveria mais ser qualificada de independente, pois a independência adquirira valor terminal e perdera sua utilidade descritiva num mundo dominado pela confrontação do poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros (...). O nacionalismo havia-se transformado em opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas. A posição do Brasil decorre da fidelidade básica da sociedade ao sistema democrático ocidental (...). Mas cada questão será examinada à luz do interesse nacional e, em cada caso, far-se-á a distinção entre políticas destinadas a salvaguardar interesses básicos do sistema ocidental e políticas destinadas a satisfazer interesses individuais das potências guardiãs do mundo ocidental.* Naquela cerimônia de diplomação do alunos do Instituto Rio Branco, o presidente Castelo Branco definiu para o Brasil uma política de círculos concêntri-

cos, priorizando as relações com os países limítrofes.

Com essas palavras, voltava o alinhamento com Washington, embora ligeiramente qualificado. Mas não foi culpa de instruções do Itamaraty quando nosso novo embaixador nos EUA, General Juracy Magalhães, exagerou ao afirmar: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Se Jango se havia desviado por demais à esquerda, agora Juracy exorbitava. A esse respeito, o embaixador Pio Corrêa assegurou-me que as palavras de Juracy foram deliberadamente deturpadas pela imprensa. Jocosamente, ele quis parafrasear o dito por um magnata norte-americano do petróleo: "O que é bom para a Standard Oil é bom para os Estados Unidos". Em verdade, seriam permitidas pelo Governo militar apenas divergências decorrentes de interesses nacionais específicos. Em consequência, o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba em 1964 e participou com tropas na Força Interamericana de Paz, que assegurou a ordem na República Dominicana. No entanto, em 1965, o governo brasileiro recusou-se a enviar tropas para o sudeste asiá-

tico e não assinou o Tratado de Tlatelolco, de proscrição de armas nucleares na América Latina. Como vemos, o alinhamento não foi total e temos vários outros exemplos durante o governo militar. Juracy Magalhães depois foi chanceler, e fez um esforço para convencer o governo português de que a independência das províncias ultramarinas era uma fatalidade inelutável e ofereceu a cooperação do Brasil na fase de transição. Seu Secretário-Geral, nosso colega Pio Corrêa, esteve em Portugal com essa missão.

No governo Costa e Silva, esteve à frente do Itamaraty o hábil político mineiro José de Magalhães Pinto, que soube dar rédeas à sua assessoria com a "diplomacia da prosperidade". Tentou e conseguiu obter para o Brasil mais espaço, pelo menos dentro da política interamericana. Baseado em instruções suas, coube-me a iniciativa na OEA para tentar obter do governo Nixon um maior auxílio econômico e financeiro para o continente, através da CECLA (Comissão Econômica da América Latina). No plano bilateral, entretanto, crescia uma sombra à nossa fronteira sul: a construção da usi-

na hidroelétrica de Itaipu, que criaria sérios problemas com a Argentina. Magalhães Pinto continuou a recusar-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e resistiu ao governo norte-americano na sua reivindicação de direitos compensatórios (*countervailing duties*) sob alegação de *dumping* de produtos brasileiros.

É indispensável sublinhar que o governo brasileiro, e sobretudo o Itamaraty, agiram com extrema cautela e habilidade nas delicadas negociações com a Argentina, visando a acomodar os receios e ressentimentos do país vizinho, que se estenderam até as Nações Unidas, onde a chancelaria argentina tentou fazer condenar o Brasil pelos níveis propostos para a represa de Itaipu. A querela atravessou um período de mais de dez anos e foi um desafio às administrações dos chanceleres Gibson Barbosa e Azeredo da Silveira, só sendo resolvida em definitivo pelo Ministro Saraiva Guerreiro. É de louvar-se a prudência com que reagiram os presidentes Médici, Geisel e Figueiredo, bem assessorados pelos três experimentados diplomatas que conduziram nossa política externa

nesse período. Por mais de uma vez, estivemos à beira de uma verdadeira crise militar com a Argentina.

Gibson Barbosa se distinguiu como embaixador em Assunção, onde conduziu com habilidade as difíceis negociações com o Paraguai para a aprovação do projeto binacional de Itaipu. Em crucial impasse, ajudou a impor a única solução que restava, defendendo a fórmula binacional. No entanto, a opção aceita na época pelo governo brasileiro desperta até hoje dúvidas e objeções sérias.

Já como chanceler, Mário Gibson enfrentou situações delicadas criadas pelos emigrados políticos brasileiros nos países vizinhos, pelo terrorismo e seqüestros políticos de embaixadores. Visitou vários países da África, superando a injusta oposição interna fomentada por Portugal, e esteve também no Oriente Médio tentando uma fórmula conciliatória para os problemas da região. Em seu discurso na ONU, em 1971, Gibson defendeu a decisão do Brasil de estender seu mar territorial até 200 milhas da costa brasileira, no que foi apoiado por numerosos países. Pregou ainda o desarmamento e a

reforma da Carta das Nações Unidas. Já Azeredo da Silveira teve a sorte de ser apoiado por um chefe de alto calibre intelectual, o General Geisel, que muito se interessou pela política exterior. Silveira denominou sua orientação política de "pragmatismo responsável" e deu grande impulso à sua política africana, iniciada por Jânio Quadros e continuada por Gibson Barbosa. Mas, Silveira enfrentou momentos difíceis em que recebeu todo o respaldo de Geisel: a crise com a Argentina (insolúvel no seu mandato), o reconhecimento de Angola, e a condenação do sionismo na ONU como doutrina racista.

O Brasil pouco havia feito pela independência de Moçambique, pois ainda estávamos muito pressionados por Portugal e pela comunidade portuguesa em nosso país, que utilizaram todos os meios para atrapalhar nossa política africana, iniciada por Jânio Quadros. Por isso, o Itamaraty não quis ficar para trás por ocasião da independência de Angola, país muito mais importante para nós. Assim, o chanceler Silveira timbrou em que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer o governo comu-

nista do MPLA em Angola. Foi um erro ou um grande mal-entendido: após o Brasil, somente os países socialistas estabeleceram relações diplomáticas com Angola, e isso em consequência da presença de tropas cubanas naquele país. Antes da independência, só havia notícia da chegada de alguns conselheiros russos e cubanos. Dias depois do nosso reconhecimento, desembarcaram milhares de militares cubanos no país e o chanceler Silveira ficou em situação embaraçosa. A linha dura militar indignou-se com o fato e Silveira balançou. Só foi salvo pelo presidente Geisel, que tinha opinião própria e estava ao corrente de todos os meandros da questão. Passaram-se vários meses em que o Brasil foi a única embaixada ocidental em Luanda, até que a França e outros países europeus reconhecessem o controvertido regime de Angola. Por outro lado, é inegável que o Brasil foi realista e independente, já que, com o tempo e apesar de tudo, o governo comunista angolano acabou reconhecido por todos, inclusive pelos EUA.

Mas houve equívoco do Itamaraty, poucos meses depois, na votação nas Nações

Unidas do projeto árabe de condenação ao sionismo como um movimento racista. Cedendo às pressões árabes, o Brasil apoiou o projeto de resolução na votação em nível de Comissão da ONU. A repercussão foi enorme, dentro e fora do Brasil. A comunidade judaica brasileira tudo fez junto ao General Geisel para mudar nosso voto na sessão plenária e o presidente estava disposto a ceder e a abster-se nessa votação final da matéria. Aí o Departamento de Estado americano complicou tudo: os jornais de Washington publicaram o governo americano estava tentando convencer o governo brasileiro a mudar o voto. Depois dessa notícia, foi reproduzida na imprensa brasileira, alterar nossa posição seria uma humilhação para nosso governo e, assim, no plenário da ONU, em contragosto, confirmamos a condenação ao sionismo. Um celeuma foi considerado mais uma vez, a boa sorte de Silveira bruxuleou, Geisel salvou-o, pois corrigiu todos os pormenores do problema. Estava eu designada para Israel, como embaixador do Brasil, e o presidente Geisel pediu para explicar pessoalmente

o ocorrido ao primeiro-ministro Menachem Begin e ao chanceler Moshé Dayan, que entenderam nosso dilema e lamentaram a inabilidade do Departamento de Estado. Seja como for, teria sido mais prudente, desde o início do debate do projeto árabe, abstermo-nos na Comissão competente e depois no plenário, já que o tema era muito sensível para árabes e judeus. Outros pontos de fricção com o governo americano na época foram o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a situação dos direitos humanos no país e a denúncia pelo presidente Geisel do Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA, em 1977.

Mas Gibson, Silveira e depois Saraiva Guerreiro fizeram muito pela nossa política externa, pois aproveitaram a abertura política internacional que o presidente Kennedy encorajara, ao dar força efetiva aos chamados países do 3º Mundo, que, a partir de 1963, criaram uma saudável alternativa à tremenda polarização resultante da crise dos mísseis em Cuba. Daí surgiu o famoso grupo dos "não-alinhados", que buscaram tirar

partido dos erros e fraquezas de Washington e Moscou. Assim, o Brasil foi adotando gradualmente uma posição mais flexível nas Nações Unidas, mais próxima, embora sem aderir formalmente ao Grupo. Registre-se que participamos das reuniões dos "não-alinhados" apenas com o caráter

É preciso sublinhar, que esse trabalho persistente e continuado por quase 30 anos, só foi realizado graças à estabilidade política do regime militar, que teve o mérito e o bom senso de conceder liberdade de ação a seus competentes chanceleres, seja no campo bilateral, seja na diplomacia multilateral.

de observadores. O Brasil participou ainda do chamado Grupo dos 77 na ONU, associação de Estados subdesenvolvidos que pleiteavam melhores condições de comércio. Não exagero ao dizer que, nos anos 60 e 70, o Brasil dividiu com a Índia a liderança do 3º Mundo. Nossa atuação na ONU foi brilhante, sobretudo na política anti-colonial e também na luta por vantagens comer-

ciais no GATT e UNCTAD. Os três mencionados chanceleres nem pareciam representar um regime militar conservador e elevaram o Brasil, no plano mundial, talvez ao mais alto nível histórico de nossa política externa, agindo como notável independência e, ao mesmo tempo, com excelente diálogo com os EUA. Gibson, Silveira e Guerreiro foram incansáveis e visitaram numerosos países africanos e do Oriente Médio, onde outros chanceleres brasileiros jamais haviam estado. Nessa época, já se começava a falar do Brasil como uma nova "potência emergente".

É preciso sublinhar, no entanto, que esse trabalho persistente e continuado por quase 30 anos, só foi realizado graças à estabilidade política do regime militar, que teve o mérito e o bom senso de conceder liberdade de ação a seus competentes chanceleres, seja no campo bilateral, seja na diplomacia multilateral. Gibson Barbosa dirigiu a diplomacia brasileira por quatro anos e meio, Silveira por cinco anos exatos e Saraiva Guerreiro por seis anos, o chanceler que

mais tempo permaneceu no cargo, desde o Barão do Rio Branco. Essa proveitosa continuidade foi determinante para a obtenção dos numerosos êxitos conseguidos por nossa diplomacia.

Aliás, ilustres cidadãos brasileiros se destacaram de várias maneiras na constelação dos organismos internacionais e marcaram época pela sua eficiência nos períodos de sua atuação. Entre eles, recordo nosso colega do Conselho Técnico, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, que presidiu o GATT em 1960 e 1961, o Dr. Marcolino Candau, que foi diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, o Dr. Paulo Berredo Carneiro, que desfrutou de notável prestígio na UNESCO, também nosso colega Hervasio de Carvalho, na Agência Internacional de Energia Atômica, de Viena, o Dr. Josué de Castro, que se celebrizou na FAO, Osvaldo Aranha que presidiu a difícil Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947, e o embaixador João Clemente Baena Soares, que, por 10 anos, foi Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Azeredo da Silveira soube colocar o Brasil numa

posição bastante independente em plano internacional e promoveu oportunamente o reconhecimento da China comunista, mesmo contra a vontade da linha dura militar. Saraiva Guerreiro também teve atuação importante ao negociar e finalmente concluir, em outubro de 1979, o acordo com a Argentina sobre Itaipu-Corpus. Pouco depois, o presidente Figueiredo visitou Buenos Aires, normalizando completamente as relações entre os dois países e pavimentando assim o caminho para a intensa cooperação que o Brasil e a Argentina têm nos dias de hoje. Na guerra das Malvinas, o Itamaraty atuou habilmente, apesar da estreita margem de manobra, e conseguimos manter excelentes relações com a Argentina, sem nos indisporarmos com os ingleses. O chanceler Guerreiro foi feliz também nas negociações com o Grupo Andino e na execução do Pacto Amazônico. A fim de debelar as últimas desconfianças dos países africanos em relação ao Brasil, Guerreiro visitou vários desses novos Estados e também foi o primeiro chanceler brasileiro a fazer visitas à China, Índia e Paquistão. Cabe re-

gistrar ainda, na mesma administração, a eleição por unanimidade do diplomata brasileiro João Clemente Baena Soares para a Secretaria Geral da OEA, em Washington.

Ainda no regime militar ocorreram importantes fatos paralelos ao Itamaraty: política externa brasileira, uma política comercial agressiva, mas, em certos casos, pouco avisada, Ministério da Fazenda concedeu vultosas linhas de créditos a países estrangeiros que avolumaram perigosamente nossa dívida externa. Os créditos abertos à Polônia, Iraque, Peru, Botsuana, Moçambique e outros, no valor de vários bilhões de dólares, dificilmente nos serão pagos. Essas iniciativas em geral não foram estimuladas pelo Itamaraty, mas de uma vez advertido pelo governo militar dos riscos que estávamos correndo, apenas para benefício dos intermediários ou empreiteiros brasileiros.

Outro item que perturbou nossas relações internacionais durante os governos militares foi a venda de armas por empresas brasileiras semi-estatais, que chegaram a obter expressiva parcela das vendas mundiais.

equipamentos pesados e sofisticados. Eu mesmo, mais de uma vez, no Equador, Israel, Chipre e Peru, fui instruído a apoiar e, até mesmo, a negociar vultosas vendas de armas. Aliás, algumas dessas empresas criaram problemas delicados em vários pontos do mundo, como no Iraque, que o Itamaraty foi chamado a tentar solucionar. Outro aspecto controvertido tem sido a atuação de algumas empresas construtoras brasileiras no exterior. Infelizmente, elas nem sempre se comportam a contento e alguns embaixadores tiveram graves problemas com autoridades locais. Por outro lado, a política externa dos anos 80 e 90 deixou de ser exclusivamente governamental e está sendo negociada com outros *fronts*: no MERCOSUL, na União Européia, na Organização Mundial do Comércio, nos círculos das ONGs, na vigiância dos conglomerados e multinacionais e nos investimentos dos grandes fundos de pensões.

O restabelecimento da democracia no Brasil acabou levando o político maranhense José Sarney ao poder. Homem de bastante vivência internacional, embora falando mal idiomas es-

trangeiros, convidou o banqueiro paulista Olavo Setúbal para chanceler, que só se demorou no cargo seis meses. Setúbal tentou fazer o que denominou uma "política de resultados", mas não chegou a implementá-la, passando o ministério ao ex-governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré. Embora Sodré seja um homem do mundo, não chegou a demonstrar verdadeiro interesse pelo cargo. Fez bem, entretanto, em restabelecer relações diplomáticas com Cuba, pois, afinal, o Brasil não poderia ser o último país latino-americano a reatar com Fidel Castro. Abreu Sodré ficou com Sarney até o fim de seu governo, conduzindo uma política morna durante mais de três anos. Ainda assim, encorajou o início das conversações sobre o MERCOSUL, cuja conveniência para o Brasil, a longo prazo, continua a ser motivo para dúvidas. Lembro que as primeiras iniciativas de integração, a ALALC, de 1960, e a ALADI, de 1980, não obtiveram sucesso. O próprio presidente Sarney foi o orador na Assembléia Geral da ONU de 1985.

Após a abertura democrática, nossa política exter-

na teve de encolher-se bastante, em consequência dos problemas criados pela dívida externa, embora os motivos das divergências com os credores europeus e dos EUA fossem diferentes. A declaração unilateral da moratória, os protestos provocados pela divulgação internacional das queimadas na Amazônia, a morte de Chico Mendes, puseram o Brasil na defensiva e isso afetou nossa atuação diplomática. Felizmente, pouco a pouco, a dívida foi sendo negociada e foi possível virar essa triste página. Continuaram porém as questões pendentes de pirataria da propriedade intelectual: a informática, CDs, vídeos, enfim, patentes em geral, sobretudo do setor dos produtos farmacêuticos. Mas o governo brasileiro combateu eficazmente essas violações das regras do jogo internacionais e, em 1996, foi afinal aprovada uma satisfatória lei de patentes. O presidente Collor de Melo soube contornar habilmente as questões ecológicas com o auxílio do Itamaraty, convocando para o Rio de Janeiro a grande conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentado e ecologia, a ECO-92, que

foi um indiscutível sucesso internacional. Persistem, porém, os problemas da chamada "cláusula social", que nos poderão ainda criar confrontações delicadas na Organização Mundial do Comércio.

Fernando Collor tentou impregnar modernidade em nossa política externa, aproveitando o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim. O jurista Francisco Rezek foi seu chanceler por ano e meio, mas pouco se distinguiu, embora o Itamaraty tenha brilhado na organização da ECO-92. Seu sucessor foi o cientista político paulista Celso Lafer, que deu prioridade a uma política exterior voltada para a nova ordem mundial, com ênfase nos assuntos econômicos e comerciais. Lafer esteve no cargo apenas seis meses.

Com a renúncia de Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que convidou para seu chanceler o senador Fernando Henrique Cardoso. Estabeleceu ele relações diplomáticas com algumas das novas repúblicas que se desprenderam da União Soviética e deu impulso às relações bilaterais com os países vizinhos, com vistas à entrada em vigor do MERCOSUL.

Mas Cardoso poucos meses esteve à frente do Itamaraty e, ao ser nomeado Ministro da Fazenda, passou a pasta a seu Secretário-Geral, o diplomata santista Celso Amorim, que teve positiva atuação ao organizar uma ofensiva diplomático-comercial no Extremo Oriente, que conhecia bem. Como chanceler brasileiro, Amorim visitou os chamados Tigres Asiáticos, além da China e Japão, com boas perspectivas comerciais para o futuro. Menos feliz foi seu apoio reiterado a Fidel Castro em reuniões interamericanas.

Em janeiro de 1995, entrou em vigor o MERCOSUL e assumiu a presidência da República o senador Fernando Henrique Cardoso, que nomeou chanceler o competente diplomata Luis Felipe Lampreia, ex-assessor de Azeredo da Silveira. E o presidente inaugurou uma espécie de diplomacia presidencial, que parece estar dando bons resultados, graças ao seu carisma pessoal, preparo intelectual e fluência no manejo de vários idiomas. No artigo do ministro Lampreia na "Folha de São Paulo" (28/01/96), sobre um projeto de política externa, identificam-se facilmente as seguin-

tes prioridades do Itamaraty até o fim do atual governo: renovar e revitalizar nossas principais parcerias externas e aprofundar novas e importantes parcerias com a China, Índia e África do Sul. Afirmou o chanceler que vamos intensificar nossa política asiática e explorar as oportunidades que surgirem na África. No entanto, tenho pouco entusiasmo pelo recente envio de tropas brasileiras a Angola, decisão a que vários presidentes se esquivaram acertadamente. Ao bilateralismo clássico, que estamos ativando com a chamada diplomacia presidencial, soma-se o intenso multilateralismo dos anos 90. A Organização Mundial do Comércio será palco de intensa atividade de defesa dos nossos interesses comerciais, e a integração hemisférica é área prioritária da diplomacia multilateral brasileira. Aumentaria assim o peso específico e a presença internacional do Brasil.

Em 1996, foi finalmente assinada a criação da Comunidade Afro-luso-brasileira, em sessão realizada em Lisboa com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante a visita que o chanceler Lampreia fez aos EUA, em setembro

de 1996, foram realizadas negociações com vistas ao processo de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No entanto, é postura do Itamaraty completar, em primeiro lugar, a integração da América do Sul, que está progredindo satisfatoriamente. Aliás, o Brasil será o país sede, em Belo Horizonte, em 1997, de uma reunião ministerial hemisférica que deverá definir as condições para a estruturação da ALCA, que parece interessar bastante às autoridades comerciais norte-americanas. Infelizmente, a nova lei Helms-Burton prevê represálias contra as empresas estrangeiras que operam em Cuba, em antigas propriedades expropriadas por Fidel Castro. A União Européia e o Canadá já deram entrada na Organização Mundial do Comércio de uma queixa formal contra os EUA. O Brasil tem apenas a empresa Sousa Cruz, que pertence à British Tobacco, a qual construiu fábrica em Cuba e pode ficar vulnerável a medidas repressivas. No discurso inaugural da Assem-

bléia Geral da ONU de 1996, Luiz Felipe Lampreia manifestou seu desagrado contra a Lei Helms-Burton, esclarecendo porém que *a atitude do Brasil não é de apoio a Cuba, Líbia e Irã, mas de repúdio ao princípio ilegal da ação extraterritorial dessas leis*. Fernando Henrique reiterou essa posição na reunião de cúpula latino-americana em Viña del Mar, em novembro. O Itamaraty continua empenhado em obter a eleição do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e se prepara para a próxima UNCTAD, em 1997, que o Brasil terá o privilégio de dirigir na pessoa do experiente diplomata Rubens Ricupero, como Secretário-Geral da Conferência.

Finalizando, podemos concluir que, nestes 50 anos, o Brasil teve uma política externa bastante oscilante. Se no século passado ficamos à mercê dos ingleses, depois da 2ª Guerra Mundial estivemos espremidos entre a rivalidade russo-americana. Se, de 1945 a 1960, nossa política externa

foi moderada e tímida devido à Guerra Fria, já de 1961 a 1964 ela foi demasiado ousada e irrealista com Jânio Quadros e João Goulart. Nos primeiros anos do regime militar esteve também por demais alinhada aos Estados Unidos da América, mas nos governos Médici, Geisel e Figueiredo prevaleceu a experiência e o bom senso do Itamaraty, em busca de uma maior autonomia internacional sem confrontações. Com a volta da democracia em 1985, nossa política externa foi seriamente perturbada pela moratória unilateral e pela negociação da dívida externa. Com o fim da polarização internacional, a nova ordem mundial deverá dar aos nossos diplomatas maior independência para empreender uma política mais enérgica de promoção dos interesses comerciais brasileiros. A experiência internacional do atual presidente da República e sua vivência como chanceler certamente facilitarão as atividades do Itamaraty na direção das grandes metas históricas de nossa política internacional.

A Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar entre as 1ª E 2ª Guerras Mundiais¹

Guaracy Albano Freire Leal*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

A arte da guerra vem evoluindo desde a época em que os homens se organizaram em grupos, e os interesses desses grupos se confrontaram em sentidos contraditórios, levando-os ao último recurso para atendê-los: a guerra. O pensamento militar também vem evoluindo, desde que surgiu a primeira organização grupal na qual

se pôde notar algum aspecto militar.

A guerra está intimamente ligada à política e à economia.² Será tratada como arte a partir do momento em que os homens que a conduzem a integrem com a sua criatividade; vinculando-a a determinados princípios e leis, passa a ser tratada como ciência.

O pensamento militar está representado pelo modo como os chefes vêem a guerra.

A maneira como os chefes militares encaram a preparação e a execução da guerra em determinados períodos, ou fases, está representada pela Estratégia Militar e Operacional, a qual é gerada pela Concepção das Operações e os Princípios de Guerra.

Abordados o significado de arte da guerra e do pensamento militar, passaremos a considerar a evolução desses dois aspectos no período entre as 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

Para estudar a evolução de alguma idéia, teoria ou pensamento, é necessário haver um ponto-de-partida. Este será a 1ª Guerra Mundial, de onde, com base nos parâmetros da arte da guerra e do pensamento militar da época, será possível apreciar como eles evoluíram entre as duas guerras.

A ARTE DA GUERRA NA 1ª GUERRA MUNDIAL

Conflito de grandes proporções, a 1ª Guerra Mun-

tenente-coronel de Artilharia e Estado-Maior.

Selecionado pelo PADECEME.

O Estado moderno, a força militar e a força econômica são necessárias, estando ambas sutilmente equilibradas - Montgomery, *História da Arte da Guerra*.

O poderio militar tem por base o potencial econômico, verdade que muito frequentemente é esquecida - Liddel Hart, *Estratégia*.

dial teve, como palco, entre 1914 e 1918, o território europeu e, como principais envolvidos, de um lado, a Alemanha, a Áustria, a Hungria, a Turquia e a Bulgária e, do outro, a Inglaterra, a Sérvia, a Romênia, a França e a Rússia.

A vitória desses últimos trouxe contribuições notáveis à evolução da Arte da Guerra, com a incorporação dos fatos e conceitos considerados nos tópicos seguintes:

• *Preponderância dos Fatores Econômicos na Guerra* – O aumento dos efetivos, em comparação aos das guerras anteriores, fez com que as nações beligerantes passassem a ter que possuir avultados recursos econômicos. Ao mesmo tempo, a sofisticação e a grande quantidade de material bélico empregado nos conflitos passaram a exigir, dos confrontantes, a existência de modernos parques industriais.

• *Aparecimento do Carro de Combate* – Como consequência do desenvolvimento adequado do motor de combustão interna e do incremento do uso da arma automática nos campos-de-batalha, surgiu o carro de combate (CC), com a finali-

dade de levar o fogo a curta distância das posições inimigas e romper as posições de defesa, organizadas em largura e profundidade, com metralhadoras e obstáculos de arame farpado.

• *Concepção da Guerra de Movimento* – Os deslocamentos táticos, como complemento do planejamento estratégico, através de eixos ferroviários, possibilitariam a concentração e a reunião dos meios para uma batalha decisiva. Desse modo, a procura do local e do momento apropriados para o desenlace de um golpe fatal sobre o adversário passou a ser a tônica dos estrategistas, que buscavam, então, os grandes movimentos e a ofensiva.

• *Filosofia sobre o Uso da Ofensiva* – A filosofia dominante, no que tange à arte bélica, passou a ser a ofensiva. Segundo o marechal francês Foch, *fazer a guerra significava sempre atacar*. A defensiva seria situação momentânea, apenas para poder ganhar forças e passar à ofensiva.

Anacronicamente, pelo fato do uso constante da ação direta, materializada em cerradas formações de Infantaria, apoiadas por Artilharia, avançando sobre

terras de ninguém, provocou perdas humanas elevadas. Como consequência direta, a estabilização das frentes tornou-se quase que permanente, determinando o imobilismo da grande massa dos exércitos no principal teatro-de-operações, o da Europa Ocidental. O terreno, os cursos de água e as fortificações tiveram então seu emprego valorizado.

• *Uso da Guerra Bacteriológica e Emprego em Massa dos Gases de Combate e do Lança-Chamas* – O desenvolvimento das técnicas laboratoriais e da indústria química propiciou o uso da guerra bacteriológica, dos gases de combate e do lança-chamas. Mais tarde, de comum acordo, os povos decidiram-se pela desativação do seu uso para fins de combate.

• *Utilização das Metralhadoras, das Granadas de Mão e das Redes de Arame Farpado* – As metralhadoras, surgidas na Guerra da Secessão Americana, foram usadas também na guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e tiveram largo emprego a difusão na 1ª Guerra Mundial. Dotadas de elevada cadência de tiro, passaram a ser o principal elemento no campo-de-batalha

(TO), e todas as técnicas de combate foram adaptadas e modificadas para aproveitá-las, ao máximo, a eficiência. As granadas de mão, surgidas no início do século, foram empregadas na guerra Russo-Japonesa (1904-1905); porém sua larga difusão ocorreu na 1ª Guerra Mundial. O arame farpado foi empregado como em nenhuma outra época da história. As frentes estabilizadas, com a consequente organização do terreno nas posições defensivas, levaram a que os obstáculos com ele construídos fossem usados em larga escala, com a finalidade de amortecer o avanço inimigo.

A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA ENTRE AS 1ª E 2ª GUERRAS MUNDIAIS

Ao término da 1ª Guerra Mundial, alguns conceitos vieram consolidar-se e confirmar-se.

À totalidade da conflagração, somar-se-ia o aspecto do internacionalismo, em função da dependência mútua entre os países, proporcionando alianças políticas, face a interesses comuns.³

Ao TO, acresceu-se a dimensão aérea, não mais estática, como a dos balões de observação na guerra Hispano-Americana (1898). O uso do avião como arma de reconhecimento, caça e bombardeio passou a ser uma realidade.

Da filosofia da ofensiva, que não se verificou durante a 1ª Guerra Mundial, surgiram os blocos que adotaram filosofias conflitantes, da ofensiva e da defensiva.

Sob esse enfoque, têm destaque a Alemanha e a França, respectivamente, como representantes, em campos opostos, da adoção das filosofias acima citadas. A primeira, como força emergente após a quase aniquilação de seu poder eco-

nômico e militar, em função do Tratado de Versalhes. A segunda, por vitoriosa na 1ª Guerra Mundial, galgava à posição de maior potência militar do mundo.

A Concepção Defensivista Francesa

Foi visto anteriormente que, apesar da filosofia da ofensiva, as ações defensivas foram predominantes durante a 1ª Guerra Mundial.

No interregno das duas Grandes Guerras, a França adotou um espírito eminentemente defensivo.

Dessa atitude, muitos puseram-se a indagar que motivos teriam levado a França a adotá-lo? Como resposta, levantam-se vários motivos, dos quais se destacam:

- a idade avançada e o espírito conservador dos generais do alto-comando, a maioria heróis da 1ª Grande Guerra, tais como Foch, Pétain, Wigan e Gamelin, que se obstinavam em defender as táticas por eles utilizadas, tornando-os cegos e avessos a quaisquer novos materiais e novas formas de emprego;⁴

- a grande depressão mundial que atingiu a França na década de 1930, obrigando a direção do Exército

³ Onde quer que eclodisse, interessava o mundo inteiro mais ou menos intensamente, enquanto que, no âmbito nacional peculiar aos contendores, não se limitava mais ao embate entre forças militares propriamente ditas — Magalhães, J. B., *Civilização, Guerras e Chefes Militares*.

⁴ Não só o Comandante Supremo, mas todos os outros generais que ocupavam postos importantes estavam velhos. O Exército Francês estava sendo dirigido por um singular grupo de *Matusaléns* — comentou destacado jornalista (...). E elas tinham-se agarrado a seus postos depois de 1918, impedindo a promoção de oficiais mais jovens, mais vigorosos e com novas perspectivas. — SCHINER, William L., *A Queda da França*, 1ª edição, página 204.

a tomar medidas restritivas de gastos com pessoal e material, acarretando a redução de efetivos e a diminuição da pesquisa e do desenvolvimento bélico;

- a crença generalizada, na França, de que a Europa estava cansada de guerras, que haviam massacrado sua mocidade e devastado grande parte de suas terras, fazendo difundir-se um espírito eminentemente pacifista no seio do povo, das autoridades e do Exército;⁵

- o fato de a Alemanha estar desarmada e a faixa da Renânia desmilitarizada produzia, nos franceses, um sentimento de segurança que fatalmente os conduziria a uma atitude defensiva;

- sentimento e atitude idênticos provocaria o fato de a França não mais possuir reivindicações territoriais, pois, após a 1ª Guerra Mundial, havia recuperado a re-

gião da Alsácia – Lorena.

A estratégia predominante, no mundo ocidental, era a direta, ou seja a oposição frontal, o confronto, o choque de forças.

A Concepção Eminentemente Ofensiva da Alemanha

Para que se possa entender a origem dessa concepção ofensiva, tem-se que retornar ao fim da 1ª Guerra Mundial, enfocando o Tratado de Versalhes. Este, que deveria ser um acordo de paz e que serviria para evitar a deflagração de novos conflitos, passou a constituir-se, na realidade, num instrumento de opressão sobre os países vencidos.

Vergado sob pesadas sanções, como perdas territoriais e da maioria de suas colônias, de indústrias e de fontes produtoras de matéria-prima, pagamento

de pesadas indenizações, além da vexaminosa imposição do desarmamento, o povo alemão só poderia nutrir sentimentos de vingança, que permitiriam aceitar o surgimento de um nacional-socialismo e a sujeição a um Adolf Hitler, com a idéia do *Reich de 1.000 anos*.⁶

A consequência lógica de todo esse mosaico seria o rearmamento e o ressurgimento do espírito belicoso e ofensivo, que caracterizariam a evolução da arte da guerra alemã entre as 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

A necessidade da reconquista de territórios e de alargamento do espaço vital (teoria nazista do espaço vital) fatalmente conduziria os alemães à busca de uma guerra de movimento eminentemente ofensiva, à base de mobilidade, rapidez e surpresa. Com isso, passariam a explorar os princípios de guerra de massa, mobilidade, flexibilidade, surpresa, manobra e ofensiva, já há algum tempo ausentes dos campos-de-batalha.

Entre os alemães, a predominância da ação indireta era a constância de sua estratégia, fruto da experiência adquirida na Espanha e

⁵ Terminamos a guerra com 1.500.000 mortos – 4% de nossa população em 1914 (38 milhões), enquanto a Alemanha, que tinha sido derrotada em duas frentes, perdera 1.700.000 homens, ou seja, 3% de sua população total (57 milhões, em 1914). – SCHINER, William L., *A Queda da França*, página 24.

⁶ Eu vos direi como será a futura ordem social: haverá uma classe de senhores, das mais diversas origens, recrutada no combate, e assim terá sua justificação histórica. Haverá uma multidão de partidários, classificados hierarquicamente, que formará as novas classes médias. E haverá as multidões anônimas, a coletividade dos servidores. E, por fim, a classe dos estrangeiros conquistados, a que chamaremos modernos escravos – A. Hitler – ALAN WYKES – História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial – Vol. 2 – Líderes.

das técnicas de guerra utilizadas por Gengis-Cã.⁷

Os movimentos frontais seriam apenas um blefe, cabendo a ação principal aos movimentos desencadeados à retaguarda e nos flancos.

O PENSAMENTO MILITAR NA 1ª GUERRA MUNDIAL

No final do primeiro quartel do século XX, as forças combatentes, com grandes efetivos, amarravam seus deslocamentos pelas ferrovias, o que propiciava ao inimigo, através de seus reconhecimento, identificar a frente a ser atacada e atacar, então, o maior proveito das formas de combate defensivo, aperfeiçoando-se no combate de trincheiras.

Com a valorização das ações defensivas, avultaram de importância as técnicas de organização do terreno,

as construções de abrigo, o emprego de obstáculos de arame farpado e o fogo sobre o movimento.

Como consequência imediata, verificou-se o prolongamento exagerado dos combates.

Para evitar tal fato haveria, então, a necessidade de valorizar a ofensiva e aumentar a impulsão do ataque. Para isso, a velocidade de ataque deveria ser aumentada, para evitar que a reserva inimiga tivesse tempo de ser empregada, e as formações deveriam diluir-se, pois a concentração de tropas favorecia o emprego do fuzil-metralhador (FM), largamente usado na 1ª Guerra Mundial.

Para combater a idéia do adensamento das tropas, surgiram a mentalidade do emprego do grupo-de-combate (GC), da técnica de in-

filtração, criada pelo general alemão Lunderdorf, e do combinado fogo e movimento. O fuzil-metralhador passou a fazer parte do grupo de combate, na esquadra de tiro.

Para tornar mais veloz o ataque e assegurar a manutenção da impulsão, com a consequente ruptura das posições defensivas inimigas, fez uso do gás e dos carros de combate, esses últimos como arma de apoio e complementar à Infantaria. À combinação da velocidade, da manutenção da impulsão e da infiltração, juntou-se o princípio da surpresa.

Apesar das inovações, já ao final da 1ª Guerra Mundial, os resultados ainda não foram da magnitude que poderiam ser. Faltaram maior mobilidade das reservas, para aproveitar as penetrações, e melhor aporte logístico. Eles viriam no decorrer do tempo, no período entre os dois grandes conflitos mundiais.

119

Sua tática de guerra começava sempre com um duplo D: desmoralização e desorganização. E, acima de tudo, a guerra devia ser feita pela sugestão, por palavras, ao invés de projéteis.

Assim como no passado fora usado o bombardeio de Artilharia para esmagar as defesas inimigas antes do ataque da Infantaria, no futuro seria empregado um bombardeio moral. Todos os tipos de munição seriam utilizados e, especialmente, a propaganda revolucionária.

A finalidade da guerra era a capitulação do inimigo. Se a sua capacidade de resistência pudesse ser anulada, o morticínio tornava-se inútil, além de ser um modo desagradável e dispendioso de atingir o objetivo. A ação indireta de injetar germes no corpo do adversário para contaminar a sua vontade apresentava melhores perspectivas de sucesso.

Esta era a teoria de guerra de Hitler, incluindo o emprego de armas psicológicas – UDDER HART, *Estratégia* (286).

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR ENTRE AS 1ª E 2ª GUERRAS MUNDIAIS

Durante as duas décadas de intervalo entre os dois grandes conflitos globais,

vários países preocuparam-se com a evolução do pensamento militar. Muitos não passaram de ligeiros ensaios, enquanto outros destacaram-se dos demais.

A Inglaterra, França e os Estados Unidos (EUA), principais formadores da coligação vitoriosa, buscaram a compatibilização das despesas com as necessidades da administração e da defesa de suas terras e de suas colônias.

Os EUA voltaram-se para o Pacífico e a Inglaterra remeteu suas melhores unidades para a Índia e o Egito. À França sobrou o controle da Europa.

A Rússia encontrava-se às voltas com a consolidação de sua revolução, de 1917.

O Japão, como potência emergente na Ásia Oriental, viria mais tarde a optar pela solução bélica para seus problemas.

A Alemanha, derrotada, alimentava idéias revan-chistas, revendo conceitos doutrinários e táticos, na busca de mobilizar suas potencialidades e ressurgir como potência mundial.

Foi nesse período que se destacaram entre os demais, o pensamento alemão – o arrojado, e o francês – o cauteloso.

Novamente, passaremos a focar, com maior precisão, esses dois povos, o alemão e o francês, visto terem adotado inovações conflitantes. Estavam em confronto, mais uma vez, os dilemas da ofensiva e da defensiva.

Com maiores dificuldades econômicas do que seus países limítrofes, os franceses não investiram muito no desenvolvimento de técnicas ofensivas. Grande ênfase foi dada à defensiva, na convicção de que o ataque inimigo seria detido junto à rocha das posições de defesa.

O Uso do Carro de Combate

A arma blindada seria vista, por franceses e alemães, de modo diverso.

Para que se possa bem firmar o que o Exército Francês pensava a respeito do emprego do CC, basta que o estudioso se debruce sobre o manual gaulês *Instruções de Emprego de Tanques*, de 1930. Disponha ele o seguinte:

Os tanques são máquinas destinadas a acompanhar a Infantaria (...). Na batalha, as unidades de tanque constituem-se em parte integrante da Infantaria

(...). Os tanques são apenas meios suplementares postos temporariamente à disposição da Infantaria. Reforçam consideravelmente a ação desta, mas não a substituem. Sua ação, para ser eficiente, deve ser aproveitada pela Infantaria, no momento de impacto. Somente o avanço da Infantaria e a conquista por ela, dos objetivos são decisivos.

O alto-comando do Exército Francês arraigou-se a essa doutrina desprezando as idéias inovadoras de seus componentes.

Bem diverso era o pensamento militar alemão e sua doutrina ofensiva poderia ser assim sintetizada:

... transpor com o elemento de choque, no menor tempo e o menos vulnerável possível, a zona de fogo inimiga e buscar, no dispositivo adversário, os pontos fracos onde deveriam ser concentrados os esforços, fim de obter a ruptura.

Vê-se, assim, a importância que era dada, pelo alemão, à surpresa, à rapidez à massa.

Para enfatizar a atitude ousada, intrépida e agressiva que dominava o pen-

mento militar alemão, tomase, como exemplo, a atuação de suas forças blindadas conforme preconizado nos regulamentos da época:

A tática do exército alemão é uma adaptação ousada, à base de audácia e de rapidez, das concepções militares tradicionais e permanentes que lhe são próprias, aos progressos técnicos do armamento e do motor e às necessidades tiradas da experiência de guerra no que concerne aos efeitos do fogo.

O desenvolvimento sadio da arma blindada só será possível se lhe derem ar e luz. Nada se poderá esperar dela se ficar a serviço de suas irmãs, a infantaria e a cavalaria. Suas primas saberão velar por ela, invejosamente, para que continue fraca e pequena, só utilizável em seus proveitos.

Onde houver flanco na guerra, nenhum carro de combate deverá ser posto em linha em ataques frontais. O seu emprego deverá ser feito em massa, com rapidez e grande raio de ação na mesma direção ou noutra de ataque da infantaria.

Dessa mentalidade inovadora surgiram, à época,

revolucionárias técnicas de emprego da tecnologia que tinham às mãos, como o processo do "Schwerpunkt", que significa seguir a linha de menor resistência, obtendo a superioridade local no campo-de-batalha, o processo de "Aufrollen", que visava a obter a ruptura num ponto da frente e o envolvimento interior das alas inimigas nos flancos da ruptura, e o emprego do combinado CC – aviação, espinha dorsal da Blitzkrieg.

O Uso do Avião e da Artilharia Antiaérea

O que aconteceu com o modo de emprego do CC, também ocorreu com o do avião.

O conservadorismo e os dogmas dos generais e do alto comando francês fatalmente levariam a aviação à estagnação.

Assim, no período entre guerras, além de os aviões franceses permanecerem, em número e qualidade, inferiores aos alemães, o pensamento gaulês limitava-se a admitir o emprego da aviação como responsável pelos reconhecimentos aéreos, condução de tiro de artilharia, e bombardeio de campos de aviação e concentração de tropas inimi-

gas, à retaguarda das linhas de combate.

Não passava pelo pensamento francês, à época, que a aviação poderia tomar parte das batalhas, quando ocorridas no solo, ou numa batalha aérea (avião contra avião). Nem mesmo o emprego do conjunto blindado-avião era cogitado.

Coerente com suas idéias, os franceses deixaram de desenvolver uma artilharia adequada, que pudesse atuar contra o emprego mais arrojado da aviação e que fosse capaz de acompanhar a tropa nos campos-de-batalha.

Face a esses fatos, por diversas vezes suas tropas ficaram à mercê das fulminantes sortidas da LUFTWAFFE.

O Confronto entre os Pensamentos Defensivos e os Ofensivos

O alto comando do Exército francês, por razões culturais anteriormente enunciadas, sofreu grande influência da estratégia e das táticas empregadas na 1ª Guerra Mundial.

A partir dessas influências, estabeleceu a premissa de que, caso houvesse outra guerra, caberia às forças terrestres estabelecer uma li-

na defensiva ao longo da fronteira, evitando, a todo o custo, penetrações que, caso se concretizassem, seriam rechaçadas por contra-ataques desencadeados pela Infantaria, auxiliada por CC.⁸

Detendo o avanço do inimigo, teria o país condições de realizar a mobilização de suas reservas e, tão logo o adversário estivesse desgastado, de partir para a ofensiva, procurando sempre manter o "front" numa linha contínua.

Desse modo, os militares de altas patentes da França não encaravam a defensiva como uma situação temporária, onde se aguardava por momentos em que, sob melhores condições, passar-se-ia à ofensiva. Entendiam,

sob outras palavras, o que nos dias de hoje poder-se-ia dizer – "somente a defensiva conduz à vitória".

Houve uma inversão de papéis. As barreiras naturais e artificiais que deveriam, na defensiva, permitir a economia de meios para serem carregados para uma ação ofensiva, passaram a ter papel principal e único: deter o inimigo e esgotá-lo, possibilitando sua destruição. A defensiva, que deveria ser um meio, passou a ser fim.⁹

A Linha Maginot, gigantesca fortificação armada, apesar de considerada intransponível, possuía pontos fracos: cobria apenas parte da fronteira com a Alemanha, deixando a da Bélgica e da Suíça desguarnecidas, e não apresentava

aprofundamentos. Mesmo com essas vulnerabilidades e deficiências, inspirou, no povo francês, um sentimento de segurança e proteção que, mais tarde, como se viu, foi frustrado.

Foi dentro desse sonho de segurança e proteção total e do pensamento eminentemente defensivo que a França foi derrotada em apenas cinco semanas de 1940, pelo seu vizinho, a Alemanha.

Já quanto aos alemães, para atingirem seus objetivos táticos e estratégicos, só a ofensiva interessava.

Mesmo quando em operações defensivas, os alemães apresentavam ações ofensivas, seja contra-atacando para restabelecer uma posição submergida, seja empregando a defesa móvel em escalões mais elevados.

Quanto à ofensiva, raciocinavam de forma diferente em relação ao pensamento francês. Não usavam o CC como força de acompanhamento à Infantaria, nem elegiam um objetivo intermediário onde eram tomadas atitudes de defesa.

Suas ações ofensivas eram rápidas e profundas, buscando romper as linhas de defesa inimigas e cortar as vias de suprimento e co-

⁸ A obsessão do Alto Comando Francês pela defensiva e seu corolário, "a frente contínua", parecia bastante lógica. Baseava-se na sólida experiência da guerra de 1914 e 1918, durante a qual os franceses, juntamente com seus aliados, haviam defendido com êxito o país e esgotado os invasores, que depois expulsaram.

A frente continua fora mantida. Tinha sido rompida pelos alemães, mas as brechas foram sempre reparadas. Houvera grandes penetrações, mas afinal não foram desastrosas. WILLIAM SCHINER – *A Queda da França*, 1º volume, página 215.

⁹ Na verdade, a ideia da ofensiva não fora condenada, mas tínhamos de reconhecer que se formara um ideal remoto. É isso que encontramos na "Instrução para Emprego Tático das Grandes Unidades" (IGT), redigida, em 1936, por uma comissão de onze generais, sob a presidência do General Georges. Representava, para o nosso Exército, a "Lei e os Profetas". Li-se no artigo 108: "A ofensiva é o modo de ação por excelência. Somente ela permite a obtenção de resultados decisivos". Todavia a ressalva não tardaria.

A ofensiva exige superioridade inicial. Desde que não estivessemos certos de possuí-la, e jamais estivermos, deveríamos permanecer na defensiva. GOUTARD, A., *A Guerra das Ocasões Perdidas*, pag. 28.

municações, usando para isso uma força composta por carros de combate e Infantaria motorizada como acompanhamento.¹⁰

Com esses pensamentos, que são válidos até hoje, empregando os blindados apoiados convenientemente pela Artilharia, Infantaria e Aviação, as forças armadas alemãs surpreenderam o mundo com suas vitórias rápidas sobre a Polônia, Tchecoslováquia e França, e destruíram de vez a França da posição de mestre em assuntos bélicos, conquistada após a 1ª Guerra Mundial.

CONCLUSÃO

Tendo a 1ª Guerra Mundial como ponto de partida e, como final, a 2ª Guerra

Mundial, pode-se notar que a arte da guerra e o pensamento militar em muito evoluíram.

Ao ser introduzido o fuzil-metralhador nos campos-de-batalha, foi dado o comando inicial de um processo evolutivo de grande velocidade. Esse armamento, quando usado nos sistemas defensivos, tornava-os quase inconquistáveis. Para opor-se a ele, surgiu a blindagem. Apondo-se a esta um motor e um armamento de grosso calibre, fez-se surgir o CC. Com ele se pôde levar o mais à frente possível a máxima potência de fogo com a devida proteção.

O aperfeiçoamento da técnica de tiro e da qualidade do material de Artilharia;

a evolução do material de Comunicações; e, o aumento da cadência de tiro, assim como do alcance do armamento em geral, permitiram que os combates pudessem ter maior mobilidade e amplitude.

Surgiram novas táticas para o emprego dos novos materiais. As estratégias não mais visavam ao aniquilamento físico do oponente e, sim, à destruição de sua capacidade ou vontade de lutar, cortando-lhe as ligações com a infra-estrutura que o apoiava. Mais uma vez, se enfatiza a necessidade do aumento da amplitude do combate, desta feita em profundidade.

Emergiu o confronto das filosofias da defensiva e ofensiva.

Princípios de Guerra, tais como o da surpresa, da mobilidade, da rapidez, da flexibilidade e da massa foram reerguidos, visto terem sido abandonados havia muito.

A flexibilidade e a mobilidade foram evidenciados com os combinados Infantaria-CC e Aviação-CC.

As técnicas e táticas usadas ao final do 2º quartel do século XX ainda estão válidas, foram copiadas e estão sendo aperfeiçoadas.

¹⁰ *Blitzkrieg, a Guerra-relâmpago, foi o nome dado pelos alemães à sua nova técnica de campanha. O nome, ao contrário do que se julga, não se deveria à rapidez das operações; a velocidade atingida, tanto na Polônia como na França, foi fator que surpreendeu aos próprios alemães. A tese central era a busca de brechas, com penetração profunda e ramificações de tais penetrações para estendê-las e buscar objetivos, como sucede o relâmpago.*

A teoria inicial deve-se ao então Ten. Cel. Fuller, teórico militar britânico, imaginada em 1917, e por ele chamada - técnica da água que se espalha e que busca brechas e trajetos de menor resistência. A teoria foi expandida e codificada pelo Cap. Liddel Hart, com a aplicação de fortes formações blindadas, como cunhas de penetração e apoio aéreo tático imediato e constante, substituindo a artilharia, tudo sem aguardar a consolidação dos ganhos, explorando ao máximo a surpresa e a penetração com rompimento de comunicações e linhas de abastecimento em profundidade.

Coube ao Gen. Guderian a criação das DB - Panzer alemãs, desde 1935, seguindo estes conceitos e aplicando os ensinamentos de Liddel Hart, desprezados como fanáticos pelos Altos Comandos britânico e francês. ALAN WYKES, *História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial* (157).

Os povos e nações que souberem estudar o passado e aplicar o conhecimento já obtido por outros, em novas situações, de modo racional e lógico, ficarão senhores da situação face aos demais. Aqueles que, ao contrário, não o fizerem, ficarão a reboque e serão subjugados.

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS – “Pensamentos do Campo de Batalha”, Resende, RJ (AMAN), 1979.
- ECEME – 07II01 – “Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar” (Coletânea de notas suplementares), 1995.
- GOUTARD, Cel. A... – “A Guerra das Ocasões Perdidas”. Rio de Janeiro, Bibliex.
- GUDERIAN, Heins. – “Panzer Lider”, Rio de Janeiro, Bibliex, 1966.
- HART, Basil Henry Liddel. – “Estratégia, conceituação e emprego em 25 séculos”, Rio de Janeiro, Bibliex, 1966.
- HISTÓRIA DO SÉCULO 20. – Abril Cultural, 1914/1919, 1920/1938 e 1939/1945.
- MAGALHÃES, Cel. Ex. J. B.. – “Civilização, Guerra e Chefes Militares”, Rio de Janeiro, Bibliex, 1958.
- MOLD, Maj. Inf. Sérgio Kencis – Monografia sobre “A evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar, no período entre as 1ª e 2ª Guerras Mundiais e seus reflexos nas Forças Terrestres brasileiras”, 1983.
- MONTGOMERY, Marechal-de-campo, Sir Bernard Law. – “História del Arte de la Guerra”, Madrid, España (Aguillar, S.A. de Ediciones), 1969.
- WILLIAMS, Schier – “A Queda da França”, Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- WYKES, Alan. Hitler – “História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial – Líderes”, Vol. 2, Rio de Janeiro, Editora Renes Ltda., 1974.

A Marinha Portuguesa no Brasil (Conclusão)

Dino Willy Cozza

Conclusão de matéria publicada em A Defesa Nacional (2º trimestre de 1997)

OFICIAIS PORTUGUESES NO BRASIL

Conforme nos informa o Comandante Didio Iratim Afonso da Costa, da Marinha do Brasil, foram cerca de duzentos os Oficiais da Marinha Portuguesa que decidiram continuar a contribuir com a Marinha do Brasil, após sete de setembro de 1922. Desses apresento uma relação nominal, por ordem alfabética do sobrenome, ao final.

A título de ilustração, como exemplo, cito alguns sumos biográficos de portugueses, que honraram Por-

tugal alcançando o sucesso no Brasil. Sete alcançaram títulos nobiliárquicos.

Exerceram o cargo de Ministro da Marinha Diogo Jorge de Brito, em 1827, Miguel de Sousa Melo e Alvim, de 1828 a 1829 (este foi ainda Presidente das Províncias de Santa Catarina e de S. Paulo), Jacinto Roque de Sena Pereira, 1839 a 1840, e Joaquim José Inácio, de 1861 a 1862. Miguel José de Oliveira Pinto foi membro da Junta Governativa de S. Paulo, em 1821; Diogo Jorge de Brito foi Diretor dos Correios do Império, 1829, e Elizário Antônio dos Santos Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Francisco Miguel Pires, Antônio Joaquim de Sousa, José Gonçalves Vitória, José de Sousa

Corrêa e Marcos José Evangelista foram lentes da Academia de Marinha.

Alguns Oficiais da Marinha Portuguesa que se tornaram ilustres e ajudaram o desenvolvimento da Marinha Brasileira, em ordem alfabética do sobrenome:

AGUIAR, João Gomes de – Filho de Albino Gomes Guerra de Aguiar e D. Lúvia Teresa da Cunha, nasceu em Lisboa (10.11.1812). Aspirante a Guarda-Marinha (09.09.1828). Guarda-Marinha (19.12.1829). Segundo-Tenente (09.10.1832). Capitão-de-Mar-e-Guerra (12.04.1868). Chefe-de-Divisão (30.12.1877). Comandante do brigue “Cacique” (1837); escuna “Pelotas” (1838); corveta “Sete de

Abril" e brigue-escuna "Canopo" (1847); canhoneira "Campista" (1850). Serviu no Corpo de Fuzileiros Navais. Comandante da Divisão Naval no Pará e do Corpo de Imperiais Marinheiros. Reformado no posto de Chefe de Esquadra (20.07.1878). Faleceu em 1879. Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz e da Imperial Ordem da Rosa; medalha de prata das Operações do Rio da Prata.

ALCÂNTARA, Francisco Xavier de – Filho de Francisco Xavier de Alcântara e D. Teodora Joaquina Xavier, nasceu em Lisboa (30.05.1806). Nomeado Piloto em comissão, a bordo de navios de guerra (01.05.1824). Capitão-Tenente (23.07.1842). Capitão de Mar-e-Guerra (02.12.1857). Comandou o patacho "Argos", estacionado em Montevideu. Comandante da corveta "D. Januária" e vapor "Recife", desembarcando no Rio da Prata (1850), dos vapores "Maranhense", "Amazonas" e "Golfinho", e escuna "Guararapes" (1853). Inspetor do Arsenal de Marinha do Pará (1858). Comandante da Estação Naval de Mato Grosso (1859). Inspetor do Arsenal de Marinha da Bahia

(21.07.1860). Comandante da Estação Naval de Pernambuco (1861), e da Divisão Naval do 2º Distrito (até março de 1864), regressando à Corte e passando a comandar a Fragata "Constituição". Foi nomeado Oficial da Ordem Portuguesa da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito (18.10.1849), em atenção aos relevantes serviços prestados a Portugal por ocasião do desarmamento da nau portuguesa "Vasco da Gama". Foi-lhe conferida a Medalha de Ouro nº 1 da Campanha do Prata. Faleceu em 25.06.1865.

ALMEIDA, José Maria de – Aspirante a Guarda-Marinha (05.08.1788). Guarda-Marinha (11.08.1789). Segundo-Tenente (20.04.1792). Capitão-de-Mar-e-Guerra (27.07.1799). Chefe de Divisão (08.03.1808). Vice-Intendente da Marinha e Inspetor do Arsenal (26.10.1808). Chefe de Esquadra graduado (17.12.1815). Chefe de Esquadra efetivo (15.11.1817). Vice-Almirante graduado (03.05.1819) e efetivo (12.10.1823). Intendente da Marinha (de 1821 a 1828). Almirante graduado (29.08.1826), e efetivo (26.04.1828). Comandante do bergantim "Falcão" (1797).

Capitão de Bandeira a bordo da nau "Afonso" (1797). Comandante da fragata "Minerva" (1799). Passou para a nau "D. João de Castro", no Rio de Janeiro, até 1805. Comandante da nau "D. Henrique" (de 05.08.1806 a 25.06.1808). Faleceu em 23.11.1835.

ALVIM, Miguel de Sousa Melo – Filho de Antônio de Sousa Melo e Alvim e D. Maria Bárbara Anacleto Inácia Henriques, nasceu na vila de Cadaval (1784). Aspirante a Guarda-Marinha (24.03.1798). Guarda-Marinha (31.07.1798). Segundo-Tenente (15.08.1805). Capitão-de-Fragata graduado (04.07.1817), e efetivo (12.10.1817). Nomeado Intendente da Marinha em Santa Catarina, interinamente (1817). Capitão-de-Mar-e-Guerra (12.10.1823). Chefe-de-Divisão (12.10.1827). Vogal do Conselho Supremo Militar (02.06.1841). Intendente da Marinha da Corte (1828 e 1844). Nomeado para seguir para a Bahia e dali para a ilha de S. Tomé, a fim de assumir o comando do bergantim "Previdente" (1811). Comandante da escuna "Maria Teresa" (1812), dos bergantins "Bailão" (1814) e "Gaivota" (1815). Ministro de Estado

dos Negócios da Marinha (de 15.06.1828 a 04.12.1829). Presidente da Província de Santa Catarina (de 12.12.1829 a 05.05.1831). Reformado no posto de Chefe de Esquadra (28.07.1834). Encarregado do expediente do Quartel General da Marinha (1841). Nomeado Presidente da Província de S. Paulo (1841). Faleceu em 1866. Grande Dignitário da Imperial Ordem da Rosa. Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz. Medalha da Campanha Cisplatina. Comendador da Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito. Cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa.

BITENCOURT, Agnelo Petra de – Filho de Vitoriano Petra Bitencourt e D. Francisca da Conceição, nasceu em Lisboa (14.12.1803). Assentou praça na Brigada Real da Marinha (29.03.1811). Guarda-Marinha (14.12.1819). Capitão-de-Fragata (22.10.1836). Depois de haver embarcado em vários navios, comandou os briges “Real Pedro” e “Real João”, e escuna “Reino Unido” (1824); escuna “Itaparica” (1826); corveta “Maceió” (1827); brigue “Rio da Prata” (1828); fra-

gata “Isabel” (1829); brigue-barca “S. Cristóvão” (1831); brigue “Brasileiro” (1836); e corveta “2 de Julho” (1839). Faleceu, a bordo da corveta “2 de Julho”, da qual era comandante (26.02.1840).

BRITO, Diogo Jorge de – Filho de Teotônio José dos Santos e Brito e D. Ana Joaquina Rosa do Amaral e Brito, nasceu em Lisboa (1785). Aspirante a Guarda-Marinha (07.05.1796). Guarda-Marinha (08.04.1797). Segundo-Tenente (06.08.1800). Capitão-de-Mar-e-Guerra (29.08.1820). Chefe-de-Divisão (12.10.1823). Comandante da Companhia dos Guardas-Marinha (29.10.1823). Chefe de Esquadra (12.10.1827). Comandante do bergantim “Condessa de Rezende”, que se denominou depois “Vulcano” (1808). Comandante do bergantim “Mercúrio” (1809); da corveta “Aurora” (1810); da fragata “Leopoldina” e bergantim “Reino Unido” (1818); da corveta “Maria da Glória” (1819); da fragata “Real Carolina” (1822). Segundo Comandante da Esquadra do “Rio da Prata” (1825). Comandante da

Companhia de Guardas-Marinha (1826). Comandante da nau “Pedro I” (1826-1827). Comandante da Divisão Naval, a bordo da corveta “Paula” (1827). Ministro de Estado e Negócios da Marinha (de 20.11.1827 a 15.06.1828). Vogal do Conselho Superior Militar (12.10.1828). Diretor Geral dos Correios do Império (1829). Faleceu em 02.11.1830.

CARVALHO, Antônio Pedro de – Filho do Desembargador Antônio de Carvalho Fontes e D. Ana Angélica Pereira de Carvalho, nasceu em Portugal (1796). Praça (de 23.01.1819). Segundo-Tenente (13.05.1819). Capitão-de-Mar-e-Guerra (23.07.1842). Chefe-de-Divisão graduado (14.03.1847). Embarcou em diversos navios. Comandou o brigue “Januária”, no Rio da Prata (até 09.02.1827), dia em que foi feito prisioneiro. Comandante da Divisão Naval estacionada na Província do Pará (1837), e das Forças Navais em operações na Província do Rio Grande do Sul (1843). Intendente da Marinha em Pernambuco e Bahia. Inspetor dos Arsenais de Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul. Ajudante de Ordens do Ministro da Ma-

rinha e Encarregado do Quartel General (1841). Encarregado interino do Quartel General e Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte (1844). Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro.

COSTA, Desidério Manuel da – Sendo Piloto de navios mercantes, foi nomeado Segundo-Tenente (06.04.1797). Capitão-de-Fragata graduado (13.05.1818), efetivo (12.10.1823). Capitão-de-Mar-e-Guerra (12.10.1827). De 1797 a 1801, comandou os corsários "Corvo" e "Leão". Comandante do bergantim "Gavião" (1807); nau "Maria I" e charrua "Magnânimo" (1809); bergantim "Destemido" e corveta "Invencível" (1811); bergantim "Falcão" (1812); charrua "Príncipe Real" e fragata "Real Carolina" (1819); charrua "Lucônia" (1820); transporte "Ânimo Grande" (1823); nau "Pedro I" (1826). Ajudante de Ordens do Ministro de Estado da Repartição da Marinha (1824). Reformado no posto de Chefe-de-Divisão (16.10.1832). Faleceu em 07.02.1847.

COUTO, Antônio Leocádio do – Filho de José Joaquim do Couto e D. Catarina de Sena, nasceu em Lisboa. Aspirante a Guarda-

Marinha (19.04.1820). Guarda-Marinha (01.02.1821). Capitão-de-Mar-e-Guerra (14.03.1849). Chefe-de-Divisão (02.12.1854). De 1821 a 1824, embarcou na charrua "Oreste", corveta "Maria da Glória" e fragata "Tetis", e em outros navios no Rio da Prata. Comandante da barca "2 de Março" e escuna "Providência" (1826); paquete "9 de Janeiro" (1828); charrua "Jurujuba" (1831); escunas "União" (1832) e "Rio da Prata" (1835); corveta "Amazonas" (1842). Comandante das Forças estacionadas no Pará. Inspetor dos Arsenais de Marinha do Maranhão e Pará. Faleceu em 1866. Teve a Mercê do Hábito da Ordem de S. Bento de Aviz (03.11.1840), e foi nomeado Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (18.07.1841). Cavaleiro da Imperial Ordem Austríaca de Francisco José.

FARINHA, Manuel Antônio (Conde de Souzel) – Discípulo da Academia de Marinha, onde completou o Curso Matemático, embarcou como voluntário na fragata "Cisne" (03.06.1793). Segundo-Tenente (1793). Capitão-de-Mar-e-Guerra (1808). Chefe-de-Divisão, "em atenção à maneira com

que satisfez a honrosa comissão de que foi encarregado, do comando da Nau 'S. Sebastião', em que se transportaram à Espanha as Senhoras Infantas" (1816). Chefe de Esquadra graduado, "em atenção à maneira com que satisfez a honrosa comissão do comando da nau 'D. João VI' que transportou a esta Corte S. M. a Imperatriz" (1817). Chefe de Esquadra (1819). Major General da Armada (1821). Secretário de Estado dos Negócios da Marinha (1821-1822). Conselheiro do Conselho Superior Militar (1823). Vice-Almirante graduado (09.08.1824) e efetivo (29.05.1826). Almirante graduado (18.10.1829). Comandou a "Conde D. Henrique", assim como a fragata "Minerva" (1808). Comandante da nau "Afonso" (1811); da nau "S. Sebastião" (1815); da fragata "Pérola" e nau "D. João VI" (1817-1818). Comandante da Divisão que acompanhou SS. MM. II à Bahia (1826). Comandante da Divisão Naval destinada a transportar S. M. I. à Europa (1828-1829). Reformado (1832). Faleceu (27.05.1842).

FIGUEIREDO, Antônio Carlos Figueira de – Filho de Carlos Figueira de

Figueiredo e D. Ana Joaquina Freire Pedroso, nasceu em Lisboa (18.11.1807). Praça de Guarda-Marinha (18.11.1826). Capitão-de-Fragata (02.12.1856). Serviu em vários navios da Esquadra, tendo comandado os seguintes: paquete "Niger" (1832); corveta "Liberal" (1833); escuna "Rio da Prata" (1834); patachos "2 de Março" e "Januária" e brigue "Alcides" (1835); charrua "30 de Agosto"; escuna "Lindóia", na qual naufragou sobre o costão da fortaleza de Santa Cruz, ao sair do Rio (01.05.1838); galera "Flor do Rio Grande", em que viajou ao Rio Grande do Sul (1838); charrua "Cibele", na qual seguiu para o Pará e depois Maranhão, arribando à Guiana Francesa e regressando ao Maranhão (13.08.1839); transporte "Triunfo da Inveja" (1841). Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (1841). Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz (1846). Oficial da Ordem da Rosa (1849). Medalha de Ouro nº 1. Serviu na Esquadra do Rio da Prata e na Força Naval do Rio Grande do Sul. Comandou o brigue "Calíope", presente em Pernambuco quando da rebelião de 1849, o vapor "Gol-

finho" (de 1849 a 1853), e a barca "S. Salvador". Foi Capitão dos Portos das Alagoas (1859). Reformado no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra (23.06.1860).

FIGUEIREDO, Joaquim Manuel de Oliveira - Filho de Vicente José de Oliveira e D. Margarida Helícia Xandol, nasceu em Lisboa, 1805. Aspirante a Guarda-Marinha (20.11.1822). Guarda-Marinha (11.12.1823). Segundo-Tenente (09.08.1824). Capitão-de-Mar-e-Guerra (02.12.1854). Chefe de Divisão (02.12.1857). Chefe de Esquadra graduado (21.01.1867). Comandante do paquete "Atlanta" (1831); escuna "Bela Maria" (1835); patacho "Januária" (1837); fragata "Príncipe Imperial", como o Comandante do Corpo de Marinheiros nela aquartelado (1842). Fez viagem a bordo da fragata "Constituição" a Nápoles (1843). Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio Grande do Sul (1844). Passou a comandar a Divisão Naval do Rio Grande do Sul (1845). Membro do Conselho Naval (1860). Faleceu no Rio de Janeiro (1877). Foi concedida a este Oficial a pensão de meio soldo da patente de Primeiro-Tenen-

te, além do soldo que lhe competisse, enquanto vivo fosse, em atenção a ter sido ferido gravemente, em combate entre a corveta "Maceió", a cuja guarnição pertencia, e a flotilha inimiga da República de Buenos Aires, portando-se com bravura, tendo ficado sem o olho direito, perdendo ainda alguns dentes e parte da mandíbula inferior. Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, da Ordem de S. Bento de Aviz, da Ordem de Francisco I. Grande Dignitário da Imperial Ordem da Rosa.

FREITAS, Rodrigo Teodoro de - Filho de Antônio Rodrigo de Freitas e D. Anastácia Umbelina de Sousa, nasceu em Lisboa (09.11.1801). Aspirante a Guarda-Marinha (22.12.1810). Guarda-Marinha (14.12.1816). Segundo-Tenente (03.05.1819). Capitão-de-Mar-e-Guerra graduado (14.03.1847), efetivo (14.03.1849). Chefe-de-Divisão graduado (02.12.1854). Comandou as fragatas "Príncipe Imperial" e "Imperatriz", e escuna "Leopoldina". Foi Inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco. Reformado no posto de Chefe de Esquadra (01.03.1856). Faleceu

(1875). Oficial da Imperial Ordem da Rosa. Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz. Medalha da Guerra da Independência. Medalha da Divisão de Co-
operação da Boa Ordem.

GAMA, Paulo José da Silva (Barão de Bagé) – Porta-Bandeira no 2º Regimento da Armada (31.08.1763). Tenente-do-Mar (09.11.1768). Capitão-de-Mar-e-Guerra (28.09.1784). Chefe de Divisão (10.09.1795). Chefe de Esquadra graduado (05.06.1797), efetivo (24.06.1799). Vice-Almirante (13.05.1808). Almirante (13.05.1818). Comandante da fragata “Golfinho” e da nau de viagem para a Índia (1784); nau “Ajuda” (1785); fragatas “S. João Batista” (1787), “Graça” (1789), “Cisne” (1790), “Minerva” (1792), “Amazonas” (1798); nau “Princesa da Beira” (1798), e nau “Vasco”. Silva Gama foi Governador do Rio Grande de S. Pedro (1801); Conselheiro do Conselho Supremo Militar (1810); Governador e Capitão-General do Maranhão (1811). Faleceu em 22.03.1826.

GONZAGA, João Bernardino – Filho de José Henrique Ferreira e de D. Mariana Isabel Gonzaga, nasceu em Portugal (05.04.1781). Aspirante a Guarda-Mari-

nha (05.06.1793). Guarda-Marinha (06.05.1796). Segundo-Tenente (05.06.1797). Capitão-de-Mar-e-Guerra (12.10.1823). Chefe de Divisão (12.10.1827). Comandante da lancha “Guia” (1799); bergantim “Condessa de Rezende” (1808); barca “Artilheira nº 4” na Bahia (1811); bergantim “Princezinho” (1811); fragata “Real Carolina”, em Damão (1822), e “D. Francisca” (1827 a 1828). Intendente Geral da Marinha (1830 a 1831). Vogal do Conselho Supremo Militar. Reformado em Chefe de Esquadra (05.07.1843). Faleceu (15.06.1853).

GUEDES, Rodrigo Pinto (Barão do Rio da Prata) – Segundo filho de Rodrigo Pinto Guedes e de D. Maria da Silva Pereira, nasceu em Gradiz, distrito da Guarda, Portugal (17.07.1762). Assentou praça de soldado no Regimento de Marinha e foi reconhecido Cadete (07.09.1781). Guarda-Marinha (08.02.1782). Tenente-do-Mar (24.08.1786). Capitão-de-Mar-e-Guerra (20.10.1796). Chefe de Divisão (01.08.1797). Chefe de Esquadra graduado (15.08.1805), efetivo e Conselheiro Supranumerário do Conselho do Almi-

rantado (24.06.1807). Vice-Almirante (13.05.1808). Almirante (15.11.1817). Comandante das fragatas “Vênus” (1795), e “Tetis” (1797). Chefe da 2ª Divisão da Brigada Real da Marinha (1797). Embarcou na nau “Príncipe Real”, no cargo de Major General (1797). Comandante em Chefe da Esquadra do Rio da Prata (06.04.1826). Um Aviso ministerial (07.04.1829), ordenou que “fosse admitido a justificar, em Conselho de Guerra, a sua conduta no Comando em Chefe das Forças Navais no Rio da Prata; e, por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça (de 15.07.1829), se declarou que, longe de merecer a mais leve arguição, pelo contrário, pelos seus bons serviços, préstimo, zelo e ilibada honra, inteligência e perícia, com que se comportou naquela importante comissão, se fez digno, não só de inteira absolvição, como de ser reconhecido como benemérito do Estado e General do mais importante conceito e decidido préstimo”. Reformado no posto de Almirante (11.05.1832). Faleceu em Paris (13.06.1845). Era Grande Dignatário da Ordem da Rosa e Grã Cruz da de S. Bento de Aviz.

INÁCIO, Joaquim José (Visconde de Inhaúma) — Filho de José Vitarino e D. Maria Isabel, nasceu em Lisboa (30.07.1808). Aspirante a Guarda-Marinha (20.11.1822). Guarda-Marinha (11.12.1823). Segundo-Tenente (22.01.1825). Capitão-de-Mar-e-Guerra (10.1848). Chefe de Divisão (1853). Chefe de Esquadra (12.1856). Vice-Almirante (21.01.1867). Comandante da escuna "Constança", em que foi feito prisioneiro, seguindo para a Patagônia (07.03.1827); conseguindo escapar do inimigo, apresentou-se em Montevidéu (29.08.1827). A bordo da fragata "Niterói", seguiu para o Rio da Prata, assumindo aí o comando da escuna "Greenfell" (25.12.1827), desembarcando por desarmamento (17.06.1829). Comandante da fragata "Paraguassú" e escuna "União" (1832). Comandante da escuna "Jaguaripe". Comandante do brigue-barca "29 de Agosto", barca a vapor "Urânia" e Brigue "Constança" (1837). O Presidente da Província de Pernambuco recomendou à alta munificência do Governo Imperial "este oficial inteligente e de toda a confiança, pelos seus sentimentos de

adesão à ordem da Constituição do Império e pelos serviços que em prol de tais objetos prestou naquela Província, em diferentes comissões de que havia sido encarregado, como comandante do brigue "Constança". Inspetor do Arsenal de Marinha da Província de S. Pedro do Sul (1840-1844). Comandante da fragata "Constituição", fazendo nela a viagem com Suas Majestades Imperiais às Províncias do Sul (1845). Ficou comandando no porto de Santos, a Divisão Naval que acompanhou SS. MM. Imperiais, enquanto o respectivo Chefe de Esquadra, Comandante, viajava com o Imperador pelo interior da Província de S. Paulo. Comandou a fragata "Constituição" a Plymouth, para remodelação (1846 a 1847). Prestou importantes serviços em Pernambuco, durante o combate de 2 de fevereiro de 1849 contra os rebeldes. Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Capitão dos Portos da Corte e da Província do Rio de Janeiro. Ajudante de Ordens do Ministro e Encarregado do Quartel General da Marinha (1855). Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha

(1861 a 1862). Membro do Conselho Naval. Conselheiro de Guerra (1864). Comandante da Divisão Naval do 1º Distrito, em setembro de 1866, passou a comandar a Esquadra em operações contra o Paraguai (22.12.1866), substituindo o Almirante Tamandaré diante de Curuzú. A esquadra, sob o Comando em Chefe de Joaquim José Inácio realizou a sensacional Passagem de Humaitá (19.02.1868). Joaquim José Inácio foi galardoado com os seguintes títulos: Cavaleiro da Ordem de Cristo (1829); Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz (1844); Comendador da Imperial Ordem da Rosa (1845); Cavaleiro da Muito Nobre e Antiga Ordem Portuguesa da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (1854); Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial (1857); Comendador da Ordem de Cristo (1858), e da Ordem de Aviz (1860); Comendador da Legião de Honra (1860); Conselheiro de Guerra (1864); Grã Cruz da Ordem de Aviz (1867); Barão (1867), e Visconde (1868), de Inhaúma; Grã Cruz da Ordem da Rosa (1869). O Visconde de Inhaúma era pai do herói brasileiro, o Primeiro-Te-

nente da Armada Antônio Carlos de Mariz e Barros, comandante do "Tamarandaré". Faleceu (08.03.1869).

LAMARE, Rodrigo Antônio de - Guarda-Marinha (01.10.1785). Segundo-Tenente. Capitão-de-Mar-e-Guerra (08.03.1808). Chefe de Divisão graduado (15.11.1817), efetivo (13.08.1819). Chefe de Esquadra graduado (09.08.1824), efetivo (12.10.1827). Vogal do Conselho Supremo Militar (1828). Comandou o iate "S. Martinho", as fragatas "Tetis" e "Andorinha", naus "Vasco da Gama", "Conde D. Henrique", "Rainha", "Martim de Freitas", Fragata "União" e corveta "Maria da Glória" (1808 a 1822). Comandante do porto do Rio de Janeiro (1827). Reformado Vice-Almirante (04.08.1835).

LISBOA, Augusto Venceslau da Silva - Filho de José Venceslau da Silva Lisboa e D. Gertrudes Carlota Moreira, nasceu em Lisboa em 08.11.1803. Aspirante a Guarda-Marinha (11.09.1820). Guarda-Marinha (01.02.1821). Capitão-de-Mar-e-Guerra graduado (16.11.1859). Capitão-de-Mar-e-Guerra efetivo (02.12.1859). Comandou:

escuna "Catarina", a presa iate "Alegria" (1823); escunas "Providência" e "Liberdade do Sul" (1826); nau "Pedro I" e paquete "Imperial Pedro" (1830); paquete "Jacuripe" e barca a vapor "Correio Brasileiro" (1833). Augusto Venceslau da Silva Lisboa comandava a presa "Alegria", quando a tripulação se revoltou (29.08.1823), conduzindo-a ao porto de Viana, Portugal, onde ficou prisioneiro. Regressou ao Brasil, vindo de Lisboa (16.10.1824). Comandante da Escuna "Liberdade do Sul", entrou em combate no Rio da Prata (09.02.1827); ateando fogo em seu navio e seguindo prisioneiro para Montevideu, sendo novamente preso. Ajudante do Arsenal de Marinha (1837), e Intendente (1838). Tinha as condecorações do Hábito de Aviz (1840) e Oficial da Rosa (1800). Reformado a pedido, em 31.12.1861, no posto de Chefe de Divisão. Faleceu, no cargo de Capitão do Porto da Bahia (02.01.1867).

LOBO, Rodrigo José Ferreira - Segundo-Tenente (01.02.1791). Capitão-Tenente (20.10.1796). Capitão-de-Mar-e-Guerra (17.12.1806). Chefe de Di-

visão (08.03.1808). Chefe de Esquadra graduado (04.07.1817), e efetivo (15.11.1817). Vice-Almirante graduado (18.10.1829). De 1798 a 1808, comandou os bergantins "Lebre" e "Voador", as fragatas "Andorinha", "Princesa do Brasil", "S. João Príncipe" e "Minerva", e nau "Medusa". Comandante do bergantim "Lebre" (1809), em que foi assumir o comando da Esquadra portuguesa no Mediterrâneo. Seguiu para Lisboa, onde assumiu o comando da esquadra que lhe foi destinada, chefiando a Expedição a bordo da nau "Vasco". Comandante da Expedição do bloqueio de Pernambuco. Comandante da Esquadra do Rio da Prata, a bordo da fragata "Tetis" (1817). Comandante, novamente, da Esquadra do Rio da Prata (1825-1826). Reformado em Almirante efetivo (17.09.1833). Faleceu em 15.12.1843.

LOURENÇO, João Baptista - Completando o curso de Matemática na Academia de Marinha, embarcou como voluntário, na fragata "Minerva" (22.06.1799). Segundo-Tenente (15.08.1805). Capitão de Fragata, em consideração ao valor e intrepidez com que v

0. Chefe graduado efetivo e-Almirante (0.1829). Comandou "Febre" e "An- do Brancipe" e "Medu- do ber- (809), em comando guesa no guiu para miu o co- a que lhe fiando a o da nau dante da queio de mandante io da Pr- ata "Tetis" (04.02.1836).

nte, nova- ra do Rio (6). Refor- te efetivo leceu em

João Ba- do o curso Academia embarcou, na fragata (06.1799). e n e n e n e Capitão de deração ac- e com que

comandando o bergantim "Gaivota", se houve no combate com o Corsário "Atrevido do Sul", que pretendeu surpreendê-lo, não só repelindo o ataque como ainda o aprisionando (03.05.1819). Capitão-de-Mar-e-Guerra graduado (09.08.1824), e efetivo (12.10.1827). Chefe de Divisão graduado (18.10.1829). Comandante dos bergantins "Gaivota" (1813), e "Falcão" (1817); corveta "Maria da Glória" (1818); brigues "Reino Unido" (1819), e "Real Pedro" (1820); fragatas "Tetis", "União" (1821), e "Real Carolina" (1822); nau "Pedro I" (1823 e 1826); fragatas "Tetis", "Paraguassú" (1826), e "Príncipe Imperial" (1827). Faleceu (04.02.1836).

MAIA, José Inácio - Filho de Inácio Isidoro Maia e D. Bárbara Efigênia de Sousa, nasceu em Lisboa em 1780. Assentou praça, embarcando dois meses depois, como voluntário, na nau "D. Maria I" (23.07.1800). Segundo-Tenente (08.03.1808). Capitão-Tenente, em atenção à sua conduta no combate do bergantim "Gaivota" (22.01.1820). Capitão-de-Mar-e-Guerra (12.10.1827). Chefe de Divisão (11.09.1843). Coman-

dante da escuna "Afra" (de 1820 a 1821). Comandou as escunas "Leopoldina" e "Real" (1822). Comandou as fragatas "Niterói" e "Paraguassú" (1827). Nesse mesmo ano, passou a comandar a corveta "Maria Isabel", comando que deixou para assumir o da nau "Pedro I" (de 1828 a 1829). Ajudante de Ordens do Ministro da Repartição (1828). Comandante das Forças navais estacionadas no Rio da Prata. Nomeado para comandar a fragata "Constituição", que fazia parte da Divisão do Chefe Beaupaire, designada para ir à Europa (1842), deixando o Comando (1843). Reformado no posto de Chefe de Esquadra (1848). Faleceu (22.07.1848).

MARIATH, Frederico - Filho de Guilherme Mariath e D. Luiza Mariath, nasceu em Lisboa (21.11.1794). Assentou praça de Aspirante a Guarda-Marinha (18.03.1807). Guarda-Marinha (08.03.1808). Segundo-Tenente (17.12.1811). Capitão-de-Mar-e-Guerra (22.10.1836). Chefe de Divisão (02.12.1839). Chefe de Esquadra (02.12.1854). Vice-Almirante graduado (02.12.1856). Comandou o brigue "Real Pedro" (1824),

até que foi o referido brigue queimado pelo inimigo, na Colônia do Sacramento (1826). Comandou o brigue "Caboclo" e a corveta "Jurujuba" (1826). Comandou as Forças Navais estacionadas no porto da Colônia do Sacramento (1827-1828). Exerceu o cargo de Ajudante de Ordens do Ministro da Marinha e Encarregado do Expediente do Quartel General (1831). Comandou no Pará a Divisão naval (1836-1837). Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte. Comandante das Divisões Navais no Rio da Prata, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Reformado com a graduação de Almirante (1857). Faleceu (02.07.1863). Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e Medalha da Campanha Cisplatina. Grã Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz.

MELO, Antônio Félix Corrêa - Filho de José Corrêa de Melo e D. Maria Rita da Pena, nasceu em Lisboa (20.10.1803). Sendo Praticante de Piloto na corveta "Maria da Glória" (desde 02.12.1824), foi nomeado Segundo-Tenente em comissão (22.04.1825). Capitão-de-Mar-e-Guerra (02.12.1854). Chefe de Divisão (21.01.1867). Depois

de haver embarcado em vários navios, comandou os seguintes: fragata "Paraguassú" (1832); brigue "Imperial Pedro" (1835); corveta "Bertioga" (1838); corveta "2 de Julho", em Montevidéu; brigue "29 de Agosto" (1839); fragata "Paraguassú" (1843); brigue "Capibaribe" (1844). Serviu na Capitania do Porto do Rio de Janeiro (1846), e no Arsenal de Marinha da Corte (1847). Prestou relevante serviço à Marinha na sufocação da "Sabinada", na capital da Bahia, sendo então gravemente ferido. Prestou bons serviços na guerra do Paraguai. Reformado, a pedido, no posto de Chefe de Esquadra. Faleceu (17.07.1882). Condecorações: Comenda da Ordem de Cristo de Portugal (1865); Oficial da Legião de Honra (1865); Oficial da Ordem da Rosa (1866); da Real Ordem da Coroa da Prússia (1866); Comenda de S. Bento de Aviz (1867).

MELO, Fernando José de – Completando o curso de Matemática na Academia da Marinha, embarcou como voluntário na fragata "Vênus" (05.07.1800). Segundo - Tenente (13.05.1802). Capitão-de-Mar-e-Guerra (02.12.1828).

Comandante das corvetas "Invencível" (1811) e "Benjamin" (1815); brigues "Vulcano" (1812) e "Falcão" (1813); escuna "Real" e brigue "Glória" (1817); fragata "União" e brigue "Real Carolina" (1822). Fernando José de Melo naufragou na Fragata "Urânia", em Cabo Verde. Reformado no posto de Chefe de Divisão (05.01.1833). Faleceu em 14.08.1835.

MELO, João Henrique de Carvalho e – Nasceu em Lisboa (01.02.1805). Guarda-Marinha (1823). Segundo-Tenente (09.08.1824). Capitão-de-Mar-e-Guerra (03.03.1852). Chefe de Divisão (02.12.1834). Comandante do iate "29 de Agosto" (1826); fragata "Niterói" e barca "Greenfell" (1831); brigue "Beau-repaire" e fragata "Paulista" (1834); charrua "Carioca" e fragata "Campista", no Pará (1835); Corveta "2 de Julho", no Rio da Prata (1838). Segundo Comandante interino da Academia da Marinha e danau "Pedro II" (1841). Comandante da Academia da Marinha (1856). Faleceu (1856). Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz. Medalha das Operações do Rio da Prata.

PACHECO, Francisco Antônio da Silva – Tendo completado o curso matemático da Academia da Marinha, embarcou como voluntário na fragata "Ulisses" (29.10.1793). Segundo-Tenente (16.12.1793). Capitão-de-Mar-e-Guerra (03.03.1808). Chefe de Divisão (12.10.1817). Chefe de Esquadra graduado (13.05.1819), efetivo (12.10.1823). Vice-Almirante graduado (09.08.1824), efetivo (29.08.1826). Comandante da fragata "Ativo" (1798); bergantim "Gaivota" (1801); bergantim "Vingança" (1805); fragata "Urânia" (1808); nau "Vasco da Gama" e fragata "Fênix" (1815); nau "Vasco da Gama" (1816); corveta "Orestes" (1817). Comandou a Esquadra do Rio da Prata (1817-1818). Como comandante da nau "Vasco da Gama" (1816), tomou parte no bloqueio de Montevidéu. Foi Inspetor do Arsenal de Marinha (1817-1818). Faleceu (06.02.1827).

PEREIRA, Jacinto Roque de Sena – Nasceu em Portugal (1784). Completando o curso de Matemática na Academia da Marinha, embarcou como voluntário, para servir na Esquadra do Estreito de Gibraltar, saindo

o Bergantim "Real João" (0.03.1802). Segundo-Tenente (18.03.1811). Capitão-de-Mar-e-Guerra (8.10.1829). Reformado, a pedido, no posto de Chefe de Divisão (25.09.1832). Comandante da escuna "Oriental" (1817); escuna "Reino Unido" (1822); da escuna "Oriental", na 3ª Divisão do Uruguai, até que ficou prisioneiro do inimigo (1827), escapando-se (1828); nos brigueiros "Constança" e "Maranhão" (1828) e "Pirajó" (1829). Comandante da Divisão Naval do Rio da Prata (1829). Ajudante de Ordens do Ministro (1830). Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha (1839 a 1840). Primeiro Comandante e Diretor da Academia de Marinha (1841 a 1848). Do Conselho do Imperador, oficial da Ordem da Rosa e da do Cruzeiro, Cavaleiro da de Cristo. Condecorado com a medalha da Campanha Cisplatina. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Faleceu (27.06.1850).

PINTO, Miguel José de Oliveira – Completando o curso matemático na Academia da Marinha, embarcou como voluntário na nau "Santo Antônio" (06.05.1793). Segundo-Tenente

(17.12.1793). Capitão-de-Mar-e-Guerra (13.05.1808). Chefe de Divisão (13.05.1810). Chefe de Esquadra graduado (1819). Vice-Almirante (12.10.1827). Comandante do bergantim "Falcão". Como oficial da nau "Afonso", distinguiu-se no ataque de Trípoli. Veio para o Brasil na nau "Conde D. Henrique", deixando Lisboa (27.11.1807), com a Companhia de Guardas-Marinha, comandada por José Maria Dantas Pereira. Miguel José de Oliveira Pinto foi membro da Junta Governativa de S. Paulo (1821). Foi Intendente da Marinha em Santos e Conselheiro do Conselho Supremo Militar (1826). Reformado (16.10.1832). Faleceu (15.01.1847).

RAPOSO, José Joaquim – Filho de João Raposo e D. Teresa de Jesus Raposo, nasceu em Lisboa (1787). Nomeado Prático da costa e barra do Pará, contando desta data o seu assentamento de praça (27.08.1819). Segundo-Tenente graduado (13.05.1820), efetivo (09.07.1823). Capitão-de-Mar-e-Guerra (02.12.1839). Chefe de Divisão graduado (14.03.1847). Comandou numerosos navios, entre os quais o navio-correio "General Lecor", a fragata

"Príncipe Imperial", transporte "Ânimo Grande", presa "Leal Portuguesa", charruas "Lucônia" e "Harmonia", corveta "Regeneração". Comandante das forças navais estacionadas na Bahia (04.08.1841). Comandante do "Príncipe Imperial", e do Corpo de Imperiais Marinheiros (1842-1843). Comandante das forças navais estacionadas no Rio Grande do Sul (13.04.1844). Intendente da Marinha na Bahia (05.12.1844).

RÉGIS, João Francisco – Filho de Francisco José Rodrigues e D. Delfina Dionísia Rodrigues, nasceu em Lisboa (1800). Foi admitido como voluntário da Armada (09.06.1818), por ter concluído o curso de Matemática da Academia Real da Marinha em Lisboa, premiado nos dois primeiros anos. Segundo-Tenente (06.11.1819). Capitão-de-Mar-e-Guerra (23.07.1842). Chefe de Divisão graduado (14.03.1847). Comandante das escunas "Isabel Maria" (1821), e "Camões" (1823). Ajudante de Ordens do Comandante da Esquadra do Rio da Prata, Chefe de Divisão Pedro Antônio Nunes (10.04.1823). Comandante da escuna "Liberdade do Sul" (1825). Comandante

interino da Divisão Naval em Operações na Bahia (1838), e das Forças Navais estacionadas no Maranhão (1839). Comandante das Forças Navais do Império, estacionadas no Rio de Prata (1839-1842). Encarregado dos Negócios do Império junto ao Governo do Uruguai (1842-1843). Comandante da corveta "7 de Abril" (1844), e da Estação Naval do Norte (1845). Faleceu em 14.05.1850.

RODRIGUES, José Tomaz – Tendo completado o curso matemático da Academia da Marinha, embarcou como voluntário na fragata "Tetis" (30.07.1796). Segundo-Tenente (06.05.1797). Capitão-de-Mar-e-Guerra (18.10.1829). Comandante do brigue "Voador" (1819). Reformado no posto de Chefe de Divisão (09.12.1834).

SANTOS, Elisário Antônio dos (Barão de Angra) – Filho de Manuel José dos Santos e D. Maria da Piedade, nasceu em Lisboa (15.11.1806). Praça de 2º Grumete, voluntariamente, na escuna "Cossaco" (24.09.1822). Aspirante a Guarda-Marinha (14.12.1825). Guarda-Marinha (11.12.1826). Segundo-Tenente (19.10.1828). Capi-

tão-de-Mar-e-Guerra (02.12.1857). Chefe de Divisão (21.01.1867). Chefe de Esquadra (12.04.1868). Vice-Almirante (28.12.1876). Comandante do brigue-escuna "Calfope" e corveta "D. Francisca" (1844); fragata "Amazonas", em construção na Inglaterra (1851); corveta "União" (1853); "Lima Barros" (1866). Inspetor dos Arsenais de Marinha de Pernambuco (1853), e da Corte (1873 a 1874). Seguiu para Montevidéu, comandando o "Lima Barros", e ali assumiu o comando da segunda Divisão da Esquadra em operações de guerra no rio Paraguai. Tomou parte nos combates de 1 e 2 de setembro de 1866 contra as fortificações paraguaias de Curuzú e Curupaití, e também nos bombardeios de 3 e 4 de Curupaití. Foi louvado pelo Comandante em Chefe da Esquadra pelo valor e perícia militar que demonstrou. Em Curupaití, foi ferido no rosto e no braço. Chefe do Estado-Maior da Esquadra em Operações de Guerra (23.12.1866). Assumiu o Comando da Segunda Divisão, operando eficazmente com a Primeira Divisão na passagem pelas fortificações paraguaias.

Comandante em Chefe da Esquadra em Operações de Guerra no Paraguai (28.01.1869), assumindo o cargo (06.02.1869). Encarregado do Quartel General da Marinha (1870 a 1871). Ajudante General da Armada (1876 a 1879). Foi Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II (1872 a 1873). Possuía as seguintes condecorações: Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz (1843); Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (1844); Ordem da Rosa (1860); Grande Oficial da Ordem da Coroa da Itália (1877); Grã Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz (1877). Foi-lhe conferido o título de Barão de Angra. Reformado, a pedido, no posto de Almirante (17.04.1880). Faleceu em 27.09.1883.

SCHULTZ, Faustino José – Filho de Henrique Schultz e D. Rita Xavier da Silva, nasceu em Lisboa (1783). Aspirante a Guarda-Marinha (12.05.1798). Guarda-Marinha (06.08.1799). Segundo-Tenente (13.05.1807). Capitão-Tenente, em atenção aos bons serviços prestados em Caiena (11.08.1809). Capitão-de-Mar-e-Guerra (12.10.1827). Chefe de Divisão (07.09.1837). Assu-

miu o comando do lugar "Maria Teresa" (1818), e no mesmo ano comandou a charrua "Princesa Real", fragata "Príncipe D. Pedro", na qual seguiu viagem para a Bahia. Reformado no posto de Chefe de Esquadra (1838).

SILVA, Francisco Manuel Barroso da (Barão do Amazonas) – Filho do Tenente-Coronel da Brigada Teodósio Manuel Barroso D. Antônia Joaquina Barroso da Silva, nasceu em Lisboa (04.09.1804). Aspirante a Guarda-Marinha (15.10.1821). Guarda-Marinha (23.11.1822). Segundo-tenente (10.02.1827). Capitão-de-Mar-e-Guerra (03.03.1852). Chefe de Divisão (02.02.1856). Chefe de Esquadra (21.01.1867). Vice-Almirante (2.04.1868). Comandante da charrua "Carioca" (1831). Serviu na Divisão Naval do Pará (1835-1839). Segundo Comandante da nau "Pedro II" e depois comandante da escuna "Legacidade" (1839). A 12 de agosto desse ano, assumiu o comando do brigue "Imperial Pedro". Comandante da Divisão naval em Operações em Santa Catarina (0.03.1840). Comandante da corveta "7 de Abril", a

fim de fazer parte das forças navais do Rio da Prata, passando dessa corveta a comandar o Patacho "Pata-gônia" (22.07.1842). Barroso, quando no Pará, prestou assinalados serviços, por ocasião da tomada da Freguesia de Igarapémirim, ocupada então pelos rebeldes, praticando "actos da maior bravura e abnegação da vida". Louvou-o o General Presidente da Província, chegando a promovê-lo a Capitão-Tenente (25.05.1826). Servindo novamente no Rio da Prata, foi louvado por trazer o seu navio em pé de guerra (1848). Comandou com grande distinção a corveta "Baiana", em viagem de instrução ao Pacífico, tendo o Plenipotenciário do Brasil no Peru comunicado ao Governo Brasileiro a excelente impressão que deixaram naquela República Barroso e os seus comandados (1853). Em trabalhos incessantes, chegou ao ano de 1865, quando foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Divisão comandada pelo Almirante Tamandaré e Comandante da Segunda Divisão Naval (01.04.1865). Em maio, a Segunda Divisão se achava em Corrientes, operando contra as forças da Repúbli-

ca do Paraguai. No lugar denominado Coluna, entre Riachuelo e Corrientes, onde se achavam as Segunda e Terceira Divisões Navais do Brasil, sob o comando do Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, travou-se a famosa batalha naval de Riachuelo, sendo vitoriosas as armas brasileiras (11.06.1865). Pelos seus feitos, Barroso foi galardoado com os títulos de Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz (1854); Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro (1865); e Barão do Amazonas (1866). Faleceu em Montevidéu (08.08.1882).

SOUSA, João Batista de – Filho de José Pedro de Sousa e D. Maria Rita de Sousa, nasceu em Lisboa a 8 de março de 1802. Aspirante a Guarda-Marinha (29.12.1817). Guarda-Marinha 914.12.1819). Segundo-Tenente (06.10.1822). Capitão-de-Mar-e-Guerra (23.07.1842). Chefe de Divisão graduado (02.12.1854). Em 1825, passou para vários navios da Esquadra do Rio da Prata. Comandou a fragata "D. Francisca" (1828), brigue "Pirajá" (1831), brigue-barca "Santa Cruz" (1833), e "29 de Agosto" (1841). Comandan-

te Superior do Corpo de Marinheiros (1841). Comandante das fragatas "Paraguassú" (1843), e "Constituição", e corveta "2 de Julho" (1845). Faleceu (1860). Nomeado Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (19.10.1829), da de S. Bento de Aviz (17.01.1839), e Comendador desta Ordem (11.09.1841). Comandante da fragata "Paraguassú", devendo assistir aos trabalhos de fabrico da mesma (1847).

TEIVE, Francisco de Assis Cabral e – Nasceu na Ilha Terceira em 1780. Filho de João Cabral de Melo e D. Luiza Mariana do Carito e Castro. Por graça especial, sendo de menor idade, assentou praça de Cadete na Companhia de Artilharia da Ilha Terceira, a 18 de maio de 1792. Seguiu para Lisboa, sendo matriculado como Aspirante a Guarda-Marinha a 24 de abril de 1798. Guarda-Marinha (06.08.1799). Segundo-Tenente (15.08.1805). Capitão-de-Mar-e-Guerra (18.10.1829). Chefe de Divisão graduado (14.03.1847). De 1815 a 1825, comandou o transporte "S. Tiago Maior", corvetas "Voador", "Calipso" e "Orestes"; escunas "6 de Fevereiro" e "Ma-

ria Teresa" na luta do Rio da Prata; bergantim "Real Pedro" e charrua "Juru-juba". De 1826 a 1829, comandou a nau "Vasco da Gama", que servia de depósito de marinheiros, e fragata "Príncipe Imperial". Intendente da Marinha no Maranhão (1829 a 1833). Inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco (1837). Inspetor do Arsenal de Marinha do Maranhão (1838).

TELES, Francisco Maria – Aspirante a Guarda-Marinha (24.12.1789). Guarda-Marinha 924.01.1793). Segundo-Tenente (16.12.1793). Capitão-de-Mar-e-Guerra (08.03.1808). Imediato do Chefe de Divisão, Comandante da Companhia de Guardas-Marinha (1809). Chefe de Divisão graduado (15.11.1817), e efetivo, Comandante da Companhia de Guardas-Marinha (22.01.1820). Vogal do Conselho Supremo Militar (1823). Chefe de Esquadra graduado, (09.08.1824), e efetivo (12.10.1827). Conselheiro do Conselho Supremo Militar (22.01.1826). Comandante dos bergantins "Minerva" e "Boa Ventura" (1799); das fragatas "Fênix" e "Princesa da Beira" (1801); do brigue "Gaivota"

(1802); da fragata "Real Voador" (1803); do bergantim "Voador" (1804); da nau "Vasco" (1805); da nau "Príncipe Real" (1807-1808); da nau "Pedro I" (1826). Reformado no posto de Vice-Almirante (28.02.1834).

WANDENKOLK, João Maria (Barão de Araguaçu) – Filho de José Maria Wandenkolk e D. Luiza Maria Sider, nasceu em Queluz, Portugal (20.07.1806). Aspirante a Guarda-Marinha (20.11.8122). Guarda-Marinha (11.12.1823). Segundo-Tenente (12.10.1825). Capitão-de-Mar-e-Guerra (14.03.1849). Chefe de Esquadra graduado (02.12.1862), efetivo (01.08.1867). Vice-Almirante graduado (02.12.1869). Depois de embarque em vários navios da esquadra, comandou o brigue "29 de Agosto" (1829); fragata "Piranga" e brigue "Rio da Prata" (1830); corvetas "Amélia" e "Liberal" e paquete "Félix" (1831); paquete "Leopoldina" (1834); corveta "Defensora", no Pará, e escuna "Rio da Prata" (1835). Embarcou na Fragata "Campista", seguindo depois para Pernambuco e Rio de Janeiro (1836). Inspetor do Arsenal de Marinha de Pernam-

bucó. Comandante da canhoneira "Nº 16", da Divisão estacionada no Rio Grande do Sul (1839). Fez parte, com essa canhoneira, da Divisão em operações na Província de Santa Catarina. Comandante da corveta "Sete de Abril" (1841). Comandante Superior do Corpo de Imperiais Marinheiros e da fragata "Príncipe Imperial", passando no mesmo exercício para a fragata "Paraguassú" (1841). Comandante da Força Naval estacionada em Santos (1842). Comandante da corveta "Dois de Julho" (1842), e "Euterpe" (1843), na qual fez viagem a Nápoles. Incorporou-se depois à Divisão Naval estacionada no Rio da Prata, regressando na corveta "Dois de Julho" (1844). Comandou, na Bahia, a corveta "D. Januária" (1846). Reformado, a pedido, no posto de Almirante (31.01.1874). Faleceu em Niterói (27.02.1874). Condecorado: Hábito de Cristo (1826); Hábito do Cruzeiro (1841); Cavaleiro da Ordem de Francisco I de Nápoles (1843); Hábito de Aviz (1846); Comenda de S. Bento de Aviz (1861); Comenda da Ordem de Cristo (1868). Conselheiro de S. M. o Im-

perador (1868). Agraciado com o título de Barão de Araguaí (10.05.1873).

WANDENKOLK, José Eduardo - Filho de José Maria Wandenkolk e D. Luiza Maria Sider, nasceu em Queluz, Portugal (13.10.1804). Aspirante a Guarda-Marinha (23.12.1819). Guarda-Marinha (01.02.1821). Segundo-Tenente (04.02.1824). Capitão de Fragata (02.12.1854). Comandou: escuna "Maria Teresa" (1826); transporte "30 de Agosto" (1828); escuna "Bela Maria" (1834); canhoneira "Fanfa", no Rio Grande do Sul (1841); brigue-escuna "Olinda" (1847); barca a vapor "Urânia" (1848). Foi Ajudante de Ordens do Comandante da Esquadra do Rio da Prata. Serviu na Divisão Naval do Pará e na do Rio Grande do Sul. Acompanhou Suas Majestades na viagem ao Sul, na barca a vapor "Imperator" (1845). Capitão dos Portos de Santa Catarina (1849), e Santos (1850). Comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santos (1868). Condecorações: Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz (1840); Cavaleiro da Ordem da Rosa (1845); Comenda de Cristo de Portugal (1863). Refor-

mado, a pedido, no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra (29.01.1867). Faleceu (20.11.1883).

**Relação nominal,
por ordem alfabética
do sobrenome, dos
Oficiais Portugueses
no Brasil, após sete de
setembro de 1822:**

ABREU, José Maria de; ALCÂNTARA, Francisco Xavier de; ALMEIDA, José Maria de; ALVIM, Miguel de Sousa de Melo e; ANDRADE, Paulo Freire de; ANDRADE PINTO, Antônio José de; ANJO, Rafael Lopes; ARAÚJO, Joaquim José de; BARBUDA, Francisco Maria Gordilho; BARRETO, Jacinto Alves Branco Muniz; BARROSO DA SILVA, Francisco Manuel; BATISTA, Estêvão do Vale; BILSTEIN, Ernesto Frederico Verna; BITENCOURT, Agnelo Petra de; BONTEMPO, Fernando Antônio da Silveira; BRITO, Diogo Jorge de; CABRAL, José Maria da Cunha; CABRAL E TEIVE, Francisco de Assis; CAMPELO, Manuel de Siqueira; CARDIA HEITOR, Manuel; CARDOSO, José Rodrigues Freire; CARVALHO, Antônio José de;

CARVALHO, Antônio Pedro de; CARVALHO, Augusto José de; CARVALHO, Francisco Pires de; CARVALHO E MELO, João Henrique de; CARVALHO, Rafael José de; CASSÃO, Félix Joaquim dos Santos; CASTRO, José Geraldino de; CASTRO, Justino Xavier de; CIRÍACO, José Luiz; COELHO, Antonio Firmo; COELHO, Antonio Pedro; COLONA, Antônio Frederico Pascoal; CORRÊA, José de Sousa; COSTA, Augusto Maria da Fonseca e; COSTA, Desidério Manuel da; COSTA, João Manuel da; COSTA, José Jordão da; COUTO, Antônio Joaquim do; COUTO, Antônio Leocádio do; COUTINHO, D. Francisco de Sousa; COUTINHO, D. João Carlos de Sousa; CUNHA, Antônio Ernesto Lassance e; CUNHA, Guilherme Carlos Lassance e; CUNHA, Manuel Gonçalves Luiz da; CUNHA, Pedro da; DULTRA, João Batista da Silva; EVANGELISTA, Marcos José; FALCÃO DA FROTA, Antônio José; FARIA, Antônio Corrêa Picanço de; FARINHA, Manuel Antônio; FAUSTINO, José Joaquim; FERRAZ, Antônio Caetano; FERREIRA, Joaquim Leal; FERREIRA,

José Mamede; FERREIRA, José Maria; FERREIRA, Rodrigo José; FIGUEIREDO, Antônio Carlos Figueira de; FIGUEIREDO, Joaquim Manuel de Oliveira; FONSECA E COSTA, Augusto Maria da; FONSECA, Joaquim Bento da; FREIRE, Bernardino de Sena Corrêa; FREITAS, Rodrigo Teodoro de; FROTA, Antônio José Falcão da; GAMA, Francisco Rabelo da; GAMA, Paulo José da Silva; GAMA, Paulo José da Silva (2º); GARÇÃO, Antônio Salema Freire; GOMES DA SILVA, João Justiniano; GONZAGA, João Bernardino; GUEDES, Rodrigo Pinto; INÁCIO, Joaquim José; JUNQUEIRA, Manuel Joaquim de Sousa; LACOMBE, Aquiles; LAMARE, Joaquim Raimundo de Moraes; LAMARE, Rodrigo Antônio de; LARANJA, Carlos dos Santos; LASSANCE E CUNHA, Antônio Ernesto; LASSANCE E CUNHA, Guilherme Carlos; LEMOS, João Manuel de; LIMA, Augusto Pereira Viana de; LIMA JÚNIOR, Joaquim Pereira Viana de; LIMA, José Manuel de; LISBOA, Augusto Venceslau da Silva; LOBO, Rodrigo José Ferreira; LOBÃO, Francisco da

Silva; LOPES, Antônio Alberto dos Santos; LOPES, João Pedro dos Santos; LOPES, José dos Santos; LOURENÇO DA SILVA, João Batista; LUZ, Rodrigo Martins da; MACHADO, Joaquim Leão da Silva; MAIA, Felício Inácio; MAIA, José Inácia; MARIATH, Frederico; MARQUES, Luiz José; MARTINS, Joaquim; MARTINS, Joaquim (Chefe de Divisão); MATA, João José da; MELO, Antônio Félix Corrêa de; MELO, Fernando José de; MELO, Francisco Agostinho de; MELO, João Henrique de Carvalho e; MENEZES, Alexandre Luiz de Sousa e; MONCORVO, José Domingues; MORAIS E VALE, Henrique Manuel de; MOURA, Antônio Gomes de; MUNIZ BARRETO, Jacinto Alves Branco; NEGRÃO, José Caetano Felgueiras; NÉRI, Isidro Antônio; NEVES, Luiz Antônio da Silva; NOGUEIRA, José Maria; NOGUEIRA, Silvestre José; NUNES, João Clímaco; NUNES, Pedro Antônio; NUNES, Severiano; OLIVEIRA, Joaquim José de; OLIVEIRA, Luiz José de; PACHECO, Francisco Antônio da Silva; PACHECO, Sabino Antônio da Silva; PAIXÃO, Antônio

Francisco da; PECURÁRIO, Joaquim Agostinho; PENEDO, João Augusto; PERES, Jorge Joaquim; PEREIRA, Antônio Francisco; PEREIRA, Jacinto Roque de Sena; PICANÇO, José Corrêa; PICANÇO DE FÁRIA, Antônio Corrêa; PINHEL, Manuel Lopes; PINTO, Antônio José de Andrade; PINTO, Francisco Rodrigues de Lima; PINTO, Miguel José de Oliveira; PINTO GUEDES, Rodrigo; PIMENTEL, Braz Cardoso Barreto; PIRES, Antônio Manuel; PIRES, Francisco Miguel; PIRES, Joaquim José; PORTUGAL, Antônio Joaquim dos Reis; PORTUGAL, João Ferreira dos Reis; POSSOLO, Fernando José; PRIMEIRO, Antônio Joaquim dos Santos; RAPOSO, José Joaquim; RIBEIRO, Guilherme Cipriano; RIBEIRO, Luiz Antônio; RIBEIRO, Sebastião José; RÉGIS, João Francisco; REIS, Ernesto Augusto dos; REIS, João da Cruz; REIS, Manuel Pedro dos; RODRIGUES, Fernando Libório; RODRIGUES, José Tomaz; ROMANO DA SILVA,

Francisco; SÁ, Antônio Rebelo Borges de; SÁ, Félix Corrêa de; SABINO DA SILVA, Joaquim; SCHULTZ, Faustino José; SAIÃO, Francisco Cândido Veloví; SANTA RITA, José de; SANTA RITA, José Inácio de; SANTOS, Antônio Alves dos; SANTOS, Antônio Januário dos; SANTOS, Elizário Antônio dos; SANTOS, João Antonio dos; SANTOS PRIMEIRO, Antonio Joaquim dos; SANTOS PRIMEIRO, José dos; SARMENTO, Pedro Maria de Sousa; SAZES, João dos Santos; SENA PEREIRA, Jacinto Roque de; SILVA, Manuel José da; SILVEIRA, D. Joaquim José da; SOUSA, Antônia Joaquim de; SOUSA COUTINHO, D. Francisco de; SOUSA COUTINHO, D. João Carlos de; SOUSA, João Batista de; SOUSA, Joaquim Guilherme Rodrigues de; SOUSA, José Antônio Lopes de; SOUSA E MENEZES, Alexandre Luiz de; TAVARES, Inácio Eugênio; TEIVE, Francisco de Assis Cabral e; TEIES, Francisco Maria; TORREZÃO, Au-

gusto Maximino Rolão de Almeida; VALE, Henrique Manuel de Moraes e; VEIGA, Amaro Emílio da; VEIGA, Luiz Severiano da; VELOSO, Fidélis José da Silva Ribeiro; VERNA BILSTEIN, Ernesto Frederico; VIANA, Pedro José Correa; VIDAL, Francisco Duarte da Costa; VIEIRA, José dos Santos; VITÓRIA, Cândido Francisco de Brito; VITÓRIA, José Gonçalves; WANDENKOLK, João Maria; WANDENKOLK, José Eduardo.

Como afirmou o Capitão-de-Mar-e-Guerra Armando da Silva Saturnino Monteiro, da Marinha de Portugal, Membro da Academia de Marinha: "A História do Poder Naval Português pode resumir-se em poucas palavras: fomos o primeiro poder naval dos tempos modernos." E, podemos acrescentar: a Marinha Portuguesa foi a iniciadora do Poder Naval Brasileiro, através da experiência, da tecnologia e dos homens que concedeu ao Brasil.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BRASIL, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro.
- COZZA, Dino Willy. *O Trono de Portugal no Rio de Janeiro*. "Revista Ginasta, Real Sociedade Clube Ginástico Português", Rio de Janeiro, fevereiro de 1990.
- _____. *História do Corpo de Fuzileiros Navais – Sua origem em Portugal*. "Revista Marítima Brasileira", V. 112 nºs 1/3 e 4/6, Jan/Mar e Abr/Jun 1992, Rio de Janeiro.
- _____. *Os luso-brasileiros na Ilha das Cobras*. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro", 1992/1993; "Revista Militar", Lisboa, nº 8, agosto de 1994, II Século, ano 46º, e Número especial referente ao Curso de Geografia e História do Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *O Infante e Tordesilhas. O Gênio Português na Criação de um País Continente*. Actas do V Colóquio de História Militar. Lisboa, 1994.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os Franceses no Rio de Janeiro*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1965, 278 páginas.
- MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1975, 340 páginas.
- _____. *Quatro séculos de lutas na Baía do Rio de Janeiro*. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1981, 88 páginas.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino (Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha de Portugal). *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 5 volumes.
- _____. *O Poder Naval Português, esse desconhecido!* Academia de Marinha, Lisboa, 1990, 12 páginas.
- MOREIRA, Antônio e PEDROSA, Alcino. *As Grandes Datas da História de Portugal*. Editorial Notícias, Lisboa, 1993, 267 páginas.
- SARAIVA, José Hermano. *Os Factos Essenciais da História de Portugal*. Didáctica Editora, Lisboa, 1983.

VEIRA, MILITARES E POLÍTICOS

L. P. Macedo Carvalho

*Se servistes à pátria
que vos foi ingrata,
vós fizestes o que devíeis,
e ela o que costuma.*

Padre Antônio
Vieira

Transcorre em 1997 o III Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira (1608-1697) – expressão máxima da literatura brasileira e portuguesa no período barroco.

Natural de Lisboa e falecido no Brasil, onde viveu grande parte da vida, o famoso pregador jesuíta – célebre por seus sermões – tornou-se uma figura polêmica pela destacada atuação política contraditória que praticou.

Opondo-se à escravatura dos índios, foi expulso do Maranhão, mas aceitava a escravidão colonialista dos negros; com a restauração da independência de Portugal, passou a ser a eminência parda do rei; acoimado de *Judas do Brasil* por ter

proposto a venda de Pernambuco aos holandeses, viu-se perseguido, preso e exilado; defensor dos judeus e hereges, contrário à doutrina oficial da Igreja e à intolerância religiosa, colocando a Virgem Maria ao lado da Santíssima Trindade acabou vítima da Inquisição; advogado da teoria do *Quinto Império*, visualizava o mundo sob a ordem espiritual do Papa e temporal do Estado absoluto português, impondo a todos a língua de Camões; orador eloquente, valendo-se da força da palavra com riqueza de vocabulário e propriedade de expressões, legou à posteridade cerca de 200 sermões e 500 cartas, o que levou Fernando Pessoa a chamá-lo de “o imperador da língua portuguesa” – grande parte de sua obra continua inédita, não concluindo o *Clavis Prophetarum* (Chave das Profecias) que considerava um magnífico palácio perante o qual os sermões não passariam de palhoças.

Paladino da restauração e legitimação de D. João IV, embaixador plenipotenciário em diversas capitais européias, o Padre Antônio Vieira, no século XVII, nos

sermões proferidos na Capela Real, opõe-se à guerra, e compreende a insatisfação dos militares esquecidos na paz, oferecendo-lhes lenitivo às suas frustrações, além de incriminar e responsabilizar os políticos pela corrupção e omissão.

Do púlpito, nos momentos de crise, aborda temas que influem na formação da opinião pública e poderiam ser, até mesmo, rotulados de subversivos.

Proibido de fazer uso da palavra, ficou conhecido pela sua “pregação aos peixes”.

Em suas palavras, *é a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas e quanto mais come e consome menos se farta; é a guerra aquela tempestade terrestre que leva os campos, as casas, as vilas, as cidades, os castelos e, talvez em um momento, sorve os reinos e monarquias inteiras; é a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades em que não há mal algum que ou não se padeça ou não se tema, nem bem próprio e seguro: o pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a fazenda, o pobre não tem seguro o suor, o*

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Presidente do IGHMB.

nobre não tem segura a sua honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro...

No famoso sermão de 1669 sobre os militares e o poder político, expressa as amarguras dos soldados, que "deram a casa na guerra" e sentiram a indiferença do poder político, deixando-os a míngua por incapacidade física ou baixos soldos, enquanto mercenários de mérito questionável eram bem recompensados.

Verberando contra o poder político, como alento a todos aqueles que se sacrificaram pelo bem da pátria no passado e estímulo a feitos maiores de parte dos que os sucedessem, vale lembrar trecho do seu memorável sermão de 1669:

As honras atribuídas a indignos afrontam a própria honra...

Comendas em semelhantes peitos não são cruz, são aspa, e quando se vêem tantos ensambeneditados da honra, bem vos podeis honrar de não ser um deles.

Os reis podem dar títulos, rendas, estados; mas ânimo, valor, fortaleza, constância, desprezo da

vida e outras virtudes, de que os compõem a verdadeira honra, não podem. Se Deus vos fez estas mercês, fazei pouco caso das outras, que nenhuma vale o que custa. Sobretudo, lembre-se o capitão e o soldado famoso de quantos companheiros perdeu e morreram nas mesmas batalhas, e não se queixam.

Os que morreram fizeram a maior fineza porque deram a vida por quem não lhe pode dar, enfatizando que o soldado não está a serviço de ninguém, mas da nação.

Se não beijastes a mão real pelas mercês, que vos não fez, beijai a mão da vossa espada que vos fez digno delas, lembra Vieira a necessidade de se acreditar no cumprimento do dever.

Advertindo do púlpito da Capela Real o ainda regente D. Pedro II, pelo abandono do soldado à própria sorte, acrescentava:

Se o soldado se vê despedido, folgue de descobrir as feridas e de envergonhar com elas a pátria, por quem as mereceu. Se depois de tantas cavalarias se vê a pé, tenha essa pela mais ilustre carroça de seus triunfos. E se enfim se vê morrer à fome, deixe-se morrer, e vin-

gue-se. Perde-lo-á quem o não sustentar perderá outros muitos com esse desgano. Não faltará quem diga por ele — "quanti mercenarii abundant panibus, ego autem hic fame pereo" (quantos mercenários têm pão em abundância e eu aqui a morrer de fome). E este ingrato e escandaloso epitáfio será para sua memória muito maior, e mais honrada comenda, de quantos podem dar, os que as dão em uma, e muitas vidas.

Condenando a falta de exação dos políticos no cumprimento do dever, Vieira também pregou contra os ladrões do tempo:

Sabei cristãos, sabeis príncipes, ministros que se vos há de pedir conta do que fizestes; mas muito mais estreita do que deixais de fazer. Pelo que fizeram, se hão de condenar muitos; pelo que não fizeram, todos. Não deixe o ministro de fazer o que tem de obrigação e pode ser que se salve melhor em um conselho do que em um deserto. Tome por disciplina a diligência, tome por sílício o zelo, tome por contemplação o cuidado e tome por abstinência o não tomar, e ele se salvará.

Uma das coisas de que se devem acusar e fazer

grandes escrúpulos os ministros é dos pecados do tempo

Por que fizeram o mês que vem o que se havia de fazer no passado?

Por que fizeram amanhã o que se havia de fazer hoje?

Por que fizeram depois o que se havia de fazer agora?

Ah! Omissões. Ah! vagares do tempo, ladrões do tempo.

Não haverá uma Justiça exemplar para esses ladrões?

Denunciado Vieira a corrupção dos homens públicos no Brasil, assim se expressava:

São os interesses dos que governam, porque as rendas dos dízimos de Vossa Majestade chegam a montar em todo o Estado do maranhão, 6 até 8 mil cruzados, os 3 dos quais toma o governador inteiramente, e no melhor parado, e na mesma forma se pagam os seus ordenados os procuradores e os oficiais da fazenda com que vem a ficar muito pouco para as despesas ordinárias das igrejas, dos vigários, oficiais de milícia e soldados aos quais se não paga nem a quarta parte do que lhes pertence, com que é força que busquem outros modos de

viver e de se sustentar. Assim também levam os governadores muitos criados, que provêm nos melhores ofícios, e eles com confiança no poder de seu amo, os servem com insolência, dominando não só as pessoas, mas fazendas, de que se recolhem à Europa ricos e o povo fica despojado.

Assim, eles vendem os provimentos das companhias e não senão muitas vezes com que não só tiram aquele prêmio militar aos soldados velhos e beneméritos, mas está com isto todo o Estado cheio de títulos, de capitães e de sargentos-mores que, para sustentar a vaidade do nome, é força que também busquem com opressão alheia, o que outra via não podem alcançar.

O modo de alistar uns por soldados e riscar praças a outros, também é modo de adquirir muito uso dos que governam.

Reforçando suas denúncias, o Padre Antônio Vieira aduziu ainda:

Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em boa palavra), porque alguns ministros de Vossa Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm buscar os nossos bens.

Apesar das admoestações e condenações de

Vieira, parece não terem o mundo nem os tempos mudado tanto.

No momento em que há quem questione, até, a existência do soldado, resta como consolo recordar o epigrama de Vieira — Se servistes à pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, e ela o que costuma.

CASTRO ALVES - 150 ANOS

Virgílio da Veiga*

A 14 de março de 1847, Dona Clélia Brasília da Silva Castro completava 21 anos. Era domingo, e a casa, na fazenda de Cabaceiras (hoje município de Muritiba), na Bahia, estava cheia de gente. Mas os cumprimentos que recebia não eram só pelo aniversário: às 10 horas, atendida pelo marido - o médico Antônio José Alves -, dera à luz o segundo filho, Antônio Frederico de Castro Alves. Ali Castro Alves passou os cinco primeiros anos de sua vida, brincando com o irmão José

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior — Redator de A Defesa Nacional

Antônio, um ano mais velho, que lhe pôs um apelido: Cecéu.

Em 1845, quando o Dr. Alves foi convidado a lecionar na Faculdade de Medicina, a família mudou-se para Salvador. Os meninos fizeram ali o curso primário e, em 1858, ingressaram no Ginásio Baiano.

Cecéu detestava matemática - vivia lendo e escrevendo poesia, desenhava, e se destacava em francês e latim. Maravilhava os professores de latim traduzindo Horácio em versos. E, a 9 de setembro de 1860, com treze anos, recitava em público, pela primeira vez, um poema seu: "Ao Natalício de meu Diretor, o Ilmo. Sr. Doutor Abilio César Borges"

Quando o pai se casou novamente, em 24 de janeiro de 1862, Cecéu e o irmão estavam de malas prontas para o Recife, onde fariam o curso preparatório para ingresso na Faculdade de Direito.

Castro Alves, no entanto, leva uma vida agitada, pouco dedicada ao estudo. Em junho de 1862, cinco meses depois de chegar, publica seus primeiros versos num jornal recifense. O jovem poeta dedica-se daí por

diante a grandes bebedeiras, brigas de oratória e versos nas platéias dos teatros. Em março de 1863, os estudantes conhecem, no palco, a grande atriz Eugênia Câmara. E, já em 16 de abril, Castro Alves declama para ela os primeiros dos muitos versos que lhe faria. No mês seguinte introduz também o abolicionismo em sua lira - o amor e a liberdade seriam os temas de toda sua obra.

Em março de 1864, ingressa na faculdade, onde o que menos o atrai são as aulas. Prefere a convivência dos salões de bilhar, as discussões nos corredores, as atividades menos regulamentares. Até que, na noite de 7 de outubro de 1864, prova o gosto da morte: aguda e opressiva dor no peito, tosse incontrolável. Ainda com o gosto de sangue na boca, embarca para a Bahia alguns dias depois. Fugia da tuberculose, que seria a outra constante em sua vida. Em Salvador perde os exames e o ano, mas recupera provisoriamente a saúde.

Volta ao Recife em março de 1865. Refaz o primeiro ano da faculdade, mas passa a maior parte do tempo nos braços de sua aman-

te Idalina. Em agosto de 1865, abre-se o voluntariado para a guerra do Paraguai e Cecéu é um dos primeiros a se alistar no batalhão acadêmico (que nem chegou a partir).

Com a morte do pai, em 1866, Castro Alves volta à Bahia. Tem dezenove anos e só sabe escrever versos; não divide com a madrastra as responsabilidades da casa. Prefere apaixonar-se por suas três vizinhas Simy, Ester e Mary Amzalack, para as quais escreve a poesia Hebréia. Em março de 1866, volta a fazer o segundo ano. Funda, com Augusto Alves Guimarães, João Bastista Regueira Costa, Plínio de Lima, Luís Guimarães Júnior e Rui Barbosa, uma sociedade abolicionista. E a buscada Eugênia Câmara, mulher madura, exuberante e livre, acaba cedendo à beleza e audácia dos versos e do poeta, dez anos mais moço que ela. Os momentos então vividos são evocados por Castro Alves no poema "Aves de Arribação". (1870).

Auxiliado, pela experiência teatral de Eugênia, ele trabalha por dois anos no drama "Gonzaga" ou "A Revolução de Minas", que teria sua amada no papel de

Maria. Não conseguindo montar a peça no Recife, parte para a Bahia. Abandonava o terceiro ano da faculdade. Em Salvador, a 7 de setembro de 1867, Gonzaga estréia com sucesso; no final, Castro Alves recebe uma coroa de louros com a inscrição "Ao Gênio".

Decide então encenar a peça no Rio, no início de 1868. Mas, mesmo apadrinhado por José de Alencar e Machado de Assis, não consegue levar a peça à cena: quem domina o teatro carioca é Furtado Coelho (pai de uma filha de Eugênia), que recusa o Gonzaga. E, a 13 de março, ele parte com a amante para São Paulo, a cidade do pensamento liberal, onde os jovens intelectuais de todo o Brasil vêm estudar direito, discutir política e passar noites de boêmia nos bares. Essa platéia se entusiasma com "O Livro e a América," "Visão dos Mortos" e "As Duas Ilha" o poeta baiano seria, desde então, presença obrigatória em todas as reuniões.

Por outro lado, sua ligação com Eugênia (cercada de admiradores) não ia bem. Depois de várias cenas de ciúme mútuo, a atiz, irritado, separa-se de Cecéu. Ele

vai viver numa "república", onde continua sua luta: a 11 de junho, as "Vozes d'África" lamentavam em 114 versos a dor do cativo; em 7 de setembro ele declama os horrores de "O Navio Negro" para os poderosos fazendeiros, que, com suas famílias, lotavam o Ginásio Literário. Em 20 de outubro do mesmo ano, a representação de Gonzaga consegue um êxito maior que o de Salvador. Mas nada o anima, agora - o poeta sofre a ausência de sua musa.

Passa algum tempo recolhido. Depois, em busca de distração, vai caçar. Ao saltar um riacho, a espingarda que leva a tiracolo dispara, atingindo-o no calcanhar. É um pequeno ferimento, mas seu organismo está debilitado. A infecção aumenta e é preciso amputar o pé.

Depois de onze meses de convalescença, apoiando-se em muletas e disfarçando a falta do pé com uma botina cheia de algodão, ele reencontra Eugênia, mas ambos sabiam que já não podiam ressuscitar o antigo amor, e Castro Alves volta à Bahia, em busca de melhores ares para seus pulmões. Em fevereiro de 1870, hospeda-se numa fazenda de parentes maternos, em Curralinho.

Faz "A Cachoeira de Paulo Afonso," inspirado pela natureza agreste, e "Os Anjos da Meia-noite," evocando as mulheres que tinha amado.

Volta então para Salvador e, em fevereiro de 1871, declama "No Meeting do Comitê do Pain," em favor das vítimas francesas da guerra franco-prussiana. A 30 de abril, publica "O Abolicionista".

O inverno chegava e o poeta sente que ele traz seu fim. Pede que o coloquem no quarto da frente de sua casa, onde poderia "morrer olhando para o infinito azul". Morre numa sexta-feira, 6 de julho de 1871. Deixara, em sua curta vida, uma obra que o consagraria como um dos maiores da poesia brasileira.

O texto acima é da Enciclopédia Abril (transcrição parcial). É roteiro perfeito para um filme ou uma minissérie de televisão, como a que foi feita em torno da vida de Euclides da Cunha, pouco tempo atrás. Seria uma forma de mostrar, aos que se limitam ao estudo do idioma português com base em letras do cancionero popular, como hoje se faz, que Castro Alves não é apenas o nome da praça onde trios elétricos se encontram

para o cerimonial de encerramento de algum dos muitos carnavais de Salvador.

Antonio Frederico de Castro Alves viveu intensamente as circunstâncias da sua época, da sua idade e do seu destino. É o que ele próprio revela, nos poemas e no prólogo de *Espumas Flutuantes*, único livro que publicou enquanto vivo. Nele deixou o testemunho de uma vida dedicada à poesia e aos ideais do seu tempo, embora sem mostrar o abolicionista que ele foi, condição que nos legou os versos de maior impacto emocional que produziu, ao descrever todos os horrores dos porões das galés que transportavam

os negros condenados à escravidão.

Merecida é a sua alcunha de *Poeta dos Escravos*.

Merecido seria também ser chamado *Poeta da Guerra do Paraguai*.

Castro Alves alistou-se, voluntário, no *batalhão acadêmico*, em Recife, conforme assinala o texto atrás transcrito, e em *Quem dá aos Pobres Empréstimo a Deus*, poema dedicado ao *Gabinete Português de Leitura*, por ocasião de oferecer o produto de um benefício às famílias dos soldados mortos na guerra, materializou poeticamente todo o seu ardor cívico em relação à luta travada no sul

do continente. Foi aí que escreveu, genialmente, o que seria a divisa informal adotada pelos estabelecimentos de ensino e instituições culturais militares: *Não cora o livro de ombrear co'o sabre... Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...*

Não fora ele o poeta mais admirado do nosso Romantismo, essa circunstância bastaria, por si mesma, para justificar a homenagem que, aqui, *A Defesa Nacional* presta ao sesquicentenário do seu nascimento, que se comemora neste ano de 1997, ano de tantos centenários importantes de personalidades e de instituições. ●

SESSENTA ANOS DO IGHMB

Aos sete dias de novembro de 1936, um grupo de militares pertencente à geração de oficiais idealistas e intelectuais do Exército e da Marinha reuniu-se no salão nobre do Clube Militar para, sob a feliz inspiração do então Capitão de Infantaria Severino Sombra, tratar da Fundação da Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia que entraria em funcionamento, a 15 de novembro de 1938, com o nome de Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o IGHMB.

A mesa que presidiria os trabalhos daquela memorável sessão seria constituída pelo generais Moreira Guimarães e Azeredo Coutinho e pelo Almirante Raul Tavares, sendo secretariada pelo Capitão Sombra.

O secretário abriu a sessão expondo os motivos da reunião. Começou por declarar dispensável a apresentação de qualquer justificativa para a criação da instituição que se pretendia fundar. No entanto, havendo tomado a iniciativa da sua organização, devia aos pre-

sentes uma explicação de como concebia e compreendia a sua existência e apresentou três razões que reputava essenciais para a fundação da sociedade.

Primeiro, a especialização cada vez maior no trato da História demandava a criação de um Instituto no qual se estudasse seu aspecto militar, coletiva e sistematicamente. Seria a contribuição dos profissionais das armas à obra a ser desenvolvida pelos futuros historiadores.

Em segundo lugar, salientava que a História Militar representara a fonte mais rica de ensinamentos para todos os chefes militares; que as lições estratégicas, políticas e táticas do passado sempre constituíram motivo de meditação de todos os grandes capitães; e que a História Militar vem proporcionando a melhor explicação do estágio alcançado pelas Forças Armadas e a base para promover sua evolução.

Finalizou dizendo que *os povos se afirmam e sobrevivem pela existência de uma personalidade nacional característica, e esta se mantém, manifesta-se e passa de geração a geração*

graças à continuidade histórica. O esquecimento do passado, as rupturas com a tradição, a ignorância da História nacional são elementos decisivos na descaracterização dos povos, na sua assimilação por outros e no enfraquecimento do organismo nacional.

Com a aclamação de tais palavras pelos presentes, estava lançada a pedra fundamental do Instituto de Geografia e História Militar que, em 1996, comemorou sessenta anos de lutas e vitórias, de altos e baixos, mas que tem resistido impavidamente às agruras do tempo, para ofertar às gerações futuras uma lição edificante de defesa constante dos nossos valores maiores, de preservação da memória e das tradições nacionais e de amor à Pátria sem esmorecimentos.

Assinaram a histórica ata de fundação consagrados nomes que deixaram marcas bem nítidas na cultura militar brasileira:

- Tasso Fragoso, o renomado historiador, autor da *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* e da *Batalha do Passo do Rosário*, que se destaca-

ra na proclamação da República;

- Raul Tavares, o estudioso de Geografia Militar, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia e grande incentivador da Sociedade Brasileira de Filosofia;

- Cândido Mariano Rondon, o bandeirante do século XX, o pacificador de índios e patrono das Comunicações, que teve o nome inscrito ao lado de Amundsen, Peary, Bird e outros, na Sociedade de Geografia de Nova York;

- Dídio Costa, o pesquisador dos arquivos da Marinha e famoso biógrafo de Saldanha da Gama e de Tamandaré;

- Alípio di Primo, fundador e organizador do Serviço Geográfico do Exército, respeitado geógrafo e autor do *vade-mecum* para determinação de coordenadas geográficas a noite;

- Liberato Bittencourt, o mestre acatado e autor de uma série de obras didáticas;

- João Borges Fortes, o estudioso profundo do Rio Grande do Sul, responsável pelo levantamento dos primeiros casais açorianos que se estabeleceram em plagas gaúchas;

- Rego Monteiro, notável pesquisador e antigo Di-

retor do Arquivo do Exército, que nos legou obras de fôlego, como *A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento*;

- Henrique Boiteux, ilustre oficial de Marinha catarinense, infatigável pesquisador que escreveu *Marquês de Tamandaré*, *Anita Garibaldi*, *Santa Catarina no Exército* e outras obras;

- Nogueira da Gama, dedicado estudioso dos problemas de navegação, que frequentou com assiduidade as páginas da Revista Marítima Brasileira;

- Lisias Rodrigues, veterano do Correio Aéreo Militar, geopolítico invulgar, conhecido por inúmeras obras deixadas, entre as quais se destaca *Geopolítica do Brasil e Formação da Nacionalidade Brasileira*;

- Álvaro Otávio de Alencastre, conhecedor notável da vida de Caxias e do regionalismo do Rio Grande do Sul;

- Souza Docca, homem de letras citado até na Inglaterra, membro do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, maior esteio na organização e consolidação do IGHMB, orador oficial da sessão inaugural do Instituto, presidente da co-

missão eleita para redação dos estatutos, juntamente com o Capitão-de-Fragata Pinto Guimarães e Capitão Lima Figueiredo;

- Francisco José Pinto, sócio honorário do IHGB, agraciado com as Palmas de Ouro da Academia de Ciências de Lisboa e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;

- Danton Garrastazu Teixeira, autor da *História da Guerra do Paraguai* e incansável pesquisador de temas sócio-econômicos, e que se tornaria, mais tarde, presidente do Instituto;

- Valentim Benfício da Silva, baluarte da fundação, organização e consolidação do IGHMB que, por três vezes, exerceu a sua presidência; reorganizador e diretor da Biblioteca do Exército e Secretário-Geral do Ministério da Guerra na gestão de Eurico Gaspar Dutra;

- Lima Mindelo, acatado mestre de várias gerações;

- Jônatas de Moraes Correa, emérito pesquisador e ilustre conferencista, falecido prematuramente;

- Lima Figueiredo, integrante da comissão de redação dos estatutos e autor de *Grandes Soldados do Brasil*;

- Raja Gabaglia, biógrafo de Fernandes Vieira e ar-

ticulista da Revista Marítima Brasileira;

• Luiz Lobo, primeiro secretário do Instituto, a quem muito se deve, e que nos brindou com *História Militar do Pará*;

• César Xavier, membro da Sociedade Brasileira de Geografia, que se notabilizou pela obra *Descoberta da América* e por estudos sobre José Inácio de Abreu e Lima, o prócer brasileiro que lutou na Venezuela ao lado de Bolívar;

• Raul Bandeira de Melo, ativo geólogo, crítico da divisão territorial brasileira e escritor do magnífico trabalho *Geobélica do Brasil*;

• Cordolino de Azevedo, insigne mestre das gerações da Escola Militar de Realengo e autor de valiosa *História Militar*, em dois volumes;

• Genserico de Vasconcelos, precursor dos estudos de História Militar do Brasil;

• Moreira Guimarães, figura de prestígio histórico, que colaborou decisivamente para a criação do Instituto; e

• Augusto Carlos de Souza e Silva, renomado escritor de temas navais e técnicos, que nos deixou vasta e excelente bibliografia, na

qual se destaca *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*.

A esses nomes, responsáveis diretos pela fundação do Instituto, vieram juntar-se outros não menos famosos como o de Affonso de Carvalho, o biógrafo de Caxias e de Rio Branco; o de Godofredo Vidal, voltado para os temas da Aeronáutica; Augusto Correa Lima, estudioso de nosso passado militar; Djalma Poly Coelho, geógrafo de renome, dedicado ao estudo da localização para a nossa capital federal; Estêvão Leitão de Carvalho, laureado autor de *A Paz no Chaco*; Sebastião Fernandes de Sousa, dito Gastão Penalva, o escritor da Marinha; Paula Cidade, um imortal da literatura militar brasileira; Altamirando Nunes Pereira, profundo conhecedor da língua portuguesa; Jaguaribe de Matos, notável historiador militar; Egon Prates, criador da insígnia do Instituto; Humberto Peregrino, inquestionável homem de letras; Jonas Correia, incansável lutador, que veio a conduzir os destinos do Instituto por longos anos e Humberto de Alencar Castello Branco, já figura des-

tacada na vida militar, que assumiria a Presidência da República, entre outros.

Especial referência merecem os confrades civis, dentre os quais se destacam as figuras de Gustavo Barroso, Afonso Taunay, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe e Vicente Costa Santos Tapajós.

Destinado, precipuamente, a *promover os estudos de Geografia e História Militar do Brasil, bem como o culto cívico dos vultos e fatos gloriosos da História Pátria*, nasceu o Instituto com 50 cadeiras.

Fundado em 1936, o Instituto provocaria, em junho de 1937, o ressurgimento e a reorganização, em novas bases, de outra tradicional instituição militar centenária – a Bibliotheca Militar, hoje denominada Bibliotheca do Exército ou Casa do Barão de Loreto. Irmanados desde esses tempos, em perfeita interação, quis o destino que as duas entidades culturais crescessem juntas. Propunha-se, o Instituto, à pesquisa coletiva e sistematizada do aspecto militar da nossa História e da nossa Geografia, enquanto que a Biblioteca à difusão do resultado desses tra-

balhos, que encontrariam, no Arquivo do Exército, fontes de consulta inesgotáveis. Com esse tripé, visualizava-se desenvolver um centro de excelência de pensadores militares nacionais.

Decisivo papel no início da vida do IGHMB e no renascimento da Bibliotheca do Exército tiveram Severino Sombra e Valentim Benício da Silva. Sombra, lançando as sementes que germinariam tão fecundas instituições; Benício, encarregando-se de dar os primeiros passos junto ao Ministro Dutra para que se publicasse uma História Militar do Brasil.

Ainda em 1937, foi eleita, por aclamação, a primeira diretoria do Instituto, que era assim constituída: Presidente, General Tasso Fragoso; Vice-Presidente, Almirante Raul Tavares; Primeiro Secretário, Capitão Severino Sombra; Segundo Secretário, Comandante Didio Costa; Primeiro Tesoureiro, Comandante Feliciano Xavier; Segundo Tesoureiro, Capitão Adailton Pirassununga. Tasso Fragoso, declarando-se impossibilitado de aceitar o honroso cargo, por se encontrar em idade avançada, levou a as-

sembléia a substituí-lo por Raul Tavares.

Para o biênio de 39/41, foi eleito presidente o General Estêvão Leitão de Carvalho porém, com a sua transferência para o Sul e o falecimento do vice-presidente, viria a assumir a presidência, pela primeira vez, Valentim Benício, que a exerceu por três mandatos. Nesse período se fez sentir a atuação de Valentim Benício como Presidente do IGHMB, o que posteriormente lhe valeria a elevação a sócio benemérito, pelos relevantes serviços prestados.

A sobrevivência do Instituto nessa difícil fase de consolidação dependia de obter-se uma subvenção do governo para atender ao seu funcionamento administrativo e uma sede própria onde pudesse instalar-se definitivamente. Falava-se também de ser atribuído ao Instituto o encargo de elaboração da História Militar do Brasil. Impunha-se a criação da Revista e a definição dos respectivos patronos das cadeiras.

Quanto à subvenção, só lhe seria concedida a quantia de 10 contos de réis, a partir de 16 de maio de 1941. A sede prometida en-

tão – a Casa de Deodoro – tão cedo não poderia ser ocupada, por se achar ali instalado o comando da Artilharia Divisionária e encontrar-se em estado precário de conservação. Desse modo, por intervenção de Benício, a Bibliotheca Militar acolheu o Instituto, cedendo-lhe espaço para instalação da secretaria e para suas reuniões, enquanto não lograsse um lugar condigno no Silogeu Brasileiro, futura sede do IBGE.

Triste sina teria o IGHMB. Desde sua fundação até hoje não mereceu um lugar adequado para se instalar definitivamente, já tendo sido abrigado no IHGB, que agora volta a acolhê-lo generosamente, na Bibliotheca do Exército, no antigo Palácio Monroe e no torreão do Palácio Duque de Caxias.

Ainda em 1941, Benício faz publicar o primeiro número da Revista do Instituto e a solucionar a questão dos patronos das cadeiras. Programada para ser lançada em abril, a Revista só seria distribuída a 10 de outubro desse ano.

Muito deve o Instituto a esse batalhador presidente do período de consolidação de sua existência. A dinâmi-

ca atuação de Benício no Instituto encerra-se com a passagem da presidência a outra figura não menos ilustre – o General Tristão de Alencar Araripe. Araripe, que permaneceria, com raro brilhantismo, à testa do IGHMB durante seis mandatos.

Só comparável ao mandato de seus ilustres predecessores seria o do General Jonas de Moraes Correia Filho, estendendo-se de 1969 a 1982, pleno de realizações.

Tornaram-se credores, também, de imorredouro reconhecimento, os nomes dos presidentes Souza Docca, Garrastazu, Lisias Rodrigues, Gerson de Macedo Soares, João Batista de Mattos, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Artur Saldanha da Gama, Edmundo de Macedo Soares, Herick Marques Caminha e Jonas de Moraes Correia Neto.

Comprova-se, assim, a sábia afirmação de grande pensador francês, segundo o qual “nada nasce de nada”. Imensamente injusto é preterir, nesta vida tão curta, não datar, não relatar, não reverenciar os fatos e aqueles que os promoveram ou deles participaram com destaque, pois a evolução é o

progresso só se fazem pela transmissão da cultura e pela reconstrução de experiências.

A vida das entidades culturais é avaliada pelas suas atividades e realizações no campo da razão e dos valores do espírito. Seus frutos, às vezes imperceptíveis, só germinam no íntimo de cada um. Desempenham relevante papel na solução dos problemas multiformes da humanidade.

O IGHMB inclui-se, precisamente, dentre essas instituições que contribuem, anonimamente, para a interpretação e solução dos problemas nacionais, mediante o estudo dos fatores geográficos, históricos, sócio-políticos e econômicos. Até hoje, infelizmente, sem o devido apreço à obra meritória por ele conduzida, o Instituto persiste em seus esforços, orgulhoso do que lhe tem sido dado realizar. Dos campos da Geografia e da História Militar, sem idéias preconcebidas, sem distorções ideológicas, facciosismos e ufanismos, na esperança de ver, algum dia, sua finalidade e atuação prestigiadas e melhor compreendidas. Para isso, necessita de maiores recursos, que garantam a pesquisa e a di-

vulgação do trabalho realizado; necessita articular-se com as demais entidades culturais civis e militares, de maneira profissional, a fim de preservar a memória e os valores militares, além de transmitir, pelos estabelecimentos de ensino bélico, os conhecimentos indispensáveis à formulação de uma doutrina de emprego das Forças Armadas.

O Instituto deve estender sua experiência, também, às universidades, estimulando o estudo da História Militar, de modo a que se dissipem as barreiras entre civis e soldados, em benefício da nação. Se bem compreendidos os seus desígnios e prestigiada a sua atuação, temos absoluta certeza de que a obra se mostrará fecunda.

No elenco de suas realizações, podemos lembrar: a priorização do culto aos valores cívicos e históricos, os importantes trabalhos de pesquisa, a organização de seminários e simpósios, a participação em congressos internacionais representando o Brasil, o intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais, a difusão de conhecimentos através da Revista e de seus Boletins Informativos e – talvez sua colaboração mais

importante — a orientação fornecida para a redação da História do Exército Brasileiro, contribuindo assim, efetivamente, para mostrar que a História Militar se confunde com a História Pátria, como bem asseverava Pedro Calmon.

Matéria extraída da alocução do Presidente do IGHMB, Coronel de Artilharia e Estado-Maior Luiz Paulo Macedo Carvalho, na abertura da sessão magna do sexagésimo aniversário da Instituição.

INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE PASSO DO ROSÁRIO PELO DUQUE DE CAXIAS

Em 20 de fevereiro de 1827 teve lugar, próximo da atual cidade de Rosário do Sul, a maior batalha campal travada no Brasil. Nela se enfrentaram forças terrestres do Brasil com forças terrestres argentinas e orientais e cujo resultado foi indeciso, para uns, derrota brasileira, para outros, ou vitória, para outros tantos.

Em 28 de agosto de 1854, decorridos 27 anos da

batalha, o então Marquês de Caxias, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde 11 de maio de 1847 respondeu a questionário de 9 quesitos que lhe dirigira o secretário do IHGB, Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

Caxias, recém egresso da vitoriosa campanha contra os ditadores Oribe e Rosas (1851-52) respondeu o questionário com apoio em dados que colhere *in loco*, onde acampara por mais de 4 vezes, e em depoimentos de vários oficiais brasileiros, argentinos e uruguaios que participaram da batalha. Eis a síntese de como interpretou a batalha:

Os brasileiros dispunham de 5.007 homens (Cavalaria 2.731, Infantaria 2.036 e Artilharia 240). Os argentinos e orientais de 10.557 (Cavalaria 8.379, Infantaria 1.538 e Artilharia 600). Não participaram da batalha 1.720 brasileiros, que fariam subir o efetivo brasileiro na batalha

para 6.627, caso tivessem combatido.

O movimento inimigo retrocedendo através do passo do Rosário foi estratégico. Poderia ter sido previsto e não o foi, por não ter sido levado em conta que um exercito invasor e superior não poderia fugir à perseguição de um inferior numericamente e nem abandonar as posições que ocupara sem ter conquistado o fim a que viera.

O campo em que o General Alvear esperou as tropas brasileiras que marchavam às cegas e sem ter informações seguras sobre o inimigo, pôde por ele ser escolhido, e nele se exercitou por 2 ou 3 dias, segundo ouvi de oficiais argentinos e uruguaios, inclusive do General Eugênio Garzon,¹ que interroguei. Os brasileiros, surpreendidos, tiveram de aceitar a batalha no terreno para onde foram atraídos. A posição do inimigo, de antemão escolhida, forçosamente deveria ser muito mais favorável do que a deixada para os brasileiros.

¹ O General Eugênio Garzon se casara com antiga namorada de Caxias em Montevideu, durante a Cisplatina, em cujo contexto ocorreu Passo do Rosário: batalha em que combateu como coronel comandante de um Regimento de Infantaria do Exército Oriental. Mais tarde, Garzon e Caxias, aliados, comandaram os exércitos do Uruguai e do Brasil contra Rosas (1851-52).

Mas, em abono a verdade, não foi a posição favorável ao inimigo que lhe favoreceu na batalha. Se os brasileiros logo que tivessem reconhecido o inimigo mudassem a frente à direita, mais para cima, teriam anulado essa vantagem de posição, obrigando o inimigo a manobrar para combatê-lo e, logo a seguir, impedi-lo de adotar nova linha de batalha.

A surpresa impediu a reflexão.² E tudo foi confusão ao se avistar o inimigo onde ele não era esperado. O terreno ocupado pelo inimigo era mais próprio à Cavalaria do que à Infantaria e dominava o terreno ocupado pelos brasileiros, sendo assim mais favorável a sua Artilharia, superior a nossa, quantitativa e qualitativamente.

Havia, entre os Exércitos, uma sanga sem água e que era um fosso enxuto que só dava passagem à Cavalaria em poucos lugares. E qualquer dos exércitos que a atravessasse à vista do outro teria a dupla desvantagem de desfilar dominado

pelas vistas e fogos do outro ataque, e na retirada, em caso de insucesso.

O nosso general, não levando em conta as vantagens do inimigo, em efetivo e posição, ordenou o ataque. Adotou a Ofensiva quando julgo deveria ter adotado a Defensiva, esperando o inimigo na posição que os brasileiros foram obrigados a ocupar, compelindo o inimigo a atacar as tropas brasileiras e, assim, deixar a posição que vantajosamente ocupava.

As formações dos dois exércitos foram sempre paralelas. As tentativas de flanqueamento³ só foram feitas com vantagem pelo inimigo. Pois, no início da batalha, conseguiram tomar-nos as bagagens e as munições de reserva, só escapando as cavalhadas que seus encarregados, sem ordens e por iniciativa, as conduziram para São Gabriel. As duas divisões de Infantaria brasileiras permaneceram nas posições e só as deixaram mediante ordens.

A batalha durou 11 horas mais ou menos e, durante esse tempo, as unidades sustentaram as posições que lhes foram designadas pelo general. A retirada foi com-

petentemente ordenada pelo General-em-Chefe e muito bem aconselhada na falta de reservas; a de munições, tomadas no início da batalha; a de cavalhadas, evacuadas para São Gabriel, e a de tropas, que haviam sido engajadas na batalha, se encontravam exaustas.

A ausência de 1.200 homens da melhor Cavalaria, ao mando do Coronel Bento Manoel Ribeiro, destacada com o fim de observar o inimigo e com ordem de se reunir ao Exército, logo que ouvisse os primeiros tiros, o que não cumpriu, não obstante ter ouvido os estrondos da Artilharia inimiga. E, antes, retirou-se para mais longe supondo o nosso Exército perdido.

É opinião geral de todos os oficiais práticos da natureza da guerra que se faz nos campos do Sul de que os brasileiros não deveriam ter perseguido o inimigo que se retirava da frente do nosso. Não pelo receio de combater, por ser ele superior em forças, mas por estratégia.⁴

A distância de Coronel Bento Manuel, quando teve início a batalha, não passava de 6 léguas castelhanas. As baixas brasileiras foram mais de 200 e as

² Estudo de Situação.

³ Desbordamento.

⁴ Artil.

argentinas e orientais mais de 1.000.⁵

Fez bem o Marquês de Barbacena em ordenar a retirada em direção a São Sepé, em razão de os brasileiros estarem faltos de munição logo no início da ba-

talha, a Cavalaria quase inutilizada, depois de 11 horas de batalha, e no mesmo estado os muros da nossa Artilharia. Seria impossível ao Marquês de Barbacena tentar outra vez a sorte das armas enquanto não

pudesse se refazer de munições e cavalcadas.

Cláudio Moreira Bento,
Coronel de Engenharia e
Estado-Maior,
Sócio-benemérito do IGHMB.



ATUALIZE SEU CADASTRO

A BIBLIEX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!

NOME _____

ENDEREÇO para correspondência _____

CIDADE _____ UF _____ PAÍS _____ CEP _____

DATA DE NASCIMENTO _____ SEXO ☐ Masculino ☐ Feminino IDENTIDADE e órgão emissor _____ CPF _____

ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA _____

ENDEREÇO PROFISSIONAL _____

MILITAR ☐ POSTO / GRAD (se militar) _____ ☐ Ativo ☐ Reservado _____

CML ☐ PROFISSÃO (se civil) _____

REVISTA QUE ASSINA: ☐ A DEFESA NACIONAL ☐ REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO ☐ REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marclio Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-280
Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23 3365
Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@em.com.br

⁵ Foram baixas da Cavalaria contra os quadros da Divisão do General Calado.

COINCIDÊNCIAS E DESENCONTROS

Em conversa inesquecível que tive uma vez com Jorge

Luis Borges, ele falou-me longamente de sua admiração pelo Kipling poeta, mais ainda do que pelo autor de histórias maravilhosas como Kim, admiravelmente traduzido por Monteiro Lobato ou dos contos sobre a Índia. Já completamente cego e perto da morte que o colheria pouco depois em Genebra, onde está enterrado no mesmo cemitério de Calvino, Borges me disse que ninguém superou Kipling na expressão da dor física do câncer que poderia fim à sua vida.

Caricaturizado como apolo-gista do imperialismo, o criador do "Livro da Jungla" foi, na realidade, muito mais sutil e antecipou de certa forma a tese hoje tão em voga do conflito das civilizações, de Samuel Huntington. São de Kipling, com efeito, os versos famosos: "East is East and West is West, and never the twain shall meet" ("o Leste é o Leste e o Oeste é o Oeste, e jamais os dois gê-meos hão de se encontrar").

Aplicado ao conflito ideológico Leste-Oeste, a profe-

cia foi correta. Já no caso da suposta incompatibilidade entre os valores culturais asiáticos e os ocidentais em relação a democracia, direitos fundamentais e organização econômica, a conclusão é duvidosa.

Um exemplo pertinente é o das greves coreanas que inauguraram este ano, como as greves francesas haviam fechado 1995, com a mesma mensagem: a da ressurgência de um movimento sindical galvanizado pela resistência a mudanças no mercado do trabalho ou da previdência impostas em nome da globalização e dos imperativos de competitividade.

Conforme observou o escritor americano William Pfaff, existe em ambos os casos um fundo comum: a revolta contra a idéia de que os custos, reais ou fictícios, da globalização devem ser pagos exclusivamente pelos trabalhadores e não divididos com os proprietários, altos executivos ou investidores. Estes, ao contrário, nunca se locupletaram tanto. Os ganhos com a bolha especulativa da bolsa são tão artificiais que o próprio Alan Greenspan, presidente do Fed, denunciou a "exuberância irracional" dos mercados.

Deve haver algo de profundamente podre em matéria de senso moral num mundo onde o estúdio Walt Disney paga para afastar um diretor fracassado quase US\$ 50 milhões, e exige, por outro lado, que os trabalhadores se resignem a serem postos no olho da rua sem uma indenização razoável.

Tudo isso se faz em nome de uma doutrina segundo a qual as leis da economia não permitiriam mexer nos fabulosos ganhos dos altos executivos, proporcão cada vez maior dos lucros das empresas. Ainda mais intocáveis seriam os dividendos ou benefícios especulativos dos detentores do capital, agrupados sob o nome eufemístico e coletivo de "mercados financeiros", misteriosos, nervoso e ditatoriais, único poder diante do qual as democracias se confessam incapazes de exercer qualquer controle eficaz.

Pfaff tem razão ao dizer que no fundo é completamente arbitrário pretender que o retorno do capital seja mais importante, do ponto de vista social ou comunitário, do que ter uma força de trabalho dignamente remunerada e com um mínimo de estabilidade de emprego.

Suspeito que, em futuro não muito distante, essas explicações pseudocientíficas de um determinismo econômico contra o qual o homem nada pode nos soarão tão disparatadas e absurdas como as apologias "racionais" da escravidão ou do capitalismo selvagem do começo do século 19.

Aliás, a idéia de que a melhoria da produtividade e o aumento da competitividade devem ser obtidos à custa da remuneração ou da estabilidade dos trabalhadores é um claro retrocesso ao século passado, aos tempos em que Charles Dickens descrevia a miséria e a esqualidez dos bairros operários ingleses e, com a mesma matéria-prima, Karl Marx elaborava a teoria que iria revolucionar o nosso século.

Insistir em mergulhar nesse túnel do tempo é correr o risco de reacender conflitos que pareciam superados, de aprofundar desigualdades e lutas de classe, destruindo a coesão e a solidariedade indispensáveis a uma comunidade democrática.

A dolorosa transição atual, como a da Primeira Revolução Industrial, exige soluções mais equilibradas e humanas do que o

simplismo globalizador. É o que reclamam os grevistas franceses, alemães ou coreanos. O irônico é que na Europa os governos ameaçam as populações com o "bicho papão" da concorrência dos orientais, supostamente imunizados pelo confucionismo ou pelo estoicismo inato contra as sedução do consumismo ou simplesmente de uma vida melhor. As greves coreanas, da mesma forma que as lutas democráticas em outros países orientais, põem a nu o exagero desses argumentos e mostram que na Ásia, como na Europa ou na América, as pessoas anseiam por liberdade, democracia, direito à dignidade, ao trabalho e a um salário digno, que os direitos humanos e a liberdade são valores de apelo universal. Pois, como lembrava o governador inglês de Hong Kong, um golpe de cassete dói tanto na cabeça de um britânico como na de um chinês.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 27.01.97, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, secretário-geral da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.)

ESQUERDA, VOLVERI

Como o tique do personagem fascista de Stanley Kubrick, em "Dr. Strangelove", também é difícil conter o bracinho autoritário da esquerda. Com todo respeito à dor das famílias e à memória dos que morreram, a idéia de processar Bruno Barreto, diretor de "O Que é Isso Companheiro?", é sintomática.

Ilustra o que foi dito aqui, na semana passada: o filme não passaria na censura dos companheiros revolucionários, que, como se sabe, detêm o monopólio da história.

Na lógica radical de esquerda não há espaço para a diferença: historicamente, o método para tratar a dissensão é idêntico - ainda que mais refinado - ao da direita: eliminação física do dissidente.

Sejam os honestos os militantes da luta armada e das organizações revolucionárias não combatiam a ditadura militar em nome da democracia política. Combatiam pela revolução marxista-leninista. Todos eram favoráveis ao partido único e à ditadura do proletariado.

Não deixemos, também, recalcado um tema tabu no

militarismo de esquerda: o "justiçamento" de companheiros "traidores". Muitos se sentiram chocados quando o "Jonas" do filme avisa que mataria um companheiro em caso de desliz.

Isso não faz dele um simples "facínora", como disseram. Era um princípio reconhecido pelas organizações e, em mais de uma ocasião, levado à prática. Faz parte da história das esquerdas: o comandante do Exército Vermelho, que fez a revolução de 17, foi assassinado pelo comandante do Partido Comunista soviético.

*

É verdade que, à época retratada pelo filme, a inteligência e a justiça estavam do lado da esquerda. A idéia de revolução continha uma forte carga utópica. Tratava-se de criar uma nova sociedade, uma nova vida – e a violência, embora negativa, seria apenas a dor do parto.

A memória da experiência nazifascista, o imperialismo selvagem e a estupidez das ditaduras de direita se agigantavam ante os "desvios" do socialismo real.

Ainda que a barbárie stalinista já estivesse às claras, via-se com certa complacência o endurecimento

soviético – um processo gerado pela necessidade de defesa do Estado operário.

Hoje as vísceras do socialismo real estão expostas. Não façamos o papel dos abutres, mas também não fechemos as narinas: o que ali se montou, em tecnologia autoritária, em massacre de individualidades, em negação de liberdades, em extermínio de opositores, foi além de qualquer possibilidade de defesa.

Tudo ainda mais perverso, quando se pensa que todo esse aparato opressor foi posto em funcionamento em nome de um projeto "científico", em nome de um futuro cuja determinação estaria inscrita no DNA da história: matamos, censuramos, prendemos, mas é para o bem da humanidade, para criar um novo mundo, a Disneylândia social fantasiada por Marx...

O fato é que parte da esquerda, ainda hoje, restringe sua indignação à barbárie do Estado de direita e perdoa a sua própria intolerância.

Muitos não conseguem perceber que a história armou-lhes uma armadilha.

Reivindicam a seu favor liberdades políticas que o discurso marxista-leninista e a prática dos Estados socia-

listas não previam e não concederam a ninguém.

Um mínimo de "autocrítica", companheiros...

(Reprodução de matéria publicada em "14 Brasil", edição de 12.05.97, e assinada por Marcos Augusto Gonçalves, seu editor de domingo.)

DESTINAÇÃO HISTÓRICA DAS FORÇAS ARMADAS

O Brasil teve, na construção de suas instituições, um processo completamente diferente da América Espanhola. A começar pelo embate brutal da Conquista, o sangue e o saque. Hoje, 500 anos depois, permanecem ainda as evocações daquelas guerras, que se manifestam em organizações terroristas, como o Sendero Luminoso, do Peru, e alguns grupos radicais mexicanos que pedem vingança pelos astecas e pelos incas. O "encontro de duas civilizações" foi a melhor maneira de se tentar esquecer a luta pela posse das Índias Ocidentais.

No Brasil, em vez de Conquista, tivemos (já usando o jeito de flexibilizar) a Colonização, menos sangren-

ta, mas sem dúvida cruel. O padre Vieira dizia que a infelicidade da Terra era motivada pelo sangue derramado dos nossos índios.

O contraste continua com a formação dos estados nacionais. Na América Espanhola, eles surgem na lâmina da espada, na força das armas, impondo fronteiras e países.

Dizia-se que Bolívar bailara sobre uma mesa, ameaçando acabar com o Império do Brasil. Dom Pedro II acreditava nessa história. A ameaça não era contra o Brasil, mas com a forma de governo monárquico que então adotávamos. Bolívar tinha horror à reis.

Voltemos à Independência. Aqui, ela decorre de fato político. Dom Pedro I era contra o Absolutismo vigente em Portugal. Num gesto proclama a Independência, rompe com o pai, dom João VI, e funda um Estado.

Bolívar era republicano, mas ditador. E, como Napoleão, desejava que as instituições tivessem sua imagem e forma! Dom Pedro II era imperador mas, ao fundar o Império, a primeira tentação foi a de criar instituições por intermédio de uma Assembléia Constituinte que construísse o arcabouço legal do Brasil. Os

anais dessa Constituinte, que não veio a se concluir, são fascinantes. Aqueles homens chegavam a cavalo ou em carruagens, deixavam o chapéu nas cadeiras e discutiam abstrações. Falavam da liberdade de imprensa, e não havia no Rio de Janeiro tipografias em condições de fazer jornais. Dissertavam sobre os predicamentos da Magistratura, mas não tínhamos juízes. Falavam sobre direitos civis, e não havia autoridade pública. Sonhavam com uma Constituição para um país do qual ninguém conhecia os limites.

Na América Espanhola, as instituições e estados surgiram dos enfrentamentos e do fio da espada. No Brasil, ela foi obra do gênio dos nossos homens públicos, tendo à frente a figura de José Bonifácio. Os primeiros anos foram difíceis. Surgiram as dificuldades com a Confederação do Equador, o Fico, a crise da Abdicação, a Maioridade. Essas crises, por incrível que pareça, foram resolvidas no Parlamento. Foram soluções políticas e jamais extrapolaram para confrontações sangrentas.

Por outro lado, as forças irregulares, embrião das nossas Forças Armadas, exerceram um papel diferen-

te daquelas da América Espanhola. Lá, elas não participaram do sonho de Bolívar, dividindo-se e possibilitando a fragmentação da Grã-Colômbia. Aqui, aos militares foi dada a alta e extraordinária missão de manter a unidade, e as nossas espadas foram usadas para cumprir a destinação histórica das Forças Armadas. Essa missão, como bem fixou o almirante Custódio José de Mello, é a de equilíbrio entre os embates políticos, a serviço da moderação, da arbitragem, da pacificação. Não é por acaso que o patrono do nosso Exército tem o nome de Pacificador. Nessa observação não vai nenhuma medida de valor. Há a constatação da História. Napoleão fez as básicas instituições da França. Bolívar fez a América Espanhola, construiu países, sonhou com a unidade.

Aqui, Caxias, Osório, Tamandaré, Mascarenhas de Moraes, Castello Branco e tantos outros, cada um no seu tempo, deu uma contribuição definitiva na consolidação da pátria. Muitos deles foram políticos e soldados participando da construção da obra parlamentar. No presente, desaparecidas as hipóteses de guerra no mundo, os nossos exércitos

devem estar voltados para o cumprimento de suas missões profissionais, capazes de manter a ordem interna e proteger as instituições.

Para isso é necessário dar-lhes condições de treinamento, capacitação, operacionalidade, sem esquecer o lado humano do soldado, devolvendo-lhe o status social, diminuído por ressentimentos passados, assegurando-lhes melhores condições de vida, de trabalho, vencimentos condignos.

Portanto, vamos adotar uma vacina no Mercosul: evitar qualquer investida de vendedores de armas em processo de falência, à procura de mercados. Nada de competição armamentista. A prioridade é assegurar condições para que tenhamos ordem interna, riqueza e bem-estar social.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 01.05.97, e assinada pelo Senador José Sarney.)

A PRIORIDADE ASIÁTICA DE WASHINGTON

Confirmado para mais um quadriênio de moradia e trabalho na Casa Branca, Bill

Clinton quer agora aproveitar a oportunidade para construir imagem de "estadista-ponte" na transição do milênio. Seu empenho agora é com a História, de modo que vai com afinco devotar-se à política externa, desafio maior diante de um Congresso majoritariamente na oposição e bafejado por vigorosas correntes nacional isolacionistas. Se, na campanha de 1992, não enfatizou o papel que sua administração iria desempenhar no exterior — o retardatário discurso de Los Angeles pautou-se então por generalidades de sabor provinciano —, na deste ano falou ainda menos de suas pretensões d'além-fronteiras.

Seu teórico Anthony Lake, que o assessora em Segurança Nacional, lançou a tese da "diplomacia do alargamento", logo criticada nos meios acadêmicos e de consultorias estratégicas, em razão de inúmeros aspectos disjuntivos nela contidos. Clinton chegou a sobrepor as relações comerciais à diplomacia, entregando carta-branca a Mickey Kantor, incansável e agressivo caixeiro-viajante, que apenas sossegou ao suceder Ron Brown, tragicamente desaparecido em acidente aéreo

nas alturas nevadas da Bósnia-Herzegovina. Onde as teses de Lake e as atitudes de Kantor menos surtiram efeito foi na Ásia, que se consolidou como variável consistente da equação internacional e antepõe os seus aos valores do Ocidente. Encontrando-se com as lideranças leste-asiáticas em Seattle (93) e Bogor (94), Clinton não conseguiu demovê-las. O que mais desejavam, todavia, e elas ainda insistem na matéria, é que os Estados Unidos revissem os termos de suas atividades na área.

Não aceitam, v.g., a incursão de cláusulas sociais, ecológicas e de direitos humanos nas relações de comércio, tal como preconizado por Washington; as tentativas, por sinal baldadas, de refreamento da China, espicaçando o dragão em conjuntura de potenciaimento; o distanciamento e a quase indiferença quanto aos projetos regionais, como o da Gela (Grupamento Econômico do Leste Asiático), acalentado pela Malásia, ou do FRA (Forum Regional da Ansea: Associação de Nações do Sudeste Asiático), entidade que se ocupa da segurança regional; as "soluções" negociatórias sobre

a Coreia do Norte, que todos sabem não tratar-se exclusivamente de um problema de desnuclearização.

Os lestes-asiáticos que-rem uma presença norte-americana mais efetiva, inclusive militar, de vez que não se convenceram da "presença crível" acenada por Bill Clinton. Os exercícios missilísticos chineses sobre Formosa, ainda bem que exemplares sob o ângulo da precisão balística, vieram em março passado demonstrar que os porta-aviões *Nimitz* e *Independence*, ancorados nas cercanias, eram mais "olheiros" que forças de persuasão. O presidente dos EUA colheu lições na Ásia: indica prioridade inquestionável esse périplo em Subic Bay (Filipinas), ocasião em que vai rever os governantes desta parte do mundo por motivo do IV encontro de líderes da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), e nas aliadas Austrália e Tailândia. As visitas já estavam agendadas antes das eleições que lhe sorriram, porém agora possuem mais estofamento. O presidente está bem a par de que, no Leste Asiático, se 10 países detêm 25% da riqueza mundial, daqui a pouco menos de duas décadas a cifra

tenderá ao dobro. Grande pólo de fornecimento de matérias-primas e cooperação econômica à Ásia, a Austrália vai ouvir o discurso programático do visitante, mas dará seu exemplo de como relacionar-se com os governos do maior dos continentes. A seu turno, a Tailândia, de lealdade estratégica insofismável, constitui fonte preciosa para a compreensão das sutilezas sub-regionais.

Nesse sentido, a viagem transpacífica de Bill Clinton é de fundo, por assim dizer, didático. Washington tem pela frente todo um trabalho de recomposição de interesses no Leste Asiático, daí a necessidade de melhor dialogar politicamente com os países da região. E tem sobretudo de chegar a um entendimento, não só em termos bilaterais, com a China, a maior potência da Ásia. Apesar de não ter ainda sido admitida na OMC (Organização Mundial do Comércio), por ação dos EUA, ela tem respondido à altura aos cercos institucionais que a administração norte-americana lhe arma. O saldo de US\$ 16,5 bilhões da balança chinesa de transações correntes deve-se em grande par-

te aos seus intercâmbios superavitários de mercadorias com os ávidos consumidores norte-americanos, de maneira que a ação da dupla Kantor-Barshefsky não produziu os efeitos desejados. Por esses e outros motivos, as relações Washington-Pequim tornaram-se as mais importantes na cena internacional.

Não será fácil para Clinton a sua atividade externa. O destino da Rússia, concentrado nas mãos de um Bóris Éltine em condições de fragilidade física; a paz israelo-palestina, como a teceram os norte-americanos, por um fio; idem a concebida em Dayton para a Bósnia-Herzegovina, cujos acordos não foram convenientemente executados; o "bonde errado" que os norte-americanos tomaram no Afeganistão, na crença de que só o Taliban poderia fazer face às investidas iranianas na Ásia Central; as drásticas reações européias ao unilateralismo das legislações comerciais (Helms-Burton, D'Amato, bloqueio das discussões multilaterais sobre serviços financeiros, telecomunicações, transportes marítimos e outros tópicos) – eis, em termos gerais, o quadro

complicado em que atuará o presidente recém-conduzido dos EUA.

Nada mais desafiante, entretanto, que a sua frente asiática, sujeita a nacionalismos contidos com os esparadrapos de ajustes remendados e concessões tópicas. Enquanto se empurra com a barriga a reunificação coreana e não se definem as soberanias de arquipélagos e ilhotas nos mares da China, esta vai reincorporar Hong Kong no primeiro semestre de 1997: são US\$ 276 bilhões em depósitos bancários em sua praça transnacional, US\$ 60 bilhões de reservas cambiais, o porto de contentores mais movimentado no mundo (12,3 milhões de TEUs), obras públicas faraônicas, como o novo aeroporto e seus acessos de US\$ 23 bilhões, e 6,3 milhões de habitantes à razão de US\$ 24 mil por cabeça. E, o que é mais, apesar de raramente divulgado, 1.756 empresas chinesas manipulam US\$ 42 bilhões na praça comercial e financeira do enclave, soma que aumentará até a transferência de soberania. Mais que em qualquer pista de *jogging*, o presidente *baby boomed* (fruto da "explosão de bebês" nos EUA

do pós-guerra) vai precisar de muita energia mesmo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22.11.96, e assinada por Arnaldo Carrilho, Embaixador do Brasil na Tailândia, no Camboja e em Myanmar - ex-Birmânia.)

CORRIDA DE FUNDO

Se uma tonelada de óleo de soja embarcada em porto argentino custa 3 dólares, contra 11 dólares em porto brasileiro, será deste país um problema de câmbio ou de escandalosa ineficiência?

Por mais que se discutam o comércio exterior e as estatísticas de importação e exportação, não se chegará a lugar nenhum, a nada mesmo, enquanto o Brasil gravitar em torno da idéia fixa do câmbio, esquecendo-se de repetir à exaustão que temos um problema prioritário, e esse problema chama-se custo Brasil.

Bem pensado, o Brasil nunca teve contabilidade de custos. Com uma inflação de 40% ao mês, qualquer variação na taxa de juros ou qualquer esperteza na admi-

nistração de um caixa compensava, larga e fartamente, a baixa competitividade industrial ou de serviços.

É preciso, portanto, que se acelerem todas as providências para reduzir os custos operacionais que envolvem as exportações. A Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) do ex-ministro Pratini de Moraes, ganhará muito mais pontos perante a opinião pública em sua causa para alavancar as vendas externas se dirigir seus holofotes para os custos, em lugar de tocar o samba de uma nota só do câmbio.

O governo andou na direção certa ao privatizar as ferrovias. Um grande passo foi dado. As ferrovias surgiram e cresceram no Brasil dentro de conceitos geopolíticos e estratégicos largamente influenciados por questões de segurança, ou para atender a ciclos do desenvolvimento rural e industrial. A Mogiana, em São Paulo, assim como a Ferrovia do Aço, entre Minas e Rio, foram desenhadas para atender aos ciclos de desenvolvimento do café e do ferro. Sua inspiração vem dos tempos em que uma siderúrgica de Volta Redonda surgia do nada, plantada no in-

terior do Estado do Rio (e não nos portos, como fizeram os japoneses e os coreanos) porque era preciso protegê-la contra a artilharia inimiga (!) que ocasionalmente atingisse o litoral fluminense.

Sepultados os ícones e fantasmas da II Guerra Mundial, o que temos hoje é uma corrida rápida rumo à produtividade em que o complexo ferroviário, portuário e de retroporto precisam se integrar com enorme velocidade. Do contrário, o que se ganha em frete numa ponta, perde-se em capatazias e custos de embarque na outra.

Nunca é demais lembrar à opinião pública o descalabro em que se transformaram as ferrovias brasileiras. Entre a decisão de privatizar a RFFSA e a transferência de suas malhas ferroviárias ao setor privado, o número de empregados da Rede caiu de 150 mil para 45 mil, sendo que os particulares podem operar a malha com 20 mil.

Quem pagou a gordura do fundo de pensão da Rede e os custos do enxugamento da folha foi o contribuinte. Isto para não falar na baixa capacidade de carga, na ineficiência e na precariedade

do transporte intermodal provocados pela estatização.

*(Reprodução de editorial do
Jornal do Brasil, edição
de 09.01.97.)*

A FORÇA DA UNIÃO

A anunciada disposição da Chilectra, do Chile, de criar um sistema integrado de distribuição de energia elétrica no Mercosul, a partir da compra da Cerj, revela que as oportunidades de integração da infra-estrutura dos países sul-americanos são hoje o principal motor que move a adesão de novos sócios, como a Bolívia e a Venezuela, ao grupo inicial dos quatro fundadores.

Em pouco mais de um mês de associação ao Mercosul, os chilenos, que viviam isolados pelos Andes, compreenderam que compartilhar da infra-estrutura de energia, transportes, telecomunicações e serviços financeiros seria o melhor caminho para encurtar a distância em relação aos argentinos, brasileiros, uruguaios e paraguaios.

A economia de escala concebida pela Chilectra foi

uma das idéias detonadoras do Mercosul, ao lado da criação de barreiras alfandegárias comuns. O embrião da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço e o Benelux precederam de uma década o Mercado Comum Europeu (1957), transformado em 1992 na União Européia. A globalização da economia fez do ganho de escala começo, meio e fim dos grandes empreendimentos atuais.

Imagine-se reproduzir o aproveitamento binacional por Brasil-Paraguai da energia de Itaipu – precursor da integração da infra-estrutura do Mercosul – nas áreas de transporte (interligação de ferrovias, vias fluviais e estradas) e na operação de satélites multinacionais para baratear comunicações e melhor reprimir o narcotráfico e o contrabando de armas e riquezas naturais. Todos sairiam ganhando.

A disposição de grupos chilenos e argentinos de participar do leilão da Malha Sul da Rede Ferroviária Federal confirma a tendência à integração sul-americana. Servindo aos portos de Paranaguá (PR), São Francisco (SC) e Rio Grande (RS), a Malha Sul pode integrar-se às ferrovias da Ar-

O horror, última palavra de Kurtz ao morrer, o horror do abismo de crueldades sem sentido estava muito além de qualquer banal explicação do inexplicável, de todo ensaio linear de descrição.

A intuição das profundezas permitiu a Conrad e Coppola perceber que a loucura só pode ser traduzida pela loucura, que apenas o terror do pesadelo é capaz de captar o mistério da iniquidade.

Conrad teve a intuição do horror do colonialismo; Coppola, o da guerra do Vietnã. A realidade foi, porém, muito mais longe. O que ambos imaginaram parece imagem desbotada ao ser comparada com o horror de verdade, o que aconteceu no Camboja.

Em Phnom Penh, onde acabo de chegar, o horror do colonialismo e o da guerra do Vietnã se combinaram para escrever um dos mais tenebrosos capítulos da história da desumanidade.

Num país pequeno, quase idílico, 500 mil foram mortos pelas bombas americanas, mais maciças do que as despejadas sobre o Japão durante toda a guerra. Dos sobreviventes, mais de 1,5 milhão foi massacrado pelo Khmer Vermelho.

Vinte por cento da população, uma pessoa em cada cinco, pereceu em meio à indiferença do mundo.

Um dos ministros com quem conversei me disse, com ironia negra, que a maior contribuição da cultura ocidental ao Camboja havia sido o curso de doutorado na Sorbonne dos autores de uma das mais monstruosas teses da história da loucura humana. Outro me comentou que, em realidade, o maoísmo e a Revolução Cultural só foram levados às últimas consequências no Camboja.

Enquanto Stálin pensava construir um futuro radioso, o Khmer Vermelho pretendia retroceder a um passado de mitologia, uma sociedade agrária, auto-suficiente e sem classes. Para isso, era preciso extirpar sem piedade todo verniz de modernidade e urbanização, todo resquício de civilização e cultura.

Quando o banho de sangue acabou, haviam sobrado 6,5 milhões de pessoas, dentre as quais apenas 64 "intelectuais", assim considerados os que tinham alguma educação universitária.

Diante da enormidade do que sucedeu aqui, como negar o poder destrutivo das idéias enlouquecidas? A de-

turpação do marxismo, por exemplo, passando do sonho de criar um homem novo a pretexto de atrocidades que destruíram dezenas de milhões de vidas, constitui certamente uma das grandes tragédias deste triste século.

O resultado é que, no centro mesmo da área que mais cresce no mundo, entre a China, a Tailândia, a Malásia, Cingapura e Indonésia, o Camboja se descobre, após tanto sofrimento, como um dos países mais desesperadamente pobres do mundo.

Como explicar que a Tailândia vizinha, herdeira da mesma cultura budista, de instituição monárquica parecida, nunca tenha sido colônia de ninguém, sabendo aliar-se pragmaticamente ora aos ingleses, ora aos japoneses, ora aos americanos, e se desenvolve, há mais de três décadas, com uma das mais elevadas e estáveis taxas de crescimento?

Algo se deve à qualidade da liderança política, sua moderação, seu senso de oportunidade. Muito, contudo, é fruto ainda da guerra do Vietnã.

O Camboja teve o infortúnio de estar no lugar errado, bem no meio do teatro da guerra. Acabou, assim, como vítima de uma briga que não

era sua e uma das primeiras peças a tombar no jogo de dominó dos adversários.

O irônico é que as outras supostas peças converteram-se hoje nas locomotivas do desenvolvimento do Sudeste da Ásia, e o Vietnã é que se prepara para tomá-las como modelo, e não o contrário.

A catástrofe humana do Camboja é uma prova adicional de que, uma vez posto em marcha, o ciclo atroz da guerra só se detém após ter triturado milhões de inocentes. É que a brutalidade é sempre capaz, mesmo numa cultura tolerante como o budismo, de escancarar o abismo que existe no coração de cada homem.

(Reprodução de matéria

publicada na Folha de S. Paulo,

edição de 15.03.97, e assinada

pelo diplomata Rubens

Ricúpero, Secretário Geral da

Unctad - Conferência das

Nações Unidas sobre Comércio

e Desenvolvimento.)

PILARES TRANSPACÍFICOS E GLOBALIZAÇÃO

Quando ainda estávamos às voltas com a projetada distribuição das capitâneas here-

ditárias - esquema de partilha do poder que nos persegue desde o século 16 -, o circunavegador Fernão de Magalhães apontou-nos o caminho. Corrigiu o equívoco de Colombo, mas cometeu outro, ao acreditar na bonança permanente do maior espelho d'água do planeta e na mansidão dos pintados melanésios. Teve sorte se suas naus não arrostaram procelas, tão comuns no Pacífico dos maremotos e tufões, porém acabaria devorado pelos nativos da ilha de Mactán. O diário de bordo de Pigafetta, citado nessa obra-prima que é o discurso de Gabriel García Márquez ao receber o Prêmio Nobel em Estocolmo, constitui documento básico para qualquer tentativa de aproximação da América do Sul com o Leste Asiático. Nossos absurdos estão ali apreciados pela razão dominadora do Ocidente, como a orientar-nos sobre o que não devemos fazer na região mais dinâmica do universo econômico: comportarmo-nos como o que não somos.

Ao emergir das cinzas, reconstruído, para atingir o patamar da autopropulsão na primeira metade dos anos 60, o Japão veio comprovar

que o Ocidente não mais seria o centro do mundo. Eram tempos de Eisaku Sato, cujo governo administrou com parcimônia a primeira onda de prosperidade japonesa, além de organizar e levar a termo a Exposição de Osaka (1970), marco revelador de uma superpotência econômica e tecnológica. Quatro anos depois, um vice-premier chinês, baixinho de compleição e apenas reabilitado por Tchou En-lai das humilhações e ofensas que sofrerá com as intrigas do Bando dos Quatro e os desmandos violentos da Guarda Vermelha durante a Revolução Cultural, utilizaria conceitos inéditos perante a 29ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Ele simplesmente refugava o isolamento do seu país e a tese da auto-suficiência econômica, tão cara aos socialismos reais e afagada pela cegueira nacionalista dos rincões mais pobres da Aldeia Global. Era Teng Hsiao-ning (Deng Xiaoping).

Enquanto isso, velhas nações mais a Sudeste, libertadas do jugo colonial, investiram logo, e maciçamente, seus poucos recursos em educação e saúde. Pouco a pouco, evitando com sabedoria endividamentos es-

tranguladores, foram gradualmente instalando parques industriais voltados às exportações, mediante investimentos externos pagos pelo comércio de mercadorias. Já na presente década, também a Índia e outros países da Ásia Meridional viam imitar o grupo, ainda que tardiamente. Tudo isso alicerça o que os leigos (às vezes não tanto) apelidam de "milagre asiático". O fato é que não há milagre nenhum nisso tudo. Há é muito trabalho dos tigres e dragões, assimilação de técnicas produtivas, poupança consensual, direcionamento bem conduzido de inversões, inclusive em setores de tecnologia de ponta. Há, sobretudo, continência social, mais negócios que política e esta a serviço deles, não obstante as contrapartidas da corrupção e atrabiliariedade.

Não foi nem é fácil a caminhada asiática nesse arco de mais de 30 anos, as incursões da guerra fria a resultarem nos conflitos armados de milhões de vidas ceifadas, devastações ambientais, surtos guerrilheiros e golpes de Estado de extrema violência. O Ocidente, neste incluído os leste-europeus (até os Urais), dava-se no mesmo período a

esbanjamentos de riqueza ou a regressões autoritárias; o Oriente, a seu turno, obrigado à convivência, sofreu intervenções militares, agressões neocoloniais e até hoje lida com as arrogâncias paternalistas do primeiro. No entanto, a partir dos anos 80, de "década perdida" para muitos, o mundo passou a assistir, estarrecido, ao invulgar crescimento do Leste Asiático, e dele precisar.

O pilar japonês inspirou a construção de outros, na AEC (Área Econômica Chinesa: China, Formosa; Hong Kong e Macau) e na Ansea (Associação de Nações Sudeste-Asiáticas: Brunei Darussalam, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietnã, a serem em breve engrossadas com o Camboja, o Laos e Mianmar). Habitados ao que Glauber Rocha chamava de "mito da civilização atlântica", os brasileiros devotamos a esses países apenas conceitos de exotismo e vagos desejos de turismo secundário. Ora, se a AEC já regula o equilíbrio de empregos nos EUA, a Ansea, mantidas suas taxas de crescimento nos últimos 10 anos e já quarta entidade comercial do mundo, deverá superar os intercâmbios

japoneses, em valor e volume, na primeira década do século 21. Como o Mercosul chegou enfim ao Pacífico por meio do Chile, tem tudo para erguer o seu pilar, com vistas ao lançamento de ponte interoceânica. Afinal, adernados os eixos transatlânticos, é no oceano singrado por Fernão de Magalhães, vai fazer 500 anos dentro de pouco mais de duas décadas, que a globalização será mais efetiva. É na Ásia que encontraremos inspiração para preservar nosso modo de ser e estabelecermos competitividades comparativas: este é o bom entendimento globalizante, não o que adota a crítica e caudatariamente valores alheios.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 21.03.97, e assinada por Arnaldo Carrilho, embaixador do Brasil na Tailândia, no Camboja e em Mianmar - ex-Birmânia.)

ATITUDE OBSCURANTISTA

As polêmicas em torno da clonagem de seres humanos não são novidade na comunidade científica ou nos meios de

comunicação. Em 13 de outubro de 1993, por ocasião da reunião da Sociedade Americana para a Pesquisa da Fertilidade, realizada em Montreal, os pesquisadores Jerry Hall e Robert Stillman anunciaram um feito surpreendente: eles conseguiram transformar um único embrião em vários outros a partir da separação das primeiras células (blastômeros) de uma mórula (primeiro estágio do desenvolvimento embrionário). Mesmo trabalhando com embriões cromossomicamente anormais que não sobreviveriam a uma gravidez e paralisando as pesquisas quando a subdivisão celular de cada embrião chegou ao número de 32 células, a pesquisa provocou uma enorme celeuma. Pelo fato de terem demonstrado a possibilidade de clonar seres humanos esses cientistas tiveram que interromper seus trabalhos.

No caso da técnica utilizada para se produzir a ovelha Dolly, é preciso ter em mente, em primeiro lugar, que foi a imprensa leiga que a denominou de clonagem. A ovelha Dolly, porém, não é um clone, pois é o resultado da união de uma célula sexual feminina enucleada (um ovócito, por sinal de

uma ovelha preta, da qual se tirou o núcleo) com uma célula somática obtida por cultura de células da teta de uma ovelha branca.

A grande façanha do procedimento que gerou a ovelha Dolly foi fazer com que o DNA de uma célula adulta, já diferenciada, que estava em grande parte inativado, fosse revertido e transformado no DNA de uma célula indiferenciada e, portanto, capaz de voltar ao estado embrionário para a criação de um novo ser. Isso abre uma grande perspectiva à Ciência. Em primeiro lugar porque poderá garantir a reprodução mais rápida e segura de animais transgênicos, utilizados pela indústria farmacêutica. Por outro lado, o domínio dos conhecimentos sobre a diferenciação celular deverão servir, no caso de moléstias degenerativas ou de acidentes, para a produção de tecido nervoso e muscular, cujas células, como se sabe, não se renovam no corpo humano após o nascimento.

Pesquisas desse tipo nada têm, pois, de imoral ou antiético, já que têm como finalidade precípua a felicidade humana pela criação e a salvação da vida. Impedi-

las será uma atitude obscurantista.

É claro que há necessidade de um mecanismo regulador, de normas que limitem as experiências dentro de estritos parâmetros éticos, mas há que se lembrar que esses limites também precisam ser impostos a pesquisas que são realizadas sob aplauso da mídia, principalmente na área de reprodução assistida ("bebês de proveta"). Sob esse aspecto algumas questões se fazem pertinentes. Assim, no caso da fertilização assistida que dá ou pode dar origem a gêmeos dizigóticos, também não existiria, porventura, a possibilidade de seu mau uso? A que tipo de controle estão sujeitas essas clínicas, na quase totalidade particulares e às quais têm acesso apenas pessoas com alto poder aquisitivo? Quem possui a autoridade para decidir o planejamento genético da sociedade humana? Quem conferiu aos especialistas em fertilização assistida o *jus necis et vitae*, ou seja, o direito de vida e morte, em relação aos fetos?

A nosso ver, essas questões apontadas e muitas outras deveriam passar por uma discussão pública, antes que, como na Alemanha

nazista, um pequeno grupo de cientistas forneça suas idéias de modo organizado para serem aproveitadas pelos legisladores e divulgadas pelos meios de comunicação sem a análise crítica e a aprovação de amplos segmentos da sociedade.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 23.03.97, e assinada por Bernardo Beiguelman, professor-titular do Departamento de Genética Médica da UNICAMP.)

DESENVOLVIMENTO: AINDA UM DESAFIO MUNDIAL

Nesta época em que tanta atenção é dispensada à globalização econômica, continua necessário manter sob exame o problema mundial do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que se configura uma categoria de países em desenvolvimento que aumenta o seu espaço na economia mundial, consolidam-se vastas áreas de pobreza – e mesmo extrema miséria –, principalmente na África, mas com significativos bolsões na Ásia e na América Latina.

Os violentos contrastes entre as regiões retardatárias e os centros avançados no Brasil, ou entre o interior e áreas costeiras da China, por exemplo, são emblemáticos dos problemas da ordem econômica contemporânea, cujas perversidades, aliás, não poupam nem mesmo países mais desenvolvidos. Ilustram esses exemplos, ainda, as dificuldades específicas que os Estados nacionais, até mesmo os mais ricos, enfrentam para reduzir seus desequilíbrios econômicos. Não subsiste a esperança de que a operação dos mecanismos de mercado possa por si só constituir uma solução global para problemas dessa envergadura.

Persistem e até se agravam os desequilíbrios econômicos mundiais. Torna-se ainda mais inquietante o quadro atual de protecionismo comercial nos mercados dos países desenvolvidos. Reduz-se, assim, a capacidade competitiva de países como o Brasil, o que afeta profundamente tanto os setores manufatureiros quanto os agrícolas. Do ponto de vista estrutural, observe-se que a indústria brasileira representa 72% do PNB, excluídos os serviços, e que as

exportações de produtos industrializados para os EUA e a Europa alcançam, respectivamente, 86% e 52,5% de nossas pautas comerciais com esses dois clientes. Devem, ainda, ser considerados os dados segundo os quais a Europa absorve a metade e os EUA a décima parte das exportações brasileiras de produtos básicos. Esses números se correlacionam com problemas de fundo de nossas exportações e colocam em perspectiva questões como o conteúdo tecnológico dos produtos exportados e o conhecido panorama de protecionismo no campo agrícola.

Os problemas em escala mundial, no entanto, nem de longe param aí. Fonte confiável – o recentíssimo relatório anual da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que em Paris congrega os países desenvolvidos – assinala que a assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) alcançou em 1995 seus menores índices desde 1950, quando pela primeira vez se compilaram estatísticas sobre o assunto. Na longa relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento inexistente, no pós-guerra, atividade

mais tradicional e mais consolidada.

Ainda assim, em 1995, o valor total da AOD mundial foi de US\$ 58,9 bilhões, caindo em relação ao ano precedente, quando alcançou US\$ 59,1 bilhões. Considerando a taxa de inflação internacional, essa queda, em termos reais, foi pelo menos de 3%. Tal variação, já em si mesma significativa, assume importância ainda maior quando se tem conta que, desde 1992, a AOD mundial registrou decréscimo de 9%, em valores constantes.

Por outro lado, os países que mais necessitam da AOD (pelo menos os 48 Estados mais pobres do mundo, com renda *per capita* em torno de US\$ 350 anuais) apresentam taxa média de crescimento demográfico de, no mínimo, 2,5% ao ano. Portanto, a AOD *per capita* em termos reais recebida pelos países em desenvolvimento declina consideravelmente. Para agravar essa situação, tenha-se em mente que a AOD inclui em certos casos a assistência militar e outras atividades que pouco contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico.

A meta hoje aceita para a AOD é de 0,7% do Pro-

duto Nacional Bruto (PNB) dos países doadores. Em tempos mais generosos (ou, pelo menos, quando era maior o interesse pelas ex-colônias, especialmente as africanas e quando o risco do comunismo estava presente), tal meta chegou a ser de 1%, cifra agora inimaginável.

A performance dos países doadores é também muito desigual, variando desde a Dinamarca, que contribui com 0,9% de seu PNB, à Itália, com 0,15% e os EUA com 0,1%. Em termos absolutos, Japão (US\$ 14,5 bilhões), França (US\$ 8,5 bilhões), Alemanha (US\$ 7,5 bilhões) e EUA (US\$ 7,4 bilhões) continuam sendo os principais doadores. Por outro lado, caso ainda valesse a meta de 1%, os EUA deveriam contribuir com cerca de US\$ 60 bilhões anuais em AOD e, segundo a meta atual de 0,7%, sua contribuição deveria ser de, pelo menos, US\$ 42 bilhões por ano.

As perspectivas de elevação da AOD mundial nos próximos anos são pouco animadoras, dadas as realidades fiscais. Tanto os países da Europa ocidental, quanto os EUA e o Japão enfrentam graves problemas de desequilíbrio. No

grupo de 15 países europeus-ocidentais que forma a União Européia, a criação da moeda única (o euro) a partir de 1999 requer a satisfação por cada país-membro dos chamados "critérios de Maastricht" (*déficit* público de, no máximo, 3% do PIB e dívida pública total de menos de 60% do PIB).

No Brasil, temos condições para acompanhar de forma isenta a evolução desse tema de tanto interesse para os membros mais pobres da comunidade internacional, uma vez que, no nosso caso, são marginais os benefícios que o país eventualmente colhe da assistência oficial ao desenvolvimento.

Argumenta-se, às vezes, que as reduções observadas na AOD global seriam *compensadas* pelo incremento dos fluxos de investimentos diretos, o que merece qualificação, pois são débeis as correlações entre esses dois fluxos. Na verdade, tais investimentos se concentram em apenas cerca de 10 países da Ásia e da América Latina, inclusive o Brasil (os chamados "mercados emergentes"), os quais não estão entre os beneficiários significativos da assistência oficial direta.

Muitas, portanto, são as dificuldades mundiais neste momento em que secam os fluxos de assistência externa ao desenvolvimento. A necessidade da integração das regiões mais atrasadas ao avanço econômico e da solução das disparidades sociais requer que os graves desequilíbrios antes apontados sejam urgente e construtivamente equacionados pela comunidade internacional. Caso contrário, as virtualidades positivas dos processos de globalização e de regionalização, cantadas cotidianamente em prosa e verso, jamais chegarão a realizar-se em sua plenitude.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 05.02.97, e assinada pelo Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, diplomata Ronaldo Mota Sardenberg.)

72 FORÇAS ARMADAS SE MODERNIZAM COM MATERIAL USADO

Tendo um dos menores orçamentos militares do mundo – 0,9% do Produto Interno

Bruto (PIB) – as Forças Armadas brasileiras estão sendo obrigadas a recorrer, cada vez mais, a equipamentos de segunda mão para se reaparelhar. O Exército acertou em janeiro a compra de 87 tanques de guerra Leopard, de fabricação alemã, do Exército da Bélgica. Eles têm mais de 25 anos de uso e custaram R\$ 15 milhões. Os Leopard vão substituir, aos poucos, os tanques M-41, fabricados na década de 50 pelos Estados Unidos. A Aeronáutica, onde 20% da frota de 800 aviões não saem do chão por falta de recursos para manutenção e reposição de peças, confirmou há dois meses a compra de 20 helicópteros UH-1H, usados pelos americanos no Vietnã no início dos anos 70.

Um pouco mais recentes são os quatro F-103E/D Mirage, fabricados entre 1975 e 1977, também recém-adquiridos pela Força Aérea Brasileira (FAB). Os novos Mirage têm condição de operar, segundo a FAB, até o ano 2005. A Aeronáutica adquiriu, ainda, um helicóptero CH-34 VIP para servir ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo de segunda mão, ele custou R\$ 15 milhões.

A Marinha pretende gastar, este ano, R\$ 316 milhões para a modernização de sua esquadra despesa razoável quando se leva em conta que a força tem um orçamento previsto para custeio, em 1997, de R\$ 593 milhões. A Marinha pretende, ainda, revitalizar o velho porta-aviões Minas Gerais com a compra de aviões Sky Hawk, fabricados pelos americanos no fim da década de 60. Antes, porém, precisará de autorização do presidente da República para operar aviões – hoje uma exclusividade da FAB.

– Dentro das nossas limitações, compramos equipamentos reciclados de ótima qualidade. É uma falácia afirmar, por exemplo, que as Forças Armadas brasileiras estão se reaparelhando com sucata de outros países – afirma um oficial do Alto Comando.

Existe hoje no Brasil pouco mais de 300 mil militares na ativa, de recrutas a oficiais-generais. É um efetivo reduzido – mas caro, diante dos recursos disponíveis, para um país de dimensão continental. Na avaliação dos militares, as restrições de contingente têm que ser compensadas pela aquisição de equipamentos de tecnologia avançada. Mas

norte-americano. Depara com uma reportagem, foto de meia página, a bandeira da foice e martelo ao fundo com a histórica revolucionária stalinista Elza Monnerat, contando, com a ênfase com que Plutarco retratou seus homenageados gregos e romanos, os seus feitos na Guerrilha do Araguaia.

Noutro exemplar, lê o laudo do legista sobre o ex-Capitão Lamarca, que proporcionou ao repórter o Prêmio Esso e, à família do morto, uma indenização vultosa, que se somou à pensão que o Exército vem pagando, há anos. Enerva-se: "Logo Lamarca, que desertou, roubou armamento, matou o pobre segurança de banco e esfacelou o crânio do tenente paulista, seu prisioneiro. Que indenização é essa?" Passa os olhos nas páginas políticas e descobre, chocado, que o sr. Miguel Arraes é Governador de Pernambuco pela segunda vez, depois que foi anistiado. Novas revelações o espantam. No mais importante estado da Federação há um governador que fora cassado em 69, tido como perigoso agitador a serviço da conversão de Carlos Lacerda ao projeto da Frente Ampla, destinada a derrubar o Go-

verno Costa e Silva. No Rio de Janeiro, vê outro cassado, esse de menor reputação, sucedendo a Chagas Freitas, que de opositorista só tinha o nome. Era mais que colaborador do regime, pois se comportava como "colaboracionista no termos que os franceses deram aos seus compatriotas, que, servilmente, serviram aos alemães" ou por serem admiradores do paranóico autor do Mein Kampf. Esse ainda era suportável.

Sua perturbação mental se agrava a cada descoberta. Informam-lhe jornalistas que, a título de ressarcimento da punição recebida por motivação ideológica, estão recebendo do pobre INSS pensão mensal superior aos vencimentos do Presidente da República, enquanto os treze milhões de trabalhadores aposentados recebem o miserável "salário-mínimo". Fica indignado, especialmente quando se detém num dos beneficiados, que fez carreira milionária como autor de novelas da TV Globo, nas quais fazia a propaganda, não muito subliminar, da crítica marxista à burguesia. E mais indignado quando lê os nomes de outros indenizados, que chegou a conhecer frequentando, melifluos, os

quartéis nos anos 60.

Olha a foto do Presidente. Pergunta se não era um dos professores da USP que promoviam estudos da obra de Marx, em simpósios, e que o Ministro Gama e Silva considerava como a célula mais perigosa existente na Universidade Paulista. Dizem-lhe que sim, mas que já não era mais o mesmo. Até pedira, segundo boatos, que esquecessem o que havia escrito, ao tempo em que era o "príncipe dos sociólogos nativos". Convertido à Social-Democracia, era um bom Presidente, que agora combate as invasões de propriedades rurais e recebe críticas acerbas de ex-companheiros de crença.

Em seguida chega ao paroxismo. Lê que o Prefeito de Santos, filho de um comunista dos mais radicais, desaparecido na luta armada, acabara de inaugurar um monumento a Luiz Carlos Prestes e outro a Marighella, enquanto no Rio de Janeiro o nome de Lamarca era dado a uma rua.

Esperançoso de uma boa notícia, pergunta como se dera a última comemoração da Intentona Comunista, na Praia Vermelha quando, em 1935, ao comando de Prestes, se revoltara o 3ª Regi-

mento de Infantaria, e os comunistas haviam matado, de maneira desleal e infame, seus companheiros legalistas. Soube que tal comemoração fora banida das efemérides castrenses. Agarrou-se à última esperança, indagando: "É a comemoração de 31 de Março, data em que nos livramos de virar uma imensa Cuba?" Também fora eliminada, responderam os médicos.

Então desesperado, ordenou: **"Bota o Tubo!"**

(Reprodução de matéria publicada no Jornal Letras em Marcha - Jan/Fev 1997, transcrição do Correio Braziliense - assinado pelo Coronel de Artilharia e Estado-Maior Jarbas Passarinho.)

APÓSTOLO DO BRASIL

A 8 de maio de 1553, afastava-se do Tejo o grande veleiro que levava ao Brasil Duarte da Costa, segundo governador-geral. A bordo ia um grupo de sete jesuítas e, entre eles, o irmão José de Anchieta. Que emoção possuía o coração deste jovem de 19 anos, que, atraído pelo ideal missionário, entregou-

se a Deus, entrando na ordem recém-fundada por Inácio de Loyola?

José nasceu em Tenerife, nas Canárias, a 19 de março de 1534, caçula de 12 irmãos. Frequentou o Colégio das Artes, em Coimbra. Aluno exemplar, magnânimo, talentoso, sofria, no entanto, de fortes dores na coluna, que acabaram por deformá-lo, deixando-o levemente corcunda por toda a vida.

Na esperança de que os bons ares do Brasil lhe fossem favoráveis, o superior religioso enviou-o a Salvador, onde já se encontravam os primeiros jesuítas, sob a direção do grande evangelizador padre Manuel da Nóbrega.

Franzino e doentio, Anchieta sentia-se feliz por realizar, enfim, o seu anseio missionário. Confiante em Deus, após a perigosa viagem, aportava no litoral baiano aquele que Deus escolhera para ser o "Apóstolo do Brasil".

Desde o início, incansável colaborador de Nóbrega, foi por ele chamado para auxiliar na fundação de um colégio, em São Vicente. Na colina, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, ergueu-se a modesta construção. Esse foi

o berço da cidade mais dinâmica de nosso país. Era o dia 25 de janeiro de 1554, festa do apóstolo São Paulo.

Anchieta aprendeu logo o tupi e deu-lhe grafia. Escreveu o primeiro dicionário e a gramática da língua. Era exímio catequista e mestre solícito das lições escolares, às quais unia o ensino dos ofícios de carpintaria, lavoura, uso das plantas medicinais e edificação. Sua criatividade levou-o a compor versos, cânticos religiosos, autos sagrados e peças teatrais. Modelo de inculturação, procurava se adaptar à índole e cultura dos indígenas, os quais amava e respeitava.

Ao lado de Nóbrega, foi decisiva sua atuação para a paz com os tamoios. Apresentaram-se desarmados nas praias de Iperoig. Pela virtude e oração, conseguiram a deposição das armas. Quando Nóbrega voltou a São Vicente para propor as condições de paz, Anchieta permaneceu sozinho em Iperoig. Colocou a vida nas mãos de Deus e ofereceu à sua protetora e mãe o belíssimo "Poema de Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus", com 5.875 versos latinos, nas areias da praia.

Anchieta volta à Bahia, conclui seus estudos de teologia e recebe, aos 32 anos, a ordenação sacerdotal. Auxilia Estácio de Sá na libertação do Rio de Janeiro.

Nomeado superior dos jesuítas, por dez anos, sem medir sacrifícios, visita e anima as comunidades desde São Vicente até Pernambuco.

Seus últimos anos foram dedicados às populações indígenas da Reritiba (ES).

Essa cidade, hoje denominada Anchieta, guarda com carinho a cela e a memória do amigo de todos, conselheiro espiritual, pai dos índios e dos pobres.

As virtudes do santo missionário foram reconhecidas a 22 de junho de 1980 pelo papa João Paulo II, ao proclamar sua beatificação.

A 9 de junho estaremos celebrando, com gratidão, os 400 anos de falecimento do

“Apóstolo do Brasil”. Inviquemos nosso protetor, pedindo que abençoe a juventude, promova a vida das populações indígenas e conduza nossa pátria – que tanto precisa – nas sendas da fé, justiça e paz.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 07.06.97, e assinada por Luciano Mendes de Almeida.)

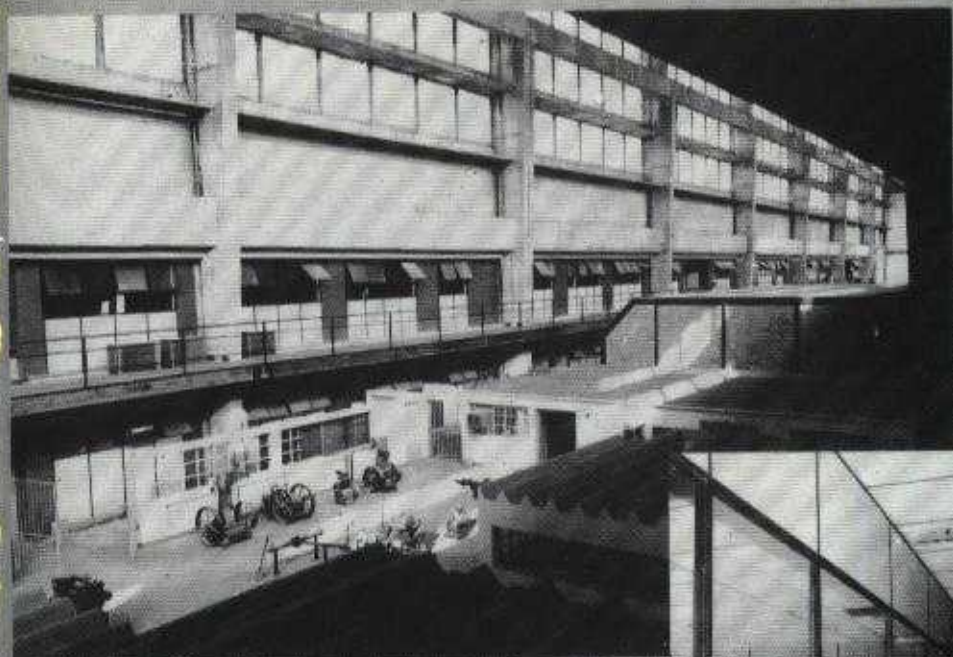
Errata

Abrindo exceção em norma adotada pela Revista, por tratar-se de falha pela qual ela não foi responsável, retificamos os seguintes dados da **Bibliografia** apresentada no artigo **O Fator Militar na Política de Fixação da Fronteira Oeste do Brasil** (ADN Nº 774, 4º Trimestre de 1996, p. 142), por solicitação de parte do prejudicado:

NUNES, Carlos Francisco e ADONIAS, Isa, **Real Forte Príncipe da Beira**, Rio de Janeiro, Fundação Emília Odbrecht, 1985.

Para:

NUNES, José de Souza – cartografia e icnografia de ADONIAS, Isa, **Real Forte Príncipe da Beira**, Rio de Janeiro, Fundação Emília Odbrecht, 1985.



Com toda excelência,

a COPPE / UFRJ abre novos
laboratórios e a pesquisa
tecnológica ganha força no país



Prefeitura da Cidade
do Rio de Janeiro

Marques Saraiva.



Desde 1932 estabelecendo parcerias de sucesso.

Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.
Rua Santos Rodrigues, 240 - Estrácio - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20250-430
Tel.: (021) 502.9498 / Fax: 502.0635